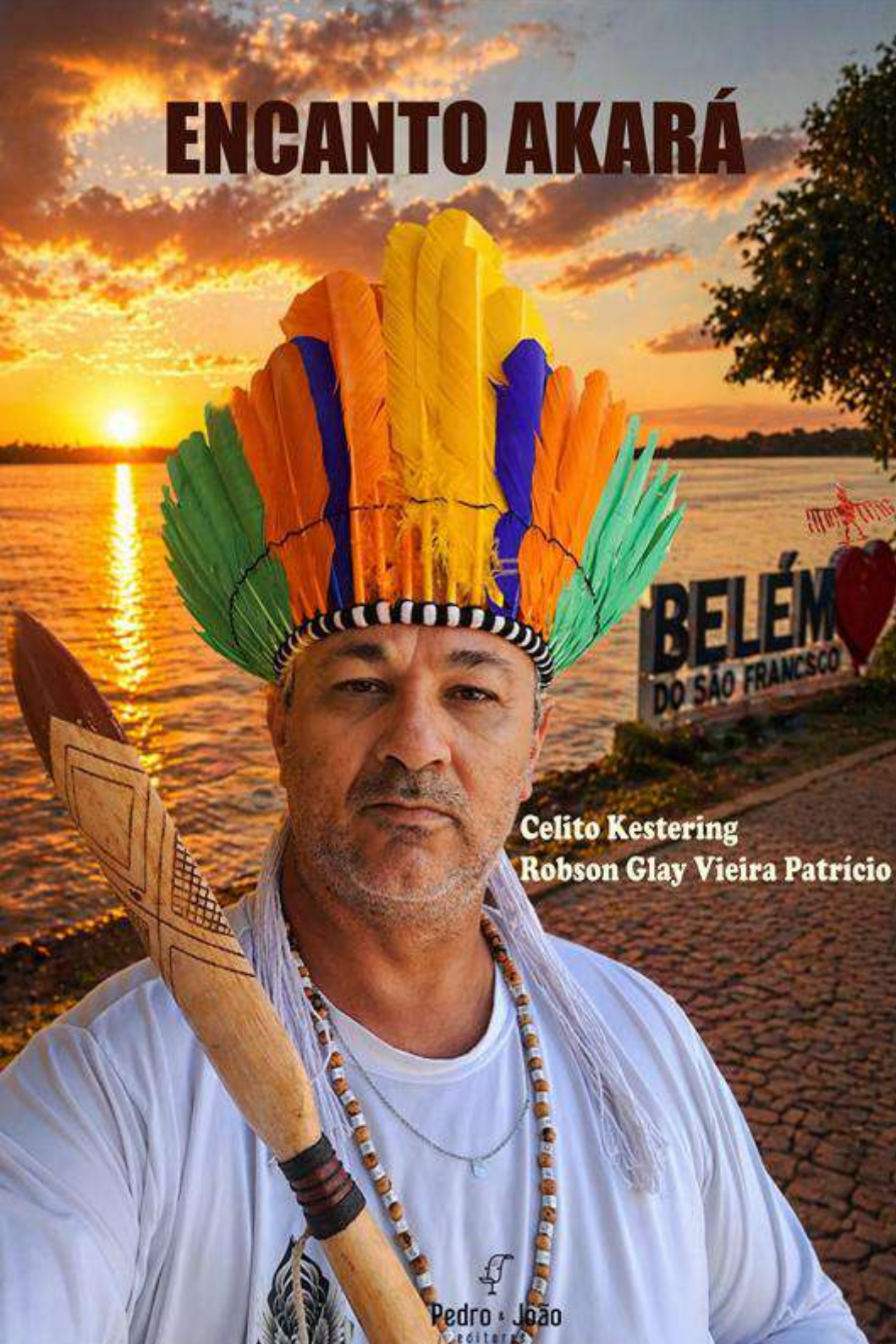
ENCANTO AKARÁ



Celito Kestering
Robson Glay Vieira Patrício

Pedro e João
editores

Celito Kestering
Robson Glay Vieira Patrício

ENCANTO AKARÁ

Pedro & João
editores

Copyright © Celito Kestering; Robson Glay Vieira Patrício

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos dos autores.

Celito Kestering; Robson Glay Vieira Patrício

Encanto Akará. São Carlos: Pedro & João Editores, 2026. 249p. 14 x 21 cm.

ISBN: 978-65-265-3022-1 [Digital]

1. Arqueologia. 2. Genealogia. 3. Antropologia. 4. História. 5. Autor. I. Título.

CDD – 930

Capa e Diagramação: Celito Kestering
Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828
Editor: Valdemir Miotello
Diretores executivos: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:
Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/ Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores
www.pedroejoaoeditores.com.br
13568-878 – São Carlos – SP
2026

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas de esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.

Benjamim (1994)

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	7
2	**CONTEXTO HISTÓRICO**	11
2.1	**Zorobabé**	15
2.2	**Pambu**	22
2.3	**Akará**	29
3	**ESPIRITUALIDADE DOS RODELAS**	35
3.1	**Paraíso Cariri-Tupinambá**	37
3.1.1	Tupã	43
3.1.2	Registros Rupestres	46
3.1.3	Encantoria	51
3.1.4	Toré	58
3.1.5	Particular	62
3.1.6	Quartinho	72
3.1.7	Catimbó	74
3.1.8	Ceia	77
4	**FLORES, REDUTO DA RESILIÊNCIA AKARÁ** ...	79
4.1	**História: da Colonização aos dias atuais**	81
4.1.1	No Brasil Colônia	84
4.1.2	No Brasil Império	90
4.1.3	Na República Velha	102
4.1.3.1	*Flores e a Guerra de Canudos*	115
4.1.3.2	*Legado de Antônio Conselheiro*	134
4.1.3.3	*Resiliência Akará*	137
4.1.4	Na Era Vargas	139
4.1.5	Na República Populista	145
4.1.6	Na Ditadura Militar	149
4.1.6.1	*Relocação Compulsória*	152
4.1.6.2	*Em Busca do Reconhecimento*	157
4.1.7	Na Nova República (de 1985 aos dias atuais)	159
5	**RESGATE DA IDENTIDADE AKARÁ**	161
5.1	**O Cacique**	161
5.2	**O Pajé**	164

5.3 **Atributos da Espiritualidade Akará** 166
5.4 **Espírito Guerreiro Rodelas-Akará** 168

6 **REITEGRAÇÃO E RESTAURO DO PATRIMÔNIO** 171
6.1 **Reintegração** 172
6.2 **Patrimônio Arqueológico** 177
6.2.1 Almofarizes 181
6.3 **Preservação e/ou Restauração do Patrimônio** 190
6.4 **Memorial Akará** 199

7 **CONSIDERAÇÕES FINAIS** 203

REFERÊNCIAS 207

APÊNDICES 225

1 INTRODUÇÃO

Em 1984 já estavam a passar sete verões do fechamento das comportas da Barragem de Sobradinho e três primaveras da inauguração da Eclusa, destinadas respectivamente a regularizar a vazão do Rio São Francisco e viabilizar a navegação entre os portos das cidades de Pirapora – MG e Juazeiro – BA. Na Vila São Joaquim, lugar que em outros tempos se conhecia como Alto dos Pretos, extramuro do acampamento da empresa responsável pela implantação das monumentais estruturas de engenharia, as famílias mais pobres daquele aglomerado humano ainda buscavam fugidias alternativas de sobrevivência. Elas haviam migrado de vários municípios da região Nordeste do Brasil. Em suas bagagens haviam trazido à Fazenda Tatauí (nome original de Sobradinho) genuínas expressões culturais herdadas de ancestrais de berço nativo, mormente do Pernambuco, da Bahia e do Ceará.

Na casa de Horácio Osório Lima e Margarida Ursulina de Jesus, situada na Quadra S 19 da Vila São Joaquim, com frequência regular reunia-se a parentela de origem Proká. Aquele núcleo familiar se constituía basicamente de agricultores e pescadores de ancestralidade indígena Tuxá, Truká e Akará. Frente ao abandono dos governantes do Regime Militar e da compulsória relocação que sabiam ter que sofrer durante a implantação do Lago de Itaparica, desde 1974, em levas sucessivas eles estavam a evadir-se dos antigos povoados ilhéus e/ou ribeirinhos dos municípios de Rodelas, Abaré, Cabrobó e Belém do São Francisco.

A respeito do casal promotor dos eventos ritualísticos ancestrais, sabia-se apenas que Horácio era filho de Osório Francisco Lima e Hermínia Maria Anunciada da Conceição. Margarida era filha de Belarmino José Ferreira e Ursulina Josefa da Conceição, ambos nascidos e batizados, em datas

então incógnitas, no município pernambucano de Cabrobó[1]. (APÊNDICE A).

Na casa deles, em ampla sala, anteposta ao quarto das imagens de caboclos, santos e mestres espirituais, ritualizavam-se as tradições ancestrais, em estilo e ao ritmo do que se fazia em suas aldeias de origem, nas ilhas de Zorobabé, da Assunção e da Missão. Destacavam-se lá os rituais em que se expurgavam as enfermidades físicas e espirituais das pessoas, com cantos e orações, consumo da jurema sagrada e banhos de fumaça que se extraía de grandes cachimbos[2].

Nas esquinas de toda Sobradinho, a sociedade religiosa vinculada à farisaica tradição da Cristandade colonialista gastava parte substancial de seu precioso tempo a tecer comentários pejorativos sobre aquele ritual. Dizia que se tratava tão somente de coisa do diabo, mandinga do atraso, bruxaria malversada ou macumba sem futuro. Sabe-se hoje que a Terra da Barragem não era exceção à regra do nefasto racismo, a evidenciar a contumaz discriminação étnica e cultural aos brasileiros de berço nativo. Desde o ocaso do Século XVII, quando no Submédio São Francisco os missionários franceses se dedicavam a catequisar os indígenas, em estreita parceria e uníssono coro com os curraleiros, eles faziam já oposição feroz às manifestações da milenar espiritualidade de berço nativo. Direcionavam todos os canhões, espadas e bacamartes contra os rochedos das ilhas e ribanceiras próximas, onde se ritualizava a medicina cabocla da jurema sagrada e do Catimbó.

---

[1] “O nome Cabrobó é de origem indígena e significa "árvore ou mato de urubus". Vem de "caa" - árvore e "orobó" – urubu.” [Seu povoamento iniciou] na metade do século XVII, em torno de uma aldeia de índios conhecidos como Rodelas de Cabrobó.” (FAMILYSEARCH, 2026).

[2] Em sotaque Cariri-Tupinambá, cachimbo se pronunciava cachimbó que evoluiu para Catimbó.

> Havia entre eles feiticeiros ou, para dizer melhor, impostores, que adivinhavam o que eles pensavam. Prediziam coisas futuras, curavam doenças, quando não as produziam. Podia-se acreditar que alguns deles tinham entendimento com o Diabo, **pois não usavam, como remédio, para todos os males, senão a fumaça do tabaco e certas rezas, cantando toadas tão selvagens quanto eles, sem pronunciar qualquer palavra** (grifo nosso). (NANTES, 1706 *in* LIMA SOBRINHO, 1979, p. 4).

Para converter os nativos do Submédio São Francisco entre os quais listavam-se os ancestrais dos Tuxá, Truká e Akará, utilizaram-se métodos nada harmônicos com os preceitos do primogênito de Maria, mas intrinsecamente afinados com as práticas colonialistas que se iniciaram no Século XVII e desgraçadamente perduram até os dias atuais[3].

> (...) eu lhes fiz ver tão claramente o absurdo de seus erros, a extravagância de seu culto e o horror de suas abominações, que eles mesmos ficaram surpreendidos e se envergonharam de suas tolices; assim pouco a pouco as abandonaram; primeiro os que eram bem nascidos, abrindo mais facilmente o coração à graça, que em seguida fez maravilhas nesses bons corações, como uma boa semente numa boa terra; e nos outros com mais relutância; **por fim os últimos não se renderam senão aos castigos que lhes abriram os olhos** (grifo nosso). (...) chegaram pouco a pouco a formar ideias sublimes

[3] "Do ponto de vista da catequese, os missionários se esforçavam para substituir os hábitos indígenas pelo modo de vida cristão, recorrendo a incessantes práticas de evangelização que começavam já nas primeiras horas do dia. Como se não bastassem estas obrigações, o cerco à vida privada dos indígenas se fechava com visitas que os padres realizavam às suas casas ao menos uma vez por semana, sendo essa uma maneira clara de vigiar e controlar os passos dos aldeados. Não havia espaço para o ócio ou a diversão. **E para os que não aceitavam esse dia a dia, faltassem a alguma obrigação ou não se comportassem como devia, vários eram os castigos, que iam desde as chicotadas ao tronco** (grifo nosso). Ocupando o corpo e a mente, os religiosos buscavam cercear a autonomia indígena." (CORRÊA, 2022, p. 6).

> da grandeza de Deus e de sua perfeição e da excelência dos bens da vida futura **e também dos castigos, depois da vida, dos que viveram mal** (grifo nosso). (NANTES, 1706 *in* LIMA SOBRINHO, 1979, p. 8-9).

Os relatos evidenciam que o objetivo maior das missões no Submédio São Francisco era padronizar comportamentos nativos, até então dissonantes com as cláusulas pétreas do acordo firmado entre a Cristandade colonialista e a Coroa portuguesa. Tinha-se a intensão clara de impor-se respeito às autoridades constituídas, autênticos representantes da divindade mor de Constantino e do sistema do Padroado. Para isso, serviam-se da religião[4].

> **Há agora subordinação e justiça. Os oficiais castigam os crimes públicos; mas sempre com doçura, sem deixarem de explicar suficientemente o castigo aos delinquentes, não só para puni-los, como para servir de exemplo. As mulheres estão agora submissas aos maridos e as crianças aos pais, que os castigam com chibatas, o que antes não acontecia** (grifo nosso)**.** Há muitas crianças de sete anos que sabem muito bem confessar-se e que sabem também servir à missa; pronunciam distintamente e pausadamente as palavras, fazem as orações respectivas e aprendem facilmente a doutrina cristã em seu próprio idioma. (NANTES, 1706 *in* LIMA SOBRINHO, 1979, p. 17).

---

[4] "Até mesmo em *capacidade de adestramento*, o homem supera todos os animais. Os muçulmanos são adestrados para, cinco vezes ao dia, com o rosto voltado para Meca, orar: o fazem inabalavelmente. Os cristãos são adestrados para, em certas ocasiões, fazer o sinal da cruz, curvar-se etc.; **como, de fato, a religião é a verdadeira obra-prima do adestramento, ou seja, o adestramento da capacidade de pensar**; por isso, sabe-se que não se pode começar cedo demais com isso. Não há nenhuma absurdez tão flagrante que não se possa incutir firmemente na cabeça de todos os homens, se se começar a incuti-la antes dos seis anos de idade, repetindo-a incessantemente e com a mais solene seriedade. Porque, assim como o adestramento dos animais, também o do homem só é perfeitamente bem-sucedido na juventude." (SCHOPENHAUER, 1851).

2 CONTEXTO HISTÓRICO

Por informar-se haver no Vale do Rio São Francisco grande quantidade de aldeias Kariri, para civilizá-las, em 1672 o Padre Martinho de Nantes decidiu "fundar uma missão". Depois de passar pela Ilha de Zorobabé, onde se encontrou com o Padre Francisco de Domfront[5], prosseguiu viagem, 132 km rio acima, até chegar em Pambu[6]. Bem chegado à terra baiana do atual município de Abaré, com apoio do português Francisco Rodrigues, implantou a missão de Santo Antônio[7]. (NANTES, 1706 *in* LIMA SOBRINHO, 1979, p. 35).

Observe-se que, antes da fundação daquele núcleo de catequização, a ilha de Zorobabé era a maior referência missioneira do Submédio São Francisco[8]. A partir dela, em visitas que o religioso Domfront fazia, convertiam-se os grupos indígenas das muitas ilhas vizinhas. (FONSECA, 1996, p. 28).

---

[5] Com Frei Francisco de Domfront, lá chegado em 1670 ou 1671, os capuchinhos franceses fundaram a missão na Ilha de Zorobabé. Para isso, haviam promovido a construção de uma capela devotada a Nossa Senhora do Ó. (KESTERING, 2025, p. 26).

[6] "Martinho de Nantes menciona seu encontro com Francisco Rodrigues no Pambu, quando ali chegou nos primeiros meses de 1672. (FONSECA, 1996, p. 13).

[7] "Destaque-se, inicialmente, entre Pambu – terra firme da Bahia [hoje pertencente ao município de Abaré] e ilha de Pambu, locais diversos com o mesmo nome, ainda hoje existentes. Há a povoação baiana de Pambu e a ilha de Pambu, território pernambucano, hoje denominada ilha da Assunção." (FONSECA, 1996, p. 34).

[8] Na maior cheia histórica do Rio São Francisco, em 1792, a ilha de Zorobabé foi totalmente inundada. "Destruiu-se a capela. A imagem de Nossa Senhora do Ó foi arrastada pelas águas. Pescadores a encontraram na Fazenda Várzea Redonda, próximo a Petrolândia. Levaram-na à igreja da Freguesia de Tacaratu onde permaneceu por 97 anos." (IBGE, 2025 *apud* KESTERING, 2025, p. 26).

> Chegamos a Rodelas depois de oito dias de viagem. O padre Francisco de Domfront, de que já falei, recebeu-nos com muita alegria e caridade. Depois de um dia de descanso, seguimos para Pambu, a cerca de vinte e duas léguas acima pelo curso do rio S. Francisco. (...) Tendo chegado cerca de meio-dia à capela de Pambu, construída pelos portugueses toda de taipa. Reúnem-se aí, pelo Natal e na Páscoa, vindos de trinta léguas e mais em redor, para cumprirem as suas devoções e na qual mora o capelão quando cumpre o seu giro (...). (NANTES, 1706 *in* LIMA SOBRINHO, 1979, p. 35).

Pela missão de Santo Antônio do Pambu o Padre Martinho tinha a intenção de contribuir com Francisco de Domfront nas hercúleas tarefas que assumira com a ordem dos Franciscanos. Propunha-se a converter os gentios e conceder particular assistência religiosa aos indígenas Proká a respeito de quem os portugueses se referiam como Rodelas[9]. (Fig. 1).

> Entre Zorobabé e Pambu, na Bahia, entre Pajeú e Cabrobó, em Pernambuco, e as ilhas desse trecho, se situavam os índios Proká, aos quais o português, simplesmente, deu o nome de Rodelas. Como está anotado nos escritos antigos, as terras da margem baiana, do Zorobabé até a Vargem Grande, bem como as ilhas e margem pernambucana nessa faixa territorial, lhes pertenciam. Em escritos posteriores, os Rodelas

[9] Lembra-se que os indígenas de raiz Kariri e Tupinambá, distribuídos pela região Nordeste do Brasil, atribuíam nome ao k*urumim*, somente depois que ele renascia para o Encanto, o Espírito ou a Identidade. Tinha ele que revelar sua personalidade, pela realização de um feito significativo à comunidade. Se o respectivo acontecimento fosse inédito ou extraordinariamente relevante, seu nome representava todo grupo. A significância do epíteto que a eles se atribuía, media-se pela extensão do território de sua influência. "Foi de Rodelas e vizinhança, quero dizer, da gente da tribo Proká, que em 1639 partiu um reforço de 200 guerreiros sob o comando de um moço índio que se imortalizaria com o nome de Rodela, para, ao lado do índio Felipe Camarão, pôr a correr os holandeses da ribeira das Alagoas do São Francisco. Voltou herói o chefe guerreiro e seria batizado com o nome de Francisco – Francisco Rodela ou Francisco Pereira Rodela". (FONSECA, 1996, p. 13).

> apareceriam também na Ilha de Assunção, antiga Pambu, onde teve sede a chamada Freguesia de Rodelas. (FONSECA, 1996, p. 13).

Figura 1 – Igreja de Santo Antônio do Pambu, edificada no Século XVII



Fonte: Instituto Socioambiental (2020) adaptado pelos autores

Bem próximo à sede da missão de Santo Antônio do Pambu, a cinco quilômetros de distância apenas, em direção nordeste, na Ilha da Assunção, havia uma aldeia Kariri vinculada ao povo Rodelas[10]. Entre o novo centro missioneiro, 48,5 km rio abaixo e 35 km rio acima de Zorobabé, em frente à atual cidade de Belém do São Francisco, havia uma ilha que se chamava Akará, habitada pelo grupo indígena homônimo, também vinculado ao povo Rodelas. Em data posterior, ainda incógnita, os jesuítas implantaram nela um centro missioneiro devotado a

[10] "O português [Francisco Rodrigues] perguntou o motivo de minha presença. Declarando-o, ele manifestou toda a sua alegria e me pediu para que me instalasse na ilha de Pambu, bem defronte, onde havia uma bonita aldeia de cariris." (NANTES, 1706 *in* LIMA SOBRINHO, 1979, p. 36).

Nossa Senhora de Belém[11]. Por isso, com o passar dos anos fez-se conhecida e ainda hoje se reconhece como Ilha da Missão[12]. (Fig. 2).

Figura 2 – Primeiras missões no Sertão de Rodelas



Fonte: Google Earth (2025) adaptada pelos autores

Da igreja de Santo Antônio do Pambu, Frei Martinho de Nantes prosseguiu viagem, 18 léguas rio acima[13], até chegar a Aracapá, atual cidade de Curaçá onde implantou outra missão[14].

---

[11] "A missão da ilha de Axará, com invocação de Nossa Senhora de Belém da mesma nação [Proká], na qual assistiram os Reverendos Padres da Companhia de Jesus." (REGNI, 1988 *apud* FONSECA, 1996, p. 38).

[12] "Com os jesuítas aumentaria o número de missionários, de modo que havia um no centro de Rodelas, onde também residia o Superior, um em Axará e um terceiro em Zorobabé, ao lado de cada um dos quais estava um irmão, em regra estudante, para auxiliar no trabalho de catequese. Com os capuchinhos italianos, a posição residencial dos missionários não foi a mesma dos jesuítas. Certas, nessa fase, eram as residências de padres em Rodelas e Acará." (FONSECA, 1996, p. 28).

[13] Conforme cálculo de Halfeld. (NANTES 1706 *apud* BARBOSA SOBRINHO, 1979, p. 114).

[14] Lembra-se que a o lugar onde se situa a cidade de Curaçá já se reconheceu como Aracapá, Santo Antônio do Pambu e Capim Grosso.

2.1 Zorobabé

Desde tempos imemoriais da pré-história, indígenas do Povo Proká, de raiz Kariri, habitavam a Ilha de Zorobabé, formada pela deposição de conglomerado, areia, silte e argila que, durante o Cenozoico (Pleistoceno e Holoceno), na porção submédia do Vale o Rio Pajeú ofertava com prodigalidade ao Rio São Francisco. Por situar-se à montante de uma grande curva que o rio fazia, o lugar era propício à acumulação dos sedimentos que, nos períodos de chuva sazonal, aquele tributário intermitente pernambucano carreava.

> O nome da ilha devia-se ao reconhecimento dos indígenas locais à coragem e aos feitos de Zorobabé, nativo Potiguar que, em 1603, por solicitação do Governador Geral do Brasil, deslocou-se da Serra de Capaóba, na Paraíba, com 1500 homens de guerra, para combater os Aimoré que haviam destruído Ilhéus e Porto Seguro. Ameaçados, porém, de ficarem cativos na Bahia, os nativos Potiguar se puseram em guerra contra os colonizadores portugueses. Informado do que estava ocorrendo, o recém-chegado Governador Geral Diogo Botelho, ordenou que os deixassem retornar à Paraíba. "A recepção que teve na Paraíba foi de fazer inveja a qualquer chefe de Estado. Os potiguaras da terra, avisados por mensageiros que de longe lhes trazia a boa nova, foram esperá-lo, à distância de dez e até vinte léguas, abrindo e limpando o caminho por onde havia de passar o valoroso chefe. Na chegada, todos corriam a vê-lo como a um rei poderoso que volta a seus domínios, coberto de glórias." (ALMEIDA, 2025 *apud* KESTERING, 2025, p. 17).

Pelas condições ambientais favoráveis, era notória a fertilidade dos solos daquele ipuã fluvial. Nele os indígenas agricultavam aos moldes do que faziam outros grupos nativos das regiões litorâneas e interioranas justafluviais. Os Proká de Zorobabé eram, portanto, afeiçoados à prática da agricultura de

subsistência, com a qual, em concomitância com a coleta, caça e pesca, mantinham suas famílias.

Não se limitava, porém, o território de Zorobabé àquela ilha apenas. A ele vinculavam-se a Barra do Rio Pajeú, na margem esquerda, como também as dunas e adjacências, no lado direito do Rio São Francisco. (Fig. 3).

Figura 3 – Território de Zorobabé no Século XIX



Fonte: Halfeld (1860 *apud* SOUZA; TOMÁS; SANTOS, 2020, p. 182), adaptado

> A terra do Zorobabé, começava na boca do Pajeú, na Barra do Pajeú. (...) Esse terreno, era todo dos índios rodeleiros. Cansei de ver meu avô dizer. Esse terreno era todo dos índios. Pegava de um lado e do outro. Porque as ilhas eram tudo dos índios. A morada deles, antes da enchente, era na ilha de Zorobabé e na terra firme. A capelinha era lá, na ilha. Aqui era aldeia da terra firme, e ali era a ilha. Morava índio ali na ilha e morava índio aqui, na terra firme." (PAJÉ ARMANDO APAKO, 2018 *apud* SOUZA; TOMÁS; SANTOS, 2020, p. 183).

Com a chegada dos colonizadores, os sesmeiros da Casa da Torre e coronéis arrendatários invadiram sistematicamente as margens e ilhas do território de Zorobabé. Isso gerou muitos, sérios e intermináveis conflitos com os indígenas[15].

[15] **"**Em 1696, "mulheres da Torre", Catarina Fogaça e Leonor Pereira Marinho, sobrinha e irmã do potentado Francisco Dias de Ávila expulsaram

> O coronel Dias de Ávila, sob pretexto de que o rei de Portugal lhe havia doado todas as terras devolutas do rio de São Francisco, a fim de as povoar com rebanhos, para o serviço das cidades da Bahia e de Pernambuco, desejava apoderar-se, e na realidade se apoderou, do que o rei excetuava formalmente nas provisões que o contemplavam. **De sorte que ele espalhava rebanhos não somente de um, como do outro lado do rio, em terra firme, mas também punha cavalos nas ilhas em que os índios se haviam refugiado, cedendo-lhe tudo o mais para poderem viver em paz** (grifo nosso). (...) e como sobreviesse uma grande seca, esses cavalos, já muito incômodos para os índios, obrigando-os a cercar suas lavouras, e estando premidos pela fome, forçavam as melhores cercas e tudo devoravam. (NANTES, 1706 *in* LIMA SOBRINHO, 1979, p. 60).

João de Alencastro que foi Governador Geral do Brasil no período de 22 de fevereiro de 1694 a 03 de julho de 1702, procurou apaziguar os inflamados ânimos, tanto dos nativos que estavam a perder suas terras e benfeitorias quanto dos curraleiros que andavam a invadi-las. Em atendimento às exigências de missionários jesuítas que se dispuseram a mediar a contenda, ele autorizou a demarcação das terras que durante milênios as famílias indígenas de berço Proká estavam a ocupar.

---

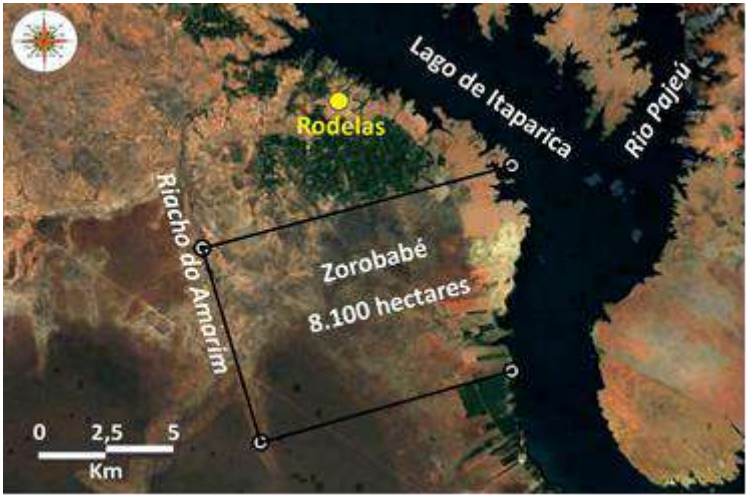
dois padres jesuítas do Submédio São Francisco onde eles haviam fundado as missões de Acará, **Rodelas**, Caruru e Dzorobabé. Havia, da parte da Casa da Torre um equívoco: crer, pelo fato de ter as terras de sesmaria, que também era senhora dos índios que a habitavam, como se fossem servos da gleba. Não consentindo que eles descessem para as aldeias de catequese, nem permitindo que os missionários se estabelecessem e organizassem aldeias nas suas terras, vinham a dispor praticamente dos índios como se fossem seus escravos. Os missionários procuravam desfazer o equívoco, e apelavam para as autoridades civis, favoráveis. (BANDEIRA, 2000, p. 2005 *apud* ARRAES, 2012, p. 201; MAIA, 2013, p. 9; SERAFIM LEITE *apud* PALACIN, 1987, p. 6-7).

> Para a aldeia do Sorobabé, situada na ilha do mesmo nome, à qual se anexava a aldeia de Caruruz, sinalava essa mesma ilha e das ilhas adjacentes, e mais uma légua e meia em quadra de terra firme do lado da Bahia, a demarcar-se em frente à ilha de Sorobabé. (FONSECA, 1996, p. 33).

Além das ilhas onde os Rodelas cultivavam pequenas caiçaras de lameiro, o território de Zorobabé abrangia 8.100 hectares da caatinga baiana. Feita sua adequação aos dias atuais, ter-se-ia um polígono cuja fronteira oeste seria o Riacho do Amarim, onde se localiza a sede da Fazenda Inveja. Observe-se que a terra "foi demarcada pelos jesuítas, expulsos por causa da demarcação, e não apossada jamais." (FONSECA, 1996, p. 45). (Fig. 4).

> "[A autorização da] demarcação de terras para as aldeias administradas pelo Centro Missionário de Rodelas acabou causando a expulsão dos padres jesuítas [em 1696] pela gente da Casa da Torre, porque [eles e os índios] quiseram dar-lhe execução." (FONSECA, 1996, p. 33).

Figura 4 – Território Zorobabé, conforme João de Alencastro



Fonte: Google Earth (2025 *apud* Kestering, 2025, p. 218)

Hoje se sabe que a Casa da Torre e os curraleiros descumpriram o decreto do Governador Geral do Brasil. Como represália àquele ato normativo, em 1696 expulsaram os missionários que estavam solidários na exigência de sua demarcação, para efetiva ocupação indígena[16]. Os malefícios daquela insubordinação perpetraram-se durante o Império e mantiveram-se na República dos Coronéis.

> Como medida de segurança do índio contra a fúria possessiva do conquistador, que buscava acumular léguas sobre léguas de chãos próprios, não deixando um metro ao nativo, o governo previa a reserva de área suficiente para as casas e roças do índio. Partia, para o estabelecimento dessa reserva, de princípio reconhecida oficialmente de que as terras pertenciam a seus moradores – os indígenas. Pura balela. **Deu-se o aldeamento do índio manso, mas a terra necessária à subsistência jamais lhe foi demarcada** (grifo nosso). Outra era a realidade, a da força do poder econômico – e a determinação legal, de destinação da terra ao índio, veio-se renovando sem cumprimento, por bem três séculos. (REGNI, 1988, p. 124 *apud* FONSECA, 1996, p. 91 e 92).

Não é demais lembrar que a demarcação do território que se destinava aos Rodelas se deu no contexto do Brasil Colonial, quando o poder dos curraleiros e dos prepostos da Casa da Torre se sobrepunha às competências do Governador Geral do Brasil e do próprio Rei de Portugal. Apesar de se haver demarcado, com cruzes, os vértices das poligonais, não se reconheceram as soberanias sobre os respectivos territórios[17].

---

[16] "Os missionários jesuítas administraram as aldeias de Rodelas até julho de 1696, quando foram expulsos pelos donos das terras, na decisão das "Mulheres da Torre", Leonor Pereira Marinho, viúva de Francisco Dias d'Ávila, e Catarina Fogaça, viúva de Vasco Marinho Falcão." (FONSECA, 1996, p. 91).

[17] O Padre Felipe Bourel, superior da Missão de Rodelas, ao receber a determinação do Padre Provincial para executar a ordem do Senhor Geral, que por sua vez cumpria lei emanada da Coroa, espalhou cruzes de

Sem direito a qualquer defesa, expulsaram-se sumariamente os missionários [18]. De forma similar, no contexto atual, empresas governamentais, não governamentais, e de economia mista, como era a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), repetem a nefasta prática da exclusão dos indígenas que o sistema colonialista plantou no Brasil.

> A história da colonização no São Francisco apresenta lances 'sui generis". Sendo todas as terras entregues a uma única família, o chefe desta era o suserano. O rei estava longe e sua voz diluía-se em muitas vozes intermediárias, tornando-se quase um mito o poder real. Aqui, mandava e desmandava o Chefe da Casa da Torre, coronel de ordenanças do governo, comandante das tropas armadas, que ele próprio selecionava e remunerava, cabendo ao governo somente conceder o título da oficialidade. Os que ocupavam o solo, faziam-no por arrendamento. E como rendeiros do feudo, estavam obrigados a acompanhar o senhor, se não em pensamento, porque este é imperscrutável, pelo menos em palavras e obras, participando inclusive de suas guerras – compromisso de vassalo. Os padres missionários eram obrigados, por lei, a porem o índio manso a serviço da guerra de conquista contra os irmãos. (FONSECA, 1996, p. 94).

É notável que Francisco Pereira Rodela, mais que o próprio governador[19], de pronto se opôs ao acintoso descumprimento do decreto que definia o território destinado à subsistência

---

demarcação das terras sinaladas aos índios de suas aldeias. Primeiro as terras sinaladas à Aldeia de Acará, no dia 19 de julho [de 1696], em seguida as da aldeia de Curumbabá, no dia 21, depois a Aldeia de Zorobabé, no dia 24. (SERAFIM LEITE, 1945 *apud* FONSECA, 1996, p. 97-98).

[18] "Assim foi. O Padre Felipe Bourel teve informação de um seu conhecido, que os curraleiros se reuniram na casa do sargento-mor Antônio Gomes de Sá, decidindo não derrubar as cruzes, mas expulsar os Padres." (FONSECA, 1996, p. 98).

[19] Parecia até que o rei não era rei, como sustentava o refrão popular. (FONSECA, 1996, p. 97).

indígena. Apesar de sua idade, que beirava os cem anos, pôs sua intrépida coragem em defesa do território Zorobabé e à proteção dos missionários. Bem sabia que aquele território fazia jus ao benefício que ele e seus 200 guerreiros haviam conquistado ao Brasil quando, nas Alagoas das Ribeiras do São Francisco, em 1639 expulsaram os holandeses da Companhia das Índias Ocidentais. Foi dissuadido, porém, pelos próprios evangelizadores, a aquietar-se, conter sua ira e indignação.

> Eram os brios e a dignidade do velho herói da guerra contra os holandeses, guerreiro tantas vezes provado nas lutas do Piauí, ao lado dos Ávila, agora em defesa de seus padres. Honra ao índio Francisco Rodela, honra aos índios da aldeia de Rodelas, que não expulsaram seus missionários, como o fizeram os das outras. Antes, tentaram defendê-los. **Não convinha, entretanto, o derramamento de sangue e os missionários contiveram o velho cacique** (grifo nosso). (FONSECA, 1996, p. 99).

Quando em 1988, relocou-se a população de Rodelas, ignorou-se a história e a memória dos guerreiros ancestrais. Antes, pelo contrário, buscou-se apagá-las, para não se indenizar com dignidade a aldeia indígena Tuxá. Dessa forma, como no período colonial, os membros da Casa da Torre desrespeitaram o decreto governamental de João de Alencastro, na República Nova do Século XX, sob o regime militar, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) menoscabou o sagrado direito dos povos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupavam.

> Situados à margem direita do Rio São Francisco no município de Rodelas - BA, o Povo Tuxá é um símbolo do logro de um território usurpado pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF que inundou todo seu território tradicional com a construção da barragem de Itaparica - UHE Luiz Gonzaga no ano de 1988. Por causa disso, sofrem uma das maiores rupturas ecológicas, criando tramas, que os obrigaram a sujeitar-se às redistribuições de grupos e terras,

> o que acirrou ao longo dos tempos diversos conflitos sociais, culturais, territoriais e interétnicos. Os Tuxá, historicamente, sofreram o [processo ou os] movimentos de territorialização, desterritorialização e reconquista, como fenômeno de rearticulação político-organizativa interna de recuperação de seu território tradicional. (SOUZA; TOMÁS; SANTOS, 2020, p. 174).

Como rochedo a sustentar a luta pelo reconhecimento do território de Zorobabé, é imprescindível, destarte, a implantação de um Centro de Memória aos Rodelas. Não se permita perecer entre eles o espírito guerreiro dos ancestrais.

2.2 Pambu

Não há relatos históricos sobre a existência de aldeia indígena na terra baiana onde se implantou a missão de Santo Antônio do Pambu. Sabe-se que se tratava, na verdade, do lugar onde se construíra uma capela de taipa, para assistência religiosa às famílias portuguesas. O aldeamento missioneiro, cuja capela devotava-se a Nossa Senhora da Assunção, fundou-se em 1677, na ilha de Pambu, em frente ao modesto templo religioso lusitano. (BATISTA, 2024, p. 74; Fig. 5 a 8).

Figura 5 – Ilha da Assunção



Fonte: Batista (2024, p. 85)

Figura 6 – Missão de Santo Antônio do Pambu



Fonte: Google Earth (2025), adaptada pelos autores

> Somente na ilha de Pambu, depois batizada por ilha de Assunção, não em terra firme baiana ou pernambucana em frente à ilha, fala-se na aldeia que fora inicialmente chamada de cariris e em data não definida passou a ser indiferentemente denominada, os documentos oficiais de Pernambuco, ora aldeia de N. S. da Conceição, ora aldeia de Rodelas, ora Rodelas de Cabrobó e, parece que por via disso, entrou no registro histórico como aldeia de Rodelas. Essa ilha, com cerca de cinco léguas de comprimento e entre três e seis quilômetros de largura, está defronte de Pambu, no lado baiano, e de Cabrobó, no lado pernambucano. (FONSECA, 1996, p. 51).

Figura 7 – Parede lateral da capela com vista parcial do cemitério



Fonte: Batista (2024, p. 84)

Figura 8 – Fachada da Capela de N. Senhora da Assunção, em ruínas



Fonte: Schneider *in* Ramos (2019)

Apesar de não se ter reservado gleba alguma que fosse em terras baianas, como aos indígenas de Zorobabé, quando estavam a "civilizar-se" com os jesuítas, João de Alencastro, Governador Geral do Brasil o fizera, sabe-se hoje que a missão de Santo Antônio de Pambu prosperou também[20]. Apesar das muitas dificuldades, sempre se reconheceu, por isso, a Ilha da Assunção, a maior do Rio São Francisco, como território nativo Cariri–Proká-Rodelas-Truká[21].

Em 1761, passados já quase cem anos da implantação do Centro Missioneiro de Pambu, o Diretório dos Índios de Pernambuco criou uma Vila de Índios na Ilha da Assunção[22].

---

[20] [Pambu] foi terra importante nos primeiros tempos. Elevada a freguesia em 1714, quando se deu a criação da primeira vila do século, que foi a de Jacobina. Em 1722, estava incluída na sua jurisdição e, em 1724, era elevada à categoria de distrito. Em 1872, foi conduzida à categoria de Vila e Julgado. (FREIRE, 1906, p. 151, 186, 187 e 223 *apud* FONSECA, 1996, p. 35).

[21] Próximo à Missão de Santo Antônio do Pambu, no lado pernambucano do Rio São Francisco implantou-se o núcleo populacional de Cabrobó que, em 1700 se reconhecia como Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rodelas. (FONSECA, 1996, p. 48).

[22] [Para controlar a Confederação dos Cariri] "o governo criou a Junta das Missões estabelecida pela Carta Régia em 7 de março de 1681, sendo que

Nela se acomodaram nativos de diversos grupos do entorno, entre os quais constavam os Akará[23].

> O Diretório dos Índios é composto de 95 parágrafos, cujos temas circunscrevem questões diversas, sejam culturais, econômicas, administrativas, urbanas ou éticas. O primeiro parágrafo criava o cargo de 'Diretor', oficial obrigado a civilizar os índios de maneira diretiva, nunca coercitiva, devendo ser de 'bons costumes, zelo, prudencia, verdade, sciencia da língua, e de todos os requisitos necessarios para dirigir com acerto os referidos Indios debaixo das ordens, e determinações'. (...) O projeto de civilização envolvia o ensino da língua portuguesa (em detrimento da 'língua geral' inventada pelos jesuítas) e a 'fabricação' de casas unifamiliares 'à imitação dos Brancos; fazendo nellas diversos repartimentos, onde vivendo as Familias com separação, possaõ guardar, como Racionaes, as Leys da honestidade, e policia'. (...) Tais normas de conduta incluíam o incentivo ao casamento entre colonos e índios, recusando insistentemente a poligamia, abominada como inimiga das "Naçõens mais polidas do Mundo. (DIRECTORIO..., 1758, p. 6 e 36 *apud* ARRAES, 2018, p. 197).

---

tinha por função orientar a administração de todas as aldeias indígenas sob jurisdição governamental e, também, proceder a divisão das aldeias entre as ordens religiosas encarregadas do trabalho de catequização das tribos indígenas." (BATISTA, 2024, p. 60)

[23] "A Vila de Assunção foi erguida na Ilha antigamente chamada de Pambu que servia de aldeia dos índios da nação Kariri, era a mais povoada. Situada entre o Julgado de Cabrobó (Comarca de Pernambuco) e o Julgado de Pambu (Comarca da Jacobina). Quando foi transformada na Vila de Assunção em 1761, possuía 13 léguas de comprimento por uma légua de largura. A Vila possuía 276 Fogos e 713 Almas, resultantes da união das "antigas aldeias de **Axará da nação Procás** (grifo nosso) e Brancararu, a da Vargem da nação Brancararu, a do Sarobabel da nação Tacuruba, e a do Brejo do Gama dos Índios mais bárbaros das nações Oê, Chocó, Pipipã, Mangueza e pessoas que estavam no Sítio do Riacho do Navio tratados por escravos." (APEJE; AHU; ADENDA - PE, 1763 *apud* SANTOS JÚNIOR, 2017, p. 130).

Depois que, sob orientação do Diretório dos Índios, na capitania do Maranhão transformaram-se todas as aldeias missioneiras em vilas ou freguesias estendeu-se sua abrangência a todo Brasil. Assim, elas se fizeram valer nas missões de **Santa Maria** (1761), **Assunçã**o (1761) e **Simbres** (1762), vinculadas à Comarca de Pernambuco. (ARRAES, 2018, p. 199).

> A vila de Assunção é caso exemplar, sendo erigida, em 24 de setembro de 1761, numa das ilhas do rio São Francisco pelo ouvidor da comarca de Alagoas Manoel Gouvea Alvarez. Naquela ocasião, estavam presentes o Diretor dos índios designado, José Francisco Pinho, o capitão mor, Pedro da Fonseca de Souza, e outras pessoas da circunvizinhança. Esses agentes e "mais índios da antiga aldeia" decidiram erigir a vila na ilha de Pambú, "por ser a ditta ilha nesse destricto a que tem as qualidades e circunstancias mais attendiveis para ficar nella estabelecida a Villa, e não na Ilha da Vargem." (FUNDAÇÃO DA BIBLIOTECA NACIONAL, LOCALIZADOR: I – 12, 3, 34 *apud* ARRAES, 2018, p. 202).

Os missionários não mais os governavam, porém. Em lugar dos pioneiros catequizadores subordinaram-se os fiéis nativos à Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Rodelas, com sede na Vila de Cabrobó. Para o efetivo gerenciamento dos indígenas designaram-se juízes, vereadores e oficiais de justiça que, ao invés de ofertarem políticas públicas de fomento à promoção humana, exerciam rigoroso controle e permanente vigilância sobre eles[24].

> Enquanto que a vigilância e a igualdade não lhes garantiam um status muito superior ao dos vadios, vagabundos, ciganos, elementos mais inferiores e transgressores da sociedade sobre os quais se queria impor controle e vigilância, os índios

[24] "Cabia a essas autoridades punir com castigo os "delinquentes" conforme a "qualidade do insulto" e as "circunstâncias do escândalo." (SILVA, 1883, p. 122 *apud* SANTOS JÚNIOR, 2017, p. 131).

> eram chamados de "miseráveis", sendo qualificados como pobres de bens, de capacidade intelectual e de costumes, o que lhes tornaram juridicamente incapazes de responderem por seus atos. Isso, por sua vez, reafirmava a necessidade de tutelar os índios das vilas para a vigilância dos seus comportamentos. (...) O Diretório apresentava contradições: enquanto discurso procurava impor a liberdade das pessoas e bens dos ameríndios, mas estruturalmente, concebia os indígenas como súditos não totalmente responsáveis pelos seus atos, mas como 'pessoas miseráveis', simples e rústicas, incapazes de avaliar, de forma total, as consequências do seu comportamento" (DOMINGUES, 2000, p. 43; LOPES, 2005, p. 96 *apud* SANTOS JÚNIOR, 2017, p. 129).

Em 1873 nomeou-se uma comissão para averiguar como estavam a viver os indígenas das aldeias do Submédio São Francisco. Constatou-se então que muitos nativos estavam relegados à humilhante condição de completo abandono pelas três esferas do poder público[25]. Propôs-se a extinção de vários núcleos indígenas e a conservação das aldeias de Cimbres e da Ilha da Assunção para, em regime de colônia, abrigar os nativos daquelas que se estava a eliminar. (APEJE, 1861-1870 *apud* SANTOS JÚNIOR, 2017, p. 140).

> Passamos muita privação, de dia trabalhávamos na roça, à noite nós pescávamos, ou passávamos em cima de uma árvore, com a espingarda esperando a capivara. Comia Juá,

[25] "Os índios tiveram que enfrentar uma série de disputas relativas à posse da terra e o controle do seu rebanho, sendo continuamente ameaçados por figuras de poder que – segundo registra uma carta de 1857 –, após a Independência do Brasil, apossaram-se da Ilha, convertendo-a em sede da Freguesia de Belém do São Francisco e patrimônio da Comarca Municipal. Quando a sede foi transferida para Cabrobó, a comarca arrendou por quase uma década toda ilha e um conjunto de ilhotas próximas. Os índios continuaram então à mercê dos arrendadores da terra, tendo que trabalhar para estes em regime de semiescravidão ou escravidão, e tendo seu gado expropriado pelo Juiz Municipal." (POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2021).

> xique-xique assado, Mari (fruta do mato) assada, quixaba, também pegava um anzol, passava um barbante depois uma corda, botava um pedaço de carne e esperava o jacaré morder. Gostava muito de comer gambá e bola, que não é igual ao tatu e nem ao peba. (POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2021).

Em todo Século XX os Truká vivenciaram experiências de resistência e reivindicações por seu reconhecimento e pela legitimação do direito ao usufruto das terras da Ilha da Assunção[26]. Reafirmaram o pertencimento daquele território ilhéu também as comunidades que, ao longo do tempo, a eles se vincularam[27]. (Fig. 9). Por oportuno, destaca-se o povo Akará.

> Em 1920, o bispo de Pesqueira passa a reivindicar a ilha como patrimônio da Igreja, alegando uma doação feita pelos índios a Nossa Senhora. O cartório da comarca de Belém do São Francisco lavrou a escritura de compra e venda de toda a ilha de Assunção. Os habitantes indígenas passaram então a pagar o foro anual e a serem subjugados pelo bispo, "proprietário" da ilha. Em meados dos anos 1940, com apoio e mediação dos Tuxá de Rodelas, os Truká passam a reivindicar junto ao SPI (Serviço de Proteção aos Índios, órgão antecessor da Funai) o reconhecimento de seus direitos fundiários sobre a ilha. O SPI consegue então instaurar uma Ação de Nulidade de Venda e Reintegração de Posse. Desde então os conflitos entre a comunidade indígena e os posseiros não-indígenas se

[26] "Em 1993 a [Tribo Indígena] TI Truká foi finalmente declarada pelo ministro da Justiça como de posse permanente indígena (Portaria n. 315, de 17/08/93). Em 2002 a terra foi delimitada com 5.769 hectares, abrangendo a totalidade da ilha. Os Truká ainda aguardam, porém, a conclusão do processo demarcatório por meio da homologação do Presidente da República." (POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2021).

[27] Incluem-se os indígenas que vivem do outro lado do rio, em terras do estado da Bahia, e os que moram hoje na cidade de Cabrobó. (BATISTA, 2024, p. 17).

> acirraram, acarretando inclusive a morte de uma liderança Truká. (POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2021).

Figura 9 – Posto Indígena Truká, na Ilha da Assunção



Fonte: Batista (2024, p. 20)

2.3 Akará

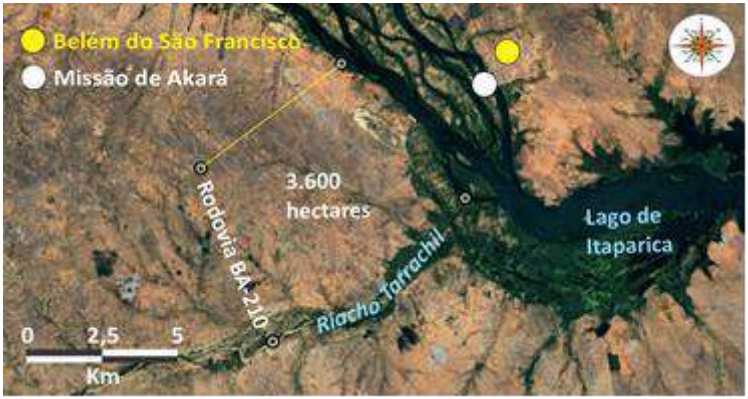
Consta que, em 1694, a missão de Akará estava aos cuidados do Padre Francisco Inácio (superior) e o Irmão Gabriel da Costa que, como auxiliar aprendia a língua dos índios. Em 1728 e 1729, quando eram missionários os capuchinhos italianos, ela se subordinava à Missão de Santo Antônio do Pambu[28]. (LEITE, 1938 *apud* FONSECA, 1996, p. 44).

> A partir de 1683, são fundadas as aldeias dos Acarás e Procás. Em 1687, são fundadas duas aldeias de Quiriris, uma de Acarás e outra de Carurus. (...) Em 1694, esta Residência [missioneira] se desdobrou em duas aldeias: a de Rodelas e a de Acarás, de onde se visitavam mais três aldeias não especificadas. (BATISTA, 2024, p. 75).

[28] Em 1713, os capuchinhos italianos receberam as missões do São Francisco de onde, em 1696 os jesuítas haviam sido expulsos. (FONSECA, 1996, p. 44).

Para a missão de Akará, atual Ilha da Missão[29], o Governador João de Alencastro autorizou a demarcação das ipuãs adjacentes e 3.600 hectares de terra, no lado baiano do rio. Feita sua adequação aos dias atuais, ter-se-ia um polígono com os seguintes limites: ao norte, o Rio São Francisco; ao Sul, a Rodovia BA-210; a leste, o Riacho Tarrachil e a oeste, confrontação incógnita. (Fig. 10). Lembra-se que, da forma similarmente ocorrida em Zorobabé, expulsaram-se os missionários e os indígenas nunca se apossaram dela[30].

Figura 10 - Território Akará, conforme João de Alencastro



Fonte: Google Earth (2025), adaptada pelos autores

> Para a aldeia de Achará, situada na ilha do mesmo nome (Achará, Axará, Acará [Akará]) – grafam-se as [quatro]

[29] "A hoje chamada ilha das Missões, entre Belém do São Francisco e o Porto da Missão, vem a ser a antiga ilha de Acará. Está pouco acima do povoado de Barra do Tarrachil, na Bahia. Aliás, a ilha das Missões, sem deixar de estar defronte a terras da Bahia, é mais próxima de Belém. A padroeira da missão de Acará era N. S. de Belém e é certo que o nome da Padroeira inspirou a escolha do nome da cidade." (FONSECA, 1996, p. 41).

[30] "Os conflitos com os curraleiros, em especial, os da Casa da Torre e os seus rendeiros (...) implicaram a expulsão dos missionários (...) das seguintes localidades: Missões da Rodela no Rio São Francisco, Aldeia de Zorobabé, **Aldeia do Acará** (grifo nosso), Aldeia de Curumbabá. (BATISTA, 2024, p. 76).

> denominações indistintamente, sinalava a ilha de Achará, sede da aldeia, a ilha das Éguas, a ilha de Uxucu e a ilha de Caburé, e mais uma légua em quadra de terra firme do lado da Bahia, a ser demarcada imediatamente de fronte da ilha de Achará. (FONSECA, 1996, p. 33).

Em carta régia enviada ao Governador Geral do Brasil e em alvarás que se publicaram em 1700 e 1703, o Rei de Portugal, mandou devolver as terras aos nativos e respectivos missionários[31]. Foi tudo em vão.

> (...) que por ser justo se dê toda a providência necessária à sustentação para os Índios e Missionários, que assistem nos dilatados sertões desse Estado do Brasil, sobre que se tem passado repetidas ordens, e se não executam por repugnância dos donatários e sesmeiros, que possuem as ditas terras dos mesmos sertões, hei por bem e mando, que a cada missão dê uma légua de terra em quadra para sustentação dos Índios e Missionários (...) advertindo-se que para cada Aldeia, e não para o Missionário, mando dar estas terras, porque pertencem aos Índios e não a eles, e porque tendo-as os Índios, as ficam logrando os Missionários no que lhes for necessário para ajudar o seu sustento e para o ornato e custeio das Igrejas. (LEITE, 1950, p. 307 *apud* BATISTA, 2024, p. 76-77).

Pela oposição sistemática da Casa da Torre e usura dos curraleiros, a Missão de Akará passou por muitas dificuldades. Por isso mesmo, pouco progrediu[32]. Em 1761, os indígenas

---

[31] [Os aldeamentos] "foram regulamentados em Alvará em 1700, confirmado pela lei de 04/07/1703, na qual a Coroa determinava que, em cada missão, haveria uma légua de terra em quadra para a manutenção do aldeamento dos índios e dos padres. A lei determinava também que nestes espaços deveriam ter no mínimo cem casais." (CAVALCANTI, 2009 *apud* CUNHA, 2013, p. 32).

[32] Na Relação das aldeias de Pernambuco, encontrava-se a Aldeia de Nossa Senhora de Belém, da Ilha de Acará, com índios Proká e Pancararu, aos

desse grupo passavam por muitas tribulações. Transferiram-se, destarte, à Ilha da Assunção[33]. A partir de então passaram a reconhecer-se como membros do povo Truká[34]. Aos que não se transladaram pesou o fardo da política da assimilação completa deles ao regime imperial, implantada em 1840. Pelo estímulo de casamentos interétnicos promoveu-se a usurpação de suas terras e extinção do antigo aldeamento missioneiro[35].

> [Essa medida] foi um desastre para os povos indígenas, pois consolidou o processo de expropriação de suas terras nos mais variados e distantes lugares do Império. Na segunda metade do século XIX, os argumentos do abandono, desaparecimento e decadências dos índios se fortaleceram entre os círculos intelectuais e autoridades da época. Como justificativa de negar a manutenção de terras para uma determinada população vista como "assimilada" ou em vias de "desaparecimento". (SAMPAIO, 2009, p. 187 *apud* SANTOS JÚNIOR, 2017, p. 134).

---

cuidados de um capuchinho italiano. (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL; REGNI, 1749 *apud* FONSECA, 1996, p. 42).

[33] "O pensamento colonial acreditava na integração do autóctone como um ser totalmente "submisso", de maneira que receberia, por meio da ética religiosa e do trabalho, os valores da civilização ocidental. Dessa forma, o processo de adaptação do indígena ao modelo civilizatório levaria, principalmente a uma falsa integração nacional, já que o nativo era visto como um elemento "perigoso", "arredio", "hostil" e avesso às formas de poder e disciplina." (ALMEIDA, 2018).

[34] "Ocorreu uma relocação dos índios das missões e dos não aldeados para as novas vilas criadas, obedecendo mais um critério espacial do que uma preocupação de os agrupar por etnias." (MEDEIROS; MUTZENBERG, 2014, p. 14 *apud* SANTOS JÚNIOR, 2017, p. 130).

[35] "Os trezentos anos de colonização portuguesa, seguida do anti-indigenismo no Brasil Império, produziram mudanças territoriais para as populações indígenas no São Francisco, principalmente, a perda de seus territórios tradicionais e o deslocamento forçado para outros lugares." (SANTOS JUNIOR, 2023).

Como se não bastasse a usurpação das terras insulares, a partir de 1854 as autoridades passaram a caracterizar os habitantes dos antigos aldeamentos como caboclos ou mestiços, sem qualquer direito à herança sobre territórios margeantes, ocupados por seus ancestrais nativos desde tempos imemoriais da pré-história. (FERREIRA, 2006, p. 39).

> Na Região Nordeste, a transformação do índio em "caboclo" foi a mais visível e radical. A partir da década de 1860, os presidentes das províncias da Região apresentaram nos seus relatórios a existência dos "caboclos" em detrimento dos índios em seus censos demográficos. A transformação dos índios em "caboclos" significou não apenas "os mestiços sem terras", mas também indivíduos inseridos na sociedade envolvente, na condição de "mestiços civilizados", "confundidos com a massa da população" e possuírem costumes exóticos e "manifestações folclóricas em vias de extinção". E por essa nova condição social, imposta por intelectuais e autoridades públicas do século XIX, negou-se o direito à terra para o índio. Conforme a própria Lei de Terras, só era destinada terras para os indígenas no tocante à "civilização" dos mesmos. Em síntese, terras para os índios "errantes" ou dos antigos aldeamentos, com o intuito de formar colônias de trabalhadores indígenas, nas quais eles seriam "civilizados" e integrados a sociedade nacional como força de trabalho. (SILVA, 2004, p. 132; FERREIRA, 2006, p. 39 *apud* SANTOS JÚNIOR, 2017, p. 135).

Se a invisibilidade dos Akará se fez sentir com a migração compulsória de sua aldeia original para a Ilha da Assunção, muito mais radical foi a campanha que em Cabrobó e Belém do São Francisco se orquestrou. Passou-se a considerar os que não se relocaram, como caboclos, pardos, mestiços ou meros descendentes, sem direito a terra alguma[36].

[36] Os Akará, deserdados da ilha de seus ancestrais, passaram a viver nas fazendas ribeirinhas de Flores, Abaré, Aracapá, Cabrobó, Canabrava, Jatinã, Malhada Grande, Riacho do Lobo, Pintada, Curral do Meio, Jequi, Angico,

> [Em 1851] o Juiz Municipal da Vila de Cabrobó, Miguel Gonçalves Lima comunicou a Presidência da Província de Pernambuco que a Vila de Assunção se achava "totalmente extincta há muitissimos annos", entregue ao "desleixo" e "desgoverno". Segundo esse juiz, dos 275 casais que existiam na época de sua fundação (1761), restavam apenas "10 ou 12 casaes, e já são quasi todos hua mistura de raças, e não índios. Além disso estes mesmos poucos, que restão, acha-se inteiramente prostituídos; são ladrões, vadios, prostitutas, e vivem desgovernadamente. (SANTOS JÚNIOR, 2017, p. 136).

Murici, Jatobá, Tolda, Boqueirão, Baixa da Aroeira e Volta. Moravam, também, nas ilhas de Flores, Grande, da Onça, dos Brandões e da Vargem.

3 ESPIRITUALIDADE DOS RODELAS

As três missões, Zorobabé, Pambu e Akará, se constituíam de indígenas Cariri-Proká, que os portugueses conheciam como Rodelas. Pela celebração de casamentos intertribais, durante milênios estreitaram-se entre eles os laços familiares.

> No correr dos tempos passados, esses aglomerados com as mesmas características dos indígenas Proká, denominados Rodelas pelo bandeirante, deviam ir ocupando espaços vazios, sertões acima, à margem fértil dos rios. O estudo dos Rodela que, por sinal não avançou muito, põe-nos na tranquila posição de gente pacífica e de fácil convivência, não apenas com outros grupos indígenas, mas também com o colonizador. (FONSECA, 1996, p. 52).

Concomitante e similarmente, fortaleceu-se genuíno senso de pertencimento e consolidou-se relacionamento sólido das diversas tribos aparentadas da região das corredeiras do São Francisco. Como aconteceu com os demais grupos da região Nordeste, compartilhou-se sobretudo, o cristalino universo de valores espirituais, edificados sobre puras estruturas humanas, não contaminadas ainda pela peçonha da religião colonialista do Velho Mundo.

> Não existia Diabo nas culturas indígenas. Esse ser mitológico cristão veio junto com a colonização. Existe um dito popular brasileiro que diz que os povos indígenas eram sem fé, sem rei e sem lei, expressões usadas para justificar a dominação dos invasores, como se não existisse espiritualidade, organização ou moral. Só que, muito antes da ideia de um Deus único, nós já vivíamos uma espiritualidade baseada na relação com o mundo. Para nós, tudo o que existe tem dono. Tem mãe. O corpo tem mãe. Quando ela sai do lugar, a pessoa adoece. Tem mãe do fogo, mãe do lago, mãe do igarapé. Cada ser, cada lugar tem uma mãe. O sol, Kuraci, não era apenas um astro. Era a mãe de todos os seres. A lua, Yaci, não era só luz.

> Era a mãe de todas as plantas. Enquanto a Cristandade organiza tudo a partir de um pai criador, distante, que julga nossas cosmologias originárias. Organiza o mundo a partir de relações de cuidado e interdependência.
> Não existia uma figura equivalente a Satanás, um ser cuja função fosse o mal absoluto. Anhangá, Jurupari ou Curupira não são simplesmente a expressão do mal. Eles protegem a natureza. Eles punem quem mata mais do que pode comer, castigam quem destrói sem necessidade.
> A espiritualidade indígena não era baseada no medo do inferno, mas na responsabilidade de viver em equilíbrio com o mundo. Hoje, muitos de nós absorvemos da colonização a ideia de um único Deus, o medo do inferno e a figura do Diabo. Fomos ensinados a olhar para nossas próprias crenças como se fossem demoníacas, pecado. Em muitos casos, passamos a rejeitar nossa própria espiritualidade e aceitamos a religião do colonizador como única verdade.
> Esse conflito não é natural. Ele também é parte da colonização. Nossos sistemas espirituais não eram menos evoluídos. Eram outra forma de entender a existência, onde a natureza é viva e sagrada, digna de direitos de existência, proteção e equilíbrio.
> Nós nunca fomos sem fé. Só não era uma fé que podia ser colonizada. Por isso, tentaram apagar a nossa, para colocar a deles no lugar, como se fosse a única verdade. (WIRAPAYÉ, 2026).

Apesar de reputarem-se como exceções à regra, houve missionários, pioneiros no chão Pindorama, cuja sensibilidade permitia interpretar as tradições dos nativos, pelo viés das virtudes da pureza e da bondade. Esses solitários evangelizadores reconheciam que os indígenas, tanto do litoral chuvoso quanto do sertão semiárido, regiam-se pela lei natural de puro encantamento pela vida. Viam neles a inocência humana congênita, prevalecente em Adão e Eva, antes da fatídica expulsão do Paraíso que *in temporibus antiquis*, o autocrático Deus judaico-romano havia promovido, para punir

a natural avidez do *Homo sapiens* pelo conhecimento. Eles acreditavam que os homens, as mulheres e as crianças autóctones estavam disponíveis aos ensinamentos e à vivência do autêntico cristianismo das catacumbas.

> (...) o capuchinho Claude d'Abbeville salientou a mesma pureza entre os índios do Maranhão. Considerando que o pudor foi apenas descoberto por Adão e Eva depois que comeram o fruto do bem e do mal, sublinhou que a nudez refletia a inocência do povo, derivada do fato de desconhecerem o pecado original: "Como é que os Tupinambás, herdando a culpa de Adão e seus pecados, não herdaram também a sua vergonha, efeito do pecado, como aconteceu a todas as nações do mundo?". (MOREIRA, 2018, p. 30 *apud* KESTERING, 2024, p. 141-142).

3.1 Paraíso Cariri-Tupinambá

Ao chegarem à Bahia de Todos os Encantos e à Grande Boca do Rio Capiberibe (Pará+nã+puca = Pernambuco), os colonizadores afirmavam ter sempre a impressão de estarem a transpor os magníficos portais de entrada de um genuíno paraíso terreal. Deviam essa sensação ao fato de os grupos originários Cariri-Tupinambá, que eles encontravam no litoral e sertão, terem há muito tempo adotado, como princípio basilar da vida, auferir coletivamente e proporcionar aos outros, aos diferentes sobretudo, o máximo de conforto existencial que suas possibilidades e as circunstâncias do entorno permitissem[37].

[37] "Esses nativos habitavam desde o litoral até o "sertão" e se locomoviam por trilhas e caminhos (peabiru: em língua tupi, "pe" = caminho, "abiru" = gramado amassado) que cruzavam todo o território. Sabe-se que esses caminhos ligavam extensas áreas americanas, muito antes dos europeus conquistarem o continente, e que boa parte das estradas atuais, assim como ruas e avenidas, foram abertas sobre essas rotas antigas." (PAIVA, 2010, p. 4 *apud* KESTERING, 2025, p. 197).

> A vida, para os índios, era uma tranquila fruição da existência, ao passo que para os europeus a vida era uma tarefa, uma sofrida obrigação, que a todos condenava ao trabalho e tudo subordinava ao lucro. (DARCY RIBEIRO, 2006, p. 42, 43 e 49 *apud* PUC-RIO, 2024, p. 43-44).

Por oportuno, lembra-se que, ao avistar a paisagem de Porto Seguro, ao sul da Bahia de todos os Santos, sem descer sequer da caravela, Pero Vaz de Caminha propagou aos quatro cantos do planeta, ao Deus da Cristandade e ao mundo, que nesta terra, em se plantando, tudo dava. Não se deu conta aquele escrivão lusitano, porém, de que, nos canteiros da pureza indígena, se fossem semeadas as malignas sementes da religião e da usura colonialista, as angústias do inferno também grassariam nas aldeias. Puro vaticínio. Apesar da magnífica hospitalidade, após Cabral, expulsaram-se os nativos do paraíso. (Fig. 11).

Figura 11 – Chegada dos portugueses ao Brasil



Fonte: Gazeta do Povo (2025).

> As representações presentes nos primeiros contatos dos europeus com os povos indígenas da América, (...) **atribuíam uma total ausência de ambição em relação ao acúmulo de bens materiais e uma completa aversão à ideia de propriedade privada, inclusive no que diz respeito à terra e ao que nela produziam** (grifo nosso). Como afirma a

> antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, a "suposta ausência de propriedade material e de cobiça" era um dos traços mais celebrados pelos europeus, em suas primeiras representações sobre os povos indígenas do continente. (CUNHA, 2012, p. 34 *apud* SANTOS, 2022, p. 93).

Não se havia registrado ainda, em Pernambuco e na Bahia, a presença de Deus, pai do Judaísmo[38] e da Cristandade[39], a punir os casais pindorâmicos que buscassem conhecimentos ancestrais e produzissem saberes destinados ao usufruto pleno da vida. Os grupos nativos do Nordeste do Brasil e do Vale do São Francisco viviam, ademais, em estreita relação dialógica com a serpente, arquétipo do incentivo a buscarem, produzirem ou criarem conhecimentos que respondessem a suas mais profundas inquietações existenciais[40]. (Fig. 12 a 14).

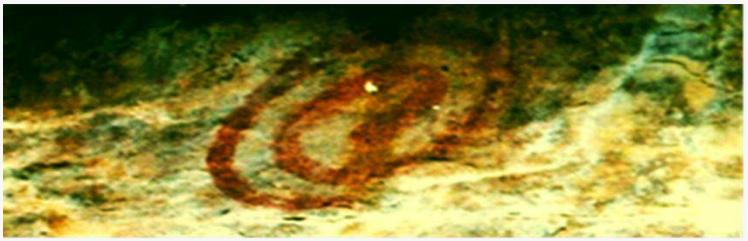
---

[38] "O **judaísmo** é uma das principais religiões do mundo e foi uma das primeiras a cultuar um único deus. Ela se originou na região do Levante e da Mesopotâmia há mais de 3 mil anos. (...) Como o judaísmo é uma religião plural, sem uma liderança central, não existe apenas uma lista de princípios judaicos relacionados à fé. Mas, de forma geral, **todas as formas de judaísmo consideram o maior princípio do judaísmo a crença em YHWH como único deus**. Outros princípios são a crença em Moisés, o maior profeta; na Torá como livro sagrado e imutável; a crença de que deus conhece todos os pensamentos e ações humanas; a crença de que deus recompensa e pune os seres humanos, dependendo dos seus pensamentos e de suas ações; a crença na vinda do Messias; e a crença na ressureição dos mortos." (FERREIRA JÚNIOR, 2025).

[39] A Cristandade é a materialização da racionalização do pensamento ou a institucionalização do fenômeno religioso. Atrás desse nome, encontra-se a Igreja Cristã Católica, uma instituição centralizadora que, mediante aliança com o Estado, em suas mais diversas configurações históricas, procurou manter a ordem social e assim consolidar seus interesses de poder. Enquanto legitimadora do status quo definiu-se como um modelo de poder, estendeu sua influência a todos os setores da vida social e manteve sob estrito controle todos os grupos dissidentes. (MAX WEBER, 2000; O'DEA, 1969; PORTELLI, 1984 *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 314-315).

[40] "A cobra é vista como um símbolo de sabedoria ancestral. Na mitologia, elas são frequentemente associadas a conhecimentos ocultos e intuitivos. A serpente nos lembra de confiar em nossa intuição e buscar a sabedoria

Figura 12 – Pintura rupestre da serpente em Sobradinho - BA



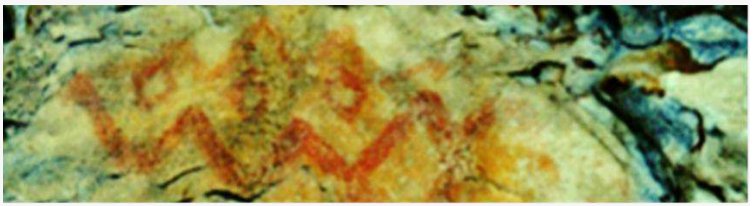
Fonte: Kestering; Silva (2024, p. 46)

Figura 13 – Pintura rupestre da serpente em Sobradinho – BA



Fonte: Kestering; Aquino; Bezerra (2014, p. 14)

Figura 14 – Pintura rupestre da serpente em Campo Formoso



Fonte: Souza (2014, p. 54), adaptada pelos autores

interior para encontrar respostas e soluções para os desafios que enfrentamos." (DOREA, 2024).

A serpente era o mais astuto de todos os animais dos campos que o Senhor Deus tinha formado. Ela disse à mulher: É verdade que Deus vos proibiu comer do fruto de toda árvore do jardim?"
2 - A mulher respondeu-lhe: Podemos comer do fruto das árvores do jardim. 3 - Mas do fruto da árvore que está no meio do jardim, Deus disse: Vós não comereis dele, nem o tocareis, para que não morrais."
4 - "Oh, não! – tornou a serpente – vós não morrereis! 5 - Mas Deus bem sabe que, no dia em que dele comerdes, vossos olhos se abrirão, e sereis como deuses, conhecedores do bem e do mal."
6 - A mulher, vendo que o fruto da árvore era bom para comer, de agradável aspecto e mui apropriado para abrir a inteligência, tomou dele, comeu e o apresentou também a seu marido, que comeu igualmente. 7 - Então seus olhos abriram-se e, vendo que estavam nus, tomaram folhas de figueira, ligaram-nas e fizeram cinturas para si. 8 - E eis que ouviram o barulho (dos passos) do Senhor Deus que passeava no jardim, à hora da brisa da tarde. O homem e sua mulher esconderam-se da face do Senhor Deus, no meio das árvores do jardim.
9 - Mas o Senhor Deus chamou o homem, e disse-lhe: "Onde estás?"
10 - E ele respondeu: "Ouvi o barulho dos vossos passos no jardim tive medo, porque estou nu e ocultei-me."
11 - O Senhor Deus disse: "Quem te revelou que estavas nu? Terias tu porventura comido do fruto da árvore que eu te havia proibido de comer?"
12 - O homem respondeu: "A mulher que pusestes a meu lado apresentou-me deste fruto, e eu comi."
13 - O Senhor Deus disse à mulher: Porque fizeste isso?" "A serpente enganou-me, respondeu ela, e eu comi."
14 - **Então o Senhor Deus disse à serpente: "Porque fizeste isso, serás maldita entre todos os animais e feras dos campos. Andarás de rastos sobre teu ventre e comerás o pó todos os dias de tua vida** (grifo nosso). 15 - Porei ódio entre ti e a mulher, entre a tua descendência e a dela. Esta te ferirá a cabeça, e tu ferirás o calcanhar."

> 16 - Disse também à mulher: Multiplicarei os sofrimentos de teu parto. Darás à luz com dores. Teus desejos te impelirão para teu marido e tu estarás sob seu domínio."
> 17 - E disse em seguida ao homem: "Porque ouviste a voz de tua mulher e comeste o fruto da árvore que eu te havia proibido comer, maldita seja a terra por tua causa. Tirarás dela, com trabalhos penosos, teu sustento todos os dias de tua vida. 18 - Ela te produzirá espinhos e abrolhos, e tu comerás a erva da terra. 19 - Comerás teu pão com o suor de teu rosto, até que voltes à terra de que foste tirado porque és pó, e pó hás de tornar-te."
> 20 - Adão pôs a sua mulher o nome de Eva, porque ela era a mãe de todos os viventes.
> 21 - O Senhor Deus fez para Adão e sua mulher umas vestes de peles, e os vestiu.
> 22 - E o Senhor Deus disse: "Eis que o homem se tornou como um de nós, conhecedor do bem e do mal. Agora, pois, cuidemos que ele não estenda sua mão e tome também do fruto da árvore da vida, e o coma, e viva eternamente."
> 23 - O Senhor Deus expulsou-o do jardim do Éden, para que ele cultivasse a terra donde tinha sido tirado. 24 - E expulsou-o e colocou ao oriente do jardim do Éden querubins armados de uma espada flamejante, para guardar o caminho da árvore da vida. (GÊNESIS, 3; 1-24).

Assim, os nativos Rodelas (Tuxá, Truká e Akará) viviam à deriva da religião, sem qualquer ressentimento ou sensação de culpa em relação a Tupã. Com ele, o Pai do Trovão, viviam em perene harmonia, na pré-história. Resiliam também, ainda hoje, todos aqueles que sobreviveram ao genocídio físico e/ou espiritual orquestrado pelos adoradores da divindade absoluta do judaísmo que, para assassinar o Cristianismo nascituro, Constantino malversou. No passado, eles não precisavam de reis. No presente, não carecem, tampouco, religar-se com qualquer império da fé. Não necessitam de rituais para expiar os endêmicos pecados, gerados pela estrutura capitalista, neoliberal e/ou colonialista. Ritualizam os saberes ancestrais,

tão somente em busca do que é melhor para a vida. Durante a pré-história e, mesmo na proto-história, a espiritualidade deles se materializava nos registros rupestres. Perpetua-se hoje nas catacumbas da encantoria, na dança do Toré, nos particulares, nos rochedos de Umbanda e nos quartinhos.

3.1.1 Tupã

À semelhança dos demais povos, tanto do Oriente quanto do Velho Mundo, os Cariri (Tuxá, Truká e Akará) sabem que o sol é, indiscutivelmente, a inesgotável fonte de energia à Terra. Similarmente ao que pensava Akhenaton, eles também entendem que dos raios dessa estrela mãe emana vida a todos os vegetais e animais do planeta[41]. (Fig. 15).

Figura 15 – Akhenaton



Fonte: nationalgeographic (2025)

Diferentemente das demais culturas, porém, mormente a do Antigo Egito, eles compreendem que, no Semiárido

[41] **"Akhenaton** foi responsável por implantar o monoteísmo no Egito Antigo, após 1,5 mil anos de adoração a diversas figuras divinas. A medida decidiu estabelecer o deus Aton, figura representada pelo Sol em seu círculo de raios de luz visualizado a olho nu pelo céu, como divindade máxima, proibindo o culto a qualquer outro deus." (SOARES, 2022).

pindorâmico, a vida plena depende fundamentalmente dos perenes préstimos de um magnífico guardião, a quem reconhecem como Tupã. A ele atribuem a responsabilidade pelo despertar da natureza, com bombásticos trovões, na exata estação de maior disponibilidade de água, para que a rainha dos astros efetive amorosas relações vivificantes com os vegetais e animais. (Fig. 16 e 17).

Figura 16 – Tupã, administrador do trovão, no litoral e no sertão



Fonte: Garcia (3013)

> Ontem, choveu no Sertão. Aqui, é muito boa a água que nasce da trovoada, com relâmpagos e estrondosos trovões. A vida que ela faz desabrochar no Semiárido é exuberante. Em uma semana apenas, a caatinga normalmente acinzentada (floresta branca) cede espaço a exuberante paisagem, para receber inúmeras espécies animais que antes descansavam em pousio hibernal. É difícil explicar o brotar simultâneo de

tantas expressões de vida. Daí porque, nos rituais de Umbanda, nós Rodelas cultuamos Tupã (pai do trovão), como real e verdadeiro responsável pelo despertar da vida plena no Sertão Semiárido.

Pela Agronomia se sabe que os raios e respectivos trovões dividem o Nitrogênio (N2), inacessível às plantas, em duas partes de Nitrogênio (N1), assimiláveis aos vegetais. Pelo sistema radicular da maioria das espécies, com destaque às leguminosas (pau de rato, angico e outras tantas), elas se alimentam e se capacitam a reproduzir-se na relação amorosa (fotossintética) com o sol.

Pela Arqueologia justifica-se, destarte, terem a mesma origem a espiritualidade cristã e o encantamento indígena. Lembre-se que o dia do Senhor, domingo, em inglês se chama Sunday e, em alemão se caracteriza como *Sontag* (dia do sol), reconhecendo-se ser ele a permanente fonte de energia a quem mantenha relação dialógica de respeito com a natureza. Fico retado, por isso, quando vejo alguns idiotas, adeptos de religiões fundamentalistas (protestantes e/ou católicos), colocarem o nome de Tupã em seus cães. Vilipendiam, assim, o verdadeiro Cristianismo. Ainda mal. (KESTERING, 2025).

Figura 17 – Chuva no Sertão



Fonte: Radar Sertanejo (2023)

3.1.2 Registros Rupestres

Na região Nordeste do Brasil existem incontáveis sítios arqueológicos com registros rupestres. As comunidades de berço nativo preservam-nos com especial carinho. Elas e os pesquisadores sabem que, por seu estudo, pode-se acessar à espiritualidade dos autores, tanto históricos quanto proto-históricos e/ou pré-coloniais [42] . Para conhecer o espírito ancestral, pesquisam-se os fragmentos conservados desse sistema pretérito de comunicação, sagrado pela antiguidade e respeitável pela relevância, com pressupostos teóricos estruturalistas e parâmetros de análise eminentemente gnosiológicos. Segregam-se, assim, as unidades gráficas (pinturas e gravuras) pelo critério da cognoscibilidade[43]. Com o princípio operacional do sistema binário, classifica-se o universo das representações em dois conjuntos básicos de figuras, quais são: conhecíveis ou reconhecíveis[44].

> São conhecíveis as pinturas e/ou gravuras que os pesquisadores identificam como unidades gráficas, no momento de sua visualização porque, de imediato, relacionam suas temáticas com algo do universo que

[42] "Pesquisam-se os registros rupestres, como fragmentos do sistema de comunicação, testemunhos materiais da representação do **espírito**, portas de acesso ao **saber,** e motores da provocação à restauração de atributos da **identidade** dos grupos ancestrais." (KESTERING, 2025, p. 15).

[43] "Os humanos têm dois modos fundamentais de representar a realidade: a metonímia e a metáfora. Na metonímia, os símbolos ou signos utilizados para representar a realidade fazem parte dessa mesma realidade, porém, na metáfora, a realidade e o signo que a representa são coisas diferentes." (OLSON, 1994 *apud* HERNANDO, 2002, p. 53).

[44] "Todo o conhecimento envolve a relação direta do sujeito cognoscente com algum objeto (a relação de conhecer diretamente ou, conversamente, de apresentação de um objeto a um sujeito cognoscente), mesmo que esse conhecimento seja por descrição de outro objeto." (RUSSELL, 1966).

> conhecem. Elas são facilmente identificadas porque representam componentes do mundo sensível. Assim o são: os zoomorfos (felinos, cervídeos, equídeos, pássaros, serpentes, quelônios), antropomorfos (de braços abertos, flexionados ou miniaturais), fitomorfos (palmeiras, leguminosas), anatômicos (mãos, pés, braços). Diz-se, por isso, que são representações metonímicas. Seus conceitos não transcendem os horizontes do conhecimento dos pesquisadores. Dão-se a conhecer de imediato porque, em relação dialógica e hermenêutica com os autores, compartilha-se a chave para a decodificação ou o desvendamento de seus significados, com diferentes níveis de confiabilidade. O grau de fidúcia depende basicamente do conjunto de conhecimentos, do contexto desvendado, da capacidade de percepção e/ou do grau de aprimoramento técnico do sujeito cognoscente.
>
> Para a identificação de pinturas ou gravuras reconhecíveis, que não representam realidades conhecidas pelos pesquisadores, inicia-se o processo de reconhecimento, a considerar-se como unidade gráfica um signo ou todo conjunto de signos e espaços vazios de um painel, enquanto não se segregam figuras semelhantes em outros agrupamentos picturais. Elas são, por isso, reconhecidas nas recorrências. Diz-se, por essa razão, que são representações metafóricas. Seus conceitos transcendem os horizontes do conhecimento imediato dos pesquisadores. Seus significados não são herméticos, porém. Podem dar-se a conhecer pelo desvendamento do contexto arqueológico, com anos de exaustivas prospecções e/ou escavações em determinada região. Quando se evidenciam elementos da cultura material, relativos a seu contexto, compartilha-se com os autores a chave para sua decodificação. (KESTERING, 2025, p. 51-52).

Sabe-se que havia grupos pré-históricos inclinados a edificar seu sistema de comunicação com representações majoritariamente metonímicas ou realistas. Como qualquer reacionário absolutista do passado e do presente, seus conceitos eram e continuam a ser monolíticos, rígidos ou

herméticos. Engessam-se as ideias com ataduras de fundamentalismo inquestionável ou inquebrantável. Explicam-se os fenômenos naturais incompreensíveis, pela sumária criação de mitos[45].

> O mito é uma representação imaginária daquela parte da realidade cuja lógica se desconhece e cuja ameaça necessitamos afastar para alcançar a mínima sensação de segurança que compense a ansiedade que, de outra maneira, absorveria nossas vidas. (...) Os mitos ajudam um grupo humano a evitar a frustração e o desamparo, a desorientação profunda que provocaria a percepção de um mundo desordenado, sem lógica (porque não se tem decifrado), porém poderoso e até brutal. Em resumo, o mito é a forma com que os humanos exorcizam sua angústia frente ao desconhecido, pela criação social de uma realidade baseada em parâmetros de tempo e espaço representados metonimicamente. (GOTESKI, 1952, p. 530 *apud* HERNANDO, 2002, p. 89).

Outros havia, contudo, que demonstravam preferência por representações metafóricas, simbolistas abstratas ou geométricas. Seus conceitos eram mais maleáveis, isto é, adaptáveis a diferentes contextos dos autores e, por extensão, a variadas interpretações que se estribassem nas experiências vividas pelos leitores e/ou pesquisadores.

Pelo parâmetro da cognoscibilidade dominante, relacionada com longo tempo e amplo espaço, propõe-se, assim, atribuir conjuntos de pinturas e gravuras rupestres pré-históricas a grupos ligados a duas tradições diametralmente antagônicas. Destarte, consideram-se os sistemas de comunicação majoritariamente metonímicos, realizados por grupos da

[45] "Em todas as sociedades existem mitos para dar conta dos fenômenos que não se entendem, embora o âmbito de aplicação do mito será tanto mais amplo quanto menor for a capacidade de controle e, portanto, de explicação mecânica dos fenômenos da natureza." (HERNANDO, 2002, p. 90).

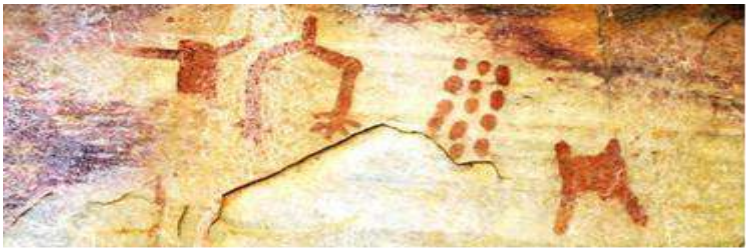
Tradição Nordeste e os de comunicação soberanamente metafórica, por grupos da Tradição São Francisco[46]. Na região Nordeste do Brasil há dominância absoluta das primeiras representações no Parque Nacional Serra da Capivara que se situa no Vale do Rio Piauí e integra-se à Bacia Hidrográfica do Nordeste, e das segundas, em toda extensão do Vale do Rio São Francisco, onde perfazem "80% a 100% das sinalações". (PROUS, 1992 *apud* DUARTE, 2011, p. 22; Fig. 18 e 19).

Figura 18 – Figuras metonímicas, dominantes na Serra da Capivara



Fonte: Leite (2025)

Figura 19 – Figuras metafóricas, dominantes no Vale do São Francisco



Fonte: Kestering; Kestering (2014, p. 62)

[46] "[Tradição] compreende a representação visual de todo um universo simbólico primitivo que pode ter sido transmitido durante milênios sem que, necessariamente, as pinturas [e/ou gravuras] de uma tradição pertençam aos mesmos grupos étnicos, além do que poderiam estar separados por cronologias muito distantes." (MARTIN, 2005 *apud* DUARTE, 2011, p. 21).

No território ocupado pelo povo Proká (Tuxá, Truká e Akará) acham-se alguns sítios arqueológicos com registros rupestres majoritariamente metafóricos, o que nos permite propor que a espiritualidade deles era essencialmente dialógica. Apreciavam comunicar-se com os diferentes. Por essa razão disponibilizaram as trilhas de seu território e os portais de suas aldeias, para bem recepcionar os colonizadores. Pensavam estar a relacionar-se com pessoas que comungassem seus valores e adotassem a mesma cosmologia. Puro engano foi a leitura que fizeram dos estranhos forasteiros recém-chegados. Avaliar os outros pelo parâmetro de sua pureza custou-lhes homéricos dissabores entre os quais destaca-se a secular tentativa de assassinar sua espiritualidade. (Fig. 20 e 21).

> [No sítio arqueológico de Itacoatiara, em Rodelas] os motivos são lineares verticais, inclinados e horizontais, formando séries de segmentos verticais, pectiniformes e tridáctilos. (...) este tipo de gravura está presente desde os primeiros momentos de ocupação, ou seja, 2.290 +/- 170 BP (...) [No Bebedouro das Pedras, também em Rodelas] os motivos são lineares, combinando figuras retas e curvilíneas que aludem, em alguns casos, a zoomorfos. (ETCHEVARNE, 2002, p. 75).

Figura 20 – Gravuras rupestres em Itacoatiara, Rodelas



Fonte: Etchevarne (2002, p. 82)

Figura 21 – Gravuras rupestres em Bebedouro das Pedras, Rodelas



Fonte: Etchevarne (2002, p. 83)

3.1.3 Encantoria

O estudo das populações indígenas abre caminhos ao entendimento de que Tupã teria se originado do maior encantamento interrogativo, em busca de compreenderem-se fenômenos extraordinariamente benéficos à vida e/ou excepcionalmente belos na natureza. Para elas, o mundo é de quem se encanta, em busca permanente por respostas às inquietudes fundamentas da vida. Por isso, por extrapolarem os horizontes da compreensão humana "celebram-se as chuvas, o arco-íris, as estações, o plantio, a colheita, o sagrado caminho da vida e da passagem." (WERÁ, 2024 *apud* VEIGA, 2024). Pode-se, assim, definir a espiritualidade nativa como cristalino sentimento de infinito encanto e puro pertencimento à natureza[47].

[47] "Eles [os indígenas] não se veem separados dos outros bichos. Eles se consideram bichos como os outros bichos. Eles não se veem separados das

> Um pajé não seria um papa. Ele é uma fortaleza espiritual, mas ele não é um bispo ou um pastor. Ele se comunica com as forças da natureza, **com os encantados da natureza** (grifo nosso), por ter um preparo espiritual natural e espontâneo. Ele, portanto, é um portador de espiritualidades profundas, mas ele não tem um texto único, um lugar único. (SANTOS, 2024 *apud* VEIGA, 2024).

Encantados são, destarte, espíritos iluminados que orientam os indígenas a defenderem e protegerem a natureza, auxiliar na cura de doenças e/ou solução de aflições pessoais de natureza diversa (física e/ou espiritual)[48]. Revelam-se de forma semelhante às divindades que se manifestam em outras culturas [49] , à semelhança dos orixás vinculados à espiritualidade de matriz africana. Estão presentes na mata, nos olhos d'água, nos rios, nas serras, no silêncio, em tendas, nos terreiros, rochedos, salões, quartos de santos, sonhos e/ou corpos em transe[50].

---

plantas, das águas, das pedras. É isso. Esse é o ponto: sentir as energias da natureza, esse pertencer à natureza, terra, mata, ar, rios, mares, pássaros, aos bichos… Esse sentimento de pertencimento, de não ser antropocêntrico." (SILVA; SANTOS 2024 *apud* VEIGA, 2024).

[48] "Nos enredos de fundo cristão, os "encantados" para os indígenas apareciam como demônios, como seres vagantes do mal. Esta é a gênese da satanização de diversas figuras de origem indígena que foram incorporadas ao folclore nacional." (VEIGA, 2024).

[49] "Encantados são percebidos como espíritos ou, ainda, como pessoas que não passaram pela experiência da morte, mas desapareceram, encantando-se." (FERRETTI, 2000 *apud* AHLERT, 2021).

[50] "Suas manifestações costumam incidir sobre corpo e mente, indicando a necessidade de criar relações com eles por intermédio de obrigações, promessas e cuidados. Carregar encantado, ter mediunidade ou ter encantoria são algumas formas de aludir à presença dos encantados na vida de uma pessoa, algo que é considerado uma grande responsabilidade, uma brincadeira séria, que exige compromisso e dedicação." (AHLERT, 2021).

> Os encantados têm nomes, se identificam, têm identidades próprias que revelam para as pessoas que escolhem, às quais nós chamamos de zelador, pai, zeladora ou mãe de Praiá. É diferente de outras culturas de matriz africana. Nós temos nossa maneira própria para lidar com essa situação. Ao começar a manifestar-se, o encantado mostra sua identidade para aquele que foi escolhido. Nossos encantados não são vistos como fumaça, água ou orvalho. Nossos encantados se materializam através de um roupão. Quando ele é levantado, ele já tem dado sua característica, manifestado sua identidade, com seu nome.
>
> Os encantados moram nas florestas, habitam as águas, as cachoeiras e as aldeias. Nós não os enxergamos, mas eles nos enxergam. Eles estão perante a comunidade para servir a comunidade. O encantado não é um espírito. Ele não morreu. Ele está vivo. Por isso, ele vem ao encontro daquele que chama, seja na aldeia ou na cidade. Não é uma identidade corporal. É um indígena escolhido para cuidar de seu povo. (BRASIL CULTURA INVISÍVEL, 2021).

Lembra-se que os indígenas de raiz Cariri e/ou Tupinambá, distribuídos pela região Nordeste do Brasil, atribuíam nomes aos k*urumim*, somente quando eles nasciam para o Encanto, o Espírito ou a Identidade. Se realizassem feitos inéditos ou extraordinariamente relevantes, seus nomes passavam a representar o grupo. Assim surgiu o povo Rodelas do qual se derivaram os Tuxá, Truká, Akará, Tumbalalá, Pancararé, Tuxi e outros mais que hoje se reconhecem no Submédio São Francisco ou nele sobrevivem, na condição da invisibilidade compulsória imposta pelo secular sistema colonialista.

Os encantados auxiliam os grupos nativos no enfrentamento de dificuldades espirituais e materiais, nas lutas contra as desigualdades sociais, na reconquista de territórios ancestrais e na manutenção de modos de vida tradicionais. Eles são parceiros que dão ânimo, força, coragem e resistência às comunidades em protesto e/ou nos embates, quando

ameaçadas pela grilagem e empreendimentos de grandes empresas. Além de vários santos cristãos, quais sejam, Cosme e Damião, Santa Bárbara, Santa Luzia, Nossa Senhora da Conceição, São Sebastião e outros, destacam-se: Anduré, Anhangá, Boiadeiros, Caboclos, Caipora, Curupira, Eru, Janaína, Martim Pescador, Pena Branca, Sultão das Matas e Tupinambá.

> **Anduré** é um grande curador, conselheiro, orientador daqueles que buscam, que clamam ou pedem sua ajuda. É um dos 114 pipipãs que, em seu surgimento, destaca-se com grande habilidade. Ele une os povos, as nações, na sabedoria, na dor e na tristeza. Busca sempre o melhor para aquele que o invoca. (BRASIL CULTURA INVISÍVEL, 2021).
>
> **Anhangá** é uma entidade muito traquina e zombeteira. Confunde quem entra nas matas para machucar os animais, caçar sem necessidade de comer, coisas do tipo. Eles [os padres] veem na figura uma possível analogia com o diabo, porque o diabo não existe nas mitologias dos povos Tupi. (SILVA, 2024 *apud* VEIGA, 2024).
>
> **Boiadeiros**: Na época que eram vivos, eles trabalhavam com a terra e dominavam a arte do cuidado do campo, lidando com os instintos animais e as adversidades climáticas. Por isso que, enquanto guias espirituais na Umbanda, os Boiadeiros são conhecidos por conseguirem trazer harmonia até para as relações mais improváveis. (TENDA DE CARIDADE OXUM E VÓ MARIA, 2025).
>
> **Caboclos**: São os nossos amados Caboclos os legítimos representantes da Umbanda. Eles se dividem em diversas tribos, de diversos lugares formando aldeias. Eles vêm de todos os lugares para nos trazer paz e saúde, pois através de seus passes, de suas ervas santas conseguem curar diversos males materiais e espirituais. A morada dos caboclos é a mata, onde recebem suas oferendas. Sua cor é o verde transparente para as Caboclas e verde leitoso para os Caboclos. Gostam de todas as frutas, de milho, do vinho tinto (para eles representa o sangue de Cristo), gostam de tomar sumo de ervas e

apreciam o coco com vinho e mel. (SOCIEDADE ESPIRITUALISTA MATA VIRGEM, 2026.

Caipora: A palavra Caipora vem do tupi ‘caapora’ e quer dizer ‘habitante do mato’. E ela não é qualquer habitante das florestas, pois é a guardiã dos animais selvagens. É a responsável por castigar os caçadores gananciosos que não cumprem o acordo de caçar somente o necessário para sobreviver. Ela afugenta as presas, espanta cães farejadores e desorienta o caçador simulando os ruídos dos animais da mata, assobiando ou dando pistas falsas para que se percam. (BACELLAR, 2022).

Curupira é um anão de cabelos vermelhos, com pelos e dentes verdes, muito poderoso e forte. Seus pés são virados para trás e, por isso, ele engana facilmente os inimigos que, seguindo o falso rastro, pensam que se aproximam dele quando, na verdade, estão cada vez mais distantes. Outra estratégia de guerra do anão é cavalgar um porco do mato e, mais uma vez, falsificar as pegadas. Para atrair os destruidores da vida selvagem, o Curupira costuma chamá-los, imitando a voz humana. Com disfarces tão inteligentes e tanta mobilidade, o Curupira nunca foi capturado. Todos que o viram, até hoje, tiveram seu juízo abalado e dificilmente voltaram para casa. Como protetor da vida nas florestas, ele castiga os agressores da natureza, tendo especial aversão aos caçadores que matam pelo sádico prazer de dominar e destruir os mais fracos. (LITZ, 2008).

Eru é um espírito que vem "de fora", livre das amarras familiares, habitando as matas escuras e selvagens, um lugar de poder e misticismo. É descrito como mal-educado, rude, que não conhece os humanos e gosta de caçar, mas extremamente leal e sincero, falando a verdade doa a quem doer. Tem uma energia guerreira, quebra demandas, afasta negatividades e atua na cura e na evolução espiritual, sendo um guia para seus filhos e terreiros. (VALFRIDES, 2026).

Janaína era filha de um poderoso cacique e de uma índia guerreira. Janaína se apaixonou por um homem branco que atracou junto com outros homens perto da aldeia onde vivia

a cabocla. Após algum tempo, Janaína engravidou do amado. Por viver um romance proibido, pois sua mão já era prometida a casamento para outro índio, Janaína fugiu ao pensar nas consequências que sua gravidez traria a ela e seu filho, assim ela tentou fugir seguindo o navio do pai de sua criança e seu verdadeiro amor. Mas a jovem Janaína não teve forças para alcançar o barco, perdeu suas forças, se afogou e foi acolhida pelos braços de Mamãe Iemanjá que compadeceu de sua dor. Cabocla Janaína sempre traz muita paz, luz e uma leveza para seus médiuns. Trabalha pela caridade, não aceita injustiça, seja com seus médiuns quanto com aqueles que tem a sua proteção e gosta de espalhar sua sabedoria a quem está disposto a aprender e escutar. Vem na linha de Iemanjá ou Oxum. É uma entidade de fala mansa, amorosa, que transmite amor e confiança. Apesar de seu jeito carinhoso, ela também é muito enérgica quando necessário. É exigente com seus médiuns e não gosta de fazer rodeios quando precisa aconselhar, sendo assim direta em suas informações. Gosta de usar maracá. Velas azuis-claras e brancas. Suas oferendas são aceitas sob pano branco e azul-claro. Em suas oferendas pode conter frutas, espelhos, pentes, perfumes de essência de alfazema ou essência de flores brancas ou azuis; rosas, lírios e mel. (MEDEIROS, 2026).

Jurema dos pontos famosos e das imagens é uma entidade das matas. Ela é a grande curadora, filha do Caboclo Tupinambá. (SIMAS, 2026).

Martim Pescador é uma entidade da linha dos marinheiros na Umbanda, conhecida por sua energia vibrante e sua habilidade de trazer equilíbrio emocional e mental. Ele se destaca por sua alegria, comunicação e jeito agregador, sendo uma presença forte nos trabalhos espirituais. Associado às cores branca e azul ou azul royal, Martim Pescador carrega a vibração do oceano, ajudando aqueles que precisam encontrar estabilidade em meio às tempestades da vida. Seu movimento característico, balançando de um lado para o outro, é um mecanismo energético que auxilia no reequilíbrio espiritual. Quando permitido pela casa, pode utilizar bebidas

alcoólicas para descarregar energias densas, mas sempre com o objetivo de trazer harmonia e bem-estar para aqueles que o procuram. Se você sente que suas emoções estão instáveis ou sua mente está sobrecarregada, Martim Pescador pode ser um grande aliado, mostrando que, assim como o mar, a vida tem suas marés, e o importante é saber navegar com sabedoria. (REINOS DE UMBANDA, 2026).

Pena Branca: Caboclo que tem grande calma e paciência, passa aos consulentes toda a sua paz. Realiza diversos trabalhos, destacando-se os que são voltados ao equilíbrio espiritual, reposição de força, fortalecimento energético. O caboclo Pena Branca se destaca também por ser um exímio puxador de entidades. É um grande conselheiro, amigo e fiel, sempre tem a palavra certa para nos motivar em períodos de extrema dificuldades. No plano astral, faz um trabalho de coordenação junto as outras entidades de luz, no combate as entidades de Baixo Astral. (UMBANDA SABER, 2026).

Sultão das Matas atua muito nas vibrações dos Orixás Oxóssi, Ogum e principalmente Xangô. Seus trabalhos no nosso plano se dão na luta pela honra e pela verdade, ajudando as pessoas a encontrar sua luz interior. No plano espiritual, é um doutrinador, auxiliando os desencarnados a encontrarem o caminho da luz e seguir na evolução. (BRADO DO CABOCLO, 2018).

Tupinambá é o encantado com atributos de índio bravio, comedor de carne crua e até de carne humana, que habita o topo das serras mais inacessíveis. Roga-se a presença dele para lembrar que o canibalismo precisa ser controlado ou doutrinado, para não voltar a ocorrer. Utilizam-se alguns alimentos e orações “para controlar essa prática ancestral, sobretudo quando os encantados comedores de carne incorporam no corpo dos médiuns.” (COUTO, 2008, p. 148-149).

3.1.4 Toré

O toré, também conhecido como folguedo de índio, brincadeira ou trabalho de caboclo, é uma diversão ou festejo tipicamente nativo[51]. Destaca-se como atributo identitário, imprescindível nos processos de reconhecimento junto aos órgãos governamentais e não governamentais.

> Com a necessidade de se comprovar a indianidade, apresentando rituais que os enquadrem na categoria "índio", os índios então adotaram o Toré, elemento que se difunde entre os índios do Nordeste para fortalecer politicamente os povos que não o praticavam, do ponto de vista político e identitário, tornando-se este ritual um forte diacrítico cultural dos índios da região. (COUTO, 2008, p. 151).

Para divertirem-se, dançarinos, cantores e assistentes se encontram, com indumentárias típicas entre as quais se destacam: pinturas corporais, cocares[52], colares[53], tangas[54] e maracás[55]. O Toré alicerça a identidade étnica e constitui o cerne da espiritualidade, independentemente dos lugares onde se dança. Compõe-se de um grupo distribuído em duas

[51] "O Toré é importante para nós mostrarmos que somos índios. Quem é índio dança o Toré. Negro e moreno não dançam Toré. Não me envergonho de ser índio." (BIDU *in* MARBACK, 1989 *apud* KESTERING, 2023, p. 32).

[52] "Os cocares são feitos com penas de pássaros, galinhas ou gansos. O cacique e as lideranças mais importantes costumam geralmente usar cocares grandes, que se destacam pelo tamanho e pelo esplendor da plumagem – às vezes penas de gavião são usadas na confecção do cocar do cacique." (COUTO, 2008, p. 154).

[53] Os colares são normalmente feitos com sementes encontradas na própria região ou com sementes vindas de aldeias distantes. (COUTO, 2008, p. 154).

[54] As tangas são feitas com fibras de caroá.

[55] Os maracás (chocalhos que dão ritmo ao Toré) são quase sempre feitos com cabaças ou frutos de coité, das quais são retiradas as sementes e a polpa. Neles se introduzem sementes ou pedrinhas para emitirem o som peculiar. (COUTO, 2008, p. 154).

filas paralelas[56]. Pode evoluir para fileira solo. Ao compasso de maracás e apitos, dançam-se músicas entoadas por cantadores (mestres) e puxadores (contramestres). (Fig. 22 e 23).

Figura 22 – Indígenas Truká em ritual do Toré



Fonte: Batista (2024, p. 186), adaptada pelos autores

> A dança consiste numa coreografia variada, indo da simples marcação de uma batida com o pé direito e o arrastar do pé esquerdo, deslocando-se o corpo para o lado, até trocar-se de posição com o parceiro do lado, executando, também, operações mais complexas, onde os dois dançadores se abaixam, se levantam, batem o pé direito e puxam sua fileira até o final da fila, de forma a se constituir numa evolução sincronizada. (BATISTA, 2024, p. 190).

[56] "Geralmente o Toré é feito na abertura de certos eventos de cunho político, como reuniões com entidades, e para fortalecer o espírito para as lutas diárias, a exemplo da luta pelos direitos à saúde e à demarcação de território." (COUTO, 2008, p. 152).

Figura 23 – Indígenas Tuxá em ritual do Toré



Fonte: Marques (2008, p. 324 *apud* Kestering, 2025, p. 70)

O ritual do Toré talvez seja o principal marcador de memória dos indígenas de berço Rodelas. Os Tuxá, por exemplo, até hoje repetem cantorias elaboradas em 1761, quando se desfizeram várias aldeias, para concentrar os indígenas em núcleos de evangelização entre os quais destacam-se as Ilhas de Zorobabé e da Assunção. Em estilo de cantilena cantam-se os versos que se compuseram então, para recepcionar os nativos de berço Acoroá.

> Vamos, vamos meus caboclos da tribo do Acoroá,
> Vamos, vamos meus caboclos da tribo do Acoroá,
> Oi, os caboclos são irmãos, vamos trabalhar.
> Oi, os caboclos são irmãos, vamos trabalhar.
> Ah reina, reina. Ah, reina hô.
> Ah reina, reina. Ah, reina hô.” (CACIQUE RAIMUNDO NONATO FLECHIÁ *in* CARVALHO, 2017).

O Decreto Pombalino, levado a efeito pelo Diretório dos Índios de Pernambuco impactou grandemente o povo Kariri do Submédio São Francisco. Ecoou pelas caatingas sertanejas e ressoa pela história, no seio dos rochedos onde se perpetuam

os rituais de berço ancestral. Aliás, a função maior de qualquer celebração é manter viva a memória dos valores e episódios que se destacaram na história dos povos[57].

> Era ela, a sábia cabocla [Cordolina Tuxá], quem coordenava a cantoria. Intercalava músicas sacras com hinos do autêntico Toré, herdado de seus ancestrais que, no Século XVII, em Zorobabé, com o franciscano Frei Francisco de Domfront haviam-se catequizado. Com voz forte, quase estridente, como caixa de ressonância de toda aldeia, entre outros cantos ela entoava: Veio o índio do Amazonas [Acoroá do Piauí]. Ele veio pra trabalhar. Nós trabalhamos com fé em **Deus que é nosso Bom Pai, o Ar**. (KESTERING, 2025, p. 187).

O mesmo acontece com os grupos Pipipã da Serra Negra e Akará de Flores, no estado de Pernambuco. (Fig. 24). Eles preservam fragmentos da memória do aldeamento que se implantou no final do Século XVII, na Ilha da Missão, em frente à sede da fazenda curraleira da qual se originou a atual cidade de Belém do São Francisco.

> Foi no tempo que o pessoal começou a derradeira luta dos índios. O pessoal [curraleiro] matando os índios. Aí eles foram se aldear na Lagoa do Jacaré que chamam de **Aldeia da Missão** (grifo nosso). Até hoje nós temos esse toré da Aldeia

[57] "Os rituais são constituídos por conjuntos de ações regulares e repetitivas que os grupos empregam na realização de atividades técnicas, para compensar limitações físicas; nas ações do cotidiano, para equacionar problemas funcionais de rotina; ou nos cerimoniais, para preservar a memória de acontecimentos ou referências mitológicas importantes para a sobrevivência e sucesso reprodutivo. Os rituais não são ambíguos porque reproduzem movimentos corporais rigorosamente padronizados. Os genomas dos indivíduos contêm as informações de comportamentos teleonômicos que deram certo e garantiram a sobrevivência e o sucesso reprodutivo dos grupos. De acordo com Piaget (1996), 'os genomas são sistemas organizados de *genes* que regulam a manutenção de estruturas que dão estabilidade física e emocional aos indivíduos'. As ações dos humanos, como as de outras espécies, obedecem aos padrões motores aprendidos nas experiências acumuladas." (KESTERING, 2007, p. 20).

da Missão onde os índios eram escravos. Saíam de lá, de noite,
pra dançar com os outros. Aí cantavam o Toré:
Cheguei na minha aldeia. Cheguei de pé no chão.
Venho trazendo perneira, chapéu de couro e gibão,
Pra folgar com meus caboclos,
Na Aldeia da Missão. (ROSENDO, 2026).

Figura 24 – Ritual do Toré na aldeia dos Pipipã, em Pernambuco



Fonte: Brasil Cultura Invisível (2026)

3.1.5 Particular

O particular, também chamado de Ciência do Índio, Ciência do Caboclo, Trabalho de Mesa, ou simplesmente Ciência é, por excelência, o ritual de maior destaque, a universidade dos indígenas Proká ou Rodelas[58]. Caracteriza-se pela partilha de saberes tradicionais relativos ao entendimento do ambiente para gerenciamento da vida, otimizada pelo consumo da bebida psicoativa, obtida pela infusão da entrecasca da raiz da árvore chamada de jurema (*Mimosa hostilis*), arrancada com

[58] "Em 'O Pensamento Selvagem' (1962), Lévi-Strauss equipara o pensamento ameríndio aos mais sofisticados processos de reflexão da sociedade moderna ocidental. De acordo com o antropólogo, os saberes indígenas são constituídos a partir de níveis estratégicos distintos do saber científico, porém, tanto este quanto os pensamentos indígenas dispõem das mesmas operações lógicas." (SILVA, 2014, p. 83).

antecedência, pelo juremeiro e/ou mestre do trabalho[59]. (Fig. 25 e 26).

> Na comunidade, aqueles que têm contato com os encantados são os "mestres de aldeia" e "juremeiros". Através deles, nós temos o conhecimento e as informações de como nós devemos proceder e as medidas e os cuidados que devemos tomar. São eles que carregam os nossos costumes e é através do ensinamento deles que eu, junto com outras lideranças, vou seguindo e tentando conduzir a aldeia Truká.
> A [espiritualidade] do índio é beber jurema. É ir no mato e fazer as obrigações. Ir no mato para arrancar a raiz da Jurema, no dia do trabalho, depois fazer o Toré, cantando e dançando com a Jurema. Primeiramente é a Jurema, porque é dela que vem a força para o trabalho.
> Tem que ser todos um corpo só. Temos que cuidar de nós todos, de nosso costume. Nosso costume é dançar toré. O Toré nos dá todo o ensinamento. Os antepassados dão orientação para a gente. (...) Nasci e me criei com o Toré. Cantar, dançar, beber Jurema. Maracá era da boca da noite até amanhecer, era de sábados e quartas. O que eu quero pra mim eu quero para os outros todinhos. Encanto não se pega com a mão. A gente se concentra na Jurema e aquilo entra na cabeça e dá tudo certo. No toré, eu sei o que está acontecendo, está entrando um e saindo outro, porque alguém está soltando pra eu soltar. Eles ensinam tudo. O índio canta para isso. (ISSOR TRUKÁ; ANTÔNIO CHICO; TONHO DE CHIQUINHO, 2021 *apud* POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2021).

[59] "Algumas horas antes do início do *particular*, a raiz da *jurema* é batida, até que a casca que recobre esta raiz se solte. Então é esmagada num pilão de pedra, até que se torne uma massa pastosa. Esta massa é colocada dentro de cascas de cocos partidos ao meio (são chamados de quengos, quenguinhas) e, pouco antes de começar o *particular*, o *mestre* e o *juremeiro*, sozinhos e recolhidos ao local onde será realizado o ritual, preparam a bebida, misturando água morta, isto é, água que foi retirada do rio com antecedência mínima de um dia, a massa da *jurema*. Experimentam, até considerarem que a *jurema* está boa. O que significa que não está nem forte nem fraca." (BATISTA, 2024, p. 199).

Figura 25 – Extração da entrecasca da jurema em almofariz de pedra



Fonte: Batista (2024, p. 200), adaptada pelos autores

Figura 26 – Mistura da entrecasca da jurema com água potável



Fonte: Batista (2024, p. 200), adaptada pelos autores

Nessas reuniões partilham-se técnicas relativas à confecção de objetos cerâmicos, armas (arcos, flechas, escudos), instrumentos musicais, maracás, cestos, abanos, adornos e redes. Definem-se também as atividades socioeconômicas, com discernimento do que é peculiar aos homens e às mulheres[60]. Relembram-se, ainda, conhecimentos referentes à astronomia, para planejamento de afazeres cotidianos como: desmatamento para as roças, queimada, plantio, colheita, caça, pesca, florescimento e frutificação dos vegetais, chuvas, estiagens, piracema. Destacam-se as mesas de cura onde se dispõem seis dentes de alho nas extremidades de uma Estrela de Salomão, riscada no piso, ascendem-se velas e intercala-se o consumo de jurema com banhos de fumaça para limpeza espiritual. (Fig. 27 e 28).

> Os saberes tradicionais indígenas são como uma rede, e estão articulados a diversos aspectos sociais, políticos, culturais desses grupos. Concepção que os distanciam do nosso pensamento – chamado ocidental, científico –, tendo em vista a visão segmentada da ciência moderna.
>
> Os indígenas possuem processos próprios de organização social que determinam suas práticas de uso dos recursos de suas terras. Detentores de saberes particulares, constantemente recriados, acumulados durante milênios e transmitidos através da oralidade, esses saberes tradicionais estão entrelaçados às suas cosmologias, assim como profundamente articulados ao meio ambiente onde vivem. O bem estar dos grupos depende dessas relações diretamente estabelecidas com ciclos e processos ecológicos vivenciados desde tempos imemoriáveis, que orientam a vida cotidiana e ritual, em uma interação saudável e equilibrada entre indivíduos, espaço e o cosmo. (SILVA, 2014, p. 87-88).

[60] "Na abertura de uma roça (*çó*), por exemplo, os homens abriam a clareira, queimavam, limpavam e preparavam a futura área de plantio. Em seguida, as mulheres ocupavam o espaço, pois elas eram as responsáveis pelo plantio, colheita e preparo dos alimentos." (SILVA, 2014, p. 84).

Figura 27 – Estrela de Salomão com dentes de alho nos vértices



Fonte: Batista (2024, p. 201), adaptada pelos autores

Figura 28 – Mesa de cura pronta



Fonte: Batista (2024, p. 201), adaptada pelos autores

Os particulares se realizam de 15 em 15 dias[61]. (Fig. 29 a 31). Têm início à meia noite e findam, normalmente, ao amanhecer. Nesses eventos sagrados, consome-se a juremada, bebida fermentada que se prepara com a entrecasca da jurema (*Mimosa hostilis*), e inala-se fumo, para induzirem-se os participantes a entrarem em transe, condição física necessária para receberem as mensagens, com os saberes dos ancestrais encantados[62].

Figura 29 – Casa dos rituais ocultos



Fonte: Marques (2008, p. 325 *apud* Kestering, 2025, p. 71)

[61] "O 'Particular' constitui uma cerimônia mais fechada, realizada fora dos limites da cidade, vedado a qualquer participação de pessoas não envolvidas com o ritual, restrito aos adultos (...) casados, homens e mulheres. A utilização de jurema e fumo é bem mais intensa nestas ocasiões, que ocorrem regularmente a cada duas semanas." (ANAÍ, 1981).

[62] "Entre os Tuxá se encontravam mestres, curandeiros e curandeiras juremeiros. Eram os únicos, no povoado, que praticavam rituais, onde ingeriam uma bebida feita da entrecasca da jurema, e eram procurados, tanto pela população indígena como não-indígena, para realizarem "trabalhos espirituais" que visavam a cura de enfermidades." (SALOMÃO, 2020, p. 102).

Figura 30 – Consumo de Jurema durante o particular



Fonte: Centro de Trabalho Indígena (2018 *apud* Kestering, 2025, p. 71)

Figura 31 – Banho de fumaça no particular



Fonte: Centro de Trabalho Indígena (2018 *apud* Kestering, 2025, p. 72)

> Prepara-se o fumo com várias ervas, como a umburana, o alecrim o jatobá, a amescla, entre outros. Nos ocultos, nos enramamos, recebemos a força de nossos antepassados, índios antigos que voltam para orientar a aldeia. (SANDRO TUXÁ; UILTON TUXÁ, 2008 *apud* MARQUES, 2008, p. 325).

É nos particulares que se preservam e compartilham-se conhecimentos milenares, produzidos e utilizados pelos grupos ao longo de gerações, para sobreviverem física e culturalmente em seus territórios[63]. Neles se elaboram e/ou consolidam-se saberes sobre a fauna e flora, sistemas agrícolas apropriados, práticas de pesca artesanal, gestão sustentável dos recursos naturais, cosmologia, ecossistema, estrutura socioeconômica, rituais simbólicos de relação com a natureza e processos de resistência coletiva frente a empreendimentos colonialistas.

> O debate sobre saberes tradicionais conecta-se diretamente à perspectiva da Ecologia de Saberes, que busca superar a hierarquia epistemológica entre o conhecimento científico ocidental e os saberes locais. A abordagem sugere a constituição de um diálogo horizontal, no qual cada sistema de conhecimento é reconhecido em sua validade e potencialidade, especialmente no enfrentamento de problemas socioambientais globais. (SOUSA SANTOS, 2006 *apud* GAMA; OLIVEIRA; CAVALCANTE; MORAIS; RODRIGUES, 2025, p. 4)

Observe-se que muitos saberes ancestrais têm consistência científica equiparada ou superior aos conhecimentos acadêmicos atuais. A seu estilo, os grupos nativos elaboravam cartas geográficas que, em termos de precisão e utilidade,

[63] "Território é um espaço de vida, identidade e pertencimento, onde se exercem práticas tradicionais que garantem sua subsistência e continuidade cultural. Trata-se, portanto, de espaços tradicionalmente ocupados, nos quais a natureza e cultura se entrelaçam de forma inextricável, conformando modos de vida específicos e sustentáveis." (DIEGUES, 2000 *apud* GAMA; OLIVEIRA; CAVALCANTE; MORAIS; RODRIGUES, 2025, p. 2).

nada devem aos desenhos técnicos ensinados nos cursos de engenharia contemporâneos e, nem tampouco, às cartas elaboradas a partir de imagens obtidas por satélites. Por oportuno, concerne propor que boa parte dos registros rupestres se produziu para compartilhar saberes elaborados e/ou consolidados em rituais particulares [64]. A título de exemplo, expõe-se o painel de gravura rupestre do Bebedouro das Pedras, com representação do trecho navegável do Rio São Francisco, entre Jatobá – PE e a ilha de Zorobabé. (Fig. 32).

> Nossos índios eram canoeiros experimentados, conhecedores de seu rio, cachoeira por cachoeira, pedra por pedra. (...) Ao iniciar-se a era do transporte fluvial de Rodelas a Jatobá e a Juazeiro, os índios foram em regra os remeiros. E bons remeiros. No curso Juazeiro a Pirapora, destacou-se o índio rodelense Manoel de Souza – Caboclinho, como prático, se não erro, do Vapor Barão do Cotegipe. Antes do exercício de prático de vapor, Caboclinho foi piloto de uma barca no percurso Jatobá – Juazeiro. (FONSECA, 1996, p. 40).

Figura 32 – Gravura rupestre a mostrar como se chegava a Zorobabé



Fonte: Etchevarne (2002, p. 83); Google Earth (2026), adaptados

[64] "O *particular* é uma ciência que pode ser feita utilizando as "correntes" da água ou da mata." (BATISTA, 2024, p. 202).

3.1.6 Quartinho

Quartinho é um espaço pouco iluminado que se reserva nas casas residenciais. (Fig. 33). Destina-se a orações e cultos aos encantados, mestres[65] e santos[66]. Fundamenta-se na crença de que uma determinada família é marcada pelo atributo hereditário da cura ou feitiçaria.

> Bastaria ser uma mulher nascida dentro desta família, para se ter o poder de vida e morte sobre todos os outros, incluindo-se aí os homens filiados ou nascidos dentro desta família "matriarcal". (BATISTA, 2024, p. 224).

Figura 33 – Altar posto no quartinho



Fonte: Marques (2008, p. 326)

[65] Os mestres podem estar relacionados tanto a índios encantados a lideranças espirituais, curandeiros e pajés, quanto a índios ainda vivos que, de alguma forma, nos rituais se relacionam com os encantados. (MARQUES, 2008, p. 327).

[66] Os Tuxá consideram o mestre São João Batista como o mito fundador da Aldeia de Rodelas. Reconhecem-no como Mestre Cá Neném, um índio encantado. Além desse, eles se relacionam com diversos outros santos, alguns trazidos pelos missionários, outros pelos próprios indígenas, que se incorporam em seus rituais mágicos e/ou- espirituais. (MARQUES, 2008, p. 328).

Trata-se de um atributo hereditário, de manter contato com os encantados, que se aprimora ou controla-se com o passar dos anos[67]. O rezador ou curador adquire reconhecimento, dentro e fora do grupo, quando sua capacidade é testada em um membro da própria família, preferencialmente os pais ou irmãos.

> Em primeiro lugar se colocam as rezadeiras, que portam o reconhecimento por parte do próprio grupo como sendo possuidoras de um poder capaz de afastar as doenças/morte que se localizam nas crianças. Esta situação reflete a noção de que a doença pode ser explicada de duas maneiras não-excludentes; a primeira passa pelo discurso oficial da medicina, onde os agentes são reconhecidos e o saber é restrito, como também a capacidade de se utilizar os remédios; na segunda, encontramos a noção do "olhado" – quando uma certa categoria de doença revela um pensamento/desejo/ação de uma pessoa contra uma família e/ou uma criança. Desta maneira, diante de uma doença, busca-se o remédio "mais tradicional", isto é, um médico ou farmacêutico na cidade e, em caso de insucesso, pode-se interpretá-lo como sendo revelador de um outro tipo de situação.
>
> Um segundo momento é o que se conhece como *cienciazinha* ou *toré de mesa*. A cienciazinha é praticada com extrema discrição por todos aqueles que estão habilitados para manterem contato com os encantos. (BATISTA, 2024, p. 226-227).

[67] "Todas as casas possuem um espaço reservado para santos católicos, como, por exemplo, Padre Cícero, diferentes representações de Nossa Senhora, e de outros Santos; ao mesmo tempo, muitas casas possuem um retrato do "Preto Velho", que é conhecido no grupo como tento sido um baiano xangoseiro muito afamado e que é capaz de proteger qualquer casa contra as "coisas feitas"." (BATISTA, 2024, p. 230).

3.1.7 Catimbó

Muito embora se encontrem expressões no Sul e Sudeste, o Catimbó, também conhecido como Jurema Sagrada[68], é uma espiritualidade típica do Nordeste do Brasil. Apesar de no meio popular dizer-se que sua origem ocorreu no Século XVI, XVII ou XVIII, sabe-se hoje que fragmentos de suas raízes se encontram em camadas muito profundas do substrato da pré-história[69]. Em painéis de pintura rupestre do Parque Nacional Serra da Capivara, no Sudeste do Piauí, por exemplo, acham-se evidências de que sua prática já estaria a ocorrer há 12 mil anos antes do presente. (Fig. 34).

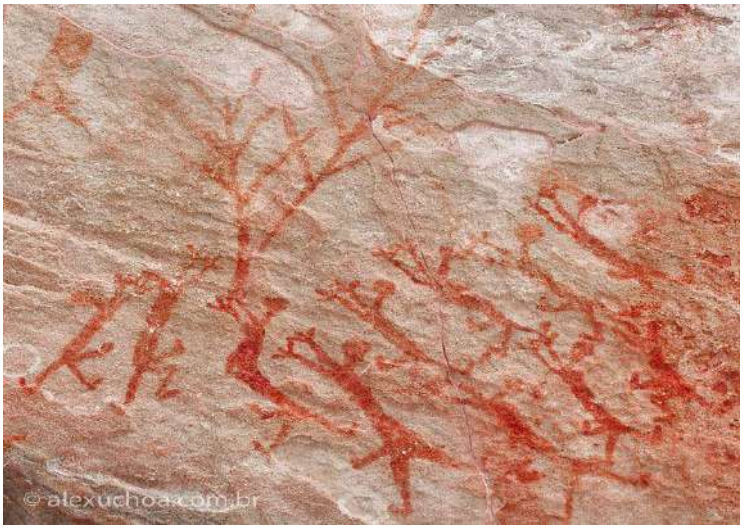
> Jurema é uma árvore da família das acácias. Dela extraímos a medicina, da casca e da raiz. Nossos antepassados e irmãos indígenas confeccionam a bebida que eles chamam de medicina da floresta ou da aldeia. Nós também

[68] "Jurema é uma bebida sagrada, servida em momentos especiais. Não é um conhaque, uma cerveja ou um refrigerante, que se serve em todo momento. Existe o momento para ela. Ela ajuda a aflorar a mediunidade, para que o médium se sinta mais relaxado. Aquilo faz com que a medicina circule por seu corpo e faça aflorar toda sua ancestralidade. Na medicina alternativa, a casca da jurema é anti-inflamatório. As pessoas fazem o cozimento dela ou a deixam dentro de água fria, tampam e deixam por algumas horas. Podem, então, tomar um pouco ou passar sobre o machucado. Só a casca. Misturada com a raiz vai dar outra coisa." (EMANUEL, *in* CABOCLO RUSSO, 2025).

[69] Pode-se definir Catimbó como "um complexo semiótico fundamentado no culto aos mestres, caboclos e reis, cuja origem encontra-se nos povos indígenas nordestinos. As imagens e os símbolos presentes nesse complexo remetem a um lugar sagrado, descrito pelos juremeiros como "um reino encantado", os "encantos" ou as "cidades da Jurema". A planta de cuja as raízes ou cascas se produz a bebida tradicionalmente consumida durante as sessões, conhecida com jurema é o símbolo maior do culto. É ela a "cidade" do mestre, sua "ciência", simbolizando ao mesmo tempo morte e renascimento (SALLES, 2010, p. 17-18 *apud* PIMENTEL, 2017, p. 38-39).

> confeccionamos essa bebida, para distribuir dentro do terreiro, sendo ela preparada de uma maneira diferente. O Catimbó, ou Jurema Sagrada, como é conhecida por todo Brasil, é uma religião [espiritualidade] de ancestralidade indígena. (...) Quem deu origem a ela foram os primeiros indígenas, lá atrás. Quando eu digo lá atrás são indígenas de 200 anos atrás. Então, muita coisa que foi perdida, inclusive dentro das aldeias indígenas, dentro do Catimbó nós ainda temos. Nós cantamos para diversas entidades, como os espíritos indígenas, até de etnias que já foram extintas. É uma religião [espiritualidade] muito forte. Nós nos consideramos guardiões da floresta, guardiões dessas medicinas. Dizem que o Juremeiro é o médico dos pobres. Aqui no Nordeste é bem assim que se dá. Se uma criança tem uma dor de cabeça, uma dor de dente ou uma febre, procura um juremeiro. Acredito que isso aconteça em todo Brasil, nos terreiros de Umbanda, de Candomblé, da Jurema ou do que quer que seja, onde existam essas tradições de miscigenação entre negros e índios. (EMANUEL, *in* CABOCLO RUSSO, 2025).

Figura 34 – Cena da árvore no Parque Nacional Serra da Capivara



Fonte: Uchoa (2010)

O Catimbó (Catimbó-Jurema, Jurema Sagrada, Toré de Mesa, Mesa de Jurema) é um ritual de culto aos encantados, essencialmente mestiço. É o resultado do secular sincretismo da cosmologia indígena de grupos vinculados ao tronco Kariri-Tupinambá, magia popular portuguesa (bênçãos, rezas, "mesas" e santos) e elementos da cultura afro-brasileira.

Não apenas o Padre Martinho de Nantes fez oposição sistemática a esse elemento da tradição espiritual dos indígenas do Submédio São Francisco. No Século XIII e nas centúrias seguintes, o Catimbó foi renitentemente perseguido pela Direção do Diretório dos Índios de Pernambuco[70] e pelos inquisidores da Igreja Católica. Não obteve sucesso, porém, a malfadada perseguição a esse atributo da identidade nativa. Prevaleceu a resiliência pindorâmica que, até nos dias atuais se manifesta nas práticas residuais da população de berço autóctone.

> A inquisição e as autoridades coloniais fracassaram em alcançar seus objetivos", expressamente, a de perseguir práticas religiosas consideradas pagãs. E, apesar da atenção que a *jurema* despertou nos inquisidores, estes enfrentaram as dificuldades de policiamento do vasto território, a resistência indígena, bem como disputas jurisdicionais. É a partir deste fracasso que é possível compreendermos a permanência da *jurema* no interior de tradições religiosas indígenas e afro-brasileiras. (WADSWORTH, 2006, p. 140 *apud* PIMENTEL, 2017, p. 16).

Apesar da perseguição que ao longo dos séculos se lhe fez, é notório que o Catimbó sobreviveu nos rochedos de Umbanda. Nessa expressão espiritual compartilham-se elementos do

[70] Em 1759, no artigo 18 da Direção do Diretório dos Índios de Pernambuco, constava explicitamente a "proibição do uso da jurema". (PIRES, 2004, p. 205 *apud* CUNHA, 2013, p. 56-57).

catolicismo e do espiritismo, bem como as estruturas místicas básicas dos rituais de matriz indígena e africana[71].

3.1.8 Ceia

A ceia se constitui de ofertas de alimentos que se cozinham aos encantados, em agradecimento por graças alcançadas. Correspondem à tradição que no Nordeste se caracteriza como ex-voto. (Fig. 35).

> É considerado ex-voto todo objeto oferecido pelo agraciado a uma entidade intercessora, como forma de pagamento de uma graça ou milagre atendido. Dessa maneira, cada objeto torna-se um símbolo, um testemunho de promessa contraída e realizada. Nessa acepção, o agraciado inicialmente faz um pedido a uma entidade intercessora de sua devoção. Pode ser às **Marias**, aos senhores, aos santos, às santas, sempre no intuito de se receber algum tipo de graça. Os pedidos podem ser feitos em um ato mental ou por escrito. Podem estar vinculados a questões de saúde, bem como para o atendimento de metas pessoais, tais como aprovação em concursos, formaturas, conseguir a habilitação de trânsito, arrumar emprego, um bom casamento e inúmeras outras solicitações das mais diversas naturezas. Os ex-votos são representações objetificadas da fé católica popular. Podem ser materializados em diferentes linguagens visuais: escultura, **pintura**, desenho, fotografia ou objeto. (...) Nelas veem-se esculpidos, modelados, o corpo humano, inteiro ou fragmentado (cabeça, **mãos**, pés, pernas, **braços**) e também os órgãos internos, tais como: fígado, coração, garganta, útero, pulmões, esôfago (grifos nossos). (DUARTE, 2011, p. 123-124).

[71] "Alguns autores veem na umbanda uma 'síntese' da sociedade brasileira, pois de alguma maneira tornou possível a sobreposição de princípios, práticas e sujeitos distintos em um complexo religioso que marca os 'caminhos da devoção brasileira'." (PIMENTEL, 2017, p. 39).

Figura 35 – Capela da Tia, no Piauí, com ex-votos de promesseiros



Fonte: Fonte: Kestering; Bezerra; Negreiros (2023, p. 238)

4 FLORES, REDUTO DA RESILIÊNCIA AKARÁ

A sede da antiga Fazenda Flores localiza-se no atual município de Belém do São Francisco, 200 metros ao norte do rio homônimo, às coordenadas UTM24L 490408, UTMN 9038912, 316 m de altitude. Situa-se 34 km a jusante da antiga Missão de Santo Antônio do Pambu; 30,5 km da Ilha da Assunção; 31,5 km da atual cidade de Cabrobó; 4,5 km a nordeste da cidade baiana de Abaré e 15 km a noroeste da cidade de Belém do São Francisco. (Fig. 36).

Figura 36 – Localização de Flores



Fonte: Google Earth (2025), adaptada pelos autores

Quando, em 1761, transferiram-se os indígenas Akará para a Ilha da Assunção (antiga Ilha de Pambu), várias famílias desse clã autóctone não se sujeitaram àquele traslado compulsório, imposto pelo Diretório dos Índios de Pernambuco. Por preferirem sobreviver física e culturalmente livres, submeteram-se à compulsória condição ideológica de caboclos, mestiços eu meros descendentes dos nativos

ancestrais da Ilha da Missão[72]. Na imperiosa condição da circunstancial invisibilidade étnica, expulsos do paraíso ancestral, passaram a ocupar as ipuãs e fazendas vizinhas entre as quais se destacavam a Fazenda Flores e a ilha homônima adjacente[73]. (Fig. 37). Por conveniente, lembra-se que, mesmo quando aldeados na ilha de Akará, eles tinham autonomia para pescar, caçar e cultivar caiçaras em seus antigos locais de ocupação. As relações entre eles e os missionários eram mais frouxas e maleáveis que nos aldeamentos do litoral. A própria geografia do lugar, o tipo de economia implantada, bem como a vida dos indígenas, permitia relativa flexibilidade[74]. Até a nudez era tolerada por alguns missionários. Havia até aqueles que passavam a maior parte do tempo longe, caçando pelos matos. Assim, tinham autonomia para manter muitos de seus costumes tradicionais.

> A vida no Sertão seguia assim frouxa, sem muitas regras, mesmo com as sociedades indígenas já aldeadas. As relações dentro destas aldeias eram mais maleáveis e até mesmo para a escolha dos lugares eram respeitadas as

[72] "A respeito do envio dos índios a vila de Assunção, (...) índios apoiados pelo padre, oficiais, soldados e alguns senhores e moradores, se recusam a ir à vila de Assunção. (...) Meteram-se na Igreja, e dizem que de lá não saem. Por esta razão é que o missionário se mostra mais empenhado." (OFÍCIO DO GOVERNADOR DE PERNAMBUCO, 1761 *apud* CUNHA, 2013, p. 108-109)

[73] Conforme mapa desenhado e gravado pelo britânico Sidney Hall (1788-1831), publicado em Londres, por Longman, Rees, Orme Brown & Green, Paternoster Row. Data de agosto de 1828. Foi publicado no New General Atlas, em 1830, do mesmo editor. (GUIA GEOGRÁFICO, 2026).

[74] "A aplicação da política pombalina nos sertões pernambucanos foi bastante difícil, mesmo com os índios já aldeados. Estes também resistiram às novas mudanças impostas, e fugiam das povoações a que eram enviados, utilizando, inclusive das estruturas e jurisdição vizinha a fim de abrigo. Como foi o caso dos índios da Missão do Axará que fugiram para missão de Rodelas, recebendo proteção do frade da missão. (...) [Assim, também] os índios da missão Axará saíram da vila de Assunção, ao qual foram remetidos e partiram para a Bahia e Missão do Rodelas." (CUNHA, 2013, p. 105 e 108).

> experiências e costumes dos nativos, que tinham conhecimento dos melhores pontos para fixarem moradia. De tal sorte, os aldeamentos geralmente estavam localizados em terras férteis cobiçadas por colonos, que exerciam pressão para esbulhar as terras. Com a política pombalina exigindo a redução dos aldeamentos, ela serviu também para os não índios usurparem estas terras, posto que as missões deveriam ser reduzidas e transformadas em vilas e povoados não mais restritos aos índios. (CUNHA, 2013, p. 104).

Figura 37 – Localização da Fazenda Flores e Missão de Pambu



Fonte: New General Atlas (1830 *in* Guia Geográfico, 2026), adaptado

4.1 História: da Colonização aos Dias Atuais

A implantação da Missão na Ilha de Akará ocorreu no entardecer do Século XVII, quando a Coroa portuguesa proclamava a si o direito a legislar e exercer o poder político sobre as nações indígenas brasileiras. No campo operacional, a autocracia lusitana se consolidava na ação dos jesuítas e dos colonizadores. Aos pioneiros catequizadores interessava o

aldeamento e a evangelização. Aos colonos, a terra e a mão de obra. A Coroa conciliava os dois projetos porque ambos, de certa forma, lhe interessavam[75]. (PERRONE MOISÉS, 1992, p. 116 *apud* KESTERING; SANTOS; OLIVEIRA; OLIVEIRA; CHAGAS JÚNIOR, 2014).

> No período [colonial] a Coroa portuguesa incentivava alianças com as nações indígenas do interior brasileiro, para defender vilas e plantações dos ataques dos gentios, e as fronteiras, dos ataques dos inimigos europeus. Isto acontecia quando não eram suficientes os índios aldeados que já tinham a função de servir aos interesses dos colonos e da Coroa. As alianças eram reafirmadas sempre que havia necessidade de grandes contingentes de guerreiros, que as aldeias podiam fornecer. (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 121 *apud* KESTERING; SANTOS; OLIVEIRA; OLIVEIRA; CHAGAS JÚNIOR, 2014).

É notório que vários povos indígenas, entre os quais os Akará, por desconhecerem os malefícios do sistema colonialista, aldearam-se pacificamente. Havia caciques que até mesmo procuravam autoridades coloniais, para pedir o descimento e/ou aldeamento de suas tribos. Outros, sem abandonarem seus territórios, uniam-se aos portugueses ou aos inimigos deles, quais fossem franceses e/ou holandeses. Com eles firmavam tratados de paz e tornavam-se nações aliadas. Quando os Bragança se emanciparam politicamente e quando se proclamou a República das oligarquias nada mudou em sua condição subordinada, imposta pelas elites.

---

[75] "O eurocentrismo conduziu a conquista e a colonização ibérica no continente americano, marginalizando e segregando os povos nativos da sociedade colonial que se estabelecia. Muitas das justificativas para o domínio das terras dos originais provinham da ideia do 'uso útil' das terras, que viriam a contribuir para a prosperidade do governo lusitano ou, depois de 1822, brasileiro. Esse argumento ainda permanece utilizado pelas lideranças ruralistas do agronegócio nacional, para quem as terras indígenas devem ser empregues em prol do "progresso" do Brasil. (MULZA, 2022, p. 307).

> Ao longo de quase dois séculos de história de independência do país, as Constituições brasileiras foram representativas não dos anseios dos diversos segmentos sociais historicamente excluídos da sociedade nacional (**indígenas, negros, mulheres, pobres e outros**), mas dos interesses das classes dominantes (grifo nosso). A exclusão social e a negação de direitos sociais básicos sempre foram o tom da elite política vigente, uma vez que o projeto de poder estava pautado numa visão fundamentalmente discriminatória e de negação dos direitos socioculturais dos povos originários. Portanto toda a história de enfrentamento entre colonizador e ameríndio tem sido uma tragédia do ponto de vista sociocultural, econômico e político para as culturas locais.
>
> A visão eurocêntrica presente na condução da vida política, econômica, religiosa e cultural do Brasil, desde o início da colonização, no século XV, teve, nos sucessivos textos jurídicos adotados, o seu equivalente etnocêntrico e racial. Isto é, não se contentando apenas com a disseminação da ideologia do eurocentrismo, a sociedade brasileira haveria de ser essencialmente "branca", "católica" e ocidentalizada se quisesse dar certo como nação.
>
> Assim, quase todas as constituições nacionais, desde o ano 1891[76], tratam do processo de integração e assimilação do "silvícola", "habitante da selva" à sociedade nacional. Portanto, a consecução do projeto de homogeneidade racial e cultural como herança colonial foi, sob o ponto de vista político, indispensável para a construção da nova Nação brasileira que apenas seria viável caso lograsse atingir uma pretensa unidade nacional.
>
> A legislação imposta aos povos indígenas foi, durante muito tempo, assinalada pela visão conservadora, homogeneizadora e defendeu os interesses dos colonizadores, em detrimento das populações indígenas que habitavam as terras brasileiras há muitos séculos. (ALMEIDA, 2018).

[76] Nós diríamos ter sido desde 1822.

4.1.1 No Brasil Colônia

Na segunda metade do século XVIII, quando os lusitanos ainda estavam a investir na colonização do Submédio São Francisco, a política indigenista do Diretório dos Índios tinha o claro propósito de desbaratar a vida tribal. As interferências na vida das aldeias aceleraram as transformações da identidade das populações nativas, dificultando, por isso, o reconhecimento das relações filogenéticas dos grupos históricos com seus ancestrais pré-históricos. Naquele momento da história do Brasil tinha-se o objetivo claro de substituir o jeito nativo de ser pelo estilo de vida que interessava aos colonizadores[77]. Gestou-se, então, o indígena genérico, sem tribo e sem etnia definida. Caracterizaram-se os nativos como caboclos ou pardos.

> O projeto do Estado português, através das leis do diretório pombalino, procurou anular a diferenciação das etnias, atingindo diretamente sua cultura e identidade étnica. Impôs a língua portuguesa, proibindo o uso das línguas nativas ou mesmo da língua geral. Obrigou a adoção de sobrenomes portugueses, forçou a separação das famílias, castigou o nudismo, sobretudo por parte das mulheres. Procurou, por meio da desarticulação cultural das sociedades tribais, a melhor forma de dominá-las. (PORTO ALEGRE, 1993, p. 2012 *apud* KESTERING; SANTOS; OLIVEIRA; OLIVEIRA; CHAGAS JÚNIOR, 2014).

[77] "Com a presença dos migrantes, eles se tornaram obstáculos, foram empurrados para as matas e estavam fadados a desaparecer. Esse discurso perpassa todas as narrativas apresentadas. O inexorável desaparecimento do índio estava associado à "incompatibilidade" de sua presença com a civilização que estava sendo plantada naquelas paragens. Além do mais, a mata, aos poucos, desaparecia para dar lugar às inúmeras pequenas e médias roças, bem como às grandes fazendas (...). Ou seja, na perspectiva da escrita memorialista, o índio e a mata (de forma correlacionada) desapareceriam em nome do progresso da região." (SILVA, 2017, p. 51).

O Diretório dos Índios de Pernambuco, a que se subordinavam os Tuxá, Truká e Akará, ocupou-se logo em integrar aos trabalhos agrícolas os varões indígenas que antes se dedicavam exclusivamente à caça, pesca, coleta, defesa das aldeias e proteção das mulheres [78]. Para isso, distribuiu enxadas foices, machados e outros instrumentos mais, para que os aldeamentos se autossustentassem, como estavam a manter-se as vilas coloniais. Incentivou também a capacitação deles a ofícios diversos, quais eram: comerciante, pedreiro, carpinteiro, mecânico, ferreiro, serralheiro, sapateiro, alfaiate, barbeiro, oleiro, agricultor, vaqueiro, guarda de gado ou extrator de drogas do sertão, de madeira e dendê[79]. Para isso não apenas permitia, mas incentivava que prestassem serviços aos colonos das vizinhanças.

> Junto ao desejo de incorporação dos índios ao universo colonial, existia uma preocupação de suas atividades serem úteis às demais localidades da Capitania e com maior proporção (...) que previa inclusive a criação de fábricas de telhas e tijolos e fornos de cal. Nessas manufaturas, os homens mais habilidosos produziriam materiais para fundação dos edifícios públicos e ornamento dos mesmos, atividades que fomentavam o comércio intracolonial, dinamizando a vida econômica dos novos espaços urbanos. (CUNHA, 2013, p. 73).

[78] "Sendo a base da economia das novas vilas, a agricultura era um serviço obrigatório a ser realizado pelos homens que ficassem na vila. Estes eram divididos entre si para cuidarem de suas lavouras e das lavouras ditas como comunitárias, que era uma parte da terra na qual, todos deveriam prestar serviço, pois seu fruto era destinado a manter as viúvas, idosos e inválidos que não tinham condições de se sustentarem." (CUNHA, 2013, p. 73).

[79] "Dentro das variadas "drogas do Sertão", as consideradas medicinais como a ipecacuanha, parreira brava, bálsamo, mastique, almecega, gomas e outras drogas e raízes medicinais, foram também regulamentadas por serem de grande virtude e saída no comércio." (CUNHA, 2013, p. 74).

Sobre as mulheres a violência colonialista se fez traumática e aterrorizante. Antes da colonização, elas tinham papel de destaque nas aldeias. Plantavam, colhiam, cozinhavam, coletavam frutas, distribuíam a comida, faziam a bebida para as refeições e os rituais, fiavam algodão, teciam redes e cestos, fabricavam utensílios de cerâmica, cuidavam dos filhos e divertiam-se com os xerimbabos[80]. Banhavam-se nos rios e usufruíam a vida em plenitude, harmonizadas com os naturais encantos libidinosos, hétero e/ou homoafetivos[81]. Nos aldeamentos, sob as regras impostas pelos missionários europeus, sua liberdade e desfrute pleno da lascívia foi totalmente subtraída. Impôs-se lhes o ostracismo social compulsório. Colocaram-se à margem da sociedade colonialista, religiosa e machista[82]. Exigiu-se, até mesmo,

[80] "Nos territórios indígenas não há pets do jeito como vemos nas cidades. Os animais vivem soltos na floresta. E mesmo os que recebem cuidados de crianças ou adultos nas aldeias podem voltar para a mata. A relação com eles é de cuidado e de respeito, equilibrando a subsistência e o bem-viver. Em vez de cachorros e gatinhos, são araras, papagaios, jabutis, macacos e capivaras os companheiros de brincadeiras e afagos dos pequenos.
Para esses bichinhos, se dá o nome de xerimbabos, que em tupi significa "coisa muito querida". A palavra aparece em vários registros históricos quando há a descrição da relação entre os povos originários e os animais da mata, sendo o termo cunhado pelos próprios indígenas. Nas aldeias, faz parte da cultura cuidar e proteger tudo o que tem vida na floresta." (LIMA, 2022).

[81] "Algumas índias há também entre eles que determinam de ser castas, as quais não conhecem homem algum de nenhuma qualidade, nem o consentirão ainda que por isso as matem. Estas deixam todo o exercício de mulheres e imitam os homens e seguem seus ofícios como se não fossem fêmeas. Trazem os cabelos cortados da mesma maneira que os machos, e vão à guerra com seus arcos e flechas e à caça perseverando sempre na companhia dos homens, e cada uma tem mulher que a serve com que diz que é casada, e assim se comunicam e conversam como marido e mulher." (GANDAVO, 2008, p. 126 *apud* CUNHA, 2013, p. 75).

[82] "Sendo o lugar da mulher europeia o reduto do lar, a elas eram reservados o aprendizado de atividades relacionadas aos cuidados da casa e educação

cumprirem a difícil tarefa de seduzir os gentios do corso[83], com o objetivo de convencê-los a se entregarem aos comandantes das bandeiras[84], para trazê-los ao convívio civilizatório, nos aldeamentos missioneiros[85].

> A função da mulher no universo português-cristão era a de esposa, e estas estavam sempre subordinadas aos homens; sendo solteiras, viviam sob o jugo do pai; quando casadas sob o jugo do marido, a quem deviam total obediência. Assim, para as nossas índias não seria diferente. O melhor método adotado para transformá-las e serem consideradas mulheres honradas foi, sem dúvida, o casamento. Esta instituição já era utilizada pelos povos Tupi como regulador de hierarquia social, legitimação de alianças e pacificadoras de conflitos, mesmo momentaneamente entre as nações. Com a instalação dos colonos europeus, estes acabaram utilizando o casamento como uma forma de introdução ao universo indígena, pois, através do casamento com as índias,

---

dos filhos. Assim a educação feminina primava por ofícios como de fiar, tecer, costurar, fazer rendas, cozinhar e além das atividades religiosas." (CUNHA, 2013, p. 76).

[83] "Eram conhecidos como 'gentios do corso', imagem náutica utilizada no período colonial para definir os povos que permaneciam afastados dos povoamentos, constituindo uma ameaça aos empreendimentos coloniais, saqueando e roubando as aldeias de índios domésticos e as embarcações coloniais." (AMOROSO, 1997, p. 1).

[84] "Quando elas eram obrigadas a fazer as negociações, mantinham suas crianças em cárcere até a sua volta aos matos a fim de negociar a rendição dos rebeldes e convencê-los a viver conforme as leis coloniais." (CUNHA, 2013, p. 102).

[85] "Muitas índias, quando capturadas pelos matos, eram remetidas às vilas e lugares onde, depois de devidamente instruídas, eram enviadas para os mesmos matos para persuadirem os homens para se reduzirem aos lugares de índios: como as 17 mulheres capturadas de uma grande maloca dos Ohê, no sertão pernambucano, sendo elas cuidadas e instruídas para voltarem aos matos e persuadir os outros índios a se aldearem. Os índios, portanto, atraídos, eram conduzidos à **missão do Araxá** [**Akará**] (grifo nosso)." (MENDES DA PAZ, 1760 *apud* CUNHA, 2013, p. 75).

> os portugueses foram “incorporados na figura de 'genros' aproveitando a relação, para introduzir objetos do seu universo como armas, ferramentas mais funcionais para o trabalho na mata, quinquilharias cobiçadas pelos principais e até mesmo, condições de aliança e cooperação contra os inimigos de ambas as partes”. Tudo isso serviu como preparação para a efetiva ocupação das terras, legitimadas pelo grau de parentesco incorporado. (SILVA, 1995, p. 52 *apud* CUNHA, 2013, p. 75-76)

Apesar de a Coroa portuguesa permitir e até recomendar o casamento de varões lusitanos com indígenas, com o passar do tempo, passou-se a considerar maléfico à tradição europeia, civilizada e cristã. Muitos homens abandonavam sua cultura original, para viver conforme os costumes nativos, preservados mormente entre os gentios do corso. Pesava grandemente, também, a não aceitação dos filhos gerados dessas uniões. Delas se originava a classe dos mestiços que não se reconheciam como brancos e, nem tampouco, como indígenas. No universo colonial, não havia lugar para eles.

> Estes índios transitavam tranquilamente entre os dois mundos. Eram nômades, viviam livres pelo mato, mesmo tendo conhecimento das normas da sociedade colonial, se recusavam a abandonar os seus ritos, embora com as tentativas dos padres de convertê-los à santa fé. Todavia, adquiriram o hábito de levar seus filhos para serem apresentados ao primeiro sacramento católico cristão – o Batismo. Este ritual era simbólico e no contexto colonial, possuía uma característica peculiar, pois o neófito, na ocasião do batismo, recebia um novo nome, um nome cristão, um nome civilizado, que lhe proporcionava ser aceito na sociedade portuguesa. (CUNHA, 2013, p. 98).

Conquanto não se reconhecessem indígenas e, nem tampouco portugueses, foram os mestiços quem, na invisibilidade compulsória, plantou a semente da Umbanda. Na seiva dessa benfazeja expressão ritualística circula a espiritualidade de

origem cristã, de berço nativo e de raiz africana. Assim, nas fendas do sistema colonialista, germinou o conjunto de rituais que, desde os primórdios da colonização, na clandestinidade ou marginalidade, professam-se em todas as regiões do Nordeste de Brasil. Na Umbanda sobreviveu, assim, o Catimbó e a Jurema Sagrada[86].

> A hostilidade da Igreja não foi capaz de combater efetivamente o uso da jurema e de outras substâncias associadas ao complexo da idolatria. O uso continuou ao longo de todo o período colonial, e nos primeiros anos da República tinha uma presença marcante nas cidades do Nordeste, o que orientou a atenção e preocupação das autoridades civis e dos agentes de repressão policial. Neste período, fica evidente que o uso indígena dos alucinógenos era um aspecto fundamental e indissociável do conjunto da prática médica, pois como os alucinógenos permitem ao curandeiro e, às vezes, ao próprio doente, estabelecer uma comunicação com este universo sobrenatural, eles são os remédios mais importantes da farmacopeia tradicional, o medicamento por excelência. O seu papel é "muito mais importante do que o dos remédios que exercem uma ação física direta. Eles se tornaram pouco a pouco o fundamento da terapêutica na maior parte, se não na totalidade, das sociedades primitivas" (CARNEIRO, 2004, p. 105 *apud* PIMENTEL, 2017, p. 42).

[86] "Na Paraíba e em Pernambuco, os espíritos, que ali se chamam mestres, podiam ser espíritos de índios, de brasileiros mestiços ou brancos, entre os quais se destacavam antigos líderes da própria religião já falecidos: *mestres*, designação essa que acabou prevalecendo para designar todo e qualquer espírito desencarnado cultuado nas cerimônias religiosas. Essas manifestações também herdaram das religiões indígenas o uso do tabaco, ali fumado com o cachimbo, igualmente usados nos ritos curativos, além da ingestão cerimonial de uma beberagem mágica preparada com a planta da jurema. Catimbó e jurema, os nomes pelos quais essa modalidade religiosa é conhecida, resultam desses dois elementos. Catimbó é provavelmente uma deturpação da palavra cachimbo, e jurema, o nome da planta e de sua beberagem sagrada (PRANDI, 2005, 126-27 *apud* PIMENTEL, 2017, p. 45).

4.1.2 No Brasil Império

Durante o período do império dos Bragança, os indígenas continuaram vítimas do processo orquestrado de espoliação gradativa e contínua de suas terras. Esse procedimento se caracterizou por um conjunto de irregularidades que tinham claro o objetivo de banir a identidade nativa. Naquele regime, orquestrado pelos membros da família Bragança e respaldado na Lei de Terras que em 1850 se instituiu, inauguraram-se cristalinas pressões, para que se concentrassem os indígenas em aldeias e vendessem-se os terrenos que ficassem vagos[87]. Alegava-se que os índios aldeados eram proporcionalmente poucos, para ocuparem extensões relativamente grandes de terra. Expropriou-se, assim, grande quantidade das glebas que até então se reconhecia pertencerem às aldeias. Liberaram-se, dessa forma, vastas áreas, com títulos indígenas incontestes, em troca de limitados territórios destinados aos nativos. O processo de expropriação continuou, com incentivo imperial, pelo assentamento de estranhos junto, ou mesmo dentro das terras das aldeias[88].

---

[87] "A Lei de Terras, assinada em 1850, colaborou para com o confisco das terras indígenas iniciado com o processo de conquista e colonização. Conforme tratou Gilberto Azanha (2001), as autoridades coloniais se ampararam em uma interpretação facciosa da Lei de 1850 para adquirir legalmente as terras indígenas na medida em que consideraram devolutas – isto é, vazias – as terras tradicionalmente pertencentes a povos nativos. Com base nesse prelúdio, o século XIX deu continuidade à lógica de desposse e de concentração de povos nativos iniciada no período colonial. (MULZA, 2022, p. 308).

[88] "Ainda em relação à Lei de Terras, 1850, pode-se observar uma política agressiva no tocante às terras das aldeias, ou seja, diz-se que um mês após a sua promulgação, uma determinação do Império estabeleceu uma política de anexação dos territórios indígenas, onde a população local foi considerada como "misturados", "intrusados", "apoderados", sobretudo

> A miscigenação étnica fez surgir os mestiços que o governo usou como critério para caracterizá-los como população não indígena para despojar as aldeias de suas terras. Desalojados os índios, as terras das aldeias passaram a ser administradas pelas Câmaras Municipais que se apropriaram do direito de vendê-las aos foreiros ou usá-las para a fundação de vilas, povoações ou mesmo logradouros públicos. (CUNHA, 1992, p. 145-146 *apud* KESTERING; SANTOS; OLIVEIRA; OLIVEIRA; CHAGAS JÚNIOR, 2014).

No Século XIX, desde a proclamação da independência política dos Bragança, em 1822, até quando, pelo golpe militar em defesa dos interesses das oligarquias cafeicultoras e coronelistas, em 1889 implantou-se a República Federal dos Estados Unidos do Brasil, combateu-se a espiritualidade indígena. Dizia-se que ela contrariava frontalmente os princípios da religião oficial do império, o Catolicismo. Apelava-se, contudo, ao saber indígena, quando os problemas se vinculavam com a saúde dos pobres.

> Disputas de poder em torno da mesma consistiam em heterogeneidades, tendo, de um lado, médicos acadêmicos, brasileiros ou estrangeiros, formados em universidades tradicionais. De outro lado, curandeiros, feiticeiros, parteiras e sangradores, muitos dos quais procedentes da escravidão e leigos que praticavam a denominada medicina popular. Embora os primeiros dispusessem do prestígio acadêmico, poder político e econômico, os segundos

dispersos em meio à população de origem europeia e/ou luso-brasileira. A política oficial, desde a época do Diretório dos Índios, fixava estranhos nos contornos das áreas indígenas com o objetivo de integrar física e socialmente os nativos ao resto da população nacional, sobretudo prevendo incorporar os autóctones à sociedade nacional que estava para nascer dessas matrizes socioculturais. Além disso, havia, por parte de setores conservadores da burguesia nascente, a ideia de formação de um tipo ideal de povo brasileiro, principal substrato de uma nação viável com forte inclinação para os valores da civilização ocidental." (CARNEIRO DA CUNHA, 1992 *apud* ALMEIDA, 2018).

> dispunham de prestígio entre grande parcela da população. (VIANA 2013, p. 1 *apud* PIMENTEL, 2017, p. 72).

Naquele contexto histórico do amanhecer do Século XIX, na Fazenda Flores vivia David Marques da Costa Pombo[89] e sua esposa, a cabocla Izabel Maria de Jesus[90], conforme comprova seu sobrenome[91] e o vínculo de sua mãe, Prudência Maria da Conceição, com a missão de Aracapá, sediada em território hoje pertencente ao município de Curaçá. (APÊNDICE B e C).

> Declarou a inventariante haver mais terras em commum da Fazenda Aracapá, do município de Capim Grosso, do Estado da Bahia, uma posse de Terra do valor de mil quatro centos e onze reis, havido por título de herança de sua mãe, **Prudência Maria da Conceição**, a qual os avaliadores deram o valor de dez mil reis (grifo nosso). (COLLECTORIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO NO MUNICÍPIO DE CABROBÓ, 1898, imagem. 5).

É notório, pela tradição oral, que aquele respeitável varão mestiço, de origem portuguesa e nativa, nascido em 1827, dedicava-se rotineiramente à criação de animais domésticos[92] e, esporadicamente, à produção de rapadura para consumo[93].

---

[89] David Marques da Costa Pombo era filho de Valentim Marques da Costa e Francisca Maria. De Valentim sabe-se apenas que, em 1878, foi padrinho de uma criança batizada na igreja matriz de Cabrobó. De Francisca Maria, sabe-se apenas que não tinha sobrenome porque se reconhecia indígena.

[90] Izabel Maria de Jesus era filha de Pedro Barbosa da Conceição e Prudência Maria da Conceição.

[91] Pela tradição oral, sabe-se que vários indígenas catequisados na Ilha da Missão receberam sobrenomes vinculados à Igreja Católica. Assim surgiram os cognomes: de Jesus, do Espirito Santo, da Conceição, dos Santos, dos Anjos, de Nazaré, etc., comuns na região do Submédio São Francisco.

[92] "Iniciou o trabalho de criação de gado, época em que se levavam os animais até a cidade de Rio Branco, hoje, Arcoverde, Pernambuco, e de lá, outras pessoas faziam a condução do gado até a cidade de Olinda." (PATRÍCIO, 2025, p. 103).

[93] "Na estrutura militar portuguesa, transposta para a **América** e dividida em três forças, encontrava-se a função de alferes, oficial de baixa patente, acima

Na modesta indústria familiar de Flores, ele moía a cana de açúcar que, em regime de parceria, a parentela indígena de tronco Akará cultivava nas húmicas vazantes das ilhas de Flores, Grande, da Onça, dos Brandões e da Vargem[94].

No entardecer do Século XIX, na vigência do império de Dom Pedro II, mais precisamente de 1870 a 1889, quando Antônio Conselheiro peregrinava pelos sertões do Nordeste, a Fazenda Flores continuava habitada pelo mestiço David Marques da Costa Pombo e sua esposa, a cabocla Izabel Maria de Jesus[95]. Desfrutavam eles o conforto de haverem gerado oito rebentos indígenas, caboclos ou pardos, no robusto tronco de seu bem sucedido casamento. Eram eles: João Marques da Costa Pombo (1876-1925)[96]; Virgilina Maria de Jesus (1878 - falecida em data incógnita) (APÊNDICE D); Antônio Marques da Costa Pombo (1880 - falecido em data ignorada); Prudência Maria de Jesus (1882-1963); Roza Maria da Conceição (1883 - falecida em data desconhecida) (APÊNDICE E); Rita Maria de Jesus

dos sargentos. Era o cargo máximo a que, no período colonial, se aceitava integrarem-se os aspirantes **pardos** e **mulatos**." (ARQUIVO NACIONAL, 2021 *apud* KESTERING, 2025b, p. 179).

[94] David Pombo, Filho de João Marques da Costa Pombo, neto do Alferes David Marques da Costa Pombo desmanchou o velho engenho que se edificara próximo à capela da Fazenda Flores. Reconstruiu-o e modernizou-o, tornando-se bem sucedido na Ilha Grande onde também residia.

[95] "Seus filhos eram declarados no nascimento como **caboclos** ou **pardos**, como é o caso dos irmãos Alice Maria de Jesus e João Marques da Costa Pombo, ambos filhos de David Marques da Costa Pombo e **Izabel Maria de Jesus, sendo esta última índia** (grifo nosso). Imaginar que nossas famílias não eram reconhecidas como brancas, num tempo de segregação e preconceitos, em que o branco era considerado superior." (PATRÍCIO, 2025, p. 88).

[96] João Marques da Costa Pombo era criador de gado. Foi Conselheiro Municipal (vereador). No Diário de Pernambuco há registro de que, em 1903, ele moveu um processo judicial para demarcação da Fazenda Angico. Morreu repentinamente, infartado, no terreiro de sua casa, na Fazenda Curral do Meio.

(1884-1962); Ignês Maria de Jesus (1886-1970) (Fig. 38); e Alice Maria de Jesus (1890-1918)[97] (APÊNDICES F e G).

Figura 38 – Ignês Maria de Jesus, filha do Alferes David Marques



Fonte: Acervo dos autores (2025)

> **Virgilina parda**, filha legítima de David Marques da Costa e Izabel Maria de Jesus, moradores nesta Freguesia, nascida a cinco de outubro de mil oitocentos e setenta e oito, foi por mim solenemente baptizada na Fazenda dos Brandões desta Freguesia, no dia vinte e cinco de dezembro do mesmo ano (grifo nosso). Foram padrinhos José Joaquim Lima e Clara Maria de Jesus, moradores desta Freguesia: do que para constar fiz este assento, que assigno. Cônego Vigário Antônio José Firmino de Novais. (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO DE CABROBÓ, 1878).
>
> **Roza parda**, filha legítima de David Marques da Costa e Izabel Maria de Jesus, nascida a quatro de setembro de mil

[97] Apenas Alice, a mais nova dos filhos, nasceu quando, há apenas quatro meses e meio, promovera-se o golpe militar pelo qual implantou-se no Brasil a República dos Coronéis.

oitocentos e oitenta e três, foi solenemente [batizada] pelo Pe. Emílio Moura Ferreira na Capella de Bethlem no dia quatro de novembro do mesmo ano (grifo nosso). PP: Manoel Gonçalves (...) e Maria Luciana de Sá, todos desta Freguesia, do que para constar mandei fazer este assento que assigno. Vigário José Vieira Sampaio. (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO DE CABROBÓ, 1883).

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do anno de mil oito centos e noventa, **na Fazenda Flores**, do districto de paz de Belhlem, deste termo de Cabrobó, município do mesmo, Estado de Pernambuco, Parochia de Nossa Senhora da Conceição de Cabrobó, compareceu perante mim o **Cidadão Alferes David Marques da Costa Pombo, morador na fazenda acima mencionada**, e em presença das testemunhas abaixo assignadas, declarou: Que no dia trinta e um do mês de março findo, nasceu a criança do sexo feminino de nome **Alice**, filha legítima do declarante, e sua mulher **Izabel Maria de Jesus**, elle residente, digo, elle natural e residente nesta freguesia e ella natural do estado da Bahia, e residente nesta Freguesia, sendo seus avôs Paternos **Valentim Marques da Costa, e Francisca de Tal**, e maternos **Pedro Barboza da Conceição e Prudência Maria de Jesus**, ambos já, digo, todos já fallecidos, sendo seus Padrinhos o Cidadão; Doutor Helvercio Gomes de Carvalho Guimarães e sua mulher Dona Anna de Tal, o primeiro natural do Estado de Alagoas e o segundo natural e residente nesta freguesia (grifo nosso). Do que para constar lavrei este termo em que com migo assignam o declarante e as testemunhas Cypriano Gomes de Sá Quirino e Atiliano Bispo dos Santos, o primeiro empregado público e residente na Villa de Cabrobó e o segundo residente, digo, criador e residente na mesma Villa de Cabrobó. Eu, Francisco Vieira Lima, escrivão de paz, assignei. Francisco Vieira Lima, David Marques da Costa Pombo, Cypriano Gomes de Sá Quirino, Atiliano Bispo dos Santos. (SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA DE PERNAMBUCO (1890).

Aos dezoito dias, digo, aos vinte e um dias do mês de junho do ano de mil novecentos e dezoito, compareceu em meu

> Cartório, nesta cidade de Belém de Cabrobó do estado de Pernambuco, o Senhor Antônio Marques da Costa Pombo, e em presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas declarou: Que no dia dezoito do corrente, na Fazenda Flores deste município, pelas dez horas da noite, faleceu **Alice Maria de Jesus**, solteira, com vinte e dois anos de idade, profissão doméstica, natural deste mesmo Estado, residente na mesma fazenda, **cabocla** (grifo nosso), e filha legítima de David Marques da Costa Pombo, falecido, e Dona Izabel Maria de Jesus, residente na mesma fazenda. Faleceu de enfraquecimento mental e foi sepultada em uma capela particular existente na mesma fazenda. Do que para constar lavrei este termo em que comigo assignam o declarante e as testemunhas Edésio Rodrigues de Carvalho Pires e Ernesto Pires de Carvalho, negociantes e residentes nesta mesma cidade. Eu Félix Pores de Carvalho, escrivão, o escrevi. Antônio Marques da Costa Pombo, Edésio Rodrigues de Carvalho Pires
>
> Ernesto Pires de Carvalho e Félix Pires de Carvalho. (CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE CABROBÓ, 1918).

Eles usufruíam também a companhia de outras ramas do povo Akará que, em 1671, haviam-se expurgado da Ilha da Missão. Muito embora a respeito deles se dissesse tratar-se de meros mestiços, ou simples caboclos de ancestralidade nativa, não se consumou a intenção de apagar-se lhes a memória de sua reconhecida etnicidade[98]. Em Flores, a vida deles permanecia despretensiosa, tal qual, em uníssono coro discriminador e elitista, dizia-se persistentemente resistir em grande parte das comunidades nativas do território brasil.

[98] "Tal experiência exigiu dos nativos a construção coletiva de estratégias de resistência e negociação diversificadas. Para uma "experiência de resistência" bem sucedida os índios no Sertão do São Francisco precisaram recriar e reelaborar as suas culturas frente ao processo de colonização, que além de deletério também promovia a destruição sociocultural." (SANTOS JÚNIOR, 2023).

> Com efeito o homem no estado selvático, e mormente o índio bravio do Brazil, deve ser preguiçoso; porque tem poucas ou nenhumas necessidades; porque sendo vagabundo, na sua mão está arranchar-se sucessivamente em terrenos abundantes de caça e pesca, ou ainda mesmo de fructos silvestres, e espontaneos; porque, vivendo todo dia exposto ao tempo, não precisa de casas, e vestidos commodos, nem dos melindres do nosso luxo; porque finalmente não tem propriedade, nem desejos de distincções e vaidades sociaes, que são as molas poderosas, que põem em atividade o homem civilizado." (JOSÉ BONIFÁCIO, 1823, p. 19, *in*: CUNHA, 1992, p. 26 *apud* PIMENTEL, 2017, p. 26).

As entrelinhas dos documentos primários, muito embora eivassem-se do preconceito colonialista, manifestavam claramente que, na Fazenda Flores e nas comunidades ribeirinhas do Século XIX, preservavam-se incólumes os atributos do povo autóctone de raiz Cariri-Proká[99].

> A população é mesmo numerosa, bem que pouco productiva. Vive alheia às leis econômicas. Produz apenas o preciso para viver. Não importa, porque não produz para trocar, nem troca ou permuta porque não tem mercado onde fazê-lo.
> Nas estradas que margeiam o rio ou delle partem em direcções diversas, as habitações se succedem a meúdo, formando pequenas povoações, lugarejos insignificantes, e algumas villas e cidades. Nas povoações ribeirinhas, o aspecto de pobreza e de atraso é extremo. Vive-se ahi, sem se saber de que. Não se vê agricultura alguma, nem trabalho permanente. Na beira do rio, no lameiro das margens, onde a humidade resiste melhor à secura do ar, descobrem-se às vezes os restos de uma plantação de milho, de abóboras, de batatas doces e mandioca, mas tudo em proporções

[99] Em trechos do Diário de uma viagem que, em 1879-1880, uma comissão de engenheiros fez pelo Rio São Francisco, Theodoro Sampaio registrou muitas notas concernentes à Geografia, Geologia e povoamento das margens e ilhas que conheceu. Por pertinente, extraímos o trecho referente à região onde se localizava a sede da Fazenda Flores.

minúsculas e muito pouco cuidadas. Nas caatingas, reconhece-se que o gado ali pasta pelo rastro de rês que passou, porque raras são as cabeças que aparecem.

As habitações constroem-se aqui pequenas e baixas, à falta de madeira, empregando-se por essa razão até o mandacaru, cujo tronco mais grosso fornece um tabuado branco, aproveitado para portas e para o pobre mobiliamento que se usa.

As casas voltam-se todas para as estradas, onde o comércio é frequente e não raro deixam o rio distante por causa das enchentes. Razão porque quem navega nem sempre distingue através da vegetação marginal os povoados, que vai deixando para trás de si.

Aproximávamos dessas habitações com confiança porque notamos que seus moradores não se arreceiavam de nós. Homens e mulheres de nada se admiravam; pareciam até indiferentes em saber quem éramos, mas deixavam-se inquirir à vontade, respondendo sem desconfianças nem temores.

As mulheres vinham trazer suas rendas para vender e lhes comprávamos algumas peças a bom preço. Os meninos, quase sempre nús, nos rodeavam e seguiam, ensinando-nos as veredas e os atalhos naquele labirinto das caatingas.

No interior das casas não havia mais que sala, quarto, corredor e cozinha. O chão duro, mas escavado pelo transitar e varrer; as paredes barreadas e enegrecidas pela fumaça; o tecto de palha não tinha melhor aspecto. A um canto, estava o pote cheio d'água que se ia buscar no rio, cuja qualidade todos nos gabavam, pois é crença geral que a água do S. Francisco não se corrompe. Notávamos pelo chão as esteiras em que as moças costumam assentar-se para fazer renda em almofadas, e em que empregam bilros feitos de coquillos e espinhos de mandacaru, substituindo os alfinetes; víamos as redes que, logo que entrávamos, eram estendidas ou armadas para nos receberem, algumas feitas de algodão e guarnecidas de rendas, outras mais singelas feitas de palha macia do buriti. (SAMPAIO, 1906, p. 32-34).

Nos tempos oitocentistas, quando vivia ainda o patriarca ancestral David Marques da Costa Pombo, a comunidade Akará de Flores recebia assistência religiosa de padres domiciliados na paróquia de Cabrobó, pertencente à Diocese de Floresta[100]. A função maior desses arautos da Cristandade era ratificar o etnocídio ideológico que, no Submédio do Rio São Francisco, inaugurara-se no entardecer do Século XVII. Em registros de batismos celebrados nas regulares desobrigas que fazia, às antevésperas das grandes festas do calendário católico, o Padre Manoel Zacharias de Mello [101] , inadvertidamente evidenciava tratar-se de uma comunidade nativa, como se observa no adjetivo relativo à cor da pele, agregado aos nomes dos neófitos cristianizados. (APÊNDICES H e I).

> **João pardo**, filho legítimo de Joaquim Moreno e Antônia Maria, moradores nesta Freguesia, nascido a dois de dezembro de mil oitocentos e setenta e quatro, foi solenemente baptizado na Fazenda das Flores desta Freguesia pelo Reverendo Coadjutor Manoel Zacharias de Mello no dia quatro do mesmo mês e ano. Foram padrinhos Domingos Gonçalves Torres e D. Alexandra Maria do Nascimento, moradores nesta Freguesia, do que para constar mandei fazer este assento em que assigno. Cônego Vigário Antônio José

[100] "Vale registrar que as devoções da família aos santos católicos eram feitas na cidade de Cabrobó, pois já havia a matriz lá. Numa necessidade de diminuir as caminhadas para satisfazer a fé católica, o alferes David Marques da Costa Pombo, devido à distância da caminhada entre a Fazenda Flores e a então Vila de Cabrobó, resolve construir a Capela das Flores, sendo levantada no terreiro sua residência, passando a ser realizados ali as missas, os batizados, as crismas e as novenas, não sendo mais necessário se deslocar até a Vila de Cabrobó." (PATRÍCIO, 2025, p. 105).

[101] Padre Manoel Zacarias de Mello prestava assistência religiosa nas paróquias de Granito, Parnamirim e Cabrobó, no sertão de Pernambuco. Ele faleceu em 19 de maio de 1881, acometido de hidropisia (termo antigo que se referida ao acúmulo de líquidos, decorrente de insuficiência cardíaca e/ou renal). (LIVROZILLA, 2025; CHATGTP, 2025).

> Firmino de Novais. (PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO DE CABROBÓ, 1874).
>
> **Mariano pardo**, filho legítimo de Feliciano Gonçalves Torres e Angelina Maria do Espírito Santo, moradores nesta Freguesia, nascido a dezesseis de novembro de mil oitocentos e setenta e quatro, foi solenemente baptizado na Fazenda das Flores desta Freguesia pelo Reverendo Coadjutor Manoel Zacharias de Mello no dia quatro de dezembro do mesmo ano. Foram padrinhos Mariano José de Souza e Mariana Francisca da Conceição, moradores nesta Freguesia, do que para constar mandei fazer este assento em que assigno. Cônego Vigário Antônio José Firmino de Novais. (PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO DE CABROBÓ, 1874).
>
> **João pardo**, filho legítimo de Florêncio Teles de Menezes e Úrsula Maria de Jesus, moradores nesta Freguesia, nascido a vinte e nove de agosto de mil oitocentos e setenta e quatro, foi solenemente baptizado na Fazenda das Flores desta Freguesia, pelo Reverendo Coadjutor Manoel Zacharias de Mello no dia quatro de dezembro do mesmo ano. Foram padrinhos **David Marques da Costa Pombo e Izabel Maria de Jesus**, moradores nesta Freguesia, do que para constar mandei fazer este assento em que assigno (grifo nosso). Cônego Vigário Antônio José Firmino de Novais. (PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO DE CABROBÓ, 1874).
>
> **José pardo**, filho legítimo de Marcos Ferreira Lima e Maria da Conceição, moradores nesta Freguesia, nascido a dez de julho de mil oitocentos e setenta e quatro, foi solenemente baptizado na Fazenda das Flores desta Freguesia, pelo Reverendo Coadjutor Manoel Zacharias de Mello no dia quatro de dezembro do mesmo ano. Foram padrinhos Mariano José de Souza e Carolina Maria de Jesus, moradores nesta Freguesia, do que para constar mandei fazer este assento em que assigno. Vigário Antônio José Firmino de Novais. (PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO DE CABROBÓ, 1874).

Constata-se, também, que durante a vigência do Império dos Bragança, às sombras da história oficial e nas fendas do

sistema monarquista hostil, os indígenas revigoravam sua resiliência, para ritualizar suas tradições milenares.

> O que vemos em curso, naquele período, portanto, é uma afirmação da inexistência de indígenas em terras de aldeamento, que será contrastada com o incômodo causado pela **visibilidade de práticas e saberes que acusavam a residualidade de seus modos de vida, nas décadas seguintes** (grifo nosso). (PIMENTEL, 2017, p. 22).

No dia 05 de fevereiro de 1889, crepúsculo do regime imperial, quando nos bastidores da caserna militar já se ensaiava a deposição de Dom Pedro II, com vistas a implantar-se a República das oligarquias do Brasil, conferiu-se a David Marques da Costa Pombo a patente de alferes [102]. Sua nomeação se estribava na Lei Nº 602, de 19 de setembro de 1830, que tratava da reorganização da Guarda Nacional para, entre outras funções, defender a Constituição, liberdade, independência e integridade do Império, manter a obediência às leis, conservar ou restabelecer a ordem e a tranquilidade pública. (BRASIL, 1850, Art. 1º). Com base naquele ato normativo federal e nas emendas que em 1873 se fizeram, lotou-se a ele na 3ª Companhia do 16° Batalhão da Guarda Nacional, sediada em Cabrobó[103]. (BRASIL, 1873; APÊNDICE J).

---

[102] Na estrutura militar portuguesa transposta para a **América** e dividida em três forças, encontrava-se a função de alferes, oficial de baixa patente, acima dos sargentos. Era o cargo máximo a que, no período colonial, se aceitava integrarem-se os aspirantes **pardos** e **mulatos**. É provável que no regime imperial tenha-se tacitamente mantido o mesmo princípio. (ARQUIVO NACIONAL, 2021 *apud* KESTERING, 2025, p. 179).

[103] "Não demorou, logo apareceu o nome de David Marques da Costa Pombo, sendo nomeado como ALFERES, o que foi lhe dado sessenta dias para prestar o juramento, conforme documento do ano de 1889, antes da Proclamação da República. É importante ressaltar que David Pombo foi nomeado com a missão de assumir a 3ª Companhia do 16° Batalhão da Guarda Nacional, localizado em Cabrobó." (PATRÍCIO, 2025, p. 15).

> Expediente do dia 5 de fevereiro de 1889.
> (...) O Presidente da Província em execução da lei 2.395 de 10 de Setembro de 1873, resolve nomear para preenchimento das vagas na 1ª secção da reserva e 16º batalhão do serviço ativo da guarda nacional da comarca de Cabrobó, os seguintes officiaes:
> *1ª secção de reserva*
> 1ª Companhia: Capitão, Antônio Urbano dos Santos.
> Tenente, Antônio Pires da Silva.
> 2ª Companhia: Alferes, Miguel Soares da Cruz.
> 3ª Companhia: **Alferes, David Marques da Costa Pombo** (grifo nosso). (PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO, 1889 *apud* PATRÍCIO, 2025, p. 16).

David Marques da Costa Pombo exerceu o posto de alferes por oito anos e dez meses, apenas[104]. Faleceu no dia 28 de dezembro de 1897, com apenas 70 anos de idade[105].

4.1.3 Na República Velha

Sob influência dos ideais positivistas, no período da República Velha (1889-1930), prevaleceu a política do Serviço de

[104] "Ao analisar documentos da igreja católica e de cartórios entre as cidades de Cabrobó e Belém do São Francisco, era perceptível o quanto o alferes David Pombo se mostrava como liderança local, visto que seu nome sempre aparecia como testemunha de moradores locais que necessitavam fazer seu registro de nascimento, e assim, sempre participava do processo de reconhecimento de naturalidade de moradores locais de diversas fazendas, principalmente na Fazenda Riacho Pequeno, confirmando que eram pernambucanos aqueles que ali nasciam." (PATRÍCIO, 2015, p. 18).

[105] "Serão alistados para o serviço da Guarda Nacional em todos os Municípios do Império: § 1º Os cidadãos brasileiros que tiverem a renda necessária para votar nas eleições primárias, e a idade maior de 18, e menor de 60 anos." (BRASIL, 1850, Lei 602).

Proteção aos Índios, que se criou em 1910[106]. Nessa histórica data, João Marques da Costa Pombo, o filho mais velho do Alferes David Marques da Costa Pombo, tinha 34 anos de idade e Alice Maria de Jesus, a filha mais nova, apenas 20 primaveras de existência. Esse órgão governamental criou-se com o objetivo de proteger os grupos nativos, fixá-los no campo, como mão de obra rural, e treiná-los tecnicamente, como força de trabalho. Naquele ato institucional prevalecia a ideia de transformar ou consolidar os indígenas como pequenos produtores rurais, capazes de se autossustentarem.

> Com a vinda da Constituição Republicana de 1891, esperavam-se mudanças na cultura política nacional, sobretudo na questão das leis indígenas. Entretanto a Carta de 1891 não avançou nas questões dos direitos das populações originárias a ponto de omitir qualquer linha escrita nos textos constitucionais sobre a dívida histórica com os povos nativos. Ela reproduziu, mais uma vez, o conservadorismo das elites dominantes brasileiras herdado do colonialismo lusitano. (ALMEIDA, 2018).

Assim, em Flores e nas comunidades circunvizinhas, a maior parte dos filhos do Alferes David Marques da Costa Pombo e de Izabel Maria de Jesus continuou a praticar as atividades econômicas que aprendeu de seus ancestrais. Eram elas, prioritariamente: agricultura de vazante, nas ilhas e margens do Rio São Francisco, e criação extensiva de animais

[106] "A criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910, revelou a tentativa de promover um entendimento – apesar de precário – para a reintegração da posse dos territórios indígenas. Esse órgão público buscou integrar os povos indígenas à dinâmica civilizada enquanto trabalhadores nacionais – tentativa que revela, implicitamente, a reprodução de uma visão eurocêntrica que há tempos circulava no território brasileiro. O tema das terras indígenas, contudo, permanecia obtendo pouco espaço no debate político, fato que se perpetuou com os fundamentos nazifascistas do regime varguista." (MULZA, 2022, p. 309).

domésticos, na caatinga. No estado de Pernambuco, durante a República Velha, condenavam-se veementemente os rituais do Catimbó e as práticas curandeiras da tradição indígena.

> As investidas policiais promoviam o desmonte das casas de culto do catimbó, os seus "utensílios destinados à feitiçaria" e "utensílios pertencentes ao catimbó". Se, por um lado, como foi, anteriormente, destacado (...) com a apreensão de "moedas e dinheiro", o catimbó era alvo de investidas policiais devido às acusações de "charlatanismo" aos mestres e às mestras que ofereciam serviços de curas de doenças e outras aflições, como aquelas relativas aos imbróglios emocionais do cidadão (...), por outro lado, a presença de imagens de santos, água benta, quadro da Paixão de Cristo e rosários, dentre outros itens apreendidos, realça a orientação religiosa da constituição da exposição criminal dos objetos recolhidos pela polícia. A presença desses objetos em meio a tantos outros como cachimbos, cabelos, charuto, bonecos, cauim, espadas de reis e rainhas, ativa o imaginário da profanação de símbolos do cristianismo e do catolicismo.
>
> Sementes, angico, folhagens, "medicamento", jucá, manjericão, alfazema e jurema (...), remetem o acervo policial à medicina popular e ilegal. É sabido que nesse contexto a medicina moderna incide na produção da ordem pública e, portanto, as práticas médicas ilegais figurariam entre os "crimes contra a higiene pública". JORNAL DE RECIFE, 1906 e 1911; PEQUENO JORNAL, 1909 *apud* PIMENTEL 2017, p. 77).

Observe-se que, nos tempos da República Velha (1889-1930), tinha-se medo de residir junto ao Rio São Francisco por causa da malária ou sezão, que levou muitos ribeirinhos à morte prematura. Por isso **João Marques da Costa Pombo**, o filho mais velho de Alferes David Marques da Costa Pombo e Izabel Maria de Jesus, nascido em 1876 e casado com Mariana Cândida de Jesus (1874 – 1946), decidiu criar gado na Fazenda

Curral do Meio[107], 21,5 km a noroeste da sede da Fazenda Flores. A casa deles se situava em área que hoje pertence ao município de Belém do São Francisco, 150 metros a oeste do talvegue do Riacho do Ouricuri, às coordenadas UTM24L 483056, UTMN 9059267, a 344 m de altitude. Adjunto a ela localizava-se o cercado, metade do qual herdaram do Alferes David Marques da Costa Pombo[108]. (APÊNDICE K; Fig. 39 e 40).

> Aos seis dias do mês de novembro de mil oitocentos e noventa e quatro, deste ano da República Federal dos Estados Unidos do Brasil, às douse horas do dia, em casa do Cidadão David Marques da Costa Pombo, perante o cidadão João Pacheco do Souza Menezes, segundo Supplente do Juizo do Segundo Districto, em exercício, com migo Official effetivo, e as testemunhas Manoel Anibal Pires Cantarelle, Manoel Pacheco de Souza Menezes, Manoel de Araujo Carvalho Caribé, e Cypriano Gomes da Cruz, receberam-se em matrimonhio, do regime Commum **João Marques da Costa Pombo**, com dezoito annos de idade, (cazado eclesiadamente com Mariana Candida de Jesus), natural deste mesmo districto e Paroquia, rizidente na Fazenda Flores, deste mesmo Destricto e filho legitimo de David Marques da Costa Pombo e Izabel Maria de Jesus ambos rizidentes na mesma Fazenda acima declarada, e **Mariana Candida de Jesus**, com vinte anos de idade, (casada ecleziasticamente com o mesmo João Marques da Costa Pombo, acima declarado, natural de Cabrobó, residente na Fazenda denominada Sitio deste mesmo Districto e filha de Valerio Alves de Carvalho, e Joanna Candida de Jesus, ambos falecidos (grifo nosso). Os quais no mesmo acto declararão não serem parentes em grão remoto, e que não tinhão filhos.

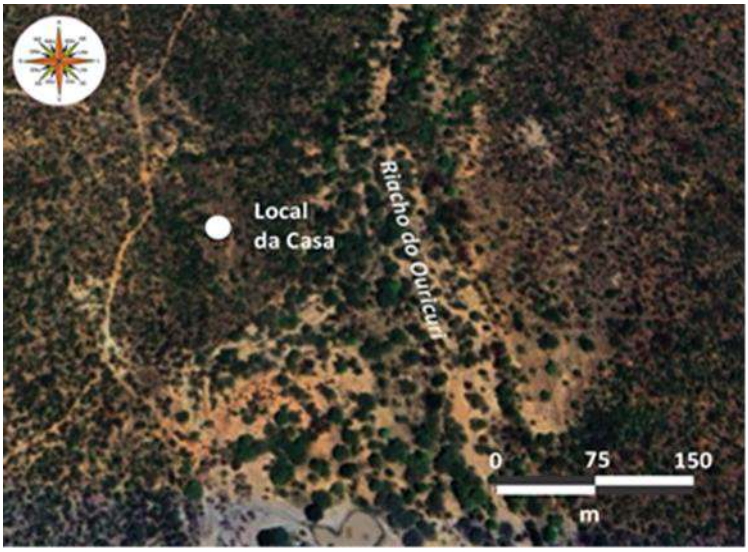
---

[107] "Curral do Meio, na ribeira do riacho do Ouricuri, da família Pombo. Durante existência, ali trabalhou e venceu João Marques da Costa Pombo, lídimo representante de uma velha estirpe de grandes sertanejos." (FERRAZ; FERRAZ, 2018, p. 88).

[108] "A metade do cercado de madeira bom, pequeno, na Fazenda Curral do Meio, avaliado por cem mil réis." (COLLECTORIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO NO MUNICÍPIO DE CABRPBÓ, 1898, p. 116).

> Em firmeza do que eu José Bellarmino da Silva lavrei o presente termo, que vai pelo Juiz assignado e pelos contraentes e testemunhas, e o cidadão Octaviano José da Silva, arrogo de Mariana Cândida de Jesus, por não saber ler, nem escrever. Eu José Bellarmino da Silva, escrivão do Juízo do Segundo Distrito, Belém de Cabrobó, o escrivi.
> João Pacheco de Souza Menezes
> João Marques da Costa Pombo
> Octaviano José da Silva
> Manoel Aníbal Pires Cantarelli, com vinte e quatro anos de idade, casado, criador, residente em Belém do Cabrobó e Manoel Pacheco de Souza Menezes, com vinte i um annos de idade solteiro i agente do correio, residente em Belém de Cabrobó. Manoel de Araujo Carvalho Caribé com vinte e um anos de idade Cazado Criador, residente em Canna Brava, Cypriano Gomes da Cruz, com trinta anos de idade, cazado, criador, residente em Alagoa das Areias. (DISTRITO DE BELÉM, MUNICÍPIO DE CABROBÓ, 1894).

Figura 39 – Localização da casa de João Pombo e Mariana Cândida



Fonte: Google Earth (2026), adaptada pelos autores

Figura 40 – Vestígios da casa de João M. Pombo e Mariana Cândida



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2026)

Virgilina Maria de Jesus, nascida em 1878, casou-se com David Barbosa. (APÊNDICE L). Apesar do perigo da endemia de malária, continuou a viver na Fazenda Flores. (Fig. 41).

> Aos seis dias do mês de novembro de mil oito centos e noventa e quatro, sexto ano da Republica Federal dos Estados Unidos do Brasil, as onze horas da manhã em caza de risidencia do cidadão David Marques da Costa Pombo, prezente o cidadão João Pacheco de Souza Menezes, segundo Supplente do Juizo do Segundo Districto em exercício, com migo Official effetivo e as testemunhas, Manoel Anibal Pires Canterelle, Manoel Pacheco de Souza Menezes, João Marques da Costa Pombo, e Cypriano Gomes da Cruz, receberam se em matrimonhio de rigimim Commum, David Marques da Costa Pombo, digo **David Barbosa da Conceição**, com vinte annos de idade, cazado Ecleziasticamente com **Virgilina Maria de Jesus**, abaixo declarada, natural de Capim Grosso, do estado da Bahia, rizidente na Fazenda Flores, deste segundo Districto, e filho legítimo de Pedro Barboza da Conceição e Prudência Maria de Jesus, ambos falecidos; E **Virgilina Maria de Jesus** com dezouto annos de idade (cazada Ecleziasticamente com o mesmo David Barboza da Conceição acima declarado,

natural deste mesmo Districto e Parochia, rezidente na mesma Fazenda, acima declarada, e filha legitima de David Marques da Costa Pombo e Izabel Maria de Jesus, ambos rezidentes na mesma Fazenda Flores acima declarada, os quais no mesmo acto declarão serem parentes no terceiro grao da linha collateral, e não terem filhos. Em firmeza do que eu José Bellarmino da Silva, lavrei o presente acto, que vai pelo Juiz assignado, o Cotraente, e testemunhas, e assignado o cidadão Manoel de Araujo de Carvalho Caribé arrogo de Virgilina Maria de Jesus, por não saber ler e nem escrever, do que tudo com fé. Eu José Bellarmino da Silva escrivão do Juízo do Segundo Districto, o escrevi.
João Pacheco de Souza Menezes
David Barbosa da Conceição
Arrogo de Virgilina Maria de Jesus
Manoel de Araújo Carvº Caribé
Manoel Anibal Pires Cantarelli, com 24 annos de idade, casado, criador, residente em Belem de Cabrobó.
Manoel Pacheco de Souza Menezes com vinte e um annos de idade, solteiro, agente do correio rezedente em Belém de Cabrobó. João Marques da Costa Pombo, com dezoito annos de idade, solteiro, criador, rezidente em Flores de Belém. Cypriano Gomes da Cruz, com trinta annos de idade, casado, criador, rezidente no termo Tacaratú, logar denominado Alagoa das Areias. (DISTRITO DE BELÉM, MUNICÍPIO DE CABROBÓ, 1894).

Figura 41 – Localização da casa de Virgilina Maria e David Barbosa



Fonte: Google Earth (2026), modificado pelos autores

Prudência Maria de Jesus, nascida em 1882, casou-se com José Vieira Lima. Com ele dedicava-se à agricultura e criação de animais domésticos, inicialmente na Fazenda Angico e depois, na Fazenda Jequi, 20,5 km e 24 km, respectivamente, a noroeste da sede da Fazenda Flores. Ao estilo de seus ancestrais e conforme recomendações de Antônio Conselheiro, na Fazenda Angico eles se serviam da terra em comum, direito obtido por herança de seu pai.

> Ele [Antônio Conselheiro] considerava de uso coletivo, assim como sempre foram desde períodos remotos da pré-história, as terras das nascentes do Rio Vaza Barris. Fundamentava a necessária utilização comunitária das terras sertanejas, no gesto de solidariedade das primeiras comunidades cristãs e nas tradições das populações nativas. Observe-se que ele contava com o apoio massivo dos grupos autóctones porque seus objetivos contemplavam atributos fundamentais da identidade nativa, mormente Tupinambá. (KESTERING, 2021, p. 168).

Na Fazenda Angico, a casa deles se situava em área que hoje pertence ao município de Belém do São Francisco, 200 metros a sudeste do talvegue do Riacho do Ouricuri, às coordenadas UTM24L 483915, UTMN 9058660, a 345 m de altitude. (APÊNDICES M a Q; Fig. 42).

Figura 42 – Sede antiga da Fazenda Angico onde morava Prudência



Fonte: Google Earth (2026), adaptada pelos autores

Declarou a inventariante haver **nas terras em comum** da Fazenda Angico deste Município, no Riacho do Ouricury, uma posse do valor de vinte e sete mil réis, havido por título de compra feita a Francisco Pereira da Silva e sua mulher Maria Theodora da Paixão, pelo preço de dezesseis mil réis, a qual os avaliadores deram o mesmo valor de dezesseis mil réis.

Declarou a inventariante haver **nas terras em comum** da Fazenda Angico deste Município, no Riacho do Ouricury, uma posse do valor de oito mil réis, havido por título de compra feita a Antônio Gomes de Sá e sua mulher Antônia Gomes de Sá, pelo preço de oitenta e oito mil réis, a qual os avaliadores deram o mesmo valor, digo, deram o mesmo valor de oitenta e oito mil réis.

Declarou a inventariante haver **nas terras em comum** da Fazenda Angico deste Município, no Riacho do Ouricury, uma posse de mil quinhentos e oitenta réis, havido por título de compra feita a Anna Maria da Conceição pelo preço de vinte mil réis, a qual os avaliadores deram o mesmo valor de vinte mil réis.

Declarou a inventariante haver **nas terras em comum** da Fazenda Angico deste Município, no Riacho do Ouricury, uma posse no valor de quatro mil réis, havido por título de compra feita a José Pereira da Silva e sua mulher Anna Alves de Jesus, pelo preço calculado de cinquenta mil réis, a qual os avaliadores deram o mesmo valor de cinquenta mil réis. (...)

Nas terras em comum da Fazenda Angico deste município de Cabrobó, no Riacho do Ouricury, as duas posses, uma do valor de cento e vinte mil réis e outra do valor de oitenta mil réis, uma havida por herança do falecido Major Alexandre Gomes de Sá, pai do vendedor, e outra havida por dadiva de Dona Senhorinha Maria Pintada, mãe do vendedor, cujas posses foram havidas por compra título de compra feita ao Capitão Cornélio Gomes de Sá e sua mulher Dona Anna Euphrozina de Barros e Silva, pelo preço de duzentos mil réis, que foram avaliados pelo mesmo valor de duzentos mil réis (grifo nosso). (COLLECTORIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO NO MUNICÍPIO DE CABROBÓ, 1898, imagens 3, 4, 5 e 34).

Da velha casa não existe mais vestígio algum. A 32 metros dela, porém, em direção sudeste, encontra-se ainda a residência onde morava seu genro Manoel Vieira Lima (Neco) e sua filha Antônia Vieira Lima (Toinha). (Fig. 43 e 44). Em setembro de 1943, nela nasceu Maria Vieira Lima (Neguinha), mãe de Robson Glay Vieira Patrício, cacique atual da Tribo Akará.

Figura 43 – Local onde moravam Manoel Vieira (Neco) e Toinha



Fonte: Google Earth (2026), adaptada pelos autores

Figura 44 – Casa onde moravam Manoel Vieira Lima (Neco) e Toinha



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2026)

Na Fazenda Jequi, a casa deles se situava em área que hoje pertence ao município de Cabrobó, 290 metros a noroeste do talvegue do Riacho Terra Nova, 430 metros a leste do Rio São

Francisco, às coordenadas UTM24L 470912, UTMN 9052450, a 323 m de altitude. (Fig. 45). Infelizmente nada mais existe da velha casa onde morava Prudência, filha da Cabocla Izabel. O lugar foi grandemente impactado pela mecanização agrícola. Nele, ao longo do tempo sucederam-se plantios diversos.

Figura 45 – Sede antiga da Fazenda Jequi onde morava Prudência



Fonte: Google Earth (2026), adaptada pelos autores

Antônio Marques da Costa Pombo (Tonheiro), nascido em 1883, casou-se com Maria José da Costa, nascida em 1904, e continuou a morar na mesma casa em que sua mãe, a Cabocla Izabel Maria de Jesus, habitava. Dedicava-se à produção de rapadura no velho engenho que o Alferes David Marques da Costa Pombo edificara na Fazenda Flores.

Na mesma casa dos patriarcas, no dia 22 de janeiro de 1927 nasceu Carolina Maria de Jesus (Calu), filha de Tonheiro e Maria José, hoje com 99 anos de idade[109]. Ela é neta da Cabocla Izabel Maria de Jesus e afilhada de Padre Cícero Romão Batista. (Fig. 46; APÊNDICE R).

[109] Quando se casou, Carolina Maria de Jesus passou a chamar-se Carolina Maria Angelim.

Figura 46 – Carolina Maria de Jesus, neta da Cabocla Izabel M. de Jesus



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2026)

> Aos cinco de julho de 1927 na Fazenda Açude Novo solenemente batizei Carolina nascida nesta freguesia a vinte e dois de janeiro de mil novecentos e vinte sete, filha de Antônio Marques da Costa Pombo e de Maria José da Conceição, moradores desta paróquia. Foram padrinhos Pe. Cicero Romão Batista e Geraldina Maria de Jesus. E, para constar, foi lavrado este termo que assino. O Pároco Pe. Norberto. (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO DE CABROBÓ, 1927).

Rita Maria de Jesus, nascida em 1884, casou-se com José Gomes Vieira. Com ele dedicava-se à agricultura e criação de animais domésticos, na Fazenda Riacho do Lobo[110]. **Ignês Maria de Jesus**, nascida em 1886, casou-se com Valeriano Vieira Lima. Com ele dedicava-se à agricultura, inicialmente na Fazenda Boqueirão, em Cabrobó e, depois, na Fazenda Pintada. **Roza Maria da Conceição**, nascida em 1886, morava na Fazenda Volta, 22,5 km a noroeste da sede da Fazenda

[110] "Riacho do lobo, de José Gomes Vieira (Zé Gomes, da Volta)." (FERRAZ; FERRAZ, 2018, p. 88).

Flores. A casa dela se situava em área que hoje pertence ao município de Cabrobó, 120 metros a nordeste do talvegue do Riacho do Ouricuri, às coordenadas UTM24L 482496, UTMN 9060204, a 339 m de altitude. (Fig. 47 e 48) e **Alice Maria de Jesus**, nascida em 1890, continuou a morar na Fazenda Flores[111].

Figura 47 – Local onde morava Roza Maria da Conceição



Fonte: Google Earth (2026), adaptada pelos autores

Figura 48 – Local onde morava Roza Maria da Conceição



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2026)

[111] "Podemos também aqui relatar que alguns de seus filhos, João Marques da Costa Pombo (João Pombo) e Antônio Marques da Costa Pombo (Tonheiro) foram pessoas de destaque na região. João Pombo foi conselheiro municipal e participou como paraninfo de formatura na cidade de Cabrobó, e Tonheiro foi comerciante de destaque em âmbito nacional. (PATRÍCIO, 2025, p. 18).

4.1.3.1 Flores e a Guerra de Canudos

Tanto pela historiografia oficial quanto pela tradição oral se sabe que, quando em Canudos pretendeu implantar a Terra sem Males, Antônio Conselheiro se acompanhava e aconselhava-se com o povo Rodelas (Tuxá, Truká e Akará). Nos encontros familiares que rotineiramente se faziam à frente das modestas casas, ao caírem as tardes sertanejas, às ramas da parentela os mais velhos recitavam, em estilo de cantilena, que os nativos de raiz Cariri e tronco Procá, eram o braço direito daquele Pajé Açu nascido em Quixeramobim - CE. Contavam que, à semelhança do que faziam **os índios da santidade**, antes de estabelecer-se no Arraial de Canudos, aquele beato cearense peregrinava pelo sertão do Nordeste[112]. (Fig. 49). Sua ação missionária assemelhava-se à dos líderes nativos itinerantes que, desde épocas remotas visitavam as aldeias, para exortar os indígenas a preservarem suas tradições e lutarem pela conquista da Terra sem Males.

[112] Antônio Conselheiro iniciou uma pregação religiosa defensora de um cristianismo primitivo. Defendia que os homens deveriam se livrar das opressões e injustiças que lhes eram impostas, buscando superar os problemas de acordo com os valores religiosos cristãos. Com palavras de fé e justiça, Conselheiro atraiu muitos sertanejos que se identificavam com a mensagem por ele proferida.
Desde o início, autoridades eclesiásticas e setores dominantes da população viam na renovação social e religiosa de Antônio Conselheiro uma ameaça à ordem estabelecida. Em 1876, autoridades lhe prenderam alegando que ele havia matado a mulher e a mãe, e o enviaram de volta para o Ceará. Depois de solto, Conselheiro se dirigiu ao interior da Bahia. Com o aumento do seu número de seguidores e a pregação de seus ideais contrários à ordem vigente, Conselheiro fundou – em 1893 – uma comunidade chamada Belo Monte, às margens do Rio Vaza-Barris. (BUENO, 2018 *apud* KESTERING, 2020, p. 252-253).

Figura 49 – Antônio Conselheiro



Fonte: Prestes (1989 *apud* Kestering, 2025, p. 76)

> Quando se estava a implantar a República Velha cujos primeiros governos presidencialistas eram militares promoveu-se exacerbada cobrança de impostos à população interiorana que sofria ainda as consequências da leviana abolição desorganizada da escravidão. Na Bahia, os escravos nativos e de origem africana, alforriados pela Lei Áurea, viam-se desalentados pelas escassas oportunidades de trabalho e acesso às terras, especificamente às de Cícero Dantas Martins, o Conde de Jeremoabo que, em grande parte estavam improdutivas. Agravavam-se os problemas no Nordeste do Brasil, pela decadência dos engenhos de açúcar, pelo desemprego crônico e pela grande seca de 1878 “que só no Ceará matou 100 mil pessoas”. Isso fez com que dezenas de milhares de sertanejos se agrupassem em torno da liderança de um peregrino chamado Antônio Conselheiro, nascido Antônio Vicente Mendes Maciel no Ceará, em 1830, Antônio Conselheiro trabalhou como comerciante e como Rábula, um advogado que não possui formação acadêmica em Direito. Na década de 1860 torna-se um peregrino pelo Sertão da Bahia e passa a construir a reputação de ser um homem santo, visto como um profeta que irá socorrer os sertanejos. (BUENO, 2018; FIGUEIREDO, 2017 *apud* KESTERING, 2020, p. 251).

Quando, por razões circunstanciais, necessitavam trasladar-se da Bahia a Pernambuco, ou vice-versa, Antônio Conselheiro e o séquito de fiéis transpunham o Rio São Francisco em canoas de ajoujo que facultavam a travessia fluvial entre os portos de Abaré e da Fazenda Flores[113]. (Fig. 50 e 51).

Figura 50 – Portos de Flores, em Pernambuco, e Abaré, na Bahia



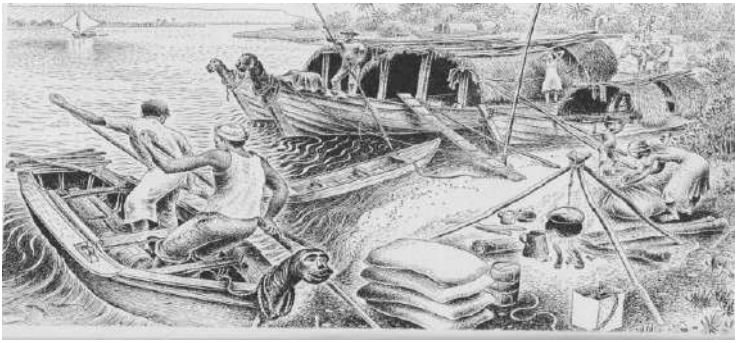
Fonte: Google Earth (2026), adaptada pelos autores

> [Em 1886] a perseguição recrudesceu e Antônio Vicente Mendes Maciel, continuando a sua vida de missionário errante, passou-se para além do São Francisco, apanhando a divisa das Províncias. Há notícia de que fora preso no Estado de Pernambuco e levado a Recife onde o fizeram passar por

[113] "Cada tipo de embarcação não deixa, entretanto, de estar em relação também com certas particularidades das diferentes secções por que se divide o rio para o efeito da navegação. Se em qualquer uma delas, pode a canoa ser utilizada, com maior ou menor esforço, é certo, porém, que o "ajoujo" — reunião de duas ou três delas — constitui o sistema preferido para a travessia rudimentar das "corredeiras". Trata-se, além do mais, de um meio de transporte já um tanto evoluído, que pela própria forma, modo e material de que é feito, reflete a maravilha, o acordo recíproco do homem e da natureza, numa região de "corredeiras caatingas e criatório". Efetivamente o "ajoujo" resulta da união de duas ou três canoas que se ligam mediante paus roliços, que às mesmas se amarram com alças ou tiras de couro cru." (PEREIRA, 1996).

> vexames e atrocidades, antes de ser posto em liberdade. [Em 1887], **da banda direita do Rio de S. Francisco, no porto de Abaré, a hoste dos Conselheiristas bivacava**. **Atravessara nesta última peregrinação religiosa as províncias do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Bahia** (grifo nosso). Os devotos eram em número superior ao que vimos no início da romaria, e o número de mulheres e crianças em duplicata aos dos adultos viris. (BENÍCIO, 1997, p. 58 e 145).

Figura 51 – Canoas de ajoujo das corredeiras do Rio São Francisco



Fonte: Handelman (1860 *apud* Pereira 1996)

Com o passar do tempo, aquele rústico transporte fluvial que se utilizava no Século XIX substituiu-se por balsas que ainda hoje trasladam pessoas e veículos entre os dois portos e a Ilha Grande que entre eles se localiza. (Fig. 52 e 53).

Figura 52 – Balsas que hoje trasladam veículos entre os dois portos



Fonte: Acervo dos autores (2025)

Figura 53 – Balsa atracada no porto de Flores



Fonte: Acervo dos autores (2025)

Fatigado das renitentes mudanças, Antônio Conselheiro resolveu construir um templo, 120 km ao sul de Rodelas dos Tuxá, 150 ao sul da Ilha da Assunção dos Truká, e 132 km ao sul de Flores dos Akará, respectivamente. (Fig. 54 a 56). Nele desejava professar sua espiritualidade e viver livremente, longe das perseguições que os governantes e o clero da Igreja Católica lhe faziam. Seus ensinamentos e práticas missionárias, manifestas em obras caritativas nas comunidades sertanejas, não se afinavam com a ortodoxia heleno-judaica e as tradições do Velho Mundo.

Figura 54 – Povoado de Belo Monte, em 1893



Fonte: Bueno (2018 *apud* Kestering, 2020, p. 253)

Figura 55 – Primeira Igreja de Belo Monte



Fonte: Barros (1896 *apud* Kestering, 2020, p. 254)

Figura 56 – Distâncias de Canudos à Ilha da Assunção, Flores e Rodelas



Fonte: Google Earth (2026), adaptado pelos autores

> Foram inúmeros, durante o tempo desta tolerância, os serviços que António Conselheiro prestou aos sertões da Bahia, em Itapicuru, Chorrochó, Capim-Grosso [atual Curaçá] e diversos povoados em que construiu capelas e cemitérios, fazendo procissão com seus devotos, conseguindo erigir, de uma fazenda a atual vila de Bom Jesus, que construiu, povoou e engrandeceu. (BENÍCIO, 1997, p. 48).

Consolidando-se como comunidade não sujeita ao mando dos representantes do poder vigente, Canudos, nome dado pelos opositores, tornou-se uma ameaça ao interesse dos poderosos. De um lado, a Igreja lhe atacava, alegando que os seguidores de Conselheiro se apegavam **à heresia e depravação**. Por outro, os políticos e senhores das terras, pelo o uso dos meios de comunicação da época, diziam que ele era monarquista e liderava um movimento que almejava derrubar o governo republicano, instalado em 1889. (SOUSA, 2019 *apud* KESTERING, 2020, p. 253).

A terra ocupada no dia 13 de junho de 1893 considerava-se de uso coletivo, tanto por ele quanto por seus seguidores, assim como sempre fora, desde períodos remotos da pré-história, aos grupos autóctones das nascentes do Rio Vaza Barris e do Submédio São Francisco. Antônio Conselheiro fundamentava o uso comunitário da caatinga, no princípio da solidariedade das primeiras comunidades cristãs e nas tradições das populações nativas.

> Eles criaram uma espécie de utopia evangélica. As roças eram coletivas. Plantavam milho, mandioca, feijão e começaram a criar cabra. Com o couro, a carne, o queijo e o leite de cabra eles se tornaram autossustentáveis. Os couros das cabras de Canudos chegaram a ser exportados para os Estados Unidos e o arraial começou a florescer à sombra do poder central, do Brasil que nunca se interessou pelos seus desvalidos. O líder inconteste daquele local era justamente Antônio Conselheiro, o homem que dava conselhos. (BUENO, 2018 *apud* KESTERING, 2020, p. 254).

Lembra-se que os traços culturais e atributos espirituais de quem morava no território em que se implantou o projeto conselheirista da Terra sem Males era essencialmente indígena. Naquele chão sertanejo desenrolara-se uma história marcada por muita violência e opressão, desde quando a Casa

da Torre o recebeu como sesmaria e promoveu a implantação das pioneiras fazendas de gado.

> Uma violência que se caracterizou desde a fase colonial pela expropriação do indígena que aqui habitava, privando-o de suas terras e em muitos casos escravizando-o; pela privação da liberdade do negro e de sua coação ao trabalho; pela apropriação da quase totalidade da terra por uma minoria, impedindo que uma camada de homens livres ou não, cada vez mais acrescida, se tornasse também proprietária. Estabeleceu-se uma formação social alicerçada no domínio de uma classe sobre a outra. A violência nascia inerente à própria forma com que se estruturou o nível econômico. (MONTEIRO, 1980, p. 157 *apud* KESTERING, 2020, p. 255).

No Norte e Nordeste da Bahia onde Antônio Conselheiro atuou com maior denodo, havia muitas aldeias indígenas. Eram suas terras o que havia sobrado da luta que, com o auxílio de missionários ao longo dos anos os grupos nativos travaram contra os colonizadores. Eles lutavam bravamente contra os conquistadores portugueses, a quem importava a terra para implantação de currais e os indígenas, para exploração como mão de obra vaqueirama. Entre as principais aldeias, com laços mais estreitos com Antônio Conselheiro, constavam as de Rodelas (Tuxá, Truká e Akará).

> Termina assim a "história" dos índios. Perderam suas terras a ponto de serem obrigados a instalar-se em terras estranhas, empregando-se como assalariados e passando à faixa mais miserável da população. Ou são eles obrigados a retirarem-se para terras que, por enquanto, não tem dono. "Embatidos cada vez mais para o interior, ou aglutinados na miscigenação que se fazia espontânea há muito tempo, os indígenas cedem pouco a pouco seus terrenos, submetendo-se ao imperativo da força". No séquito do Conselheiro, porém, chegam a ter uma importância histórica tardia. Os índios de Mirandela e Rodelas se batem ao lado do Conselheiro contra o Exército

> brasileiro. (SENA, 1979, 67-75; OTTEN, 1990, p. 248 *apud* KESTERING, 2020, p. 255-256).

Com o sucesso do vilarejo chegaram milhares de sertanejos (indígenas e pessoas escravizadas, recém libertas pela Lei Áurea). Em seu auge, a população do arraial de Canudos a que Antônio Maciel chamava de Belo Monte alcançou de 25 mil a 30 mil habitantes[114].

> Os fazendeiros e políticos da região começaram a se incomodar com a situação, já que Belo Monte estava atraindo um fluxo de trabalhadores para o que era visto como uma terra sem lei. Não havia cobrança de impostos ou presença do governo do estado ou de municípios, no que era praticamente uma cidade independente.
>
> Já em 1893 ocorreram os primeiros conflitos entre grupos de Canudos contra policiais e fazendeiros. Pessoas que buscavam migrar para Belo Monte eram reprimidas e até mortas pelas autoridades que também tentavam impedir o comércio entre os chamados conselheiristas e as cidades da região. Como reação, os seguidores de Conselheiro organizaram grupos armados, chamados pela imprensa da época de jagunços, quando tivemos a popularização desse termo que antes era usado apenas regionalmente e para definir os guarda costas de fazendeiros e políticos. (FIGUEIREDO, 2017).

Em 1893, já no início da fundação do povoado de Belo Monte, começou a complicar-se a relação dos conselheiristas com o governo, quando alguns moradores rasgaram documentos

---

[114] "Canudos é nossa. Certo? As pessoas ouviam e vinham, como quem vai para São Paulo hoje. Todo mundo está querendo ir para São Paulo. Não é? Todo mundo queria vir para Canudos, para ter vida boa, ter paz, ter tranquilidade, ter pão. Conversando com algumas pessoas, alguém dava exemplo de que, em Canudos, tinha esse número de pessoas, como vocês já ouviram falar. Não tinha polícia. Não tinha prefeito. Não tinha autoridade. Não tinha ladrão e nem tinha prostituta. Duas coisas fortes que chamam atenção hoje. **Em Canudos, não tinha ladrão e nem tinha prostituta"** (grifo do autor deste). (MARIA BATISTA ANDRADE *apud* FONTENELLE, 2005).

oficiais com os quais se cobravam os impostos. Por essa ação de rebeldia, os governantes consideraram perigoso o movimento de Antônio Conselheiro. No dia 07 de novembro de 1896, iniciou-se efetivamente, por isso, um conjunto orquestrado de conflitos nos quais participaram mais de 12 mil soldados oriundos de 17 estados brasileiros.

> Tudo começou quando o Conselheiro Antônio Vicente comprou madeira na cidade de Juazeiro para aplicar na construção de uma igreja que se planejou para o arraial. Aquela cidade comerciária situava-se a 170 km do local destinado à construção do templo conselheirista. Nela havia um porto fluvial onde chegava muita madeira de lei que se extraía no estado de Minas Gerais e pelo Rio São Francisco abaixo, em ajoujo se transportava. (KESTERING, 2020, p. 257-258).

Pelo fato de demorar-se a entrega do material de construção previamente pago, Antônio Conselheiro escalou um grupo para o buscá-lo em Juazeiro. Espalhou-se o boato de que, como represália, os sertanejos conselheiristas invadiriam aquela cidade portuária. Por temer a irrupção, o prefeito dela solicitou o envio de policiais de Salvador para protegê-la. Como se havia passado vários dias sem que o incurso acontecesse, três oficiais, 113 soldados, um médico, uma ambulância e dois guias, sob o comando do Tenente Manuel da Silva Pires Ferreira partiram em direção a Canudos com o fito de conter a suposta ação dos sertanejos. Em Uauá, a 50 km de Belo Monte, os conselheiristas, comandados por Pajeú e João Abade, os atacaram de surpresa, ao estilo do que os sertanejos de berço nativo conheciam como guerra do mato[115]. (Fig. 57).

[115] "O hábito do banho diário, a rede de dormir, a alimentação ecológica e mesmo a guerra de guerrilhas, entre nós apelidada, desde os primórdios da colonização, de 'guerra brasílica', guerra volante' ou 'guerra do mato', falam sobre essa contribuição indígena tantas vezes ignorada." (MELLO, 2023, p. 34).

Figura 57 – Antiga praça central de Uauá



Fonte: O Cangaço na Literatura (2019 *apud* Kestering, 2020, p. 264)

> A tropa chegou exausta a Uauá no dia 19, depois de uma travessia penosíssima. (...) Entrou pela rua em continuação à entrada e fez alto no largo. Foi um sucesso. Entre curiosos e tímidos, os habitantes atentavam para os soldados - poentos, mas firmes na formatura, tendo aos ombros as espingardas cujas baionetas fulguravam - como se vissem exército brilhante. Ensarilhadas as armas, a força acantonou. Fez-se em torno um círculo de vigilância: postaram-se sentinelas às saídas dos quatro caminhos e nomeou-se o pessoal das rondas. Feito praça de guerra, o vilarejo obscuro era, entretanto; uma escala transitória. A expedição, depois de breve descanso, devia abalar imediatamente para Canudos, ao alvorecer do dia subsequente, 20. Não o fez. (...) Uauá, como os demais lugares convizinhos estava sob o domínio de Canudos. Habitavam-no dedicados adeptos de Antônio Conselheiro; de sorte que, mal a força fizera alto no largo, haviam-se aqueles precipitado para o arraial ameaçado, onde chegaram no amanhecer de 20, levando o alarma. (...) Na madrugada de 21 desenhou-se no extremo da várzea o agrupamento dos jagunços. (...) Reunidos sempre em volta da bandeira do Divino, estraçoada de balas e vermelha como um

> pendão de guerra, os jagunços enfiavam pelas ruas. Contorneavam o arraial. Volviam ao largo, vozeando imprecações e vivas, em ronda desnorteada e célere. E foram, lentamente, nesses giros revoltos, abandonando a ação e dispersando-se pelas cercanias. Reconheciam a inutilidade dos esforços feitos, ou imaginavam atrair os antagonistas para o plaino desafogado da várzea. Como quer que fosse, abandonaram, a pouco e pouco, o campo. Em breve, ao longe, desapareceu, listrando uma ponta das caatingas, a bandeira sagrada que reconduziam a Canudos. Os soldados não os encalçaram. Estavam exaustos. Uauá patenteava quadro lastimoso. Lavraram incêndios em vários pontos. **Sobre os soalhos e balcões ensanguentados, à soleira das portas, pelas ruas e na praça, onde dardejava o sol, contorciam-se os feridos e estendiam-se os mortos. Entre estes, dezenas de sertanejos - 150 - diz a parte oficial do combate, número desconforme ante as dez mortes - um alferes, um sargento, seis praças e os dois guias - e dezesseis feridos da expedição** (grifo nosso). Apesar disto, o comandante, com setenta homens válidos, renunciou prosseguir na empresa. (...) A retirada impunha-se, por tudo isto, urgente, antes da noite, ou de um outro recontro, ideia que fazia tremer aqueles triunfadores. Resolveram-na logo. Mal inumados na capela de Uauá os companheiros mortos, largaram dali sob um sol ardentíssimo. Foi como uma fuga. A travessia para Juazeiro fez-se a marchas, em quatro dias. (CUNHA, 1901 *apud* KESTERING, 2020, p. 258-263).

Entre os conselheiristas feridos no combate ocorrido em Uauá achava-se Pedro Marques da Costa, com 43 anos de idade[116]. Ele nascera da Fazenda Flores, então distrito de Cabrobó. Era filho de Mariana Maria da Conceição, irmã caçula de David

[116] "O alferes David Pombo fez a declaração de óbito de uma pessoa de nome José Marques da Costa Pombo, citando na declaração que o falecido era "sobrevivente", mas não dizia de qual evento." (PATRÍCIO, 2025, p. 17). Pelo contexto histórico da guerra de Canudos, deduziu-se ter-se ferido na famosa escaramuça de Uauá.

Marques da Costa Pombo, sobrinho portanto, da cabocla matriarca Izabel Maria de Jesus. (APÊNDICE S).

> N° 2111. Faleceu no dia 13 de dezembro de 1896, no ano do Sol, nas Flores deste Segundo Distrito **Pedro Marques da Costa**, de 43 anos de idade, **sobrevivente**, natural deste Distrito e Paróquia, residente neste mesmo lugar e filho natural de Mariana Maria da Conceição, já falecida, não deixou filhos, deixou testamento, a morte (...) procedida de uma febre, sepultado no cemitério desta povoação, com firmeza do que eu José Bellarmino da Silva, Oficial Efetivo, lavrei este termo, aqui comigo assinaram a rogo do declarante por não saber ler e escrever, digo, que vai por mim assinado, pelo declarante, as testemunhas (grifo nosso). Eu Jose Bellarmino da Silva que escrevi. Jose Bellarmino da Silva. David Marques da Costa. (FAMILYSEARCH, 2025).

Por recomendação de Antônio Conselheiro, com dificuldade trasladou-se a sua terra natal onde, no dia 13 de dezembro, 23 dias depois da fatídica escaramuça, foi a óbito. Sepultou-se seu corpo nos sedimentos subjacentes ao piso da capela local que o patriarca David Marques da C. Pombo edificara. (Fig. 58 e 59).

Figura 58 – Capela onde se sepultou o corpo de Pedro Marques



Fonte: Acervo dos autores (2024)

Figura 59 – Túmulo com os restos mortais de Pedro Marques da Costa



Fonte: Acervo dos autores (2025)

Em janeiro de 1897, organizou-se outra expedição contra o povoado de Belo Monte, com mais de 500 soldados militares comandados pelo Major Febrônio de Brito. Os jagunços de Antônio Conselheiro, melhor organizados e agora com armas tomadas na primeira investida da polícia, resistiram e derrotaram a expedição que perdeu quase metade de seus homens. Isso gerou consternação por todo o país e o assunto tornou-se destaque na imprensa. Como parte da busca por apoio contra o vilarejo de Canudos, o Governo de Prudente de Morais passou a considerar o Conselheiro como líder de um perigoso movimento revolucionário. Dizia-se que ele partiria em direção à capital para depor o governo republicano e reinstalar a Monarquia.

> O Conselheiro de fato acreditava que a República era um regime pecador, por separar o Estado da Igreja que teria autoridade para legitimar os governantes e foi transformado em uma figura perigosa. O Estado Republicano, agora com seu primeiro presidente civil precisava demonstrar força e que não toleraria as ideias monarquistas, mesmo não sendo este o propósito de Canudos. (FIGUEIREDO, 2017).

Em março de 1897 o governo federal Prudente de Morais formou uma terceira expedição comandada por Moreira César, com mais de 1.300 soldados, 15 milhões de cartuchos e seis canhões Krupp que se havia comprado na Alemanha para arrasar Canudos [117]. Em seu trajeto, esse destacamento enfraqueceu-se pelas muitas guerrilhas que encontrou.

Subestimou o poder bélico dos conselheiristas. Seguiu, sem contar que as forças do lado conselheirista também estavam reforçadas por populares que se uniram como nunca dantes, em defesa do "homem santo". (VELASCO, 2014). Na então Vila do Cumbe, hoje Euclides da Cunha, hospedou-se na casa do pai de Ioiô. Mal chegado em Monte Santo, Moreira César teve um ataque de epilepsia.

> Moreira César quando chegou aqui não encontrou outra casa melhor do que ela porque ela era bem maior. E aí ele acampou-se, na casa que era de meu pai, na Vila do Cumbe. Na ocasião da guerra, ele foi convidado de Santa Catarina pelo presidente Prudente de Morais porque os outros que ele tinha mandado, todos foram derrotados. O marechal perguntou ao Presidente Prudente de Morais: O que é que se faz com Canudos? Porque, para lá já foram duas expedições e se acabaram. Aí, ele pensou e disse: sabe de uma coisa, marechal? Vamos mandar buscar o valentão de Santa Catarina. (IOIÔ *apud* FONTENELLE, 2005).

Na época, Moreira Cezar era a segunda pessoa mais importante da República. Em 1893, em Santa Catarina, sob as ordens de Floriano Peixoto, na Fortaleza de Santa Cruz, Ilha de

[117] "Moreira César era Coronel do Exército. Tinha tomado parte na Revolta da Armada, combatendo-a logo no início da República. Tinha assassinado um jornalista com uma facada pelas costas porque o jornalista falava mal do Exército brasileiro e, depois, tinha participado da repressão à Revolta Federalista de 1893 na Ilha de Santa Catarina, mandando matar (...) pessoas em execuções sumárias e fuzilamentos porque tinham se revoltado contra o governo de Floriano Peixoto". (BUENO, 2018).

Anhatomirim, com seu velho hábito de assassinar pessoas por fuzilamento sumário e degola, ele tinha liquidado com a Revolução Federalista. Foi lá que ele adquiriu a fama e o apelido de Corta-cabeças. Prudente de Morais mandou então, o famigerado testa-de-ferro de Floriano Peixoto e consagrado herói catarinense, ao sertão dos nativos de Rodelas e remanescentes Massacará, porque haviam fracassado as expedições anteriores; a primeira comandada pelo Tenente Manuel da Silva Pires Ferreira, em Uauá e a segunda, pelo Major Febrônio de Brito, em Canudos.

> Ele não cortou cabeça de ninguém em Canudos. Ele não deu um tiro sequer em Canudos. Ele não teve oportunidade para isso. Mas ele veio com essa fama, com esse mito e ele cultivava essa fama. Moreira César, quando chega com 1.300 soldados, depois de duas expedições anteriores, a primeira do Tenente Pires Ferreira em 19 de novembro de 1896, com cento e poucos soldados, que foi derrotada em Uauá, e a segunda com Major Febrônio de Brito, no dia 26 de janeiro de 1897, com quinhentos e poucos soldados, que foi derrotada na Lagoa do Sangue. Moreira César chega com 1.300 soldados e com 15 milhões de cartuchos e com canhões. (...) Todo autoritário, ele entra em Canudos com um cavalo branco, com sua melhor farda, cheia de medalhas, no meio daquela região agreste. Era uma coisa extraordinariamente diferenciada, mas ao mesmo tempo um alvo fácil. Foi por isso que, na primeira investida, no dia três de março, ele é atingido. Suas tropas não conseguiram nem entrar em Canudos. O fato de ele ter sido, logo, de pronto atingido provocou uma desorganização total na terceira expedição, a ponto de o substituto dele, o Coronel Tamarindo ter pronunciado uma frase que ficou célebre também. Naquela desordem, naquela confusão, o Coronel Tamarindo afirma: “É tempo de murici, cada um cuide de si”. Foi a senha para que todo mundo realmente cuidasse de si. E a debandada foi geral. (...) Foi uma festa em Canudos. A quantidade de armamento e a quantidade de munição que

> ficou, no chão do sertão, largada pela tropa de Moreira César. (ANTÔNIO OLAVO, 2005 *apud* FONTENELLE, 2005).

Ao entrar no arraial, sem a necessária cautela, foi alvejado com um tiro no abdômen. Após agonia de doze horas foi a óbito. Fala-se que antes de morrer teria dito: "se eu sobreviver vou renunciar ao exército por causa dessa humilhação". (BUENO, 2018 *apud* KESTERING, 2020, p. 269).

> O finado Pedrão, que foi aquele que mais brigou aí na guerra e tal, enfim que era amigo de Conselheiro disse que ele tinha enterrado o cadáver de Antônio Moreira César. Então uns disseram que Moreira César não foi enterrado, foi queimado. Ele disse: "é lá perto da casa de João Régis". Então veio esse Dionísio aqui, saber se ele tinha sido enterrado ou queimado. Eu disse: foi queimado. Aí eles fizeram essa obra. Quando completou cem anos, eles vieram inaugurar a obra. Todo mundo só chama: "o umbuzeiro de Moreira César". (JOÃO RÉGIS *apud* FONTENELLE, 2005).

Passou-se o posto ao Coronel Pedro Nunes Baptista Tamarindo que, devido ao alto número de feridos ordenou baterem-se em retirada, o que repercutiu como uma grande humilhação para o exército. Em abril de 1897, o presidente republicano Prudente de Morais mandou ao sertão da Bahia o Marechal Carlos Machado de Bittencourt, então ministro da guerra, para comandar a quarta expedição.

Em junho de 1897, quando estavam ainda a combater os soldados da terceira expedição contra Canudos, os conselheiristas continuavam em clara posição de vantagem sobre as colunas de combatentes da Velha República, postadas no Alto da Favela. "Apossaram-se de cerca de 3.000 cartuchos, carros de comidas, espingardas, etc." (BENÍCIO, 1997, p. 317).

No arraial de Belo Monte, porque suas lavouras e criações haviam sido devastadas pelas tropas, milhares de combatentes restavam com muita raiva, denodada coragem e clara disposição à guerra das tocaias e surpresas, nas estorricadas

caatingas de Canudos. Não se pode negar, porém que, frente à notícia de algumas mortes, vários desertados e retorno de muitos feridos, estabeleceu-se profunda tristeza, tremendo alvoroço e generalizado sentimento de pânico, tanto entre os soldados quanto nas entranhas da população local. Sensibilizado pela dor de seus seguidores, o próprio Antônio Conselheiro sugeriu a muitos feridos, mulheres e filhos, para saírem do arraial, se assim quisessem fazê-lo.

> Como ruge este inferno tumultuosamente em desordem! Soldados sequiosos, esguridos, maltrapilhos, escassez de água, fartura de porcaria, burros que se devoram o pelo, clarins que tocam a que ninguém atende, cavaleiros que passam levantando pó, resmungo rouco de quem sucumbe à fome, respirações cansadas, gemidos pungentes, um brado ao longe, bois que mugem e morrem, mulheres de cócoras como múmias, falta de medicamento para os feridos nas malas da ambulância médica, um tiro desgarrado, uma ordem que não se cumpre, cavalos escavando o chão, todos varados de fome, feridos esmolando o que comer, burros lambendo a crosta da terra, ar de estupor nas fisionomias lúgubres, ambulâncias cheias de conserva, vinho, água do Setz e ovos em lata!—um punhado de farinha, se não, eu morro!—banguês trazendo mortos e feridos com bicheiras, doentes no pó, oficiais deitados na poeira, praças ao pé, vento e sol canicular, poeira, exalação fétida, horrível, podre, dos cadáveres insepultos, animais assombrados em esparrame no melo do povo, gritos, palavrões, ameaças, tudo sofre; a fome tortura, o calor queima, a sede abrasa, a poeira sufoca e olhos esbugalhados fitam o vácuo! Quem os poderá fechar no meio estonteador deste inferno tumultuariamente em desordem!? Favela, 30-6-97. (ANÔNIMO, 1897 *apud* BENÍCIO, 1997, p. 325-326).

Entre junho e setembro cercou-se e bombardeou-se o arraial com diversos combates em que se feriram e morreram mais de mil soldados. No dia 05 de outubro de 1897 incendiou-se o vilarejo e, mediante promessa de anistia rendeu-se a maioria de seus habitantes, homens, mulheres e crianças que, horas

depois, a tropa republicana covarde e traiçoeiramente degolou, pena conhecida como “gravata vermelha”.

Entre 15 e 25 mil sertanejos e cerca de cinco mil militares morreram em Canudos, além das baixas que ocorreram nos vários combates [118]. As denúncias da violência cometida geraram diversos manifestos na época. O Presidente Prudente de Morais elogiou a campanha do Exército. A guerra que se fez resume-se em sete frases emblemáticas e mnemônicas para os sertanejos.

Nos escombros do Arraial de Canudos que se transformou em grande cemitério, com alguns cadáveres sepultados e outros insepultos e na memória dos sertanejos germina ardente o sonho de Antônio Conselheiro, de implantar, no país dominado pela República presidencialista, o encanto Bugre-Tapuia de uma terra sem mal, o paraíso sertanejo. (Fig. 60).

Figura 60 – Canudos transformou-se em um grande cemitério



Fonte: Fontenelle (2005)

[118] “Canudos foi destruída e sua população massacrada numa guerra que durou um ano, de 21 de novembro de 1896 a 5 de outubro de 1897. O cheiro dos mortos se espalhava pela região. Tentaram enterrar, mas não havia covas suficientes. Quem não morreu na guerra ficou vagando pelo sertão. O povo morria de fome e de sede. As mulheres davam a própria urina para os filhos beberem.” (FONTENELLE, 2005).

4.1.3.2 Legado de Antônio Conselheiro

Lembra-se que, na área de abrangência do projeto conselheirista, mantiveram-se os traços culturais nativos e a espiritualidade que, desde o Século XVII, nos redutos missioneiros se praticava. Nele se consolidaram, sobretudo, as procissões e as penitências que em todas as quaresmas se repetiam.

- Procissões

Por incentivo e/ou influência de Antônio Conselheiro, com ou sem padres a coordenar, **e**m Rodelas, na Ilha da Assunção e Fazenda Flores, habituou-se o povo indígena a realizar procissões, nas festas dos padroeiros e nas Sextas Feiras Santas. A iniciar em frente às igrejas e ou capelas, em duas filas indianas, uma constituída de mulheres e outra de homens, a cantar hinos e benditos tridentinos, desfilavam os cortejos pelas as ruas da cidade ou no entorno dos respectivos templos locais. Findavam-se também, de igual modo, à frente daqueles modestos templos. (Fig. 61).

Figura 61 – Procissão ao estilo de Antônio Conselheiro



Fonte: Kestering (2023a, p. 167 *apud* Kestering 2025, p. 77)

> A multidão guerreira avançava para Uauá, derivando à toada vagarosa dos kyries, rezando. Parecia uma procissão de penitência, dessas a que há muito se afeiçoaram os matutos crendeiros para abrandarem os céus quando os estios longos geram os flagícios das secas. (...) Guiavam-nos símbolos de paz: a bandeira do Divino e, ladeando-a, nos braços fortes de um crente possante, grande cruz de madeira, alta como um cruzeiro." (CUNHA, 1901 *apud* KESTERING, 2024a, p. 260).

- Penitências

Nos municípios, ilhas e fazendas influenciadas por Antônio Conselheiro preservou-se a genuína forma de vivenciar rituais vinculados às missões pioneiras do Século XVII. Nas quartas e sextas feiras da quaresma, especialmente na Sexta Feira Santa, à noite, grupo de indígenas encapuzados reunia-se em frente a modestas capelas, próximo aos cemitérios, para cantar hinos de contrição. De lá saíam, em procissão, por dentro dos matos, a penitenciar-se e, às vezes chicotear-se, para expiar seus pecados [119]. Ao estilo da estrutura do exército romano, guiavam-se pelas ordens de líderes a quem o povo reconhecia como decuriões dos grupos penitentes. (Fig. 62 e 63).

Figura 62 – Capela dos penitentes de Rodelas



Fonte: Idalina Fonseca (2014 *apud* Kestering, 2025, p. 80)

[119] "Hohenthal (1954, p. 61), que visitou os Tuxá em meados do século anterior, comenta: 'Embora dizendo-se católicos, alguns deles pertencem ao culto dos penitentes – os que se flagelam'." (SALOMÃO, 2020, p. 103).

Figura 63 – Penitentes encapuzados, adjunto à capela



Fonte: Prestes (1989 *apud* Kestering, 2025 p. 80)

> No exército romano, um grupo de oficiais ocupava um lugar central no comando das tropas da cavalaria. Eles eram chamados de decuriões. Eram responsáveis por comandar esquadrões de cavaleiros e demonstrar compromisso inabalável com o Império Romano e com as legiões. Com sua designação diretamente ligada ao comando de dez homens, o decurião assumia uma posição vital como oficial subalterno, responsável por comandar uma tropa de cavalaria nas legiões e também nas unidades auxiliares que eram montadas. (YOUTUBE, 2025).

É notório que, no Norte e Nordeste da Bahia, onde Antônio Conselheiro atuou com maior denodo, havia muitas aldeias indígenas. Eram suas terras o que havia sobrado das lutas que, com o auxílio de missionários, ao longo dos anos haviam travado contra os colonizadores. Entre seus mais fiéis escudeiros estavam os nativos das aldeias do povo Rodelas (Tuxá, Truká e Akará).

> Ao tomar o rumo de Chorrochó e Canudos, o Conselheiro esvaziou a aldeia. Os índios eram seus adeptos e muitos o seguiram. Uns retornaram, outros foram sepultados no Alto do Bom Jesus. (FONSECA, 1996, p. 161).

Seguiram-no até que, do peito daquele profeta peregrino exauriu-se o sopro vital. Quando o viram morto, por nada mais

poderem fazer, frente ao sanguinário exército republicano etnocida, quais discípulos de Emaús (LUCAS, 24, 13-35), retornaram a suas aldeias. Em dois ou três dias de caminhada, transpuseram os 120 km, 150 km e 132 km dos territórios de Chorrochó e Macururé, para enfim chegarem respectivamente às ilhas da Viúva, da Assunção e das Flores onde, por temerem retaliação dos covardes golpistas da República Velha, mantiveram-se por um tempo às escondidas.

Lembra-se que Antônio Conselheiro exprobrava os torpes ideais e métodos da Velha República. Desvirtuada do genuíno espírito positivista, em cristalino antagonismo aos princípios cristãos, no Brasil ela estava a implantar-se com o intuito de favorecer apenas as tradicionais oligarquias cafeicultoras e o famigerado coronelismo curraleiro. Recorda-se que Augusto Compte havia proposto o **Amor** como base, a **Ordem** como princípio e o **Progresso** como fim. Assim, a Guerra de Canudos se deu pela completa **ausência do Amor** na República que, por um golpe militar, estava a implantar-se nas terras brasis.

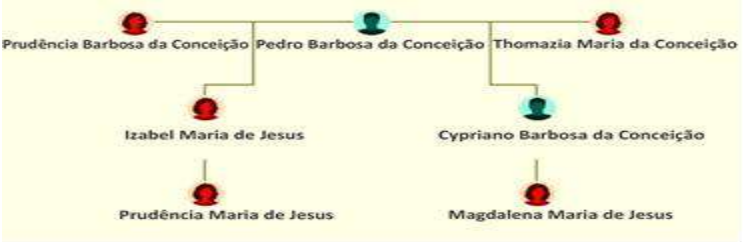
4.1.3.3 Resiliência Akará

É certo que em todo período da República Velha, desde 1889 quando Antônio Conselheiro lutava pela implantação da Terra sem Males, até seu ocaso, em 1930, quando estava a iniciar-se a Era Vargas, reconheciam-se os habitantes da Fazenda Flores como indígenas. Apesar da invisibilidade imposta pelo regime colonial, pela política imperial e pelas leis republicanas, nos documentos oficiais evidenciavam-se os atributos identitários do povo Akará. Nas certidões de nascimento, de batismo, de casamento e de óbito, registravam-se a eles com os clássicos distintivos discriminativos, para integrá-los à classe dos pardos e/ou caboclos. Assim se fez com Magdalena Maria de Jesus, filha de Cypriano Barbosa da Silva. (APÊNDICE T).

> Aos três dias do mez de fevereiro de mil novecentos e trinta, compareceu em meu cartório o cidadão Emiggdio Antônio de Carvalho e em presença das testemunhas abaixo assignadas declarou que: hoje pelas treze horas na Fazenda Flores deste Município, falliceu afogada Magdalena Maria de Jesus, com dezecete anos de idade, solteira, lavradora natural deste Estado, **de cor cabocla** filha de Cypriano Barbosa da Silva (grifo nosso). Foi sepultada no Cemitério público desta cidade em veste branca. Em firmeza do que eu, Ernesto Pires de Carvalho lavrei este termo em que comigo assigna o declarante e as testemunhas; Eu, Ernesto Pires de Carvalho, escrivão escrivi.
> Emiggdio Antônio de Carvalho
> Antônio Theodosio dos Anjos
> Ozeas Bellarmino Maniçoba. (CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE CABROBÓ, Nº 1019, 1930).

Magdalena Maria de Jesus era filha de Cypriano Barbosa da Silva, neta de Pedro Barbosa da Conceição[120] e Thomazia Maria da Conceição. Era ela sobrinha do Alferes David Marques da Costa Pombo e Izabel Maria de Jesus. Era prima, portanto, dos caboclos (pardos) João Marques da Costa Pombo, Virgilina Maria de Jesus, Antônio Marques da Costa Pombo, Prudência Maria de Jesus, Rosa Maria da Conceição, Rita Maria de Jesus, Inês Maria de Jesus e Alice Maria de Jesus. (Fig. 64).

Figura 64 – Magdalena Maria de Jesus, sobrinha do Alferes David



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2026), adaptado

[120] Lembre-se que Pedro Barbosa da Conceição era pai de Izabel Maria de Jesus, sogro, portanto, do Alferes David Marques da Costa Pombo.

4.1.4 Na Era Vargas

Com o objetivo de renovar a estrutura política e integrar as populações indígenas ao mundo do trabalho, sobretudo rural, Getúlio Vargas ajustou o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), para exercer maior controle sobre eles, de modo a acelerar o processo civilizatório iniciado no período colonial. A esse órgão ele delegou a responsabilidade de inventariar as culturas e respectivos modos de viver porque presumia que, pelo processo civilizatório nacionalista, com brevidade deixariam de reconhecerem-se como indígenas. Esperava que se identificariam como membros da pujante nação brasileira.

> [Inventariar as culturas e os modos de vida] tinha ligação com a visão oficial do Estado, que tomava os indígenas como indivíduos em transição, que logo deixariam de ser indígenas com o processo de nacionalização em curso pelo SPI. Logo, inventariar e difundir a cultura dos "índios" brasileiros era um modo de preservar uma memória institucionalizada sobre esses grupos em vias de transformação e integração à sociedade nacional (leia-se desaparecimento), de acordo com o discurso da época. (RIBEIRO, 2024).

É notório que Getúlio mobilizou o Brasil em torno da temática da integração nacional que se fez conhecida como a Marcha para o Oeste. Atribuía ao indígena um papel de destaque na construção da identidade cultural brasileira. Promoveu expedições de contato com etnias isoladas, para integrá-las ao Plano Nacional de Desenvolvimento Capitalista. Na prática, enfraqueceram-se e subordinaram-se" os indígenas, pela disseminação de endemias e invasão de suas terras.

> Esta linguagem protecionista refletiu a tendência do Estado Novo de outorgar noções de cidadania e de direitos aos grupos sociais previamente marginalizados. De fato, o abraço simbólico do índio pelo Estado Novo acabou por sufocá-lo. Esmagados pela retórica do governo, os índios teriam de lutar

> para expressar seus próprios pontos de vista em relação a sua terra, comunidade, cultura e história. (GARFIELD; COLLEGE, 2000, p. 13).

Na Era Vargas (1930-1945), viviam ainda Prudência Maria de Jesus, Rita Maria de Jesus e Ignês Maria de Jesus, filhas dos patriarcas David Marques da Costa Pombo e Izabel Maria de Jesus. Em 1930, Prudência tinha 48 anos de idade; Rita, 46 e Inês 44, respectivamente.

Quem bem conheceu os amargos efeitos da política varguista foi Antônia Gomes Vieira (Toinha), nascida em 15 de setembro de 1916. Ela era filha de Ricardo Gomes Vieira e Joana Cândida de Jesus. Era neta de João Marques da Costa Pombo e Mariana Cândida de Jesus, bisneta, portanto, de David Marques da Costa Pombo e Izabel Maria de Jesus, patriarcas da Fazenda Flores. (Fig. 65 a 67).

Figura 65 – Antônia Vieira Lima, bisneta do Alferes David Marques



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2026), adaptado

Figura 66 – Antônia Gomes Vieira (Toinha)



Fonte: Acervo dos autores (2026), adaptada

Figura 67 – Ricardo Gomes Vieira



Fonte: Acervo dos autores (2026), adaptada

Nos primeiros dias da era getulista, em 1930, Antônia Gomes Vieira tinha apenas 14 anos de idade. Casou-se com Manoel

Vieira Lima e passou a chamar-se Antônia Vieira Lima. (Fig. 68). Morava, então, na Fazenda Angico, vinculada a Belém do São Francisco, 20 km a nordeste de Flores, próximo ao Riacho do Ouricuri, às coordenadas UTM24L 483937 e UTMN 9058614, 343 m de altitude. Quando Vargas praticou suicídio, em 1951, ela já tinha suas 38 primaveras bem vividas. Faleceu em 1997.

Figura 68 – Manoel Vieira Lima e Antônia Vieira Lima



Fonte: Patrício (2025, p. 51)

Em janeiro de 1938, quando na Fazenda Pau de Colher, em Casa Nova, 274 km a oeste da Fazenda Angico, por ordem de Getúlio Vargas assassinaram-se mais de 300 pessoas de origem e espiritualidade indígena, Antônia Vieira Lima tinha então 21 anos de idade[121]. (Fig. 69). A ela também se dizia serem

[121] "O confronto foi intenso, e muitos fiéis debandaram, iniciando uma longa perseguição pelos sertões. Na vila, as forças militares promoveram um massacre de aproximadamente 400 pessoas, incluindo mulheres e crianças. Os soldados deixaram passar algumas crianças e mulheres, dentre elas o "Quinzeiro", travestido em disfarce feminino. As crianças órfãs foram enviadas para instituições de caridade em Salvador. A grande mortandade, cujo número exato é controverso, e a violência do confronto tiveram repercussão nacional, servindo de exemplo para quem desafiasse o poder federal. (SILVA, 2010, p. 82).

comunistas aqueles pobres agricultores sertanejos[122]. Na verdade, eles queriam, tão somente, implantar a Terra Sem Males, ao estilo da que Antônio Conselheiro e os indígenas Rodelas, ancestrais dos Akará de Flores, haviam pretendido edificar em Canudos, às margens do Rio Vaza-Barris e Padre Cícero Romão Batista sonhava criar no Sítio Caldeirão, em Crato - CE[123].

Figura 69 – Distâncias entre a Fazenda Angico, Flores e Pau de Colher



Fonte: Google Earth (2026) adaptada pelos autores

> O Movimento [da Guerra] do Pau de Colher acontece, em Casa Nova, em 1937. É um contexto de grande mudança no Brasil. Na verdade, dois meses antes, exatamente em novembro, acontece no Brasil o Golpe do Estado Novo. Havia uma preocupação muito grande de Getúlio Vargas e do Estado Novo, com a insurgência de determinados movimentos. De alguma forma, o perigo de Canudos ainda rondava, sobretudo

[122] "No povoado de Pau de Colher, que em 1937 chegou a ter aproximadamente mil pessoas, entrelaçadas com a conjuntura política nacional adversa e o sentimento messiânico cearense favorável, integraram-se, paulatina, gradativa e sucessivamente, cerca de quatro mil pessoas do Sudeste do Piauí, Oeste de Pernambuco e Norte da Bahia." (KESTERING; BEZERRA; NEGREIROS, 2023, p. 103).

[123] Por ordem de Getúlio Vargas, em 1936, a polícia cearense destruiu violentamente a comunidade que o beato Zé Lourenço, discípulo do Padre Cícero Romão Batista, estava a implantar no Sítio Caldeirão, situado no sopé da Chapada do Araripe. (MALVEZZI, 2007, p. 26).

> o poder instituído no Brasil." (BRITO, 2011 *in* ALMEIDA 2011 *apud* KESTERING; BEZERRA; NEGREIROS, 2023, p. 103).

Apesar de, em nome do sentimento nacionalista ter-se proibido falar em língua nativa e ritualizarem-se as crenças indígenas, Antônia Vieira Lima mantinha as tradições autóctones, principalmente o que concernia aos rituais de Encantoria, dos Quartinhos e de Umbanda. (Fig. 70). Recitava muitas rezas do Catimbó, vinculadas à tradição da Jurema.

> Minha mãe era catimbozeira das boas. Digo isso porque eu vivenciei com ela. Cura com ervas e benzedura era com ela mesmo. Ela tinha muitas plantas (mamona, pinhão roxo, alecrim, etc.). A mamona ela usava para dor de cabeça. Colocava na cabeça e amarrava um lenço. Logo a dor passava. Lembro de uma vez que ela rezou em uma criança de uns quatro anos que estava engasgada. Logo ela colocou pra fora um pedaço de carne. Os pais dela moravam perto da gente e tinham roça. Ficaram muito gratos. Depois disso passaram muito tempo dando frutas e legumes pra gente. (SANDRA 2026 *apud* PATRÍCIO, 2026).

Figura 70 – Antônia Vieira Lima com suas plantas medicinais



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2026)

Nas crianças e nos adultos que estivessem com doenças do corpo, do espírito, das matas e/ou do mundo ela declamava a prece do cravo, das maçãs e do alecrim. Quando, por razões circunstanciais as pessoas não podiam fazer-se presentes, escrevia a milagrosa prece no verso das fotografias de pessoas necessitadas[124]. (APÊNDICE U).

> Com um cravo, uma maçã e um ramo de alecrim, pela Santa Cruz das Amarguras, eu fecho este corpo contra a dor e o perigo. Assim como Cristo venceu a cruz, assim fique forte e seguro. Rezar três Pai nossos. (VIEIRA LIMA, 1978 *apud* PATRÍCIO, 2026).

4.1.5 Na República Populista

Passado o período ditatorial de Getúlio Vargas, promulgou-se a Constituição de 1946 que, à época, se considerava avançada. Não espelhava ela, contudo, a participação da sociedade civil, sobretudo das camadas populares e minorias étnicas.

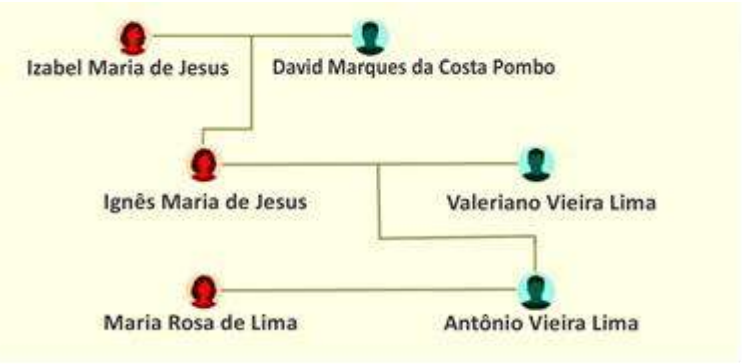
> No que se refere à questão dos direitos dos autóctones, cuja participação sempre fora excluída dos regimentos, declarações e escritos jurídicos anteriores, a Carta de 1946 seguiu a mesma regra dos diplomas precedentes. Esta apenas reproduziu o artigo do texto constitucional de 1934, que pregava a legislação sobre a incorporação dos "silvícolas" à comunhão nacional. Convém notar, outrossim, que a tese da assimilação e integração dos originários à sociedade branca continuava circulando nos meios jurídico-políticos como uma tendência aceitável e culturalmente unidirecional. (ALMEIDA, 2018).

[124] "Para os indígenas, de modo geral, a saúde está relacionada à harmonia entre pessoas e o ambiente no qual elas estão inseridas. Isso significa que os povos indígenas costumam atuar focando na **integração entre corpo, mente, meio ambiente e demais elementos** que os rodeiam." (VILLAR, 2020).

Na República Populista (1946-1964), após a Era Vargas, destacava-se Antônio Vieira Lima (Antônio Valério) como liderança maior dos Akará de Flores, a preservar as tradições da parentela herdeira do patrimônio cultural do Alferes David Marques da Costa Pombo e Izabel Maria de Jesus, patriarcas de berço Cariri-Proká. Destacava-se pela cultura e espiritualidade, estreitamente vinculadas à Umbanda (Catimbó), bem como à encantoria, aos quartinhos e particulares.

Antônio Valério era filho de Valeriano Vieira Lima e Ignês Maria de Jesus, neto portanto, do Alferes David Marques da Costa Pombo e Izabel Maria de Jesus. Ele nasceu em 11 de março de 1903, na Fazenda Pintada, município de Cabrobó. Casou-se com Maria Rosa de Lima (Mariquinha), filha de Pantaleão Simplício dos Anjos e Rosa Maria de Jesus, residentes na Fazenda Boqueirão. (Fig. 71).

Figura 71 – Antônio Vieira Lima, neto do Alferes David Marques

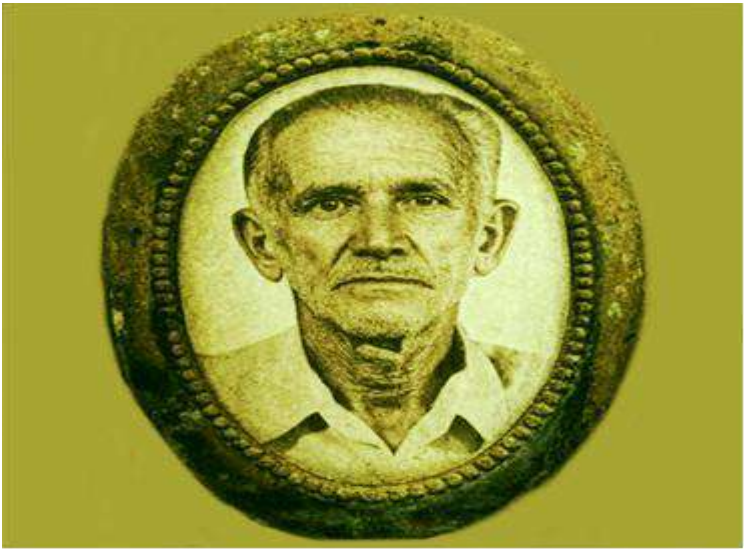


Fonte: Os autores (2026)

No dia 31 de janeiro de 1946 quando, com a posse de Eurico Gaspar Dutra, instalou-se a República Populista no Brasil, ele já desfrutara 42 vezes o sabor das melancias de sequeiro da fazenda em que nasceu e aprendera a gerenciar o saber

ancestral Cariri-Proká. (Fig. 72). Foi professor. “Educou algumas gerações entre Cabrobó e Belém do São Francisco”. (PATRÍCIO, 2025, p. 88). Faleceu no dia 18 de julho de 1980. No seio da parentela Akará sobrevive, destarte, a doce memória da benfazeja experiência que ele adquiriu nas salas de aula e nos tradicionais particulares indígenas.

Figura 72 – Antônio Vieira Lima (Antônio Valério)



Fonte: Acervo dos autores (2026)

> Segundo relatos de seu Panta, sobrinho de Antônio Valero, por quem também foi alfabetizado, chegou às terras do Velho Valero [Valeriano Vieira Lima] um andarilho que se dizia professor e que poderia ensinar seus filhos a ler e a escrever. Sendo assim, o Velho Valero logo providenciou que todos os filhos fossem alfabetizados. Dentre todos, apenas Antônio Valero demonstrou mais interessado, ficando os demais apenas no aprendizado de suas assinaturas. Conta-se ainda que este andarilho chegou, ficou alguns meses hospedado na fazenda do Velho Valero, e foi embora, não deixando registro de sua identidade. Com este conhecimento adquirido,

> Antônio Valero passou então a ensinar as crianças da região ribeirinha, como também as da Fazenda Boqueirão a ler e a escrever. Muitos de seus sobrinhos foram alfabetizados por ele. (PATRÍCIO, 2025, p. 92).

Tito Marques da Silva, filho de Abílio Marques da Silva (Abílio das Flores), sobrinho e genro de Antônio Valério, e sua esposa Maria Aurenice de Lima Marques, filha de Antônio Valério, testemunham ser verdade o que, pela tradição oral, no Submédio São Francisco se divulga. Ambos são bisnetos do Alferes David Marques da Costa Pombo e Izabel Maria de Jesus, patriarcas da Fazenda Flores. (Fig. 73).

Figura 73 – Tito Marques da Silva e Maria Aurenice de Lima Marques



Fonte: Acervo dos autores (2026)

Nas salutares rezas curandeiras ele preservou a tradição Akará e compartilhou-a, até que se exauriu seu sopro vital e evadiram-se da comunidade as profícuas ações caritativas que ele exerceu ao longo dos 77 anos de vivência no sertão semiárido de Cabrobó.

> Antônio Valério tinha rezas fortes. De sua casa, rezava e curava pessoas distantes. Contou-me certa vez minha tia paterna, Maria Odete dos Santos, que um senhor chegou,

> pedindo que fosse rezar em sua esposa que estava acamada. Ele indagou à pessoa se ela tinha fé. Diante da resposta positiva, retirou-se ao fundo da casa. Tia Odete disse que, pela primeira vez, foi escondida ver o que ele estava fazendo. Observou que segurava uma faca pequena, voltada a seu rosto. Fazia alguma oração. Ao retornar, disse ao senhor que buscou sua ajuda. Vamos para sua casa, agora. Ao chegarmos lá, ela estará sentada, na cama, com uma xícara de chá na mão. Assim foi feito. Foram até a casa. Lá chegando, a cena foi a mesma que ele havia descrito.
>
> Contam também, que ele tinha rezas de proteção. Sempre dizia que, enquanto fosse vivo, nenhum filho dele seria ferido. De fato, ele faleceu em 1980. Apenas em 1982, já na sua falta, dois de seus filhos foram mortos. Recordo-me ainda que Sebastião Elói Barbosa, pajé do povo Akará, contou-me que certa vez, seu olho saltou fora da cavidade ocular. Correu para a casa de Antônio Valério. Lá chegando, ele fez uma reza. De imediato, o olho retornou a seu local, não deixando uma sequela sequer. Muitos recordam que ele tinha uma reza pra "envultar" uma pessoa, ou seja, fazer desaparecer para que os inimigos não conseguissem vê-la.
>
> Esta história é realmente verdadeira. Antônio Valério era meu sogro. Ele curava mordido de cobra. Se ele rezasse e a pessoa não tivesse cura, ele dizia: pode preparar o caixão. Esse não tem cura. Curava também animal com bicheira. Rezava sem ver o animal. Ele aprendeu com o pai dele que era meu avô, Valeriano Vieira Lima. Todas as pessoas que conhecem a família sabem que isso é verdade. (SILVA, 2026).

4.1.6 Na Ditadura Militar

Não foi apenas durante o Brasil Colônia, o Reinado dos Bragança, a República Velha, a Era Vargas e a República Populista que a intolerância à vida e espiritualidade nativa se fez sentir. Ela adquiriu dimensões catastróficas principalmente

durante o regime militar que se iniciou em 1964 e findou em 1985[125]. Importa registrar que a violência imposta aos Akará da Fazenda Flores não foi um caso isolado. Com a implantação de grandes obras, em todo território nacional houve devastação, violência, fome, doenças e muita morte de indígenas[126]. Houve torturas, prisões arbitrárias, trabalho análogo à escravidão e até proibição de ritualizarem-se as tradições e falarem-se idiomas nativos[127].

> A proposta integracionista adotada pela Constituição de 1967 sintonizava com a perspectiva integracionista predominante no plano internacional no que tange aos povos autóctones. Ou seja, ela flertava com a tendência mundial de buscar os valores e os costumes da civilização europeia para impulsionar o desenvolvimento e progresso à custa do padecimento dos grupos étnicos. Nesse sentido, a Emenda Constitucional n. 1 de 1969 novamente corroborava com as prerrogativas assimilacionistas dos documentos jurídicos oficiais de 1934 e 1946. (CARNEIRO DA CUNHA, 2008 apud ALMEIDA, 2018).

---

125 "O imaginário construído sobre os índios durante o regime ditatorial tinha como intuito legitimar a imposição de uma relação de poder e impor interesses de dominação sobre os nativos. Entre 1964 e 1985, o indígena foi visto como o Outro, como um verdadeiro bárbaro habitante da fronteira da civilização. A própria FUNAI buscava classificar os indígenas como antropófagos ou não, a fim de calibrar a dificuldade em se empreender o contato e a integração." (MULZA, 2022, p. 312).

126 "O Estado autoritário brasileiro, instituído a partir do golpe militar de 1964, havia restringido acentuadamente as liberdades políticas e individuais, e, dentro de uma lógica desenvolvimentista própria, empregava os recursos do capital internacional para promover obras de grande porte, visando, segundo se dizia, estruturar o país. Naquele contexto, em que não havia liberdade de expressão, o temor da repressão rondava a todos. O poder que os militares adquiriram, e ostentavam na região intimidava a maior parte das manifestações críticas." (SILVA, 2010, p. 39).

127 "O relatório da Comissão Nacional da Verdade, finalizado em 2014, indica que, apenas na investigação de dez povos, foram estimadas mais de oito mil mortes decorrentes do governo militar." (PASSOS, 2023).

Em levantamento feito pelo próprio Estado, com o objetivo de apurar práticas de corrupção no Serviço Nacional do Índio[128] evidenciou-se claramente a extrema crueldade que se desferiu às populações de berço nativo. Dessa forma, por temer-se a ação genocida do Estado, as populações de berço nativo negavam toda vinculação com as aldeias. As pessoas com ancestralidade indígena repetiam que sua bisavó teria sido. Deixara de ser porque fora presa a dente de cachorro. Elas, contudo, se reconheciam descendentes ou meros remanescentes.

> [Houve] matanças de tribos inteiras, torturas e toda sorte de crueldades foram cometidas contra indígenas no país, principalmente pelos grandes proprietários de terras e por agentes do Estado. Figueiredo fez um trabalho de apuração impressionante: incluiu relatos de dezenas de testemunhas, apresentou documentos e identificou cada uma das violações que encontrou – assassinatos de índios, prostituição de índias, sevícias, trabalho escravo, apropriação e desvio de recursos do patrimônio indígena. Ele também apurou as denúncias sobre a existência de caçadas humanas de indígenas, feitas com metralhadoras e dinamite atiradas de aviões, as inoculações propositais de varíola em populações indígenas isoladas e as doações de açúcar misturado a estricnina. (STARLING, 2026).

Os clamores indígenas para que tivessem fim os maus tratos às populações nativas ecoaram pelos sertões e transcenderam as fronteiras brasis. Porque o Brasil vinha sendo acusado no exterior de praticar genocídio aos povos originários o governo militar se empenhou em criar o Estatuto do Índio com a Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973. Essa lei visava, tão somente, neutralizar as denúncias reiteradamente publicadas em jornais, políticos de oposição e organizações internacionais.

---

[128] "Órgão indigenista oficial brasileiro que antecedeu a Fundação Nacional do Índio (FUNAI)." (STARLING, 2026).

> [A Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973] determina, entre outros pontos, que os indígenas têm direito à demarcação e à posse das terras que ocupam, devem ter seus valores culturais respeitados e precisam ser protegidos pelo Estado. (WESTIN, 2023).

4.1.6.1 Relocação Compulsória

Apesar de se haver criado o Estatuto do Índio, no período de construção da Barragem de Itaparica, durante o regime militar, exigiu-se a retirada dos povos de berço nativo de suas terras originárias, nas margens do São Francisco[129]. Assim, as famílias de Flores foram compulsoriamente transferidas para os perímetros irrigados de Fulgêncio, em Santa Maria da Boa Vista, e Brígida, em Orocó. Relocaram-se para outros municípios, quando poderiam ter ficado em seu chão natal.

> No final dos anos de 1980, foi construída a Barragem de Itaparica e, com isso, diversos moradores da zona rural do

[129] "O Governo Federal fomentou diversas obras de infraestrutura durante o período de ditadura civil-militar, entre elas está a construção da hidrelétrica de [Itaparica] (...). Essa obra foi edificada sob as perspectivas de transformar o país em uma das grandes potências mundiais na geração de energia, promovendo uma política de vantagens econômicas desenvolvimentistas, através do crescimento do setor hidroelétrico, possibilitado pela "abundância dos complexos hídricos, caracterizados por extensos rios. No entanto, esse tipo de construção "gera diversos impactos negativos ao meio ambiente, trazendo transformações no meio físico, biótico e antrópico". Para a instalação dessas barragens grandes áreas de terra são inundadas, modificando a paisagem, destruindo ecossistemas, acarretando perda da biodiversidade, e deslocando as populações locais que habitam seu entorno. Podem ocorrer impactos positivos e ganhos sociais, mas, quando comparados às perdas, tornam-se irrelevantes. (OLIVEIRA, 2018; SILVA; SELVA; AGUIAR, 2019 *apud* CARVALHO; LORENZO; FLORÊNCIO, 2023, p. 26).

> município de Belém do São Francisco foram indenizados e realocados. (...) Houve falta de pulso político das autoridades de Belém do São Francisco, visto que havia muita terra produtiva no município, sendo injusto ter deixado o povo ser realocado tão distante de suas terras nativas. (...) Com isso, houve uma saída de mais de dez mil belemitas de suas terras em busca de novas alternativas, o que provocou o enfraquecimento do comércio e praticamente o abandono do município de Belém do São Francisco. Pois bem, indenizados abandonaram suas terras e casas e seguiram outros destinos que a vida lhes havia oferecido, fazendo com que vilas e casas fossem se deteriorando com o tempo, deixando assim de existir a Vila das Flores e toda uma geração de descendentes do alferes David Pombo e Izabel, que saíram de sua terra natal. (PATRÍCIO, 2025, p. 37).

Ao contrário do que se dizia, suas casas foram sequer inundadas. Da antiga vila, que ao longo de quase quatro séculos se havia erigido, e do povoado que se edificara na década de 1980, quando Marco Maciel era Governador do Estado de Pernambuco[130], restaram as ruínas tão somente. (Fig. 74 a 80). Pelo abandono compulsório, até a capela centenária, onde jaziam os corpos de membros da parentela ancestral, começou a ruir-se. (Fig. 81 e 82).

> O reassentamento aconteceu para dar lugar à construção da UHLG, em Petrolândia, PE. O recorte temporal se estende de 1979, desde o início das obras da usina e da criação do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco PE/BA, até 1988, ano do início das operações da usina e do remanejamento desses trabalhadores nas agrovilas. (SILVA; SANTANA, 2020, p. 194).

[130] Marco Maciel "foi um dos maiores governadores que Pernambuco já teve. Era um processo de transição do Regime Militar e ele foi um dos artífices dessa abertura pactuada e ele tinha um grande prestígio. Isso permitiu a ele, por exemplo, fazer o maior programa de habitação que Pernambuco já assistiu, com 100 mil casas." (PASCOAL, 2021).

Figura 74 – Ruínas da antiga vila e do povoado recente de Flores



Fonte: Google Earth (2026), adaptado pelos autores

Figura 75 – Infinitas saudades de Flores



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (1985)

Figura 76 – Infinitas saudades de Flores



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (1985)

Figura 77 – Valdeci Maria da Silva com os filhos



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (1985)

Figura 78 – Em frente à casa de José de Abílio, na vila antiga de Flores



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (1985)

Figura 79 – Em frente à casa de José de Abílio, na antiga vila de Flores



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (1985)

Figura 80 – Infinitas saudades de Flores



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (1985)

Figura 81 – Capela centenária a ruir-se pelo abandono



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2024)

Figura 82 – Capela centenária a ruir-se pelo abandono



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2024)

4.1.6.2 Em Busca do Reconhecimento

Por oportuno, lembra-se que, frente aos maus tratos promovidos pelo regime militar, na década de 1970, os indígenas começaram a intercambiar experiências e compartilhar informações sobre os problemas que cada grupo estava a enfrentar. Assim, eles perceberam que se tratava de um tratamento homogêneo dispensado a eles, nos diferentes e longínquos territórios que ocupavam. Reconheceram-se como classe social, econômica e politicamente marginalizada e espoliada desde os tempos do Brasil Colônia. Despertaram-se para a necessidade de unirem-se e solidarizarem-se como

nunca antes haviam feito. Dessa forma, acordaram para o espírito de corporação e cooperação. Esse encanto passou a basear suas mobilizações em nível local, regional e nacional.

> A participação dos índios foi acontecendo via assembleias organizadas, sobretudo por agentes externos como entidades de defesa dos direitos indígenas e organizações religiosas. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) teve um papel fundamental no processo de articulação dos diferentes povos em todo território nacional. É importante salientar que a atuação e a parceria dessa instituição evangelizadora foram importantíssimas na organização e conscientização política das lideranças indígenas nos diferentes territórios. Além disso, o processo de trocas de experiências resultou, num primeiro plano, na articulação do movimento e, num segundo momento, na criação, em 1980, da União das Nações Indígenas (UNI), organização de defesa dos direitos dos povos originários de expressão nacional. (ORTOLAN-MATOS, 2006 *apud* ALMEIDA, 2018).

Assim, a década de 1980 caracterizou-se por inúmeras mobilizações nas quais se exigia o fim da ditadura e a volta ao Estado Democrático de Direito. As manifestações e as lutas políticas pela redemocratização desencadearam profundas mudanças no contexto nacional. Elas se estenderam ao movimento indígena. Resultaram em alterações na correlação de forças entre os atores sociais vinculados à conscientização e organização dos povos autóctones.

> Os anos de 1980 foram de grande importância para a afirmação da causa indígena, visto que as mobilizações étnicas possibilitaram que as próprias lideranças se fizessem representar por si próprias em questões políticas e jurídicas perante o Estado e a sociedade brasileira. Foi um passo importante para os líderes atuarem efetivamente na elaboração do desejado Capítulo VIII, *"Dos Índios"*, da CF/88, em que trata de dois Artigos importantíssimos para os coletivos indígenas, por exemplo, no Artigo 231. "São reconhecidos os índios sua organização social, costumes,

> línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre suas terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar os seus bens" (CF, 1988, 143 *apud* ALMEIDA, 2018).

4.1.7 Na Nova República (de 1985 aos dias atuais)

Antes da Constituição Federal de 1988, os povos indígenas sobreviviam como seres indesejados, incivilizados, na invisibilidade compulsória, clandestinidade ou ilegalidade tácita. Com a promulgação da Carta Magna da Nova República, efetivou-se a possibilidade do reconhecimento oficial dos movimentos indígenas visíveis e invisíveis. Eles passaram a identificar-se como organizações sociais, legalmente constituídas. Pela primeira vez, na história do Brasil, conquistaram o direito de externar sua voz altiva e defender seus interesses.

> Pela primeira vez na história do país, os povos autóctones são construtores dos processos e estão organizados como grupo de pressão social e política na pré-constituinte de 1987/88. Nesse período, foi criado uma subcomissão especial com a participação apenas de representantes das nações para ler e sugerir modificações no texto constitucional. Vale ressaltar a conquista (barganha política) dos inúmeros grupos participantes, ou seja, não aceitaram ser representados por partidos políticos nem por intermediários nas subcomissões que tratavam dos assuntos relacionados a seus direitos políticos e sociais. (NEVES, 2004 *apud* ALMEIDA, 2018).

A Constituição Federal de 1988 passou a ser a grande referência das lutas indígenas. Nela estão, de fato, as principais diretrizes para que os cidadãos de berço autóctone se reconheçam, preservem e/ou resgatem seus costumes, falem suas línguas, professem suas crenças e ritualizem suas

tradições [131] . Hoje eles podem defender seus direitos e interesses, em juízo ou à deriva dele.

> Esses dispositivos constitucionais vêm romper com a lógica integracionista e de tutela indígena ao longo dos quinhentos anos de dominação. Ou seja, os povos indígenas podem participar, discutir e organizar-se politicamente sem precisar pedir autorização ao Estado. Além disso, é importante destacar que a política indigenista, sob hipótese alguma, constrangerá o índio a deixar a sua tradição e cultura para integrar-se ao Estado-nação como no passado. (ALMEIDA, 2018).

Destaca-se que a Carta Magna em vigência rompe definitivamente com a visão integracionista dos cinco séculos da história de extermínio físico e ideológico do indígena. Dessa maneira, a partir de 1988, os povos originários, no Brasil, têm o direito de reconhecerem-se como indígenas.

> A Constituição de 1988 reconhece o índio como 'diferente', sem que essa diferença possa ser confundida com 'incapacidade'; reconhece a 'capacidade' do índio para ingressar em juízo na defesa de seus direitos, sem depender da "intermediação - alterou substancialmente a natureza do regime tutelar indígena: primeiro, esse regime passou a ter natureza 'protetiva'; segundo, passou a ter estatura constitucional." (ALMEIDA, 2018).

[131] "Foi através deste diálogo que o uso religioso da *jurema* continuou e ressurgiu no século XX como uma expressão da identidade cultural indígena e também na organização das religiões afro-brasileiras." (WADSWORTH, 2006, p. 151 *apud* PIMENTEL, 2017, p. 35).

5 RESGATE DA IDENTIDADE AKARÁ

Consciente da conjuntura nacional favorável e cansada da secular invisibilidade imposta pelos sistemas colonialista, imperial, republicano e ditatorial, a parentela Akará abraçou a causa do resgate de sua etnicidade e de seu subsequente reconhecimento.

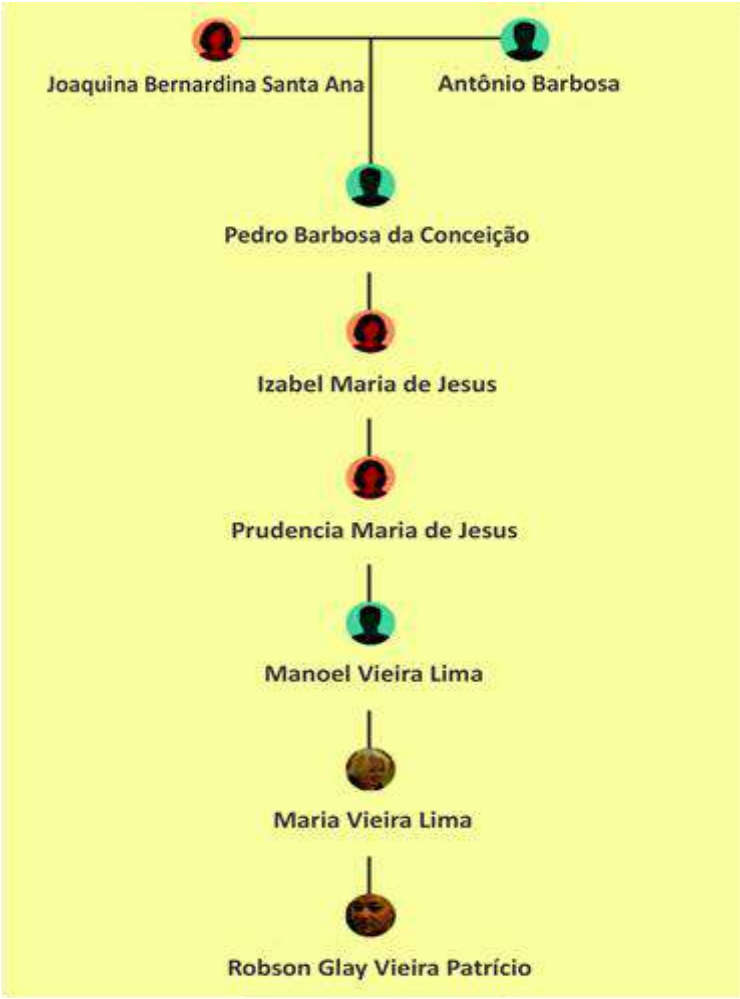
5.1. O Cacique

Cuidadosamente montou-se o cocar Ará do Velho Chico ao cacique do povo Akará de Flores, com simbolismo referente à árvore genealógica que ao longo dos anos se desvendou. Em sua confecção não se priorizou a harmonia e simetria das cores. Destacaram-se os mais de dois séculos de encantoria, desvendados nas entrelinhas da história contada pela magia ancestral.

O verde representa a filogenia física e espiritual. As duas penas amarelas maiores representam Antônio Barbosa e Joaquina Bernardina Santa Anna, genitores de Pedro Barbosa da Conceição, avós de Izabel Maria de Jesus, **pentavós**, portanto, de Robson Glay Vieira Patrício, atual cacique do Povo Akará de Flores. Uma pena amarela, à esquerda, e duas vermelhas, à direita, de tamanhos similares, representam Pedro Barbosa da Conceição (**tetravô**) e seus dois casamentos: com Prudência Barbosa da Conceição (**tetravó**) e Thomázia Maria da Conceição. Uma pena amarela, à esquerda, e uma pena vermelha, à direita, de tamanhos iguais, representam a união do Alferes da Guarda Nacional David Marques da Costa Pombo com Izabel Maria de Jesus (**trisavós**). As duas penas azuis representam os dois filhos do casal; João Marques da Costa

Pombo e Antônio Marques da Costa Pombo (Tonheiro). As demais penas vermelhas, três à esquerda e três à direita, representam as seis filhas do casal: Virgilina, Prudência (**bisavó**), Rosa, Ignês, Rita e Alice. (Fig. 83 a 85).

Figura 83 – Filogenia do atual cacique Akará de Flores



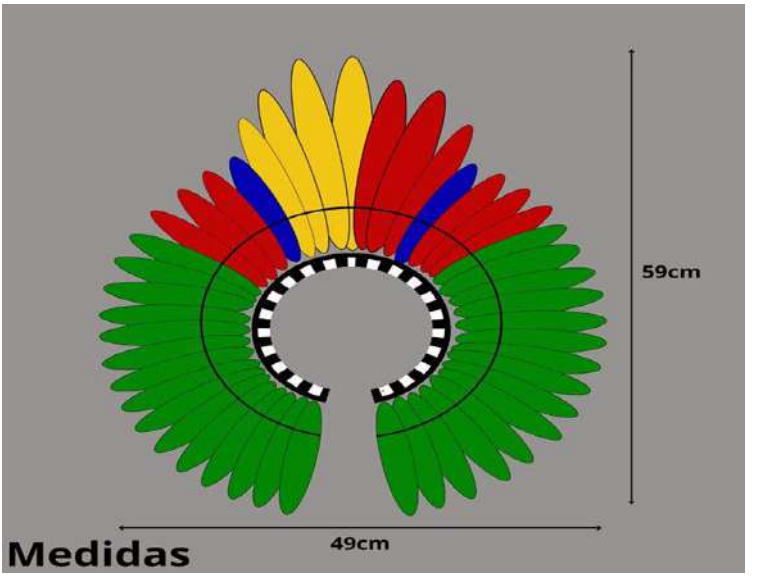
Fonte: Acervo dos autores (2026)

Figura 84 – Robson Glay Vieira Patrício, atual cacique do povo Akará



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2026)

Figura 85 – Cocar do cacique



Fonte: Acervo dos autores (2026)

5.2 O Pajé

Pelo notório universo de conhecimentos referentes à Encantoria e Ceia, bem como ao Toré, Particular, Quartinho e Catimbó, reconhece-se a Sebastião Elói Barbosa como atual pajé do povo Akará de Flores. Sebastião é filho de Elói Barbosa da Silva, neto de Cypriano Barbosa da Conceição, Bisneto de Pedro Barbosa da Conceição e Thomazia Maria da Conceição. É sobrinho neto, portanto, da Cabocla Izabel Maria de Jesus[132]. (Fig. 86 e 87).

[132] Lembra-se que a Cabocla Izabel Maria de Jesus era filha do casamento de Pedro Barbosa da Conceição com a primeira mulher, Prudência Barbosa da Conceição, provável irmã de Thomazia, a segunda esposa.

Figura 86 – Sebastião Elói Barbosa, pajé do povo Akará de Flores



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício

Figura 87 – Filogenia de Sebastião Elói Barbosa



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício

5.3 Atributos da Espiritualidade Akará

Um dos maiores transtornos da relocação das famílias de Flores foi, sem dúvida, o misterioso desaparecimento da antiga imagem Nossa Senhora da Saúde, padroeira da capela. Por não se saber viver com o vazio que sua retirada deixou no oratório, na memória e no espírito de seus devotos, adquiriu-se novo simulacro que se repôs no altar e consagrou-se o em janeiro de 2025. Similarmente, do âmago de uma Umburana de Cambão (*Comiphora leptophloeos*) esculpiu-se uma zagaia, ao estilo das

que os antigos líderes do povoado de Flores ostentavam nas paredes da sala de estar de suas residências. Ela representa a força, liderança e coragem que, à luz do espírito guerreiro do Capitão Francisco Pereira Rodela e do Alferes David Marques da Costa Pombo, precisam as lideranças atuais, para administrar seu povo em tempos extraordinários de guerra e gerenciá-los em momentos de rotineira harmonia, no seio da aldeia. O colar de metal, com as miniaturais imagens de Nossa Senhora e Cristo, representa a cultura do povo ancestral, Cariri-Proká, que, à luz dos encantados maiores, Maria e Jesus, artesanalmente fabricava seus adereços. (Fig. 88).

Figura 88 – Atributos da espiritualidade Akará



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2026)

5.4 Espírito Guerreiro Rodelas-Akará

O espírito guerreiro do povo Akará não se manifestou apenas na bravura do Capitão Francisco Pereira Rodela e do Alferes David Marques da Costa Pombo. Ao longo da história, vários membros da parentela nativa seguiram o mesmo caminho. Destacam-se: 1º Tenente Sandro Carlos Vieira Patrício, 2º Tenente Robson Glay Vieira Patrício, Subtenente Antônio Wellington Lima dos Santos, 2° Sargento Sérgio Ricardo Lima Oliveira, 3° Sargento Emanuel Sena Barbosa, 3° Sargento Cleiton Sobreira Nogueira (*in memoriam*), Cabo Rodrigo Gomes dos Santos, Cabo João Vieira Sobrinho (*in memoriam*), Investigador Jose Nilton dos Santos, Soldado André Marcos da Costa e Soldado Geraldo Marques. (Fig. 89 a 91).

Figura 89 – Guerreiro sucessor do Capitão Francisco e Alferes David



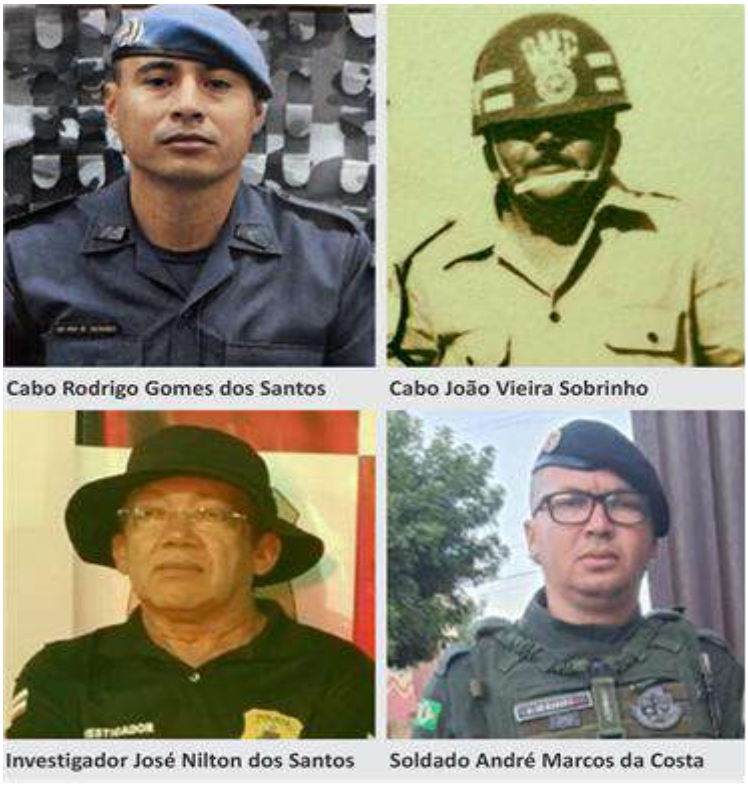
Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2026)

Figura 90 – Guerreiros sucessores do Capitão Rodela e Alferes David



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2026)

Figura 91 – Guerreiros sucessores do Capitão Rodela e Alferes David



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2026)

> As estruturas genéticas, mnemônicas e culturais transmitem-se de geração em geração e manifestam-se nas homologias. Segundo Wilson (1978) "homologia é toda a semelhança entre estruturas anatômicas, processos fisiológicos ou genes idênticos de duas ou mais espécies, decorrente da posse de um antepassado comum". A constatação de homologias no comportamento animal leva a Etologia a propor que, na passagem de atributos culturais de identidade entre gerações, funcionam processos semelhantes aos fatores que mantêm atributos físicos na herança genética. (LORENZ, 1995, *apud* KESTERING, 2007, p. 33).

6 REINTEGRAÇÃO E RESTAURO DO PATRIMÔNIO

Apesar de saber-se que o território vinculado ao povo Akará não se limitava ao estreito horizonte da Fazenda Flores e ilha homônima efetiva, particular e estreitamente ocupadas pelos patriarcas de raiz nativa, elas foram, são e serão seu núcleo sagrado, o coração de sua etnicidade, infinitamente pulsante[133]. (APÊNDICE V). Flores é, destarte, o paraíso terreal onde os Akará conectam seu passado honroso com seu futuro glorioso. É onde materializam sua organização política, em busca do direito ao usufruto pleno da vida. É, por excelência, sua Terra sem Males.

> [Flores] é mais que um território, é o que os liga na força de seus ancestrais, é o que alimenta sonho, e mantém seus valores espirituais. **É a dívida mais crucial das esferas públicas para com um povo brutalmente usurpado** (grifo nosso). É a significação da perpetuação da identidade cultural, expressões, ritos, sons e natureza que os sustentam na garantia da presente e das futuras gerações. (SOUZA; TOMÁS; SANTOS, 2020, p. 197).

[133] "Declara a inventariante haver na Ilha das Flores deste Município, o direito possessório na razão da metade da referida Ilha, de quinze mil réis, ao qual os avaliadores deram o valor de quarenta e dois mil réis. (...) Um curral de madeira feito de (ilegível), na Fazenda Flores, avaliado por quinze mil réis. A metade do cercado grande de madeira bom, na Fazenda Flores, avaliado por cento e vinte e cinco mil réis. Uma casa na Fazenda Flores, com três vãos e meio, sendo um vão e meio de adobo e dois vãos de taipa, tendo uma porta e duas janelas de frente também nos dois vãos de taipa, avaliada por duzentos e cincoenta mil réis. A metade da casa da casa na Fazenda Flores, com dois vãos de taipa, com um aviamento de fazer farinha armado, avaliado por oitenta mil reis, quarenta mil réis." (COLLECTORIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO NO MUNICÍPIO DE CABROBÓ, 1898).

6.1 Reintegração

É verdade que, pela Constituição Federal de 1988, conquistou-se a garantia do respeito aos direitos das populações nativas. É notório, contudo, que, na prática, a República das Oligarquias do Brasil, implantada em 1889, pelo famigerado golpe militar comandado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, continua a subjugar ou ameaçar as comunidades indígenas ao extermínio, expurgo compulsório e/ou à invisibilidade, de forma símil ao que faziam os antigos curraleiros.

> São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (BRASIL, 1988 *apud* OLIVEIRA, 2020, p. 222).

Assim todos aqueles que nasceram ou renasceram para o Encanto Akará prestam-se hoje, mais do que sempre, à cristalina solidariedade identitária, em luta pelo reconhecimento do território de Flores. Com a luz de Tupã a mostrar os caminhos apropriados, a memória dos ancestrais a reabastecer a congênita coragem, homens e mulheres de boa vontade a disponibilizarem seus ombros amigos, certamente replantar-se-á nele a Terra Sem Males. Nele edificar-se-á o Centro de Memória, rochedo da identidade nativa. Pela repatriação dos artefatos que os avoengos confeccionaram e/ou utilizaram, ainda dispersos nas caatingas, acondicionados nos centros de pesquisa das universidades que realizaram trabalhos de salvamento ou sob custódia de particulares, outorgar-se-á a eles o direito de descansarem em paz, no reino dos encantados.

Em relação aos direitos originários, lembra-se que, nos primórdios da história do Submédio São Francisco, reconheciam-se como território indígena Rodelas todas as

ilhas e caatingas margeantes da Bahia e Pernambuco, desde o Rio Pajeú, em Itacuruba, até o extremo oeste da Ilha de Assunção, em Cabrobó. (FONSECA, 1996, p. 27).

Por oportuno, lembra-se que, pela carta de concessão da Sesmaria que, em 1651 se fez a Padre Antônio Pereira e seu sobrinho Garcia d'Ávila II, as terras até então consideradas dos nativos, por decreto real da Coroa Portuguesa integraram-se ao latifúndio dos sesmeiros e às fazendas dos curraleiros arrendatários. Ignorou-se a soberania dos indígenas. Vetou-se lhes o sagrado direito de continuarem a ocupar as ilhas, margens e os matos da caatinga.

> (...) hei por bem, e lhes faço em Seu Real nome dar de sesmaria a terra que contém a sobredita Carta, que dela lhes havia passado, **que é toda a terra que se achar, desde a primeira cachoeira, que o Rio São Francisco faz** [Paulo Afonso]**, por ele acima até ultrapassar a última aldeia dos Caririguaçus** [Rio Salitre]**, com as ilhas, pontas, enseadas, pastos, matos e água, que a dita terra em si tiver** (grifo nosso). (...) (JOÃO RODRIGUES DE VASCONCELOS E SOUZA *in* ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA, Seção Colonial, 1813, 602, caderno 3 *apud* FONSECA, 1996, p. 25-26).

Nas entrelinhas daquele fatídico documento escondia-se a semente da usura colonialista que, ao plantar-se no Submédio São Francisco, os Rodelas que haviam expulsado os holandeses das terras brasis, de imediato não perceberam. Poucos anos depois, porém, ao produzir seus primeiros frutos, de sabor amarguíssimo ao paladar indígena, em 1678, reconheceu-se que era altamente tóxica aos grupos nativos.

> O coronel Dias de Ávila, sob pretexto de que o rei de Portugal lhe havia doado todas as terras devolutas do rio de São Francisco, a fim de as povoar com rebanhos, para o serviço das cidades da Bahia e de Pernambuco, desejava apoderar-se, e na realidade se apoderou, do que o rei excetuava formalmente nas provisões que o contemplavam. **De sorte**

> **que ele espalhava rebanhos não somente de um, como do outro lado do rio, em terra firme, mas também punha cavalos nas ilhas em que os índios se haviam refugiado, cedendo-lhe tudo o mais para poderem viver em paz** (grifo nosso). (...) e como sobreviesse uma grande seca, esses cavalos, já muito incômodos para os índios, obrigando-os a cercar suas lavouras, e estando premidos pela fome, forçavam as melhores cercas e tudo devoravam. (NANTES, 1706 *apud* LIMA SOBRINHO, 1979, p. 60).

Não se pode esquecer que João de Alencastro, Governador Geral do Brasil no período de 22 de fevereiro de 1694 a 03 de julho de 1702, procurou apaziguar os inflamados ânimos, tanto dos nativos que estavam a perder suas terras quanto dos curraleiros que as estavam a invadir. Para concretizar seu plano de pacificação, em atendimento às exigências de missionários mediadores, à Aldeia Akará ele autorizou a defetiva ocupação das ilhas Akará, das Éguas, Uxucu e Caburé e a demarcação de 3.600 hectares de terra na então província da Bahia.

Sabe-se que a Casa da Torre e os curraleiros descumpriram o decreto do Governador Geral do Brasil. Como represália àquele ato normativo, em 1696 expulsaram-se os missionários que estavam solidários na exigência de sua demarcação para efetiva ocupação indígena[134]. Os efeitos da insubordinação dos colonizadores às leis vigentes se sentiram durante o Império e mantiveram-se na República dos Coronéis.

> Como medida de segurança do índio contra a fúria possessiva do conquistador, que buscava acumular léguas sobre léguas de chãos próprios, não deixando um metro ao nativo, o

[134] "Os missionários jesuítas administraram as aldeias de Rodelas até julho de 1696, quando foram expulsos pelos donos das terras, na decisão das "Mulheres da Torre", Leonor Pereira Marinho, viúva de Francisco Dias d'Ávila, e Catarina Fogaça, viúva de Vasco Marinho Falcão." (FONSECA, 1996, p. 91).

> governo previa a reserva de área suficiente para as casas e roças do índio. Partia, para o estabelecimento dessa reserva, de princípio reconhecida oficialmente de que as terras pertenciam a seus moradores – os indígenas. Pura balela. **Deu-se o aldeamento do índio manso, mas a terra necessária à subsistência jamais lhe foi demarcada** (grifo nosso). Outra era a realidade, a da força do poder econômico – e a determinação legal, de destinação da terra ao índio, veio-se renovando sem cumprimento, por bem três séculos. (REGNI, 1988, p. 124 *apud* FONSECA, 1996, p. 91 e 92).

Não é demais lembrar que a demarcação do território que se destinava aos Akará se deu no contexto do Brasil Colonial, quando o poder dos curraleiros e dos prepostos da Casa da Torre se sobrepunha às competências do Governador Geral do Brasil e do próprio Rei de Portugal. Apesar de se haver demarcado, com cruzes, os vértices das poligonais, não se reconheceram as respectivas soberanias sobre os territórios. Sem direito a qualquer defesa, expulsaram-se sumariamente os missionários. De forma similar, no contexto atual, empresas governamentais, não governamentais, e de economia mista, como a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), repetem a nefasta prática da exclusão dos indígenas, que o sistema colonialista plantou no Brasil.

É notável que Francisco Pereira Rodela, mais que o próprio governador, de pronto se opôs ao acintoso descumprimento do decreto que definia os territórios destinados à subsistência dos indígenas do Submédio São Francisco. Apesar de sua idade, que beirava os cem anos, pôs sua intrépida coragem em defesa dos territórios e à proteção dos missionários. Ele bem sabia que aquela terra fazia jus ao benefício que ele e seus 200 guerreiros haviam conquistado ao Brasil quando, nas Alagoas das Ribeiras do São Francisco, em 1639 expulsaram os holandeses da Companhia das Índias Ocidentais. Foi

dissuadido, porém, pelos próprios evangelizadores, a aquietar-se, conter sua ira e indignação.

> Eram os brios e a dignidade do velho herói da guerra contra os holandeses, guerreiro tantas vezes provado nas lutas do Piauí, ao lado dos Ávila, agora em defesa de seus padres. Honra ao índio Francisco Rodela, honra aos índios da aldeia de Rodelas, que não expulsaram seus missionários, como o fizeram os das outras. Antes, tentaram defendê-los. **Não convinha, entretanto, o derramamento de sangue e os missionários contiveram o velho cacique** (grifo nosso). (FONSECA, 1996, p. 99).

Quando, em 1988, relocou-se a população de Flores, ignorou-se novamente a história e a memória dos guerreiros ancestrais. Antes, pelo contrário, buscou-se apagá-las, para não se indenizar, com dignidade, os legítimos herdeiros de seu patrimônio físico e cultural. Dessa forma, como no período colonial, os membros da Casa da Torre desrespeitaram o decreto governamental de João de Alencastro, sob o regime militar da República Nova do Século XX, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) menoscabou o sagrado direito dos povos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupavam.

Os Akará de Flores lutam hoje pelo reconhecimento de área equivalente àquelas que a eles se destinavam no anoitecer do Século XVII, situada entre os riachos da Malhada Grande e da Porta. (Fig. 92). Como rochedo a sustentar a luta pelo reconhecimento do território Akará, é imprescindível, destarte, que se sinalizem, restaurem-se e preservem-se os sítios arqueológicos e implante-se o Centro de Memória, para não deixar que, na esteira do tempo não se apague o espírito guerreiro dos ancestrais.

Figura 92 – Território indígena Akará



Fonte: Google Earth (2016), adaptado pelos autores

6.2 Patrimônio Arqueológico

O porto, a capela, o cemitério e as ruínas da antiga vila, a comunidade já reconhece como patrimônio histórico dos Akará. (Fig. 93 a 95). Acrescentam-se os sítios arqueológicos pré-históricos, proto-históricos e/ou coloniais da Fazenda Flores e de outras mais que, durante séculos, herdeiros dos memoráveis patriarcas ocuparam.

> Conserva-se ainda o resto do alicerce da casa onde viveram a Cabocla Izabel Maria de Jesus e seu esposo, o Alferes David Marques da Costa Pombo. Nela nasceram seus oito filhos. Depois da morte da matriarca Izabel, Antônio (Tonheiro) permaneceu morando nessa casa. Nela nasceram seus filhos, Marina, Amélia, Carolina (Calu) e Gumercino. Após o nascimento deles, por algum motivo, Tonheiro foi em bora dessa casa. Foi para Tolda. Lá chegando, faleceu. Neste lugar sagrado conservam-se também, restos da cerâmica que a

> família utilizava no dia a dia. Provavelmente, pelo formato, era um pote. São esses restos da história que a gente conta como esse povo vivia. Quem sabe não foi desse bendito pote que a família serviu água para a comissão de engenheiros que, em 1879-1880, estava a mapear o Rio São Francisco e dormiu aqui em Flores. (PATRÍCIO, 2026).

Figura 93 – Resto do alicerce da casa onde viveram Izabel e David



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2026)

Figura 94 – Fragmentos de cerâmica no lugar da casa



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2026)

Figura 95 – Restos do piso da casa de farinha do Alferes David Pombo



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2026)

Destaca-se o túmulo de Maria Cândida de Jesus, conhecida como Maria Nova, filha de João Marques da Costa Pombo e Mariana Cândida de Jesus, neta portanto, do Alferes David Marques da Costa Pombo e da Cabocla Izabel Maria de Jesus[135]. Ela nasceu na Fazenda Curral do Meio. Quando se casou com Antão Gomes de Sá, conhecido como Manoel Novo, foi morar na Fazenda Malhada da Areia, hoje pertencente ao município de Orocó, 53 km a noroeste da sede da Fazenda Flores. (Fig. 96).

Figura 96 – Localização da Fazenda Malhada da Areia



Fonte: Google Earth (2026), adaptada pelos autores

Na Malhada da Areia, ela morou até 1975 quando faleceu. Sepultou-se seu corpo na própria fazenda, em cemitério familiar situado às coordenadas UTM24L 441815, UTMN 9060516. Nesse campo sagrado da memória familiar jazem também os restos mortais de Antão Gomes de Sá, seu esposo, e Manoel Gomes de Sá, seu filho. (Fig. 97).

[135] "Maria Cândida de Jesus nunca deixou de ir, a pé ou a cavalo, passear na casa de sua família nas Flores, em Malhada Grande e na casa de seus pais, em Curral do Meio." (PATRÍCIO, 2026).

Figura 97 – Túmulo de Maria Nova, neta da Cabocla Izabel Maria de Jesus



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2026)

A esses veneráveis lugares de memória identitária do Alferes David Marques da Costa Pombo e da Cabocla Izabel Maria de Jesus, acrescentam-se vários almofarizes em rocha e/ou matacão que, na Fazenda Flores e nas propriedades vizinhas, resistem à ação deletéria do tempo.

6.2.1 Almofarizes

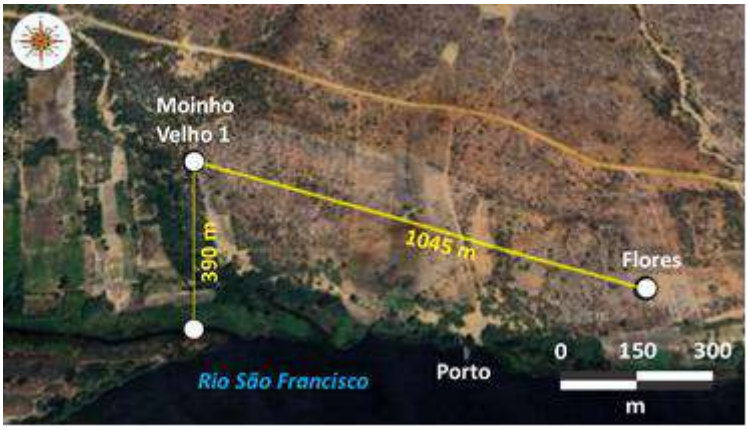
Existem sítios arqueológicos com almofarizes em rocha e/ou matacão, que os herdeiros do Alferes David Marques da Costa Pombo e da Cabocla Izabel Maria de Jesus se referem como moinhos velhos. Destacam-se os de Flores (1 e 2), da Fazenda Pintada (3) e da Fazenda Lobo (4).

O Moinho Velho 1 se localiza junto à cerca da roça de Antônio Rodrigues Marques Pombo (Antônio César). Antônio César é filho de Lourival Marques da Costa Pombo, neto de David

Marques da Costa Pombo, bisneto de João Marques da Costa Pombo, trineto portanto, do Alferes David Marques da Costa Pombo e da Cabocla Izabel Maria de Jesus.

Aquele patrimônio vinculado aos ancestrais do povo Akará se situa na margem esquerda do Riacho da Malhada Grande, 390 metros ao norte do Rio São Francisco, 1045 m a noroeste da capela de Nossa Senhora da Saúde, às coordenadas: UTM24L 489404, UTMN 9039157, a 313 m de altitude. Nele se identificaram dois almofarizes em rocha que, tanto na pré-história quanto no período colonial, os ancestrais do povo Akará utilizavam para triturar mandioca, milho, remédio, casca de jurema e temperos diversos[136]. (Fig. 98 a 100).

Figura 98 – Localização do Moinho Velho 1, na Fazenda Flores



Fonte: Google Earth (2026), adaptado pelos autores

> Estou aqui, adjunto à roça de Antônio César. Olha onde está um pilão. Aqui, dentro da roça dele tem mais pedras com pilão. Ali mesmo, depois deste pereiro, tem um. Está cheio de

[136] "Minha avó, Raquel Vieira da Silva, falava que essas pedras eram coisas dos índios. Dizia que eram usadas para pisar casca de remédio. Minha avó, Maria Pequena, falava a mesma coisa." (LIMA, 2026).

casca de favela. As favelas estouraram e se alojaram dentro dele. (BARBOSA, 2026).

Figura 99 – Almofariz em rocha no Moinho Velho 1



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2026)

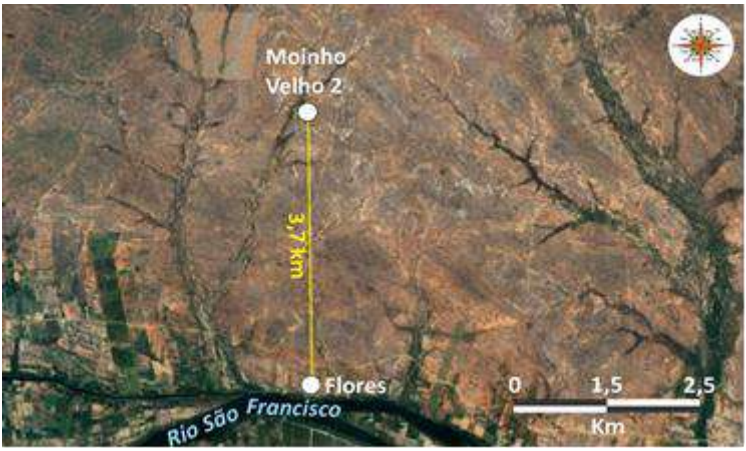
Figura 100 – Almofariz em rocha no Moinho Velho 1



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2026)

O Moinho Velho 2 se localiza 3,7 km ao norte da capela de Nossa Senhora da Saúde, próximo à Barragem de Lourival Marques da Costa Pombo[137], de 112 a 225 metros a leste do talvegue do Riacho da Malhada Grande, com epicentro às coordenadas: UTM24L 490113, UTMN 9042674. Nele se identificaram cinco almofarizes em matacão, jacentes na superfície atual do terreno. (Fig. 101 a 106).

Figura 101 – Localização do Moinho Velho 2



Fonte: Google Earth (2026), adaptado pelos autores

A caatinga rarefeita, com área limpa no entorno dos almofarizes sugere ter sido espaço sagrado onde, por muito tempo, durante séculos ou milênios, se ritualizava a dança do Toré e/ou ocorriam sessões particulares dos ancestrais Akará. Trata-se de um lugar desmatado, como se ali se tivesse pisado muito, tanto que não renascia mato. Observe-se que esse local nunca teve cercado para que nele se plantasse mandioca ou milho. Além disso, ainda hoje a população do entorno o

[137] Lourival é filho de David Marques da Costa Pombo, neto de João Marques da Costa Pombo, bisneto portanto, do Alferes David Marques da Costa Pombo e da Cabocla Izabel Maria de Jesus.

reconhece como Jurema, em alusão talvez a Juremá, reino infinito dos encantos ancestrais, a Terra sem Males.

É muito provável, destarte, que naqueles rotos almofarizes tenha-se macerado, renitentemente, a casca dessa árvore, com a qual se faz a bebida psicoativa necessária para facultar a incorporação dos espíritos de luz, encantados e santos das devoções nativas.

Figura 102 – Almofariz em rocha no Moinho Velho 2



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2026)

Figura 103 – Almofariz em rocha no Moinho Velho 2



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2026)

Figura 104 – Almofariz em rocha no Moinho Velho 2



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2026)

Figura 105 – Almofariz em rocha no Moinho Velho 2



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2026)

Figura 106 – Almofariz em rocha no Moinho Velho 2



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2026)

O Moinho Velho 3, constituído de um único almofariz em matacão, localiza-se na Fazenda Pintada. Ele jaz na superfície de sedimentos aluviais, 200 metros a leste do talvegue de pequeno afluente do Riacho da Porta. Está 7 km ao norte de Flores, 380 metros a sudeste do eixo de barragem edificada para armazenamento de águas pluviais e 300 metros ao sul da casa de João Antônio de Lima, às coordenadas UTM24L 491329, UTMN 9045733. (Fig. 107 a 110).

Figura 107 – Localização do Moinho Velho 3, na Fazenda Pintada



Fonte: Google Earth (2026), adaptada pelos autores

Figura 108 – Almofariz em matacão



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2026)

Figura 109 – Barragem edificada em afluente do Riacho da Porta



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2026)

Figura 110 – Casa edificada por João Antônio de Lima



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2026)

João Antônio de Lima, conhecido como Jota, era filho de Antônio Vieira Lima (Antônio Valério) e Maria Rosa de Lima (Mariquinha), neto de Valeriano Vieira Lima e Ignês Maria de Jesus, bisneto portanto, do Alferes David Marques da Costa Pombo e da Cabocla Izabel Maria de Jesus. Nasceu em 1937 e faleceu em 1982, vítima de homicídio.

O Moinho Velho 4, constituído de um único almofariz em matacão, localiza-se na Fazenda Lobo. Ele jazia na superfície de sedimentos aluviais da margem esquerda do Riacho do Ouricuri, junto à fronteira leste da propriedade de Pedro da Costa Pombo, no município de Cabrobó, 23 km a noroeste de Flores, às coordenadas UTM24L 481130, UTMN 9060146, a

337 m de altitude. (Fig. 111). Pedro é filho de Antônio da Costa Pombo, neto de Manoel Marques da Costa Pombo, bisneto de Antônio Marques da Costa Pombo, trineto portanto, do Alferes David Marques da Costa Pombo e da Cabocla Izabel Maria de Jesus. Por haver-se removido por ações antrópicas e estar em risco de extravio, retirou-se o de seu local de origem. Encontra-se hoje guardado na sede da Fazenda Lobo. (Fig. 112).

Figura 111 – Localização do Moinho Velho 4, na Fazenda Lobo



Fonte: Google Earth (2026), adaptado pelos autores

Figura 112 – Almofariz em matacão



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2026)

> Ele estava numa vazante de areia. A máquina de esteira tinha passado, fazendo estrada para pegar lenha. Não foi agora não. Isso foi em 2010 ou 2011. Depois que eu queimei a bagaceira, eu vi aquela pedra de banda com uma cava. Quando eu arranquei, vi que era um pilão. Ela está escurinha porque eu queimei. Sem saber, eu queimei o bagaço de algaroba onde ela estava dentro. É por isso que ela ficou mais escura. (POMBO, 2026).

6.3 Preservação e/ou Restauração do Patrimônio

A capela de Flores, devotada a Nossa Senhora da Saúde, edificou-se no jardim da casa do Alferes David Marques da Costa Pombo e da Cabocla Izabel Maria de Jesus, em data precisa ainda ignota[138]. Sabe-se apenas que, no final do Século XIX ela já existia[139]. Nela celebravam-se novenas, batizados, crismas e missas. Desses rituais participavam os membros da família e a parentela circunvizinha. Nos tempos do Império e da República Velha, quando morriam os membros da família, que habitavam a Fazenda Flores, e outras mais que se vinculavam a Cabrobó e/ou Belém do São Francisco, seus corpos eram sepultados no interior dela[140].

---

[138] "Cabrobó e Belém do São Francisco, naquele tempo, constroem suas matrizes da igreja católica, só que, nas fazendas desses dois distritos, à época, construíram suas capelas particulares para seus momentos de devoções, batismos e a catequese preparatória das crianças ao catolicismo." (PATRÍCIO, 2025, p. 88).

[139] Há muitos corpos sepultados no interior daquela capela da família. Supõe-se que se retiravam os tijolos (cerâmicas) do piso quando se escavavam as fossas sepulcrais para sepultarem-nos. Findo o sepultamento repunham-se os tijolos. Quando se refez o piso, em 2024, percebeu-se que havia vários locais que se haviam afundado. Além disso, observou-se que, para deixar o piso em nível, havia-se posto sucessivas camadas de cimento queimado sobre as depressões.

[140] Nela foram sepultados os corpos do Alferes David Marques da Costa Pombo; Izabel Maria de Jesus; Pedro Marques da Costa; David Barbosa da

> A Capela das Flores, construída no final do século XIX pelo alferes David Marques da Costa Pombo, provavelmente, fora construída com o intuito de catequisar os indígenas para serem usados na mão de obra, que era precária naqueles tempos, mas que, logo pronta, serviu para seu sepultamento. (PATRÍCIO, 2025, p. 18).

Observou-se que o material utilizado no piso e nas paredes, bem como a técnica empregada em sua construção eram semelhantes aos da Ermida de Santa Cruz, pequeno templo edificado junto a uma estrada vicinal, na Fazenda Foice, município de Abaré, 35 km a noroeste de Flores[141]. (Fig. 113 e 114). Chamou particular atenção um pequeno crucifixo, de terço talvez, que jazia em seus escombros. (Fig. 115).

Figura 113 – Capela de Santa Cruz na Fazenda Foice, em Abaré



Fonte: Maps Place (2026)

> É bom lembrar que fizemos uma garimpagem em todo o entulho dentro da Capela, com a esperança de que pudéssemos resgatar alguma relíquia antiga que tivesse sido

Conceição; Virgilina Maria de Jesus; João Marques da Costa Pombo (filho de David e Izabel); Mariana Cândida de Jesus (nora de David, esposa de João Marques da Costa Pombo); Joana Cândida de Jesus (filha de João Marques da Costa Pombo e Mariana Cândida de Jesus), casada com Ricardo Gomes Vieira; Alice Maria de Jesus (filha de David e Izabel) e Ulisses Marques da Costa Pombo. (PATRÍCIO, 2025, p. 23).

[141] Essa constatação sugere terem-se edificado as duas edículas sagradas no período do império, ou seja, no Século XIX.

> enterrada naquela bagunça. Localizamos um crucifixo que, em pesquisa, pude verificar que se tratava de uma relíquia de origem europeia do século XIX. Bastião de Elói a limpou com todo carinho e respeito, guardou-a e, após a restauração, está sob minha guarda para que possa repassar para outro da família, num tempo breve, mas que este familiar guarde o devido respeito pela Capela, por nossa história e o compromisso de nunca mais abandoná-la. (PATRÍCIO, 2015, p. 132-133).

Figura 114 – Interior da capela de Santa Cruz



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2026)

Figura 115 – Crucifixo encontrado nos escombros da capela de Flores



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2024)

> Com o tempo, a Capela das Flores foi sendo esquecida como local de oração e, a seu redor, deu lugar a sepultamentos de diversos familiares. Já no final dos anos de 1970, Jota, filho de Antônio Valério, mandou construir uma murada, cercando as catacumbas próximas. Assim, aquele modesto templo familiar ficou por dentro dessa murada. Com o passar dos anos, a murada foi se deteriorando e, segundo relatos de Bia, neta de Zé Panta, Manoel Cornélio havia feito uma reforma no muro do cemitério. Desde então, a geração seguinte, sem conhecer a história da Capela das Flores, passou a reconhecê-la como uma capela de cemitério, deixando de serem realizadas as missas e novenas, pois, pela falta de conhecimento das gerações seguintes, o trabalho eucarístico e as novenas deixaram de existir, tampouco se sabia da existência de sepultamentos ali dentro da capela. Com o passar do tempo, a Capela das Flores foi se deteriorando. (PATRÍCIO, 2025, p. 25-26).

O cemitério, adjunto àquele modesto templo, implantou-se na década de 1950. O corpo de Pergentino foi o primeiro a ser sepultado nele. O segundo foi o de Manoel Vieira Lima (Neco),

falecido em 1952[142]. No final da década de 1970 edificou-se o muro ainda hoje existente, circundando-o, juntamente com o conjunto de jazigos que foram cuidadosamente restaurados.

Em 2024 promoveram-se vários mutirões para restauração daquele patrimônio coletivo (capela e cemitério) que a população de ancestralidade indígena Akará tem significativo orgulho[143]. (Fig. 116 a 118). Em 2025, graças à ajuda do senhor Gustavo Caribé, então prefeito de Belém do São Francisco, conseguiu-se concluir os trabalhos. (PATRÍCIO, 2025, p. 26).

Figura 116 – Em mutirão restaurou-se a capela



Fonte: Patrício (2025, p. 157)

[142] Quando estava enfermo, sentindo que sua energia vital lentamente se exauria, Manoel Vieira Lima (Neco), meu avô materno, expressou desejo de que, quando morresse, fosse seu corpo sepultado no adro da capela. Disse que não gostaria serem seus ossos removidos quando, no futuro, outros membros da família falecessem e seus corpos fossem sepultados no interior da capela. (PATRÍCIO. 2026).

[143] "Mais como um símbolo de resistência, a Capela das Flores permanece em pé, a mesma que se encontrava de forma precária, sendo restaurada com a ajuda de muitos. Wellington Pantaleão Barbosa é um destes que contribuíram para esta restauração, atendendo a um desejo familiar." (PATRÍCIO, 2025, p. 17).

Figura 117 – Em mutirão restaurou-se a capela



Fonte: Patrício (2025, p. 157)

Figura 118 – Em mutirão restaurou-se a capela



Fonte: Patrício (2025, p. 158)

> Depois de tantos esforços para reconstruir a história do povo oriundo da Fazenda Flores, começou-se a discutir como restaurar a Capela das Flores, visto ser este o único símbolo que, de fato, representa a família desde sua chegada naquelas terras. (PATRÍCIO, 2025, p. 132).

Por oportuno, ressalta-se que a capela restaurada se tornou, por excelência, o local de celebrações da parentela Akará. Nela

já se realizaram dois encontros familiares. Um deles ocorreu no dia 12 de janeiro de 2025 e o outro, aos 10 dias de janeiro de 2026[144]. (Fig. 119 a 124).

Figura 119 – I Encontro da parentela Akará na Capela de Flores



Fonte: Patrício (2025, p. 137)

Figura 120 – I Encontro da parentela Akará na Capela de Flores



Fonte: Patrício (2025, p. 137)

[144] "No dia 12 de janeiro de 2025, foi realizada uma missa na Capela das Flores, celebrada pelo padre George, em que se fizeram presentes, aproximadamente, trezentas pessoas. Foi uma missa regrada a reencontros, ficando marcante a presença dos filhos de José Patrício dos Santos - dos seus 17 filhos, 15 estiveram presentes. Outra família que também marcou presença fortemente no evento foram os filhos de Salvador, netos e bisnetos." (PATRÍCIO, 2025, p. 136).

Figura 121 – I Encontro da parentela Akará na Capela de Flores



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2025)

Figura 122 – II Encontro da parentela Akará na Capela de Flores



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2026)

Figura 123 - II Encontro da Família na Capela de Flores



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2026)

Figura 124 – II Encontro da parentela Akará na Capela de Flores



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Patrício (2026)

Por oportuno, ressalta-se que, no dia 11 de junho de 2025, protocolou-se junto ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) uma solicitação para averiguação da capela Nossa Senhora da Saúde, com vistas a protegê-la, tombá-la e inventariá-la como patrimônio histórico e artístico nacional.

> Venho por meio deste comunicar a existência de uma capela localizada na Fazenda Flores, situada na cidade de Belém do São Francisco-PE, que, segundo relatos e documentos em anexo, abriga sepultamentos históricos de pessoas negras, indígenas e europeus, possivelmente datados do século XIX. Dada a importância histórica e cultural do local — especialmente no contexto da presença africana, indígena e

> colonial no sertão nordestino — solicito que o IPHAN averigue a situação do bem, visando a sua devida proteção, tombamento ou inclusão em inventário patrimonial, caso pertinente. (PATRÍCIO, 2025).

6.3 Memorial Akará

Junto à capela e ao cemitério, ou mesmo próximo às ruínas da antiga vila, tem-se a intensão de edificar o Memorial Akará. Como rochedo a sustentar a luta pelo reconhecimento da etnia e do território, o Centro de Memória não deixará perecer o espírito guerreiro dos ancestrais autóctones. Com material rústico e aproveitamento de jazidas locais, nele haverá espaços destinados à pesquisa, ao acondicionamento e exposição do acerco arqueológico, às práticas rituais e à recepção de pesquisadores e turistas. (Fig. 125 a 131).

Figura 125 – Centro de Memória Akará a se edificar em Flores



Fonte: André Nazaré (2018 *apud* Kestering, 2025, p. 222)

Figura 126 – Fachada



Fonte: Mendes (2020 *apud* Kestering, 2025, p. 222)

Figura 127 – Fachada



Fonte: Mendes (2020 *apud* Kestering, 2025, p. 223)

Figura 128 – Setorização



Fonte: Mendes (2020 *apud* Kestering, 2025, p. 223)

Figura 129 – Área de *camping* para recepção de turistas



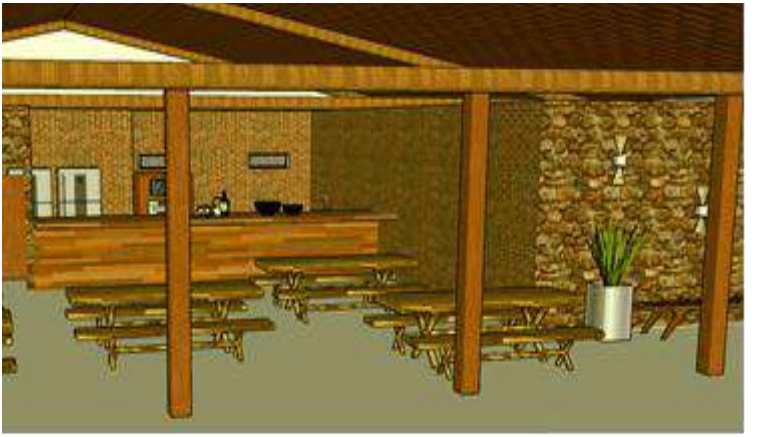
Fonte: Quilombo Calunga (2018 *apud* Kestering, 2025, p. 224)

Figura 130 – Refeitório para pesquisadores e turistas



Fonte: Mendes (2020 *apud* Kestering, 2025, p. 224)

Figura 131 – Refeitório para pesquisadores e turistas



Fonte: Mendes (2020 *apud* Kestering, 2025, p. 224)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sucinta revisão histórica, sintética pesquisa cartorial e sumária investigação de campo, com análise de carcomidos documentos primários, escassas evidências materiais e lampejos tremeluzentes na memória de alguns herdeiros do Alferes David Marques da Costa Pombo e da Cabocla Izabel Maria de Jesus, comprovaram-se as expectativas e hipóteses inicialmente formuladas. Os resultados obtidos permitem hoje vincularem-se aos ancestrais Akará, de tronco Proká e raiz Kariri, as famílias que, em 1984, na Vila São Joaquim, em Sobradinho – BA ritualizavam suas tradições de Umbanda, na casa de Horácio Ozório Lima e Margarida Ursulina de Jesus. A esse universo de consanguinidade e/ou espiritualidade integram-se outras tantas mais, que estão a habitar diferentes espaços do Nordeste e/ou distantes plagas das extensas terras brasis. Todas elas sabem que, no entardecer do Século XVII, seus avoengos se catequisaram na Ilha da Missão, hoje pertencente ao município de Belém do São Francisco. Com peculiar resiliência, atributo maior de sua identidade, mantiveram vivas as tradições culturais, com especial destaque à benfazeja espiritualidade Rodelas.

Horácio Ozório Lima nasceu no dia seis de abril de 1915, na Ilha da Assunção, Cabrobó onde, em 1761, o Diretório dos Índios de Pernambuco promoveu o assentamento de nativos da Ilha de Akará, catequisados pelos Jesuítas no entardecer do Século XVII. Era ele filho de Ozório Francisco Lima e Eroína Agnela de Jesus, neto de Francisco Lima e Maria Anunciada da Conceição (paternos), Manoel Francisco Higino e Maria da Conceição (maternos). (APÊNDICE V). Margarida Urçulina de Jesus nasceu no dia seis de dezembro de 1931, na Fazenda Cruz do Riacho, em Cabrobó. Era ela filha de Belarmino José Ferreira e Ursulina Josefa da Conceição, neta de José Ferreira Martins e Clara

Maria de Jesus[145] ou da Conceição[146] (paternos) e Josefa Maria da Conceição (materna). (APÊNDICE W). Era bisneta de Cândido José Ferreira Martins[147] e Anna Josefa da Conceição, Francistino José do Nascimento e Delfina Maria da Conceição (paternos). (APÊNDICE Z).

> Aos 5 de Setembro de 1885 em presença das testemunhas – Capitão Fortunato Francisco dos Santos e Antônio Alves de Carvalho, na Fazenda Brandão, nesta Freguesia: assisti o recebimento matrimonial de **José Ferreira Martins com Clara Maria da Conceição**, elle filho legitimo De Candido José Ferreira Martins e Anna Josepha da Conceição, e ella filha legitima de Francisco José do Nascimento e Delphina Maria da Conceição. Os cônjuges são naturais e moradores nesta Freguesia, do que para constar mandei fazer este assento em que assigno: O Vigário Manoel Felix de Moura. (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO DE CABROBÓ, 1885, nº 90).

Constata-se que o matrônimo **da Conceição**, agregado aos nomes das avós (paterna e materna) de Horácio, também se evidencia nos da mãe, avós (paterna e materna[148]) e bisavós paternas de Margarida Urçulina. Ele é similar aos de Pedro Barbosa e Prudência Maria, genitores da Cabocla Izabel Maria de Jesus, matriarca dos Akará da Fazenda Flores. Verifica-se, também, que o cognome **Maria de Jesus**, vinculado ao nome da indígena matriarca, agregam-se aos de Margarida Urçulina e de Clara, sua avó paterna[149]. Percebe-se, ainda, que Manoel Francisco Higino, avô de Horácio, por ser indígena não tinha sobrenome ou nome de família. Todas essas evidências

---

145 Conforme registro de nascimento. (APÊNDICE X).

146 Conforme certidão de batismo. (APÊNDICE Z).

147 Cândido José Ferreira Martins faleceu no dia 21 de maio de 1884. No mês de julho do mesmo ano fez-se inventário, com partilha dos bens, no juizado de Direito da Comarca de Cabrobó. (APÊNDICE X).

148 Conforme certidão de batismo. (APÊNDICE Z).

149 Conforme registro de nascimento. (APÊNDICE X).

atestam ancestralidade indígena Akará comum, tanto em Flores quanto em Sobradinho - BA.

> Inferia-se ter ancestralidade nativa quem assumia vincular-se aos povos autóctones ou, na condição de escravizado, registrava-se somente com o prenome. Apesar de o Decreto pombalino de 1757 ter-se estendido a todo solo brasileiro em 1758, é certo que, na Freguesia de São José da Barra de Sento Sé [nas corredeiras do Submédio São Francisco], até o final do Século XVIII, continuou-se a registrar a maioria dos pais e padrinhos indígenas, com o prenome apenas. (...) Fato é que se omitia, sem pejo, acintosa e grotescamente, o registro de seu vínculo familiar, étnico ou de parentela. Havia casos, porém, em que se registravam com sobrenomes, normalmente vinculados aos de seus patrões. Quando isso acontecia, enfatizava-se sua condição de **escravo** ou **forro**. (KESTERING, 2024, p. 63-64).

O desvendar da filogenia de ambos corrobora a proposição de que os rituais de Umbanda realizados em sua casa, na Vila São Joaquim, em Sobradinho – BA, apesar da sistemática oposição e/ou perseguição que, ao longo dos séculos fez-se lhe, manifestavam estar vivíssima a benfazeja espiritualidade dos Akará de Flores.

Por isso, nós estamos aqui, unidos pelo sangue, encanto, história e lembrança. No chão da Fazenda Flores, onde nossos antepassados viveram, lutaram e amaram, reconhecemos o valor e honramos cada um deles. No adro da Capela de Nossa Senhora da Saúde, símbolo de nossa fé e resistência, agradecemos por tudo que se construiu antes de nós.

A nossos antepassados, externamos infinita gratidão pelo esforço em abrir caminhos e pela vida que tornou a nossa possível. Que este lugar continue sendo de encontro, harmonia e respeito. Que nunca nos falte a união, coragem para seguir adiante e sabedoria para honrar o que recebemos.

Abençoem-nos, misericordioso Deus e amável Tupã, ambos eternamente presentes na vida dos que estão aqui, dos que não puderam vir, dos que vieram e já partiram e dos que ainda vão chegar.
Pedimos também pelos que sofrem, pelos doentes, pelos que precisam de força. Que eles encontrem amparo, cuidado e esperança.
Não deixemos cair no esquecimento a história da Fazenda Flores, nem a espiritualidade original que se mantém viva nesta capela, no Vale do Rio São Francisco e em distantes rincões de nosso Brasil.
Sigamos juntos, hoje e sempre.
Amém.

REFERÊNCIAS

AHLERT, Martina. **Encantaria**. 2021. Disponível em: https://www.maepreta.net. Acesso: 04 jan 2026.

ALMEIDA, Antônio Cavalcante. **Aspectos das Políticas Indigenistas no Brasil**. Instituto Federal Catarinense. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br. Acesso: 11 abr 2026.

AMOROSO, Marta Rosa. **Corsários no Caminho Fluvial: os Mura do Rio Madeira**. História Indígena e do Indigenismo no Brasil. São Paulo: UNICAMP, 1997. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org. Acesso: 24 abr 2026.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. **Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX**. 2012. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: FAU–USP, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 13 jan 2026.

_____. **As Vilas de Índios dos Sertões do Norte e do Estado do Maranhão: desenho, território e reforma urbana no Século XVIII**. Antíteses, v. 11, n. 21, p. 193-216, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 28 fev 2026.

BACELLAR, Clarissa. **Relembre quem é Caipora, a guardiã dos animais da Floresta**. 2022. Disponível em: https://portalamazonia.com. Acesso: 06 abr 2026.

BARBOSA, Sebastião Elói. **Depoimento Sobre o Moinho Velho de Flores**. Maio de 2026.

BATISTA, Mércia Rejane Rangel. **De Caboclos da Assunção a Índios Truká: estudo sobre a emergência da identidade**

étnica Turká. 2024. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Campina Grande – PB. Campina Grande: EDUFCG, 2024. Disponível em: https://dspace.sti.ufcg.edu.br. Acesso: 14 dez 2025.

BENÍCIO, Manoel. **O Rei dos Jagunços**. Brasília: Senado Federal. 1997. Disponível em: https://www2.senado.leg.br. Acesso: 08 jan 2026.

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. *In*: **Magia e técnica, arte e política*:* ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br. Acesso: 02 fev 2026.

BRADO DO CABOCLO. **O Caboclo Sultão das Matas**. 2018. Disponível em: https://www.facebook.com. Acesso: 09 abr 2026.

BRASIL CULTURA INVISÍVEL. **Encantados**. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com. Acesso: 30 dez 2025.

_____. **Toré Pipipã Aldeia Pedra Tinideira**. 2026. Disponível em: https://www.youtube.com. Acesso: 08 jun 2026.

BRASIL. **Lei Nº 602, de 19 de setembro de 1850**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br. Acesso: 14 mar 2026.

_____. **Lei Nº 2.395, de 10 de setembro de 1873**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br. Acesso: 14 mar 2026.

CABOCLO RUSSO. **Religião Jurema Sagrada: mistérios do Catimbó, dos Espíritos, da Bebida e das Forças da Terra**. 2025. Disponível em: https://www.youtube.com/9pt9P3Bhz5A. Acesso: 22 nov 2025.

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE CABROBÓ. **Registro de Óbito de Alice Maria de Jesus**. 1918.

_____. **Registro de Óbito de Magdalena Maria de Jesus**. 1930.

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DE CABROBÓ. **Registro de Nascimento de Horácio Ozório Lima**. 1974.

_____. **Registro de Nascimento de Margarida Urçulina de Jesus**. 1963.

CARVALHO, Nilma. **D'Zorobabé Autodemarcação Tuxá**. 2017. Disponível em: https://www.youtube.com. Acesso: 07 jun 2025.

CARVALHO, Walter Oliveira de; LORENZO, Vitor Prates; FLORÊNCIO, Roberto Remígio. **Comunidades Ribeirinhas da Barragem de Sobradinho – BA: impactos socioculturais e políticas públicas**. Revista Ouricuri, Juazeiro, Bahia, v. 13, n. 1. 2023, p. 24-42. Disponível em: http://www.revistas.uneb.br. Acesso: 20 abr 2026.

COLLECTORIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO NO MUNICÍPIO DE CABROBÓ. **Inventário do Alferes David Marques da Costa Pombo**. 1898. Disponível em: https://ident.familysearch.org. Acesso: 13 mai 2026.

CORRÊA, Luís Rafael Araújo. **Mandinga Cabocla: a história de um indígena condenado pela Inquisição**. 2022. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 12 mai 2026.

COUTO, Patrícia Navarro de Almeida. **Morada dos Encantados: identidade e religiosidade entre os Tupinambá**

da Serra do Padeiro – Buerarema, BA. 2008. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufba.br. Acesso: 06 jan 2026.

CUNHA, Elba Monique Chagas da. **Sertão, sertões: colonização, conflitos e história indígena em Pernambuco no período pombalino (1759-1798**. 2013. (Dissertação de Mestrado). Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 21 abr 2026.

DISTRITO DE BELÉM, MUNICÍPIO DE CABROBÓ. **Certidão de Casamento de João Marques da Costa Pombo e Mariana Maria de Jesus**. 1894.

DOREA, Luana. **A Cobra: Símbolo da Sabedoria Ancestral**. 2024. Disponível em: https://www.instagram.com. Acesso: 18 dez 2025.

DUARTE, Ana Helena da Silva Delfino. **Ex-votos e Poiesis: representações simbólicas na fé e na arte**. 2011. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC, 2011. Disponível em: https://tede2.pucsp.br. Acesso: 04 mai 2026.

DUARTE, Cinthia Martins Davis. **Temática Dominante nas Pinturas Rupestres do Boqueirão do Riacho do Bonsucesso, no Município de Sento Sé – BA**. 2011. (Monografia). Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2011.

ETCHEVARNE, Carlos. **Ambiente e Ocupação Humana em uma Região do Submédio São Francisco, Bahia**. Clio

Arqueológica. Nº 15, p. 61-88, 2002. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br. Acesso: 22 dez 2025.

FAMILYSEARCH. **Certidão de Óbito de Pedro Marques da Costa**. 2025.

_____. **Inventário do Alferes David Marques da Costa Pombo**. 1898. Disponível em: https://ident.familysearch.org. Acesso: 10 mai 2026.

_____. **Registro de Batizados da Freguesia de Cabrobó** (1873-1876). Filmado pela Sociedade Genealógica de UTAH, na Diocese de Floresta. 2003.

_____. Cabrobó, Pernambuco, Brasil – Genealogia. 2026. Disponível em: https://www.familysearch.org. Acesso: 31 mai 2026.

FERRAZ, Arrisson de Souza; FERRAZ, Luiz Gonzaga Biones. **Cabrobó: cidade pernambucana em conta de chegada**. 2 ed. Ampl. Recife: Luiz Gonzaga Biones Ferraz. 2018.

FERREIRA JÚNIOR. Jair Messias. **Judaísmo**. Brasil Escola. 2025. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/religiao. Acesso: 19 dez 2025.

FIGUEIREDO, Filipe. **Guerra de Canudos**. Nerdologia de História. Disponível em: https://www.youtube.com. Acesso: 13 jan 2026.

FONSECA, João Justiniano da. **Rodelas: curraleiros, índios e missionários**. Salvador: Microtextos Edições Gráficas, 1996.

FONTENELLE, Paulo. Sobreviventes: Filhos da Guerra de Canudos. 2025. Disponível em: Disponível em: https://www.youtube.com. Acesso: 13 jan 2026.

GAMA, Giliarde Benavinuto Albuquerque Cavalcante Virgulino Ribeiro Nascimento e; OLIVEIRA, Nilton Marques de; CAVALCANTE, Jessica Painkow Rosa; MORAIS, Cristiane Bezerra Leite de; RODRIGUES, Victor Santos. A Resiliência dos Saberes Tradicionais Frente às Pressões Modernas: territorialidade e identidade em comunidades costeiras da Amazônia. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER). **Matrizes Energéticas e Concessões na Amazônia: entre os desafios e o futuro sustentável**. V Simpósio da SOBER Norte. Disponível em: https://www.researchgate.net. Acesso: 21 fev 2026.

GARCIA, Jânio. Tupã. **Mitologia e Folclore Brasileiro**. 2013. Disponível em: https://portal-dos-mitos.blogspot.com. Acesso: 27 dez 2025.

GARFIELD, Seth; COLLEGE, Bowdoin. **As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na Era Vargas**. São Paulo: Revista Brasileira de História. V. 20, Nº 39, p. 15-42, 2000. Disponível em: https://www.redalyc.org. Acesso: 24 fev 2026.

GAZETA DO POVO. **Descobrimento do Brasil: a história do dia 22 de abril de 1500**. 2025. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br. Acesso: 26 dez 2025.

GÊNESIS. **Expulsão do Paraíso**. Disponível em: https://fatima.org.br/biblia-online. Acesso: 26 out 2025.
GOOGLE EARTH. **Image Landsat Copernicus**. 2025.

_____. **Image Landsat Copernicus**. 2026.

GUIA GEOGRÁFICO. **Brasil Imperial**. 1830. Disponível em: https://www.historia-brasil.com. Acesso: 13 jan 2026.

HERNANDO, Almudena. **Arqueología de la Identidad**. Madrid: Akal. 2002. Disponível em: https://books.google.es. Acesso: 28 dez 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Igreja de Santo Antônio do Pambu (Século XVII), centro da antiga missão**. 2020. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org. Acesso: 10 dez 2025.

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CABROBÓ. **Inventário de Cândido Ferreira Martins**. 1884. Acervo de Robson Glay Vieira Patrício, 2026.

KESTERING, Celito. **Identidade dos Grupos Pré-históricos de Sobradinho – BA**. 2007. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2007.

_____. **Encanto Bugre-Tapuia**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2020. Disponível em: https://repositorio.univasf.edu.br. Acesso: 28 mai 2026.

_____. **Patrimônio Amoipirá-Tupinambá**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2021. Disponível em: https://repositorio.univasf.edu.br. Acesso: 16 mai 2026.

_____. **Cidadãos Tatauí**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2023. Disponível em: https://repositorio.univasf.edu.br. Acesso: 28 mai 2026.

_____. **Resilia Sentocé**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2024. Disponível em: https://repositorio.univasf.edu.br. Acesso: 28 mai 2026.

_____. **Encanto Rodelas**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2025. Disponível em: https://repositorio.univasf.edu.br. Acesso: 28 mai 2026.

_____. **Saber Ancestral**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2025. Disponível em: https://repositorio.univasf.edu.br. Acesso: 16 mai 2026.

_____. **Choveu no Sertão**. 2025. Disponível em: https://www.facebook.com. Acesso: 22 dez 2025.

KESTERING, Celito; AQUINO, Crisvanete de Castro; BEZERRA, Alvandyr. **Relatório Final do Projeto de Salvamento, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial na Área do Parque Eólico Sobradinho - BA**. 2014. Disponível em: www.celitokestering.com.br. Acesso: 20 dez 2025.

KESTERING, Celito; KESTERING, Ducilene Soares Silva. **Educar na Diversidade para Construir a Identidade de Sobradinho – BA**. Revista Memorare, Tubarão. v. 2, n. 1, p. 46-71 set./dez, 2014. Disponível em: https://www.google.com. Acesso: 29 dez 2025.

KESTERING Celito; SANTOS, Janaína Carla dos; OLIVEIRA, Jaime de Santana; OLIVEIRA, Jéssica Rafaela de; CHAGAS JÚNIOR, José Nicodemos. **Tapuias de São Raimundo Nonato – PI, no Contexto Histórico Regional da Segunda Metade do Século XVIII (1752-1783)**. História e História. 2014. Disponível em: www.celitokestering.com.br. Acesso: 17 jan 2025.

KESTERING, Celito; BEZERRA, Alvandir Dantas; NEGREIROS, Rafael Barreto Ruben Siqueira. **Adjunto às Lagoas de Meu Piauí**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. Disponível em: https://repositorio.univasf.edu.br. Acesso: 28 mai 2026.

KESTERING, Celito; SILVA, Vanessa Cosma da. Da Metonímia à Metáfora no Submédio São Francisco. *In*: OLIVEIRA, Gabriel F. de; PAIVA, Leandro; COTES, Marcial; JUSTAMAND, Michel; ALMEIDA, Vitor José Rampaneli de (Orgs.) **Arte Rupestre Brasileira: múltiplas visões**. São Paulo: Alexa Cultural; Manaus: EDUA. V. 2, p. 27-50, 2024.

LEITE, Igor. **Serra da Capivara**. 2025. Disponível em: https://br.pinterest.com. Acesso: 29 dez 2025.

LIMA, Célia Fernanda. **Xerimbabos: animais da floresta como companheiros das crianças**. 2022. Disponível em: https://lunetas.com.br. Acesso: 24 abr 2026.

LIMA, Francisco Pereira. **Depoimento Sobre o Moinho Velho das Flores**. 2026.

LITZ, Maria. **Missão Curupira: proteger as florestas e seus habitantes**. 2008. Disponível em: https://www.ufmg.br. Acesso: 06 abr 2026.

LIVROZILLA. **Padre Manoel Zacarias de Mello**. 2025. Disponível em: https://livrozilla.com. Acesso: 16 jan 2026.

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido: uma visão holística**. Brasília: CONFEA, 2007. Disponível em: http://www.agrisustentavel.com. Acesso: 17 mar 2026.

MAPS PLACE**. Capela de Santa Cruz, na Fazenda Foice, em Abaré – BA**. 2026. Disponível em: https://www.google.com. Acesso: 11 mai 2026.

MARQUES, Juracy. **Cultura material e etnicidade dos povos indígenas do São Francisco afetados por barragens: um**

estudo de caso dos Tuxá de Rodelas, Bahia, Brasil. 2008. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufba.br. Acesso: 20 jan 2025.

MEDEIROS, Janaína. **Cabocla Janaína**. 2026. Disponível em: https://www.tumblr.com. Acesso: 07 abr. 2026.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **A Guerra Total de Canudos**. 4 ed. São Paulo – SP: Global. 2023.

MULZA, Giovana Eloá Mantovani. **História Indígena no Brasil: balanço histórico do conflito pela terra a partir do Século XIX e sua regionalização em Pinhalzinho (Tomazina) – PR**. Revista Discente Ofícios de Clio, Pelotas, vol. 7, n° 12, p. 306-317, 2022. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 26 abr 2026.

NANTES, Frei Martinho de. **Relação de uma Missão no Rio São Francisco**. 1706. Tradução e comentários de Barbosa Lima Sobrinho. São Paulo – SP: Companhia Editora Nacional, 1979. Disponível em: Biblioteca Digital Curt Nimuendaju. Acesso: 24 nov 2025.

NATIONAL GEOGRAPHIC. **Akhenaton e o Monoteísmo**. 2025. Disponível em: https://www.provida.net. Acesso: 27 dez 2025.

OLIVEIRA, Carlos Augusto Ferreira de. **A Cristandade: um modelo eclesial de poder**. Goiânia: Fragmentos de Cultura. V. 21, n. 4/6, p. 307-316, abr./jun. 2011. Disponível em: https://seer.pucgoias.edu.br. Acesso: 18 dez 2025.

OLIVEIRA, Luiza Kelly Assis de. A imperícia do Poder Judiciário Brasileiro no Caso de Reintegração de Posse do Território de

D'Zorobabé. *In*: SOUZA, André Luís Oliveira Pereira de: TOMÁS, Alzeni de Freitas; MARQUES, Juracy. **Povo Tuxá das Águas do Opará**. Sociedade Brasileira de Ecologia Humana. Paulo Afonso – BA: SABEH, p. 137-172, 2020. Disponível em: https://www.sabeh.org.br. Acesso: 27 mar 2025.

PALACIN, Luiz Gomes. **História da Diocese de Paulo Afonso**. 2º Caderno Diocesano. 1987.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO DE CABROBÓ. **Certidões de Batismo de Virgilina Maria de Jesus**. 1878. Acervo de Robson Glay Vieira Patrício, 2026.

_____. **Certidão de Batismo de Roza Maria da Conceição**. 1883. Acervo de Robson Glay Vieira Patrício, 2026.

_____. **Certidão de Batismo de Carolina Maria de Jesus**. 1927. Acervo de Robson Glay Vieira Patrício, 2026.

_____. **Certidão de Casamento de José Ferreira Martins com Clara Maria da Conceição**. 1885. Acervo de Robson Glay Vieira Patrício, 2026.

PARÓQUIA SÃO FRANCISCO DE SOBRADINHO – BA. **Certidão de Casamento de Horácio Ozório de Lima e Margarida Ursulina de Jesus**. 1984.

PASCOAL, João Vítor. **Um Governador que alavancou o desenvolvimento**. Folha de Pernambuco. 2021. Disponível em: https://www.folhape.com.br. Acesso: 19 jan 2026.

PASSOS, Gésio. **Ditadura militar contribuiu para genocídio dos povos indígenas**. 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br. Acesso: 04 abr 2025.

PATRÍCIO, Robson Glay Vieira. **Nossa História: no tempo das vilas Cabrobó e Belém do São Francisco, Pernambuco**. São Paulo: Lux, 2025.

_____. **Memórias de Minha Avó Antônia Vieira Lima**. Acervo de Robson Glay Vieira Patrício. 1978.

_____. **Solicitação de averiguação e proteção de patrimônio cultural - Capela com sepultamentos de negros e indígenas**. Protocolado junto à Superintendência do IPHAN em Pernambuco iphan-pe@iphan.gov.br, no dia 11 de julho de 2025.

_____. **Pastora Maria da Conceição (Mãe Pastora) e Francisco Farias de Carvalho (Chico Paca)**. Depoimento. 2026.

_____. **Resto do Alicerce da Casa da Cabocla Izabel**. Depoimento. 2026.

_____. **Maria Cândida de Jesus (Maria Nova)**. Depoimento. 2026.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. **Barqueiros do São Francisco**. Conselho Nacional de Geografia. 8ª edição. Rio de Janeiro, 1966. Disponível em: https://www.consciencia.org. Acesso: 12 jan 2026.

PIMENTEL, Fábio Luiz. **O Catimbó nas Casas de Detenção do Recife (1880-1920)**. 2017. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2017. Disponível em: https://respositorio.unicamp.br. Acesso: 02 fev 2026.

POMBO, Pedro da Costa. **Depoimento Sobre o Moinho Velho de Lobo**. 2026.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. **Povo Truká**. 2021. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Truká. Acesso: 14 dez 2025.

PUC-RIO. **As Mulheres no Brasil Colonial**. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br. Acesso: 18 dez 2024.

RAMOS, Lucas. **Ilha da Assunção, em Cabrobó**. Post de Lucas Ramos, 2019. Disponível em: https://www.facebook.com. Acesso: 14 dez 2025.

RADAR SERTANEJO. **Meteorologista prevê chuva para o Sertão da PB e do Nordeste entre os dias 28 de dezembro e 2 de janeiro de 2024**. 2023. Disponível em: https://www.radarsertanejo.com. Acesso: 27 dez 2025.

REINOS DE UMBANDA. **Martim Pescador**. 2026. Disponível em: https://www.instagram.com. Acesso: 09 abr 2026.

RIBEIRO, Benedito Emílio. **Povos Indígenas e o Regime Vargas: tutelagem, resistências e agenciamentos**. Nossas Histórias, 2024. Disponível em: https://www.geledes.org.br. Acesso: 24 fev 2026.

ROSENDO, Expedito. **Aldeia da Missão**. Povodepipipadekambixuru. 2026. Disponível em: https://www.instagram.com. Acesso. 07 jun 2026.

RUSSELL, Beltrand. **Nosso Conhecimento do Mundo Exterior**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

SAMPAIO, Theodoro. **O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas. 1906.

Biblioteca Digital Curt Nimuendaju. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org. Acesso: 17 jan 2025.

SANTOS JÚNIOR, Carlos Fernando dos. **O Diretório em Pernambuco no Século XIX: Instrumento de "pacificação" dos "índios brabos" no Submédio São Francisco**. Revista Em Perspectiva [On Line]. v. 1, n. 1, p. 53-80, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufc.br. Acesso: 13 jan 2026.

_____. **Os índios de Assunção e Santa Maria: identidade e territorialização dos índios nas antigas vilas do Diretório Pombalino no Rio São Francisco, Província de Pernambuco, no século XIX**. Revista Historiar, Vol. 9, nº. 17, Jul/Dez de 2017. Disponível em: https://historiar.uvanet.br. Acesso: 12 dez 2025.

_____. **A Diáspora Indígena no Submédio São Francisco (Século XIX): a experiência da diáspora das populações indígenas nos sertões do Moxotó e Pajeú e nas ilhas do Rio São Francisco**. XXXII Simpósio Nacional de História. 2023. Disponível em: https://anpuh.org.br. Acesso: 01 fev 2026.

SCHOPENHAUER, Arthur: **Parerga und Paralipomena II**, Capítulo 26: Observações Psicológicas, § 344. Edição de Zurique vol. X, p. 655–656, 1851. Disponível em: https://www.reddit.com. Acesso: 30 mai 2026.

SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA DE PERNAMBUCO. **Certidão de Nascimento de Alice Maria de Jesus**. Registros de Nascimento na Paróquia de Nossa Senhora da Assunção de Cabrobó. 1890.

SILVA, Abílio Marques da. **Memórias de Antônio Vieira Lima (Antônio Valério)**. 2026.

SILVA, Ana Paula da. **Saberes Tradicionais Indígenas nos Séculos XVI e XVII**. Raízes e Rumos, Vol. 2, nº 1, p. 81-155, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 24 abr 2026.

SILVA, Ayalla Oliveira. **Ordem Imperial e Aldeamento Indígena: Camacãs, Guerens e Pataxós no Sul da Bahia**. 2017. Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus: UESC. 2018. Disponível em: www.uesc.br. Acesso: 20 abr 2026.

SILVA, Edcarlos Mendes da. **Desterritorialização sob as águas de Sobradinho: ganhos e desenganos**. 2010. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia. Salvador – BA: UFBA, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 25 abr 2026.

SILVA, Marcos Manoel do Nascimento; SANTANA, Pedro Abelardo de. **Negociações, Conflitos e Omissões: a construção de memórias em torno da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga (1979-1988)**. Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 14, n. 27, jul. – dez, p. 190-210. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufs.br. Acesso: 20 jan 2026.

SIMAS, Luiz Antônio. **Cabocla Jurema. Quem é?** 2026. Disponível em: https://www.instagram.com. Acesso: 14 abr 2025.

SOARES, Vítor. **Cinco Curiosidades sobre Akhenaton, o Reformador Religioso do Egito**. 2022. Disponível em: https://aventurasnahistoria.com.br. Acesso: 27 dez 2025.

SOCIEDADE ESPIRITUALISTA MATA VIRGEM. **Os Caboclos na Umbanda**. 2026. Disponível em: https://www.diariodeumbanda.com.br. Acesso: 09 abr 2026.

SOUZA, André Luís Oliveira Pereira de; TOMÁS Alzení de Freitas; SANTOS, Juracy Marques dos. D'Zorobabé: um etnomapa da autodemarcação Tuxá. *In*: SOUZA, André Luís Oliveira Pereira de: TOMÁS, Alzeni de Freitas; MARQUES, Juracy. **Povo Tuxá das Águas do Opará**. Sociedade Brasileira de Ecologia Humana. Paulo Afonso – BA: SABEH, p. 173-212, 2020. Disponível em: https://www.sabeh.org.br. Acesso: 13 mai 2025.

SOUZA, Regiana Coelho de. **Registros Rupestres do Boqueirão do Riacho do Mocambo, em Jaguarari – BA: temática dominante e o processo de mestiçagem da cultura**. 2014. (Monografia). Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco. São Raimundo Nonato – PI: UNIVASF, 2014.

STARLONG, Heloisa. **Ditadura Militar e Populações Indígenas**. 2026. Disponível em: https://www.ufmg.br. Acesso: 05 abr 2026.

TENDA DE CARIDADE OXUM E VÓ MARIA. **Boiadeiros na Umbanda**. 2025. Disponível em: https://www.facebook.com. Acesso: 05 abr 2026.

UCHOA, Alex. **Pintura Rupestre representando culto envolvendo uma árvore sagrada. Serra da Capivara – PI**. Pinterest. 2025. Disponível em: https://www.google.com. Acesso: 23 nov 2025.

UMBANDA SABER. **Caboclo Pena Branca**. 2026. Disponível em: https://www.instagram.com. Acesso: 09 abr 2026.

VALFRIDES, Babalorixá. **Atributos Identitários do Caboclo Eru**. 2026. Disponível em: https://www.instagram.com. Acesso: 07 abr 2026.

VEIGA, Edison. **Ligação Mística com a Natureza: a religiosidade dos indígenas brasileiros.** BBC News Brasil. 2024. Disponível em: https://www.bbc.com. Acesso: 30 dez 2025.

VILLAR, Rosana. **Medicina Indígena: conheça a cura que vem da floresta e ajude. 2020**. Disponível em: https://www.greenpeace.org. Acesso: 16 mar 2026.

WESTIN, Ricardo. **Ditadura criou Estatuto do Índio para afastar acusação de genocídio**. 2023. Disponível em: https://www12.senado.leg.br. Acesso: 05 abr 2026.

WILSON, Edward Osborne. **A Diversidade da Vida**. Tradução de Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.

WIRAPAYÉ, Cauã. **Não Existia Diabo**. 2026. Disponível em: https://www.instagram.com. Acesso: 10 mai 2026.

APÊNDICE A Certidão de casamento de Horácio e Margarida



DIOCESE DE JUAZEIRO
PARÓQUIA SÃO FRANCISCO
CNPJ: 14.663.306/0009-90
E-mail:
paroquiasaofranciscosobradinho@hotmail.com/paroquiasobradinho@diocesedejuazeiro.org.br
Home-page:
Fone: (74) 3538-2255

Certidão de Matrimônio

Data da celebração: 05 de fevereiro de 1984

Local: Sobradinho

Depois de efetuado os proclamas e demais formalidades prescritas, não aparecendo impedimento algum,

na presença da test. qualificada: Celso Kessering
e das testemunhas: Geraldo da Silva
e Júlio E. de Sá

receberam-se em Matrimônio **HORÁCIO OZÓRIO DE LIMA**
e **MARGERIDA URSULINA DE JESUS**

Ele, com 0 anos de idade
filho de Ozório Francisco de Lima e Ermina Maria Anunciada da Conceição
nascido em Cabrobó - PE
residente em Sobradinho - BA
batizado na Paróquia cidade de Cabrobó-PE **na (Arqui)diocese de .**

Ela, com 0 anos de idade
filha de Belarmino José Ferreira e Ursulina Josefa da Conceição
nascida em Cabrobó - PE
residente em Sobradinho - BA
batizada na Paróquia cidade de Cabrobó-PE **na (Arqui)diocese de .**

Livro: 1 **Folha:** 131 **Número:**

Observação: A certidão foi extraída pela família para regularizar documento de um terreno que está em seu nome em 12.08.2008.

Para constar mandei lavrar esta certidão que assino.

SOBRADINHO, 21 de novembro de 2025.

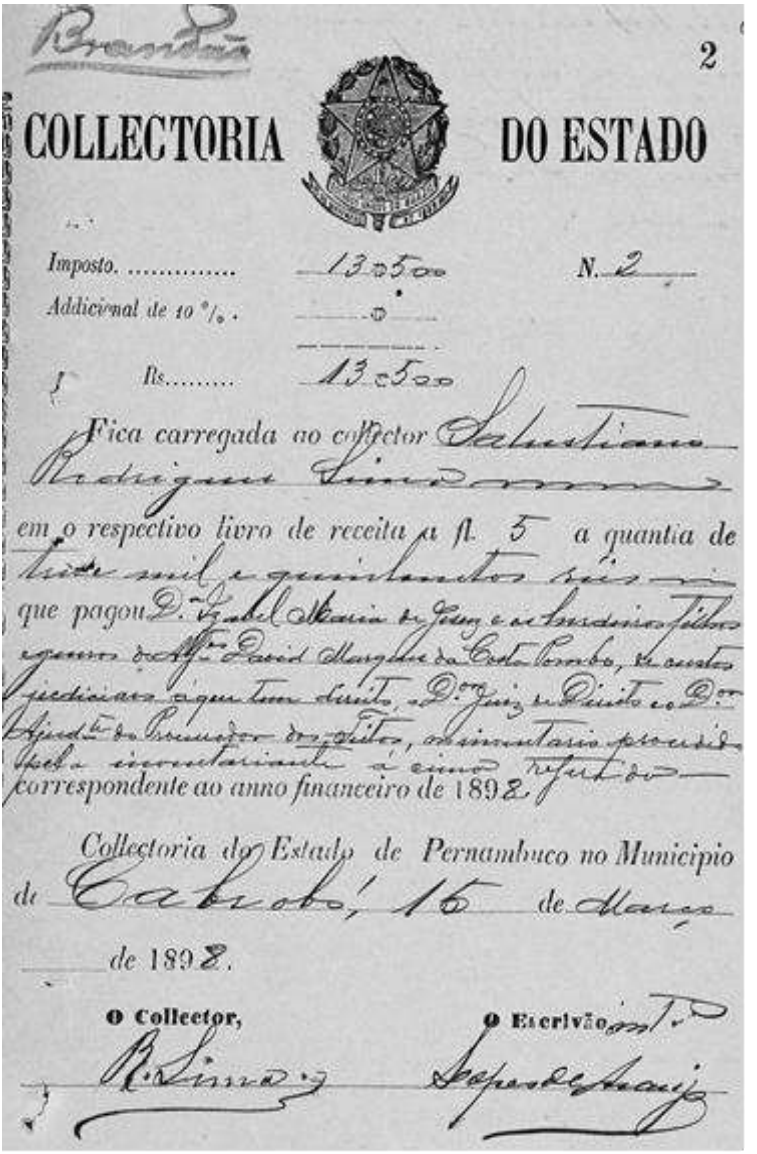
PE. JOSÉ CARLOS DOS SANTOS DE SALES PEREIRA
PÁROCO

Diocese de Juazeiro – Paróquia São Francisco de Assis – (74) 3541-7302 – Sobradinho – BA

RUA 03, Nº VILA SÃO JOAQUIM
SOBRADINHO-BA Cx.Postal: CEP 48925-000

Fonte: Paróquia São Francisco, de Sobradinho – BA (1984)

APÊNDICE B Inventário dos bens do Alferes David M. da Costa Pombo



Brasil

2

COLLECTORIA DO ESTADO

Imposto ..... 13$500 N. 2

Addicional de 10 °/₀ $000

Rs..... 13$500

Fica carregada ao collector Sebastiano Rodrigues Lima

em o respectivo livro de receita a fl. 5 a quantia de

treze mil e quinhentos réis

que pagou D. Izabel Maria de Jesus e outros filhos

legaes do Alferes David Marques da Costa Pombo, e custas

judiciaes a que tem direito o Dr. Juiz e Direito o Dr.

Adjunto do Promotor dos feitos, do inventario procedido

pelo inventariante a cima referido

correspondente ao anno financeiro de 1898.

Collectoria do Estado de Pernambuco no Municipio

de Cabrobó, 16 de Março

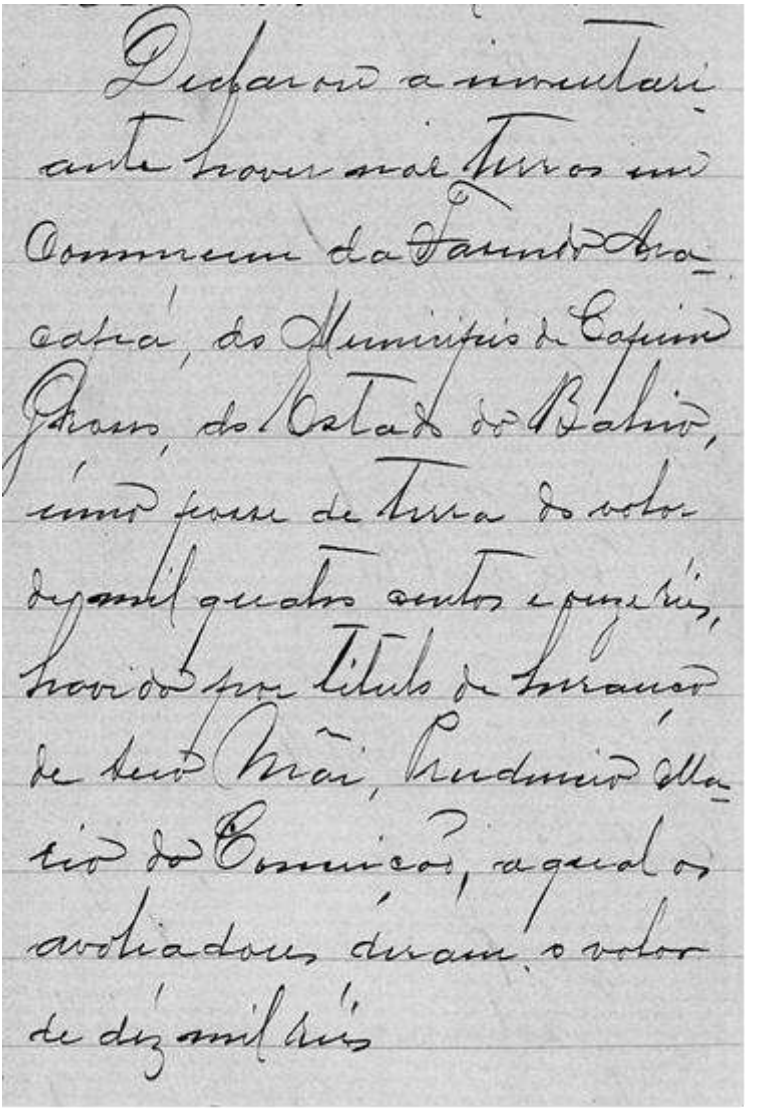
de 1898.

O Collector, O Escrivão,

R. Lima Sebastião Araújo

Fonte: Collectoria do Estado de Pernambuco (1898, p. 96)

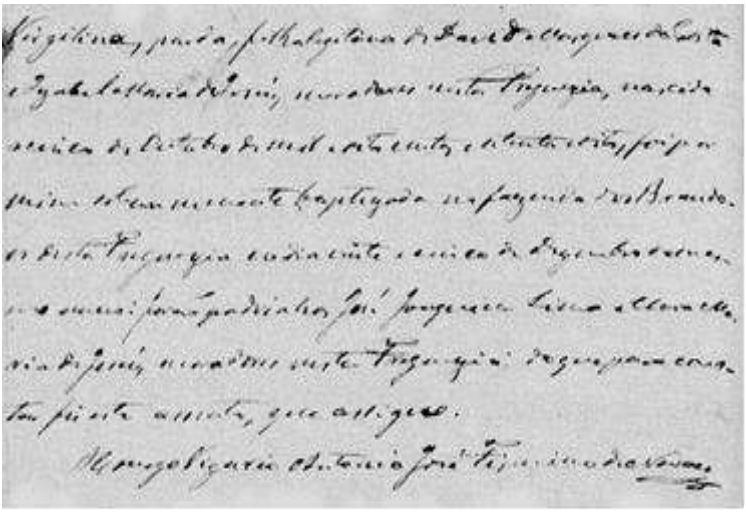
APÊNDICE C Designação de posse nas terras da Fazenda Aracapá



Declaro eu a mandar
aute hoje os meus Terros na
Commum da Fazenda Ara-
capá, do Municipio de Capim
Grosso, do Estado da Bahia,
uma parte de Terra do valor
de mil quatro centos e poucos réis,
havido por Titulo de Herança
de seu Pai, Prudencio Ma-
cio do Comicos, a qual os
avaliadores deram o valor
de dez mil réis

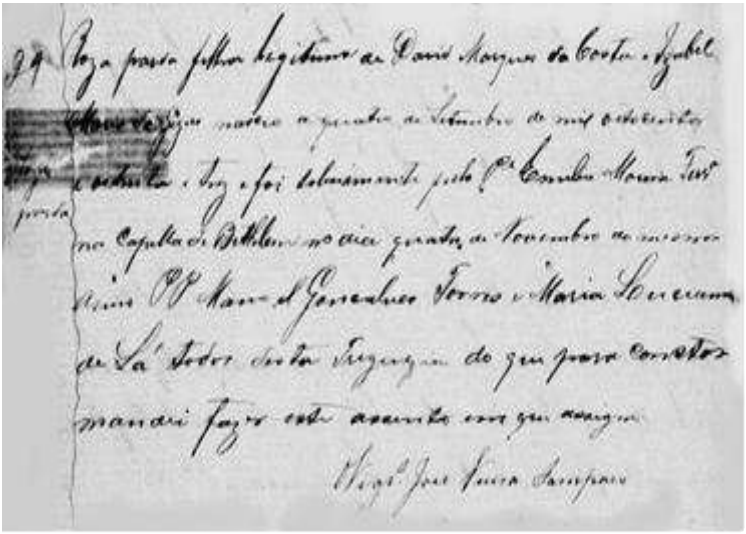
Fonte: Collectoria do Estado de Pernambuco (1898, p. 5)

APÊNDICE D Certidão de batismo de Virgilina Maria de Jesus



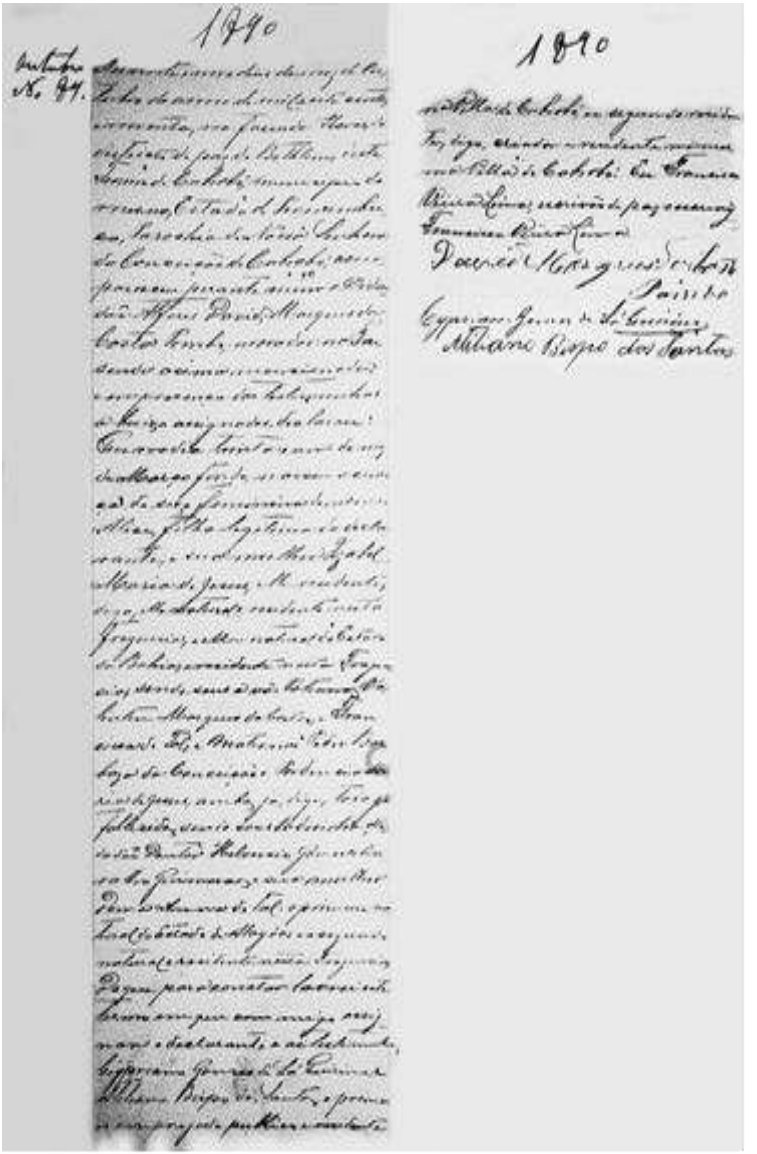
Fonte: Paróquia de Nossa Senhora da Assunção de Cabrobó (1878)

APÊNDICE E Certidão de batismo de Roza Maria da Conceição



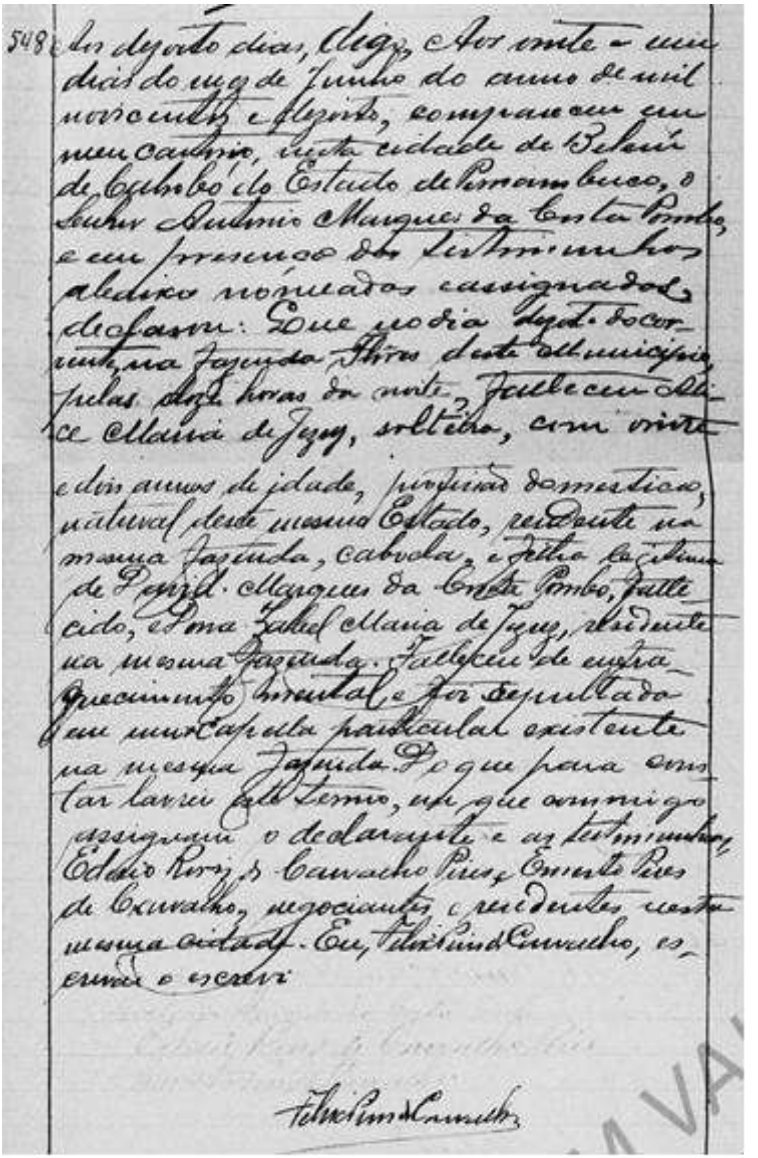
Fonte: Paróquia de Nossa Senhora da Assunção de Cabrobó (1883)

APÊNDICE F Registro de Nascimento de Alice Maria de Jesus



Fonte: Secretaria da Presidência de Pernambuco (1890)

APÊNDICE G Certidão de Óbito de Alice Maria de Jesus

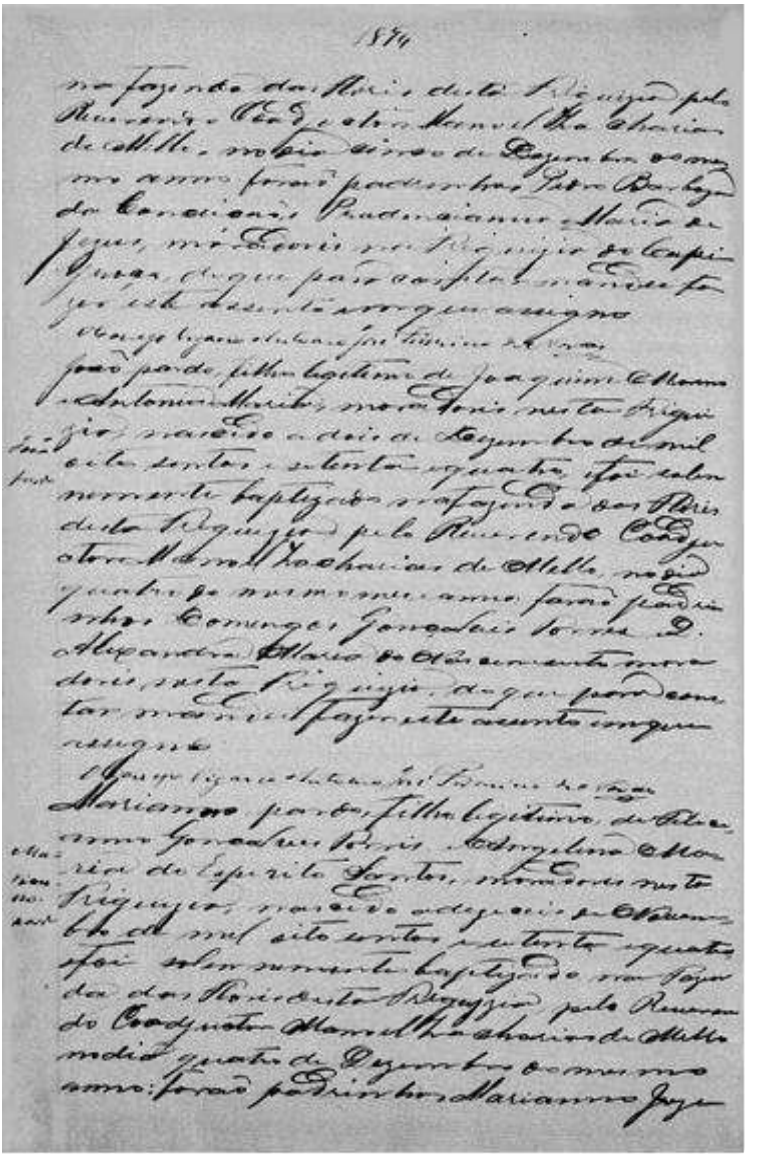


548 Aos dezoito dias, digo, Aos onze dias do mez de Junho do anno de mil novecentos e dezoito, compareceu em meu cartorio, nesta cidade de Belém de Cabrobó do Estado de Pernambuco, o Senhor Antonio Marques da Costa Pombo, e em presença das testemunhas adeante nomeadas e assignadas declarou: Que no dia vinte e dois do corrente, na fazenda Flores deste Municipio, pelas duas horas da manhã, falleceu Alice Maria de Jesus, solteira, com vinte e dois annos de idade, profissão domestica, natural deste mesmo Estado, residente na mesma fazenda, cabocla, e filha legitima de Pedro Marques da Costa Pombo, fallecido, e Dona Izabel Maria de Jesus, residente na mesma fazenda. Falleceu de entre gorgitamento mental e foi sepultado em mesma capella particular existente na mesma fazenda. Pedro para constar lavrei este termo, em que comigo assignou o declarante e as testemunhas, Edelzio Rios e Carvalho Pires, Ernesto Pires de Carvalho, negociantes e residentes nesta mesma cidade. Eu, Felicissimo de Carvalho, escrevi e escrevi.

Felicissimo de Carvalho

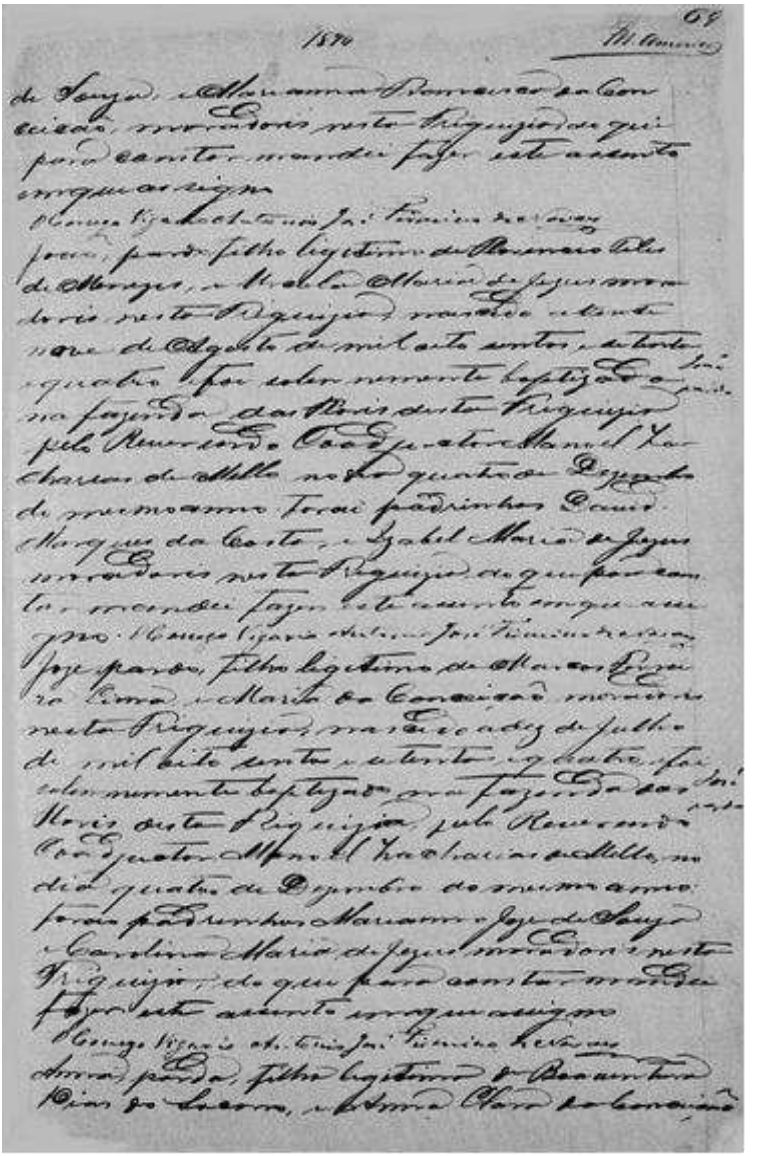
Fonte: Cartório de Registro Civil de Cabrobó (1918)

APÊNDICE H Registros de batismos celebrados na Fazenda Flores



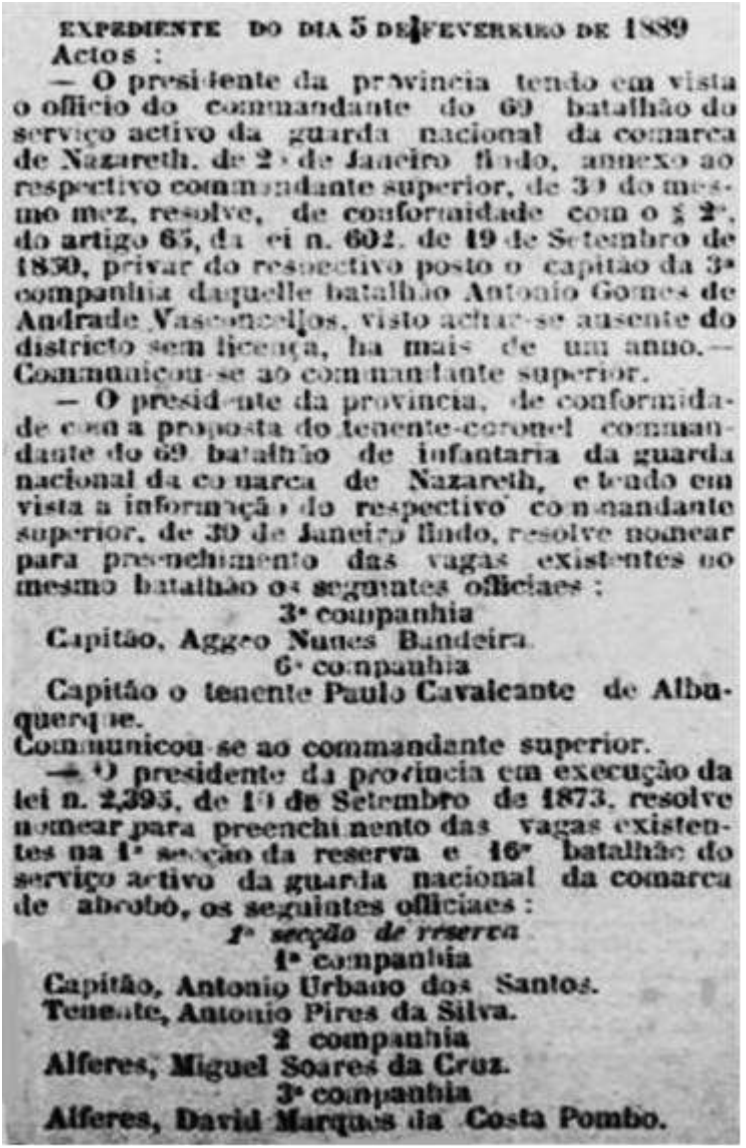
Fonte: Paróquia de Nossa Senhora da Assunção de Cabrobó (1874)

APÊNDICE I Registros de batismos celebrados na Fazenda Flores



Fonte: Paróquia de Nossa Senhora da Assunção de Cabrobó (1874)

APÊNDICE J Nomeação de David Marques da Costa Pombo



EXPEDIENTE DO DIA 5 DE FEVEREIRO DE 1889

Actos :

— O presidente da provincia tendo em vista o officio do commandante do 69 batalhão do serviço activo da guarda nacional da comarca de Nazareth, de 2 de Janeiro findo, annexo ao respectivo commandante superior, de 30 do mesmo mez, resolve, de conformidade com o § 2°, do artigo 65, da lei n. 602, de 19 de Setembro de 1850, privar do respectivo posto o capitão da 3ª companhia daquelle batalhão Antonio Gomes de Andrade Vasconcellos, visto achar-se ausente do districto sem licença, ha mais de um anno.— Communicou-se ao commandante superior.

— O presidente da provincia, de conformidade com a proposta do tenente-coronel commandante do 69 batalhão de infantaria da guarda nacional da comarca de Nazareth, e tendo em vista a informação do respectivo commandante superior, de 30 de Janeiro findo, resolve nomear para preenchimento das vagas existentes no mesmo batalhão os seguintes officiaes :

3ª companhia

Capitão, Aggeo Nunes Bandeira.

6ª companhia

Capitão o tenente Paulo Cavalcante de Albuquerque.

Communicou-se ao commandante superior.

— O presidente da provincia em execução da lei n. 2,395, de 10 de Setembro de 1873, resolve nomear para preenchimento das vagas existentes na 1ª secção da reserva e 16ª batalhão do serviço activo da guarda nacional da comarca de abrobó, os seguintes officiaes :

1ª secção de reserva

1ª companhia

Capitão, Antonio Urbano dos Santos.

Tenente, Antonio Pires da Silva.

2 companhia

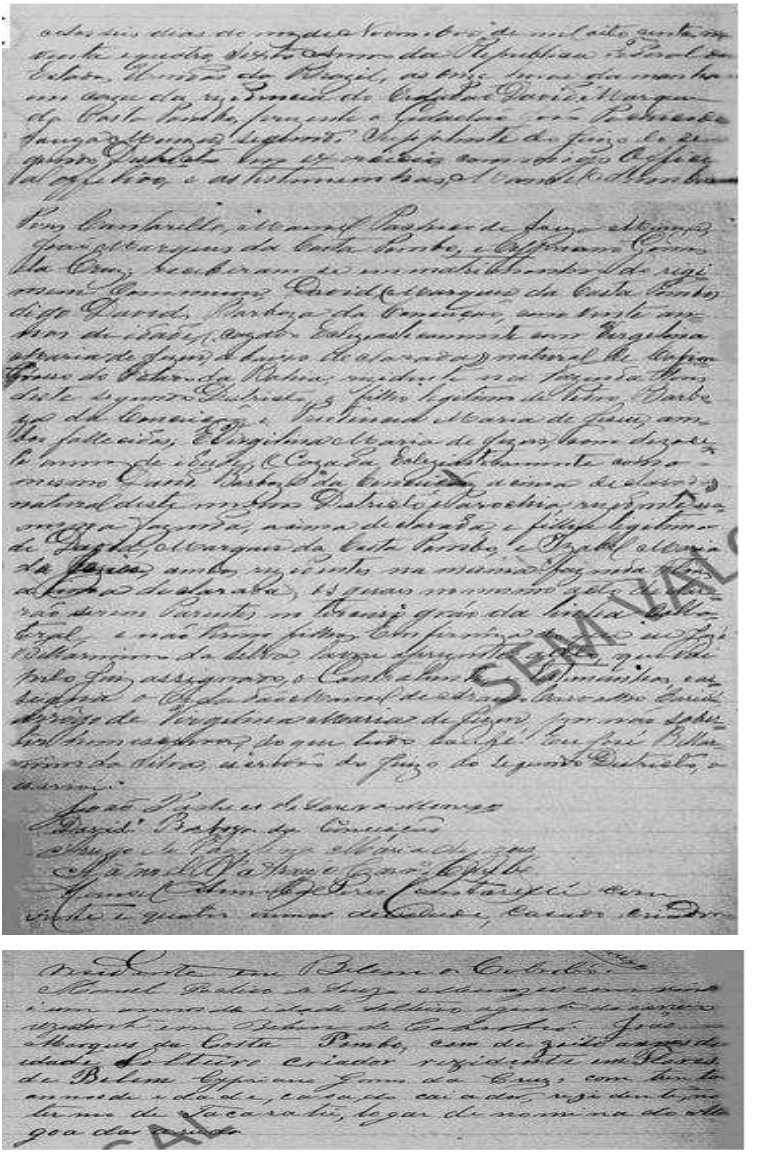
Alferes, Miguel Soares da Cruz.

3ª companhia

Alferes, David Marques da Costa Pombo.

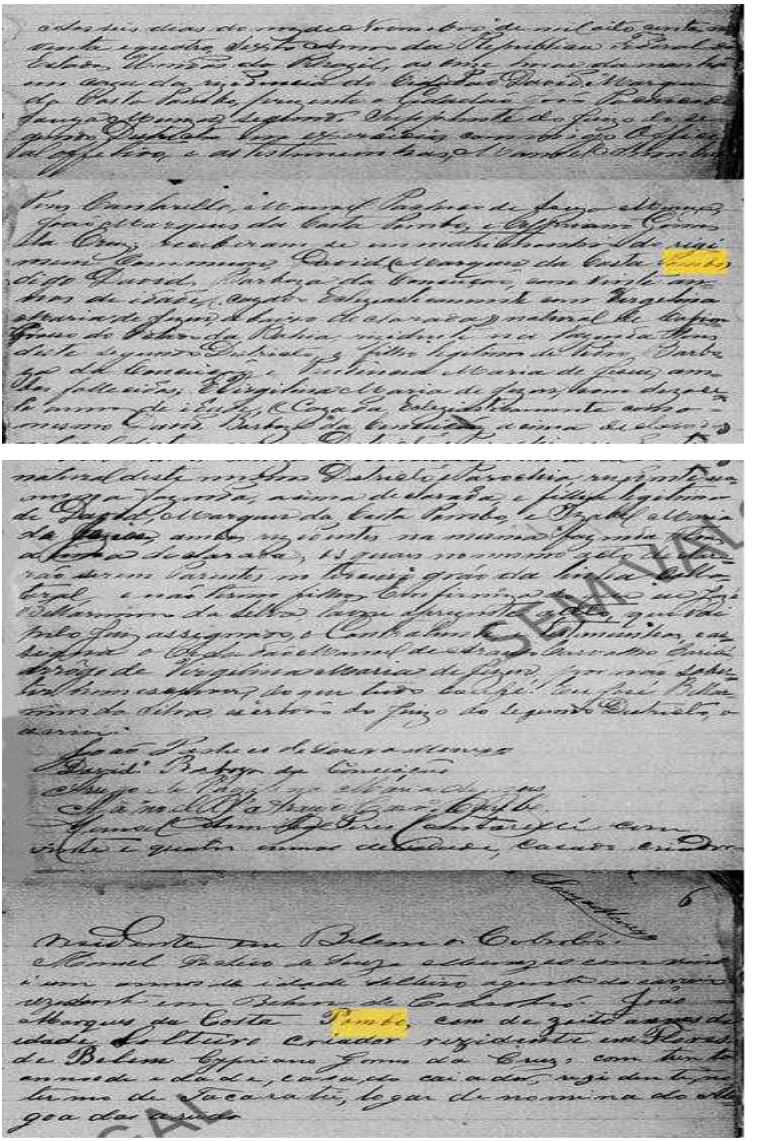
Fonte: Província de Pernambuco (1889 *apud* Patrício, 2025, p. 16)

APÊNDICE K Certidão de casamento de João Marques e Mariana



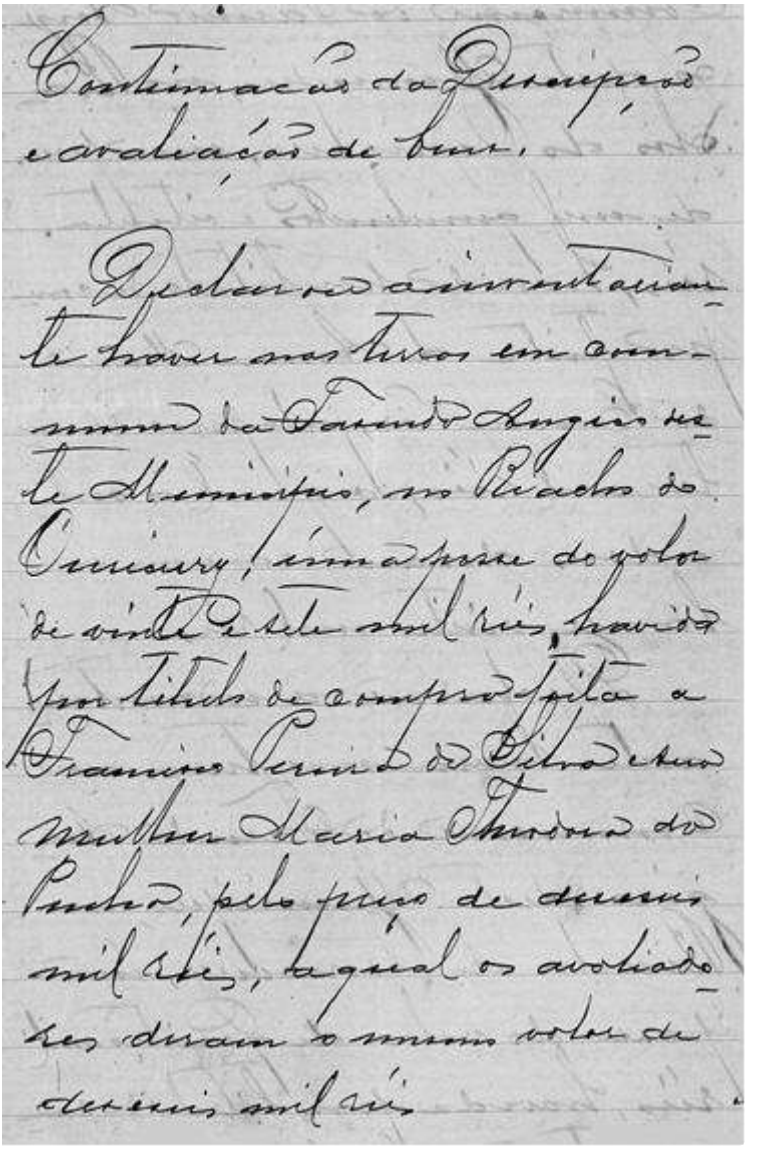
Fonte: Distrito de Belém, município de Cabrobó (1894)

APÊNDICE L Certidão de Casamento de David Barbosa e Virgilina



Fonte: Distrito de Belém, município de Cabrobó (1894)

APÊNDICE M Designação de posse nas terras da Fazenda Angico

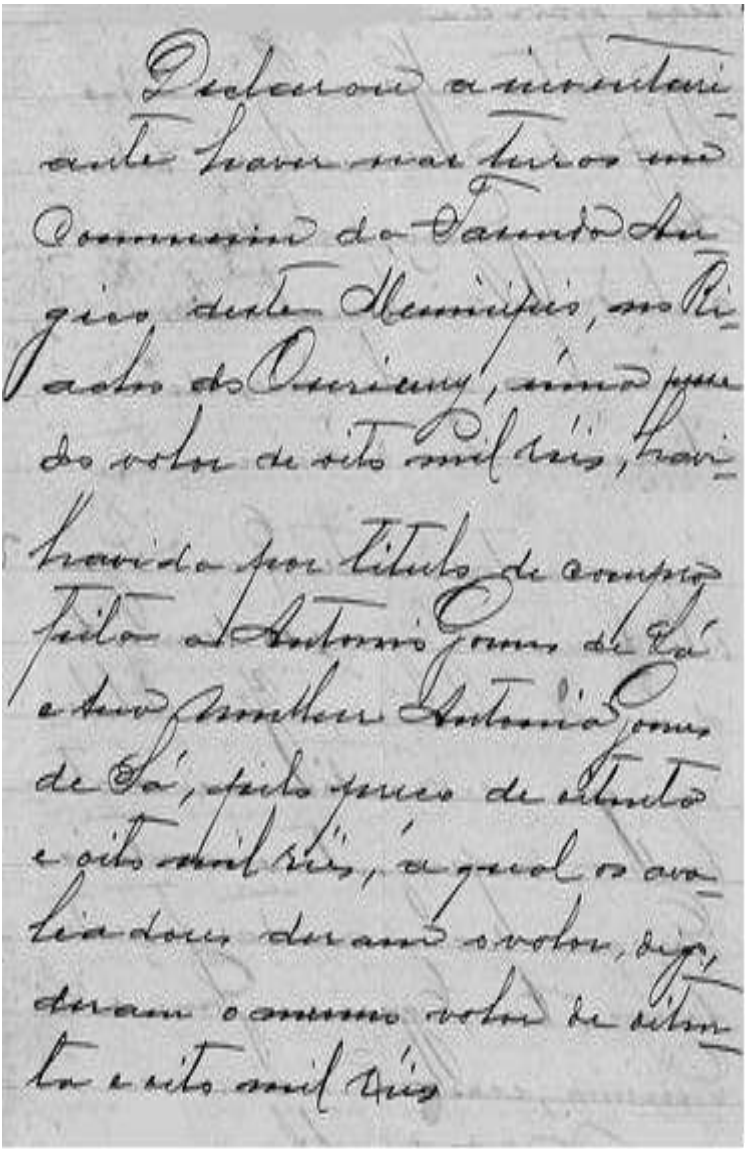


Continuação da Transposição e avaliação de bens.

Declarou ao serventuário ter havido nas terras em comum da Fazenda Angico de Manoel Francisco, no Riacho do Cruzeiro, uma posse de gado de vinte e sete mil réis, havida por título de compra feita a Francisco Pereira de Oliveira e mulher Maria Antonia do Prado, pelo preço de doze mil réis, a qual os avaliadores deram o mesmo valor de doze mil réis.

Fonte: Collectoria do Estado de Pernambuco (1898, imagem 3)

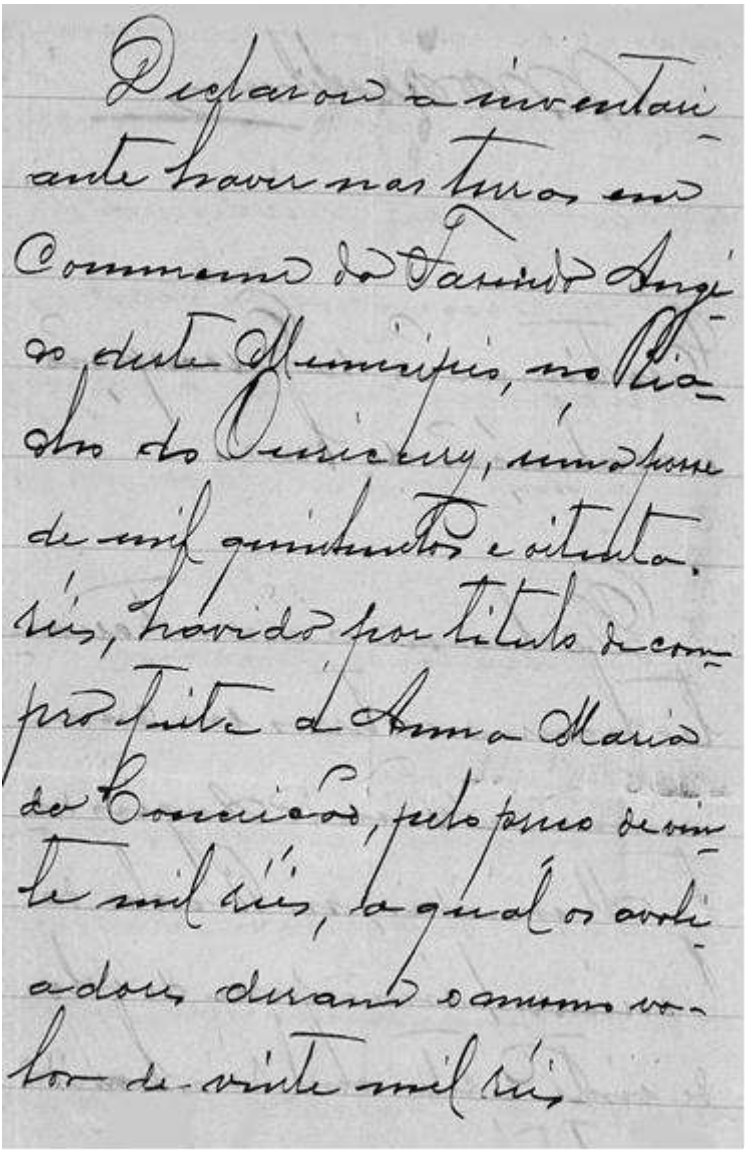
APÊNDICE N Designação de posse nas terras da Fazenda Angico



Declaram os arrendatários haver nas terras na Commissão do Fazendo Angico, destes Municípios, no Riacho do Ouricury, ainda que do valor de oito mil réis, havido por título de compra feito a Antonio Jorge de Sá e sua mulher Antonia Jorge de Sá, pelo preço de oito e oito mil réis, o qual os avaliadores deram o valor, digo, deram o mesmo valor de oito e oito mil réis

Fonte: Collectoria do Estado de Pernambuco (1898, imagens 3 e 4)

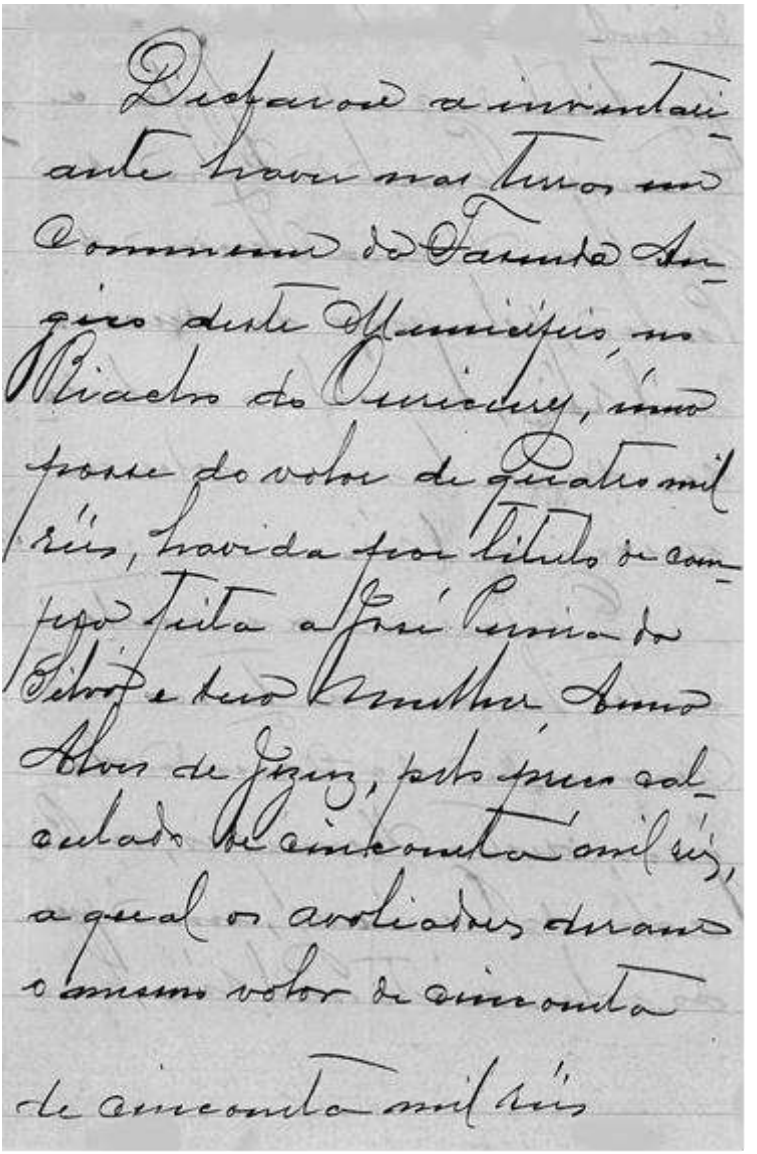
APÊNDICE O Designação de posse nas terras da Fazenda Angico



Declarou a inventariante haver nas terras em Commum da Fazenda Angico deste Municipio, no Riacho do Cruzeiro, cincoenta mil quinhentos e oitenta réis, havido por titulo de compra feita a Anna Maria da Conceição, pelo preço de vinte mil réis, a qual os avaliadores durante o mesmo valor de vinte mil réis

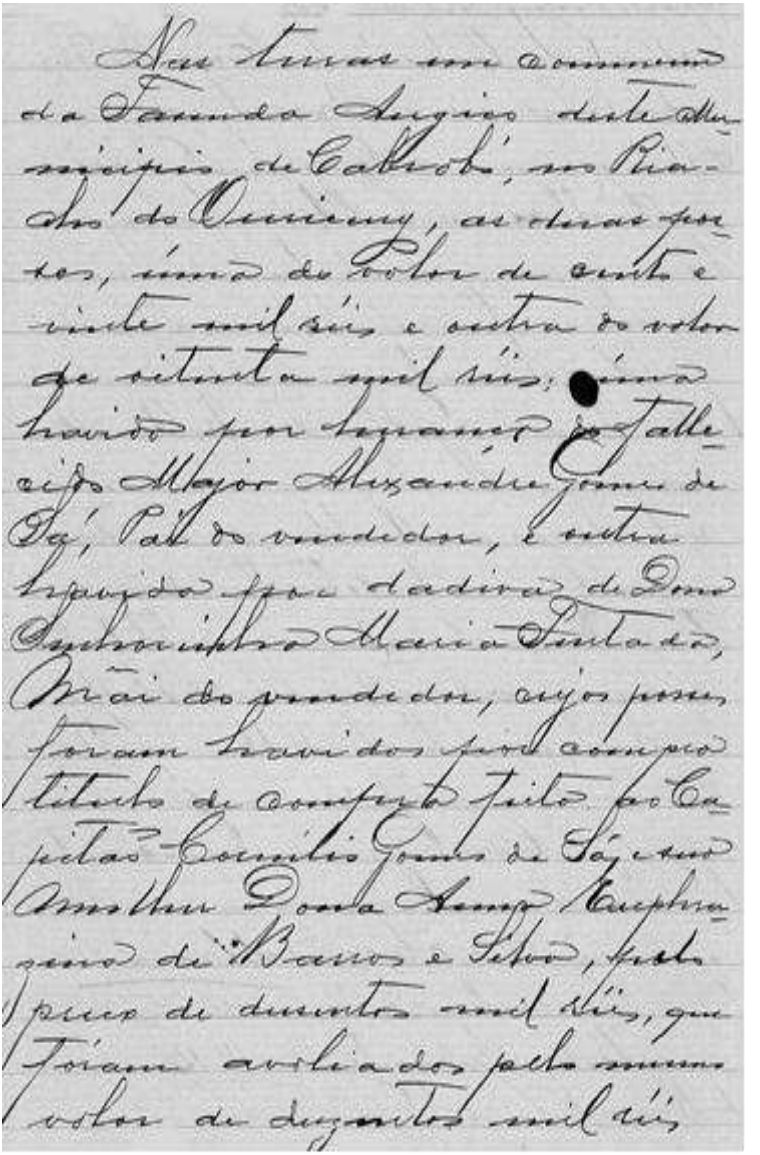
Fonte: Collectoria do Estado de Pernambuco (1898, imagem 4)

APÊNDICE P Designação de posse nas terras da Fazenda Angico



Fonte: Collectoria do Estado de Pernambuco (1898, imagens 4 e 5)

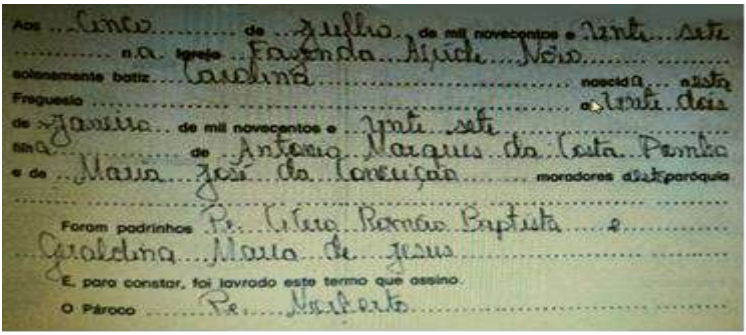
APÊNDICE Q Designação de posses nas terras da Fazenda Angico



Nas terras em commum
da Fazenda Angico deste Mu-
nicipio de Cabrobó, no Rio-
ho do Quiricury, as duas por-
tas, huma do valor de cinco e
vinte mil réis e outra do valor
de cincoenta mil réis, huma
havida por herança do falle-
cido Major Alexandre Gomes de
Sá, Pai do vendedor, e outra
havida por dadiva de Dona
Quiteria Maria Pinto da,
Mãi do vendedor, cujos pos,
foram havidos por compra
titulo de compra feito pelo Ca-
pitão Cornelio Gomes de Sá e sua
Mulher Dona Anna Cypria-
no de Barros e Silva, pelo
preço de duzentos mil réis, que
foram avaliados pelo mesmo
valor de duzentos mil réis

Fonte: Collectoria do Estado de Pernambuco (1898, imagem 34)

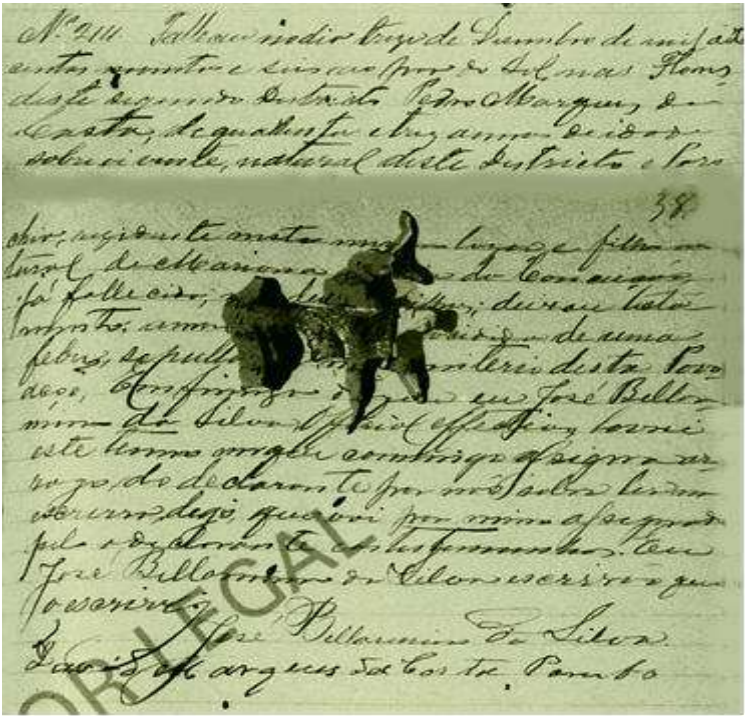
APÊNDICE R Certidão de batismo de



Aos cinco de Julho de mil novecentos e vinte sete
na Igreja Fazenda Nova
solenemente batiz Carolina nascida aos
Freguesia
de Janeiro de mil novecentos e vinte sete
filha de Antonio Marques da Costa Pombo
e de Maria José da Conceição moradores desta paróquia
Foram padrinhos Pe. Cicero Romão Baptista e
Geraldina Maria de Jesus
E, para constar, foi lavrado este termo que assino.
O Pároco Pe. Norberto

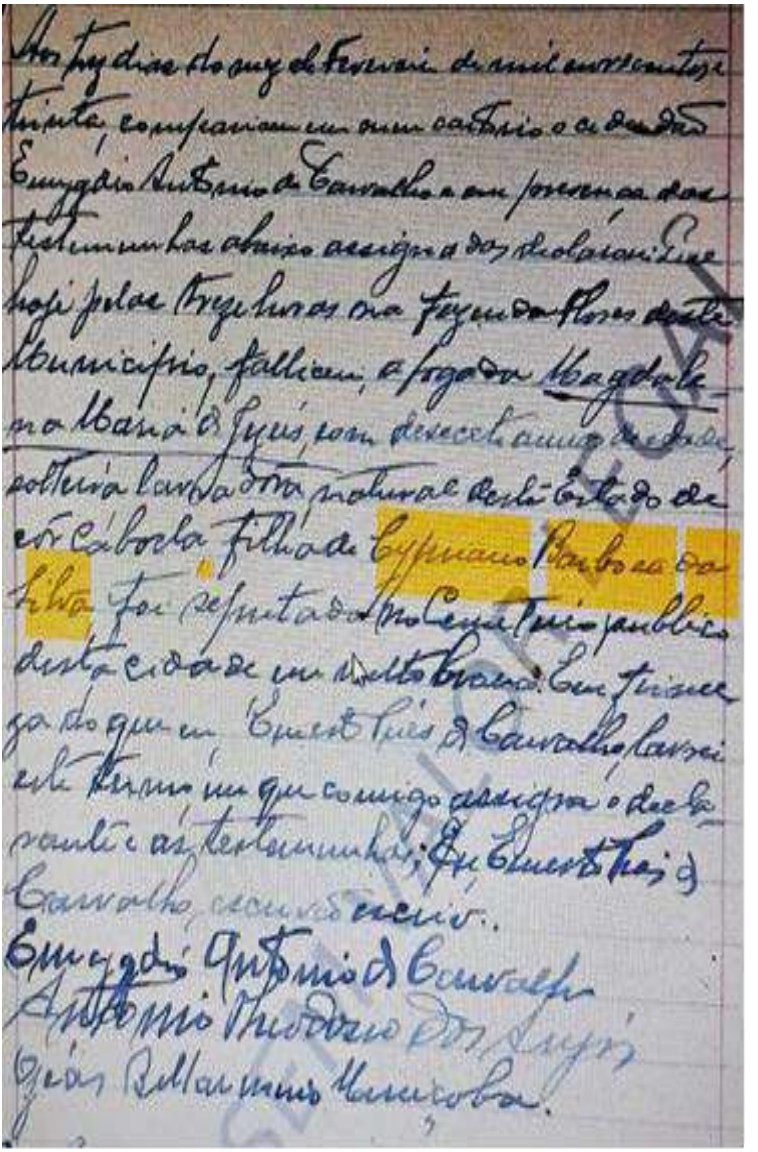
Fonte: Paróquia Nossa Senhora da Assunção de Cabrobó (1927)

APÊNDICE S Certidão de óbito de Pedro Marques da Costa



Fonte: Familysearch (2025)

APÊNDICE T Certidão de óbito de Magdalena Maria de Jesus



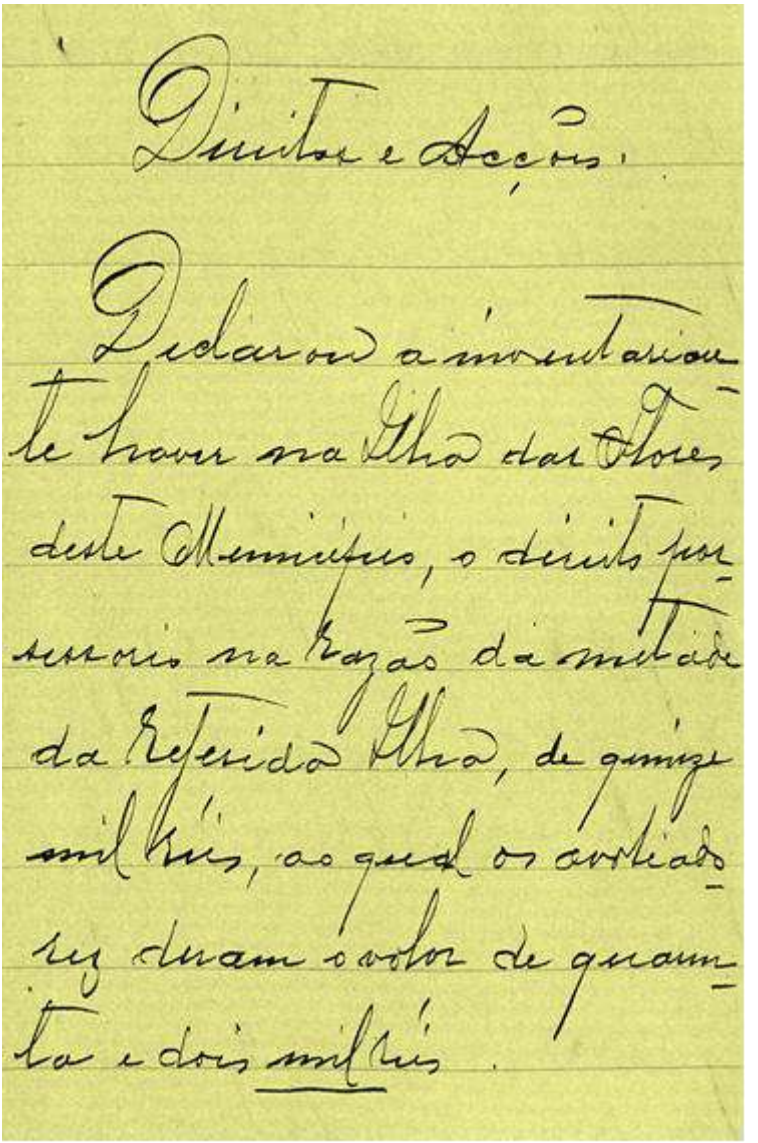
Fonte: Cartório de Registro Civil de Cabrobó (1930)

APÊNDICE U Oração no verso da foto de Ricardo Gomes Vieira



Fonte: Acervo de Robson Glay Vieira Lima (1978)

APÊNDICE V Direito de Izabel Maria de Jesus sobre a Ilha de Flores


Dividas e Acções.

Declarou a inventariante trazer na Ilha das Flores deste Municipio, o direito por herança na razão da metade da referida Ilha, de quinze mil réis, ao qual os avaliadores derão o valor de quarenta e dois mil réis.

Fonte: Collectoria do Estado de Pernambuco (1898)

APÊNDICE W Registro de nascimento de Horácio Ozório Lima



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

Nome
HORÁCIO OZÓRIO LIMA

Número do CPF
NÃO CONSTA

Matrícula
075929 01 55 1974 1 00039 294 0018225 47

Data de nascimento: seis de abril de um mil e novecentos e quinze | Dia: 06 | Mês: 04 | Ano: 1915
Horário de nascimento: 20:00 horas | Município de naturalidade: Cabrobó | UF: PE
Local de nascimento: Ilha da Assunção | Município de nascimento: Cabrobó | UF: PE | Sexo: masculino
Nome do(a) genitor(a): OZORIO FRANCISCO LIMA | Município de nascimento: Não Consta | UF: NC
Nome do(a) genitor(a): FRANCISCO LIMA; MARIA ANUNCIADA DA CONCEIÇÃO;
Nome do(a) genitor(a): ERDINA ACINELA DE JESUS | Município de nascimento: Não Consta | UF: NC
Nome do(a) genitor(a): MANOEL FRANCISCO HIGINO; MARIA DA CONCEIÇÃO;
Data do registro: vinte e seis de abril de um mil e novecentos e setenta e quatro | DNV: NÃO CONSTA
Anotações/Averbações: Nada Consta
Anotações referentes ao cadastro: NÃO CONSTA

Certidão lavrada por Helen Hartmann - Oficial do Registro Civil de Pessoas Naturais de Cabrobó - PE - 075929, o qual assinou eletronicamente esta certidão em data 20/05/2026, nos termos do artigo 13 da Lei n. 6.015/73, e do artigo 228-F do Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra).

Certifico que, em data de 26/05/2026, foi materializada esta certidão enviada pelo sistema do Operador Nacional do Registro Civil do Brasil, sendo a autenticidade do documento e da sua assinatura digital por mim conferida.

Selo digital da emissão: 00751929 ABV04202601 00272
CNS Nº 075929
Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais
Cabrobó - PE

Helen Hartmann - Oficial

Avenida Presidente Castelo Branco, nº 638 - centro CEP: 56160000 - Fone: (87)99108078
e-mail: cartorio.infantaria.cabrobo@gmail.com

O Conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Juazeiro - BA - 26/11/...
Thamires Luana Dos Reis Sousa Alves - Escrevente
Selo digital da Materialização: 2601 AB161993-0
Valor recebido pela certidão eletrônica: R$ 70,43
Valor recebido pela materialização: R$ 43,86

Validação: https://certidao.registrocivil.org.br/validar Código validador: gotx-wt2j
O QR Code do selo de fiscalização dos Tribunais de Justiça Estaduais estará disponível na tabela de validação desta certidão no endereço mencionado acima quando não estiver presente na própria certidão.

IA 020671984

Fonte: Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de Cabrobó (2026)

APÊNDICE X Registro de nascimento de Margarida Ursulina de Jesus



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

Nome
MARGARIDA URÇULINA DE JESUS

Número do CPF
NÃO CONSTA

Matrícula
075929 01 55 1963 1 00031 082 0010285 06

Data de nascimento: seis de dezembro de um mil e novecentos e trinta e um | Dia: 06 | Mês: 12 | Ano: 1931
Horário do nascimento: 11:00 horas | Município da naturalidade: Cabrobó | UF: PE
Local de nascimento: Fazenda Cruz do Riacho | Município de nascimento: Cabrobó | UF: PE | Sexo: feminino
Nome do(a) genitor(a): BELARMINO JOSÉ FERREIRA | Município de nascimento: Não Consta | UF: PE
Avô(ó) / bisavô(ó): JOSÉ FERREIRA MARTINS; CLARA MARIA DE JESUS;
Nome do(a) genitor(a): URÇULINA JOSEFA DA CONCEIÇÃO | Município de nascimento: Não Consta | UF: PE
Avô(ó) / bisavô(ó): JOSEFA MARIA DA CONCEIÇÃO;
Data de registro: treze de maio de um mil e novecentos e sessenta e três | DNV: NÃO CONSTA
Averbações/Anotações: Nada Consta
Anotações sobre o(a) registrado(a): NÃO CONSTA

Certidão lavrada por Helen Hartmann - Oficial do Registro Civil de Pessoas Naturais de Cabrobó - PE - 075929, o qual assinou eletronicamente esta certidão em data 20/05/2026, nos termos do artigo 19 da Lei n. 6.015/73, e do artigo 226-F do Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra).

Certifico que, em data de 26/05/2026, foi materializada esta certidão enviada pelo sistema do Operador Nacional do Registro Civil do Brasil, sendo a autenticidade do documento e de sua assinatura digital por mim conferida.

Selo digital do emissor: 0075929.LJO0N202601.00273
CNS Nº 075929
Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais
Cabrobó - PE

Helen Hartmann - Oficial

Avenida Presidente Castelo Branco, nº 638 - centro CEP: 56180000 - Fone: (87)99180976
e-mail: cartorio.cidadania.cabrobo@gmail.com

O Conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Juazeiro - BA - 13/11/1

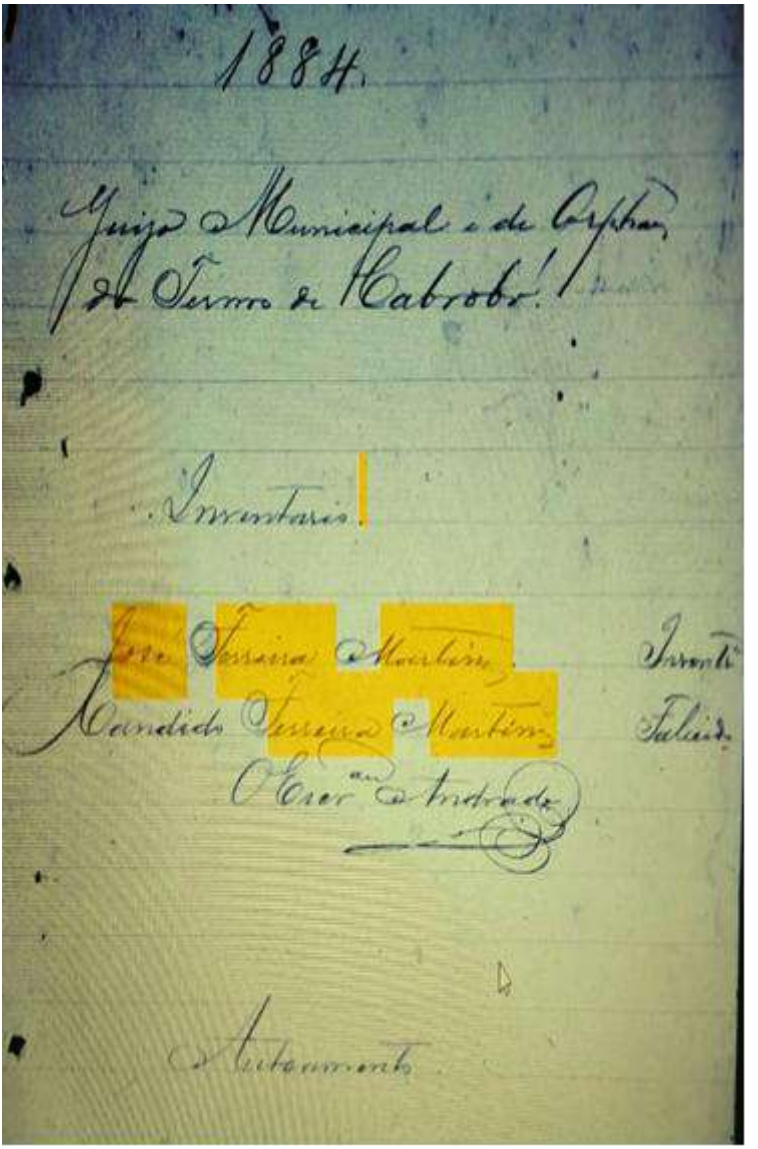
Thamiras Luana Dos Reis Silva Alves - Escrevente
Selo digital de Materialização: 2601AB161602-1
Valor recebido pela certidão eletrônica: R$ 70,63
Valor recebido pelo selo materialização: R$ 43,86

Validação: https://certidao.registrocivil.org.br/validar Código Validador: wfsu-yzx8
O QR Code do selo de fiscalização dos Tribunais de Justiça Estaduais estará disponível na tabela de validação desta certidão no endereço mencionado abaixo quando não estiver presente na própria certidão.

IA 020671985

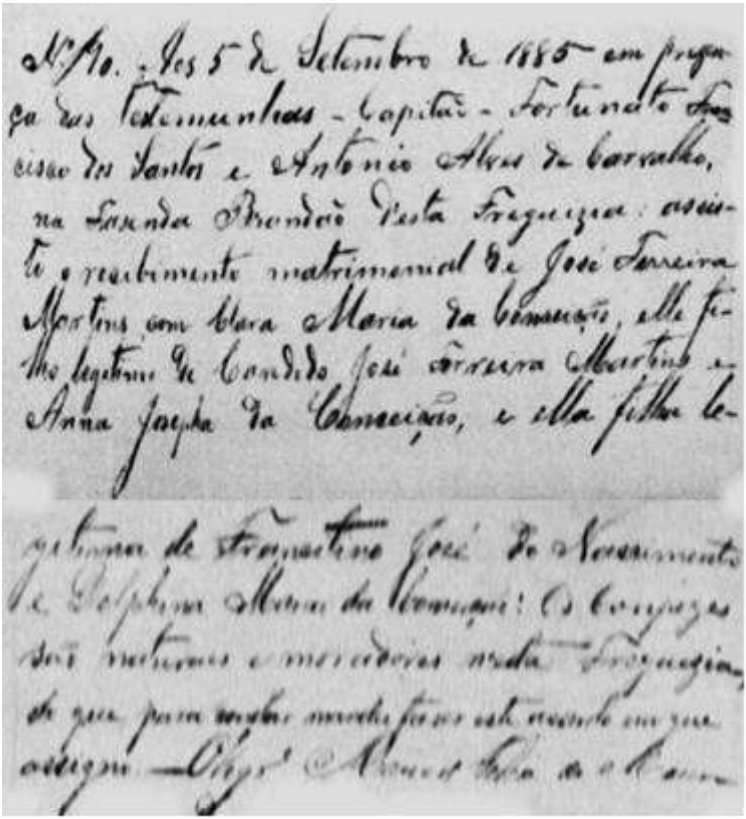
Fonte: Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de Cabrobó (2026)

APÊNDICE Y Inventário dos bens de Cândido Ferreira Martins

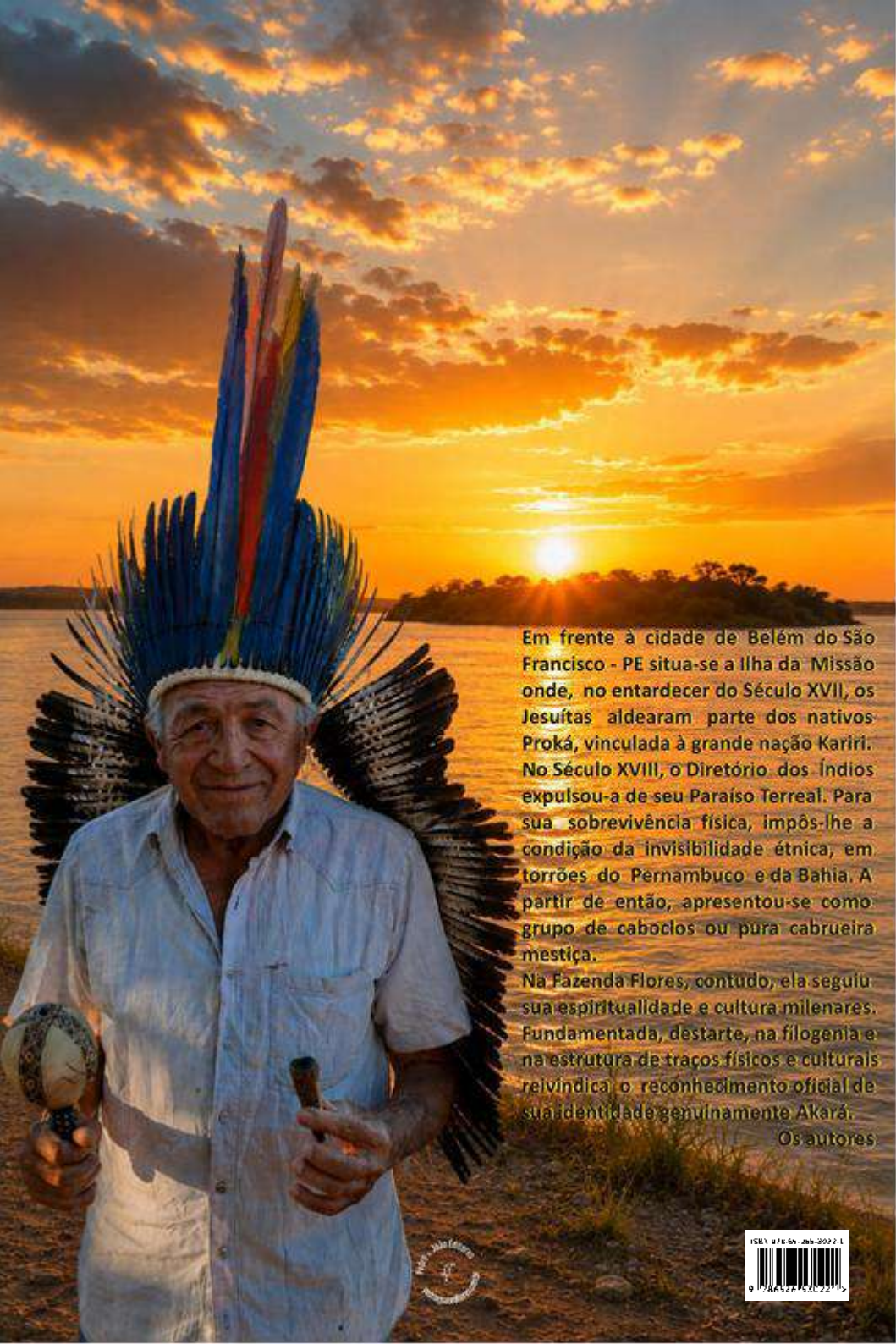


Fonte: Juízo de Direito da Comarca de Cabrobó (1884)

APÊNDICE Z Certidão de casamento de José Ferreira Martins



Fonte: Paróquia Nossa Senhora da Assunção de Cabrobó (1885)



Em frente à cidade de Belém do São Francisco - PE situa-se a Ilha da Missão onde, no entardecer do Século XVII, os Jesuítas aldearam parte dos nativos Proká, vinculada à grande nação Kariri. No Século XVIII, o Diretório dos Índios expulsou-a de seu Paraíso Terreal. Para sua sobrevivência física, impôs-lhe a condição da invisibilidade étnica, em torrões do Pernambuco e da Bahia. A partir de então, apresentou-se como grupo de caboclos ou pura cabrueira mestiça.

Na Fazenda Flores, contudo, ela seguiu sua espiritualidade e cultura milenares. Fundamentada, destarte, na filogenia e na estrutura de traços físicos e culturais reivindica o reconhecimento oficial de sua identidade genuinamente Akará.

Os autores